PDS_LITORAL

PDS LITORAL

Plano para o Desenvolvimento Sustentável do Litoral do Paraná

PRODUTO: 5 RELATÓRIO DE CONTEXTUALIZAÇÃO CONSOLIDADO (RA 02)

1 **VOLUME 1 – INTRODUÇÃO, INSERÇÃO REGIONAL E ASPECTOS SOCIOTERRITORIAIS (Parte 1)**

DATA: 10/12/2018

PARANÁ GOVERNO DO ESTADO · THE WORLD BANK IBRD • IDA | WORLD BANK GROUP · BARCELONABRASILGROUP · Mcrit · hidria · Quanta

PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

Cida Borghetti - Governadora

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

Rodrigo Salvadori – Secretário

UNIDADE GERENCIADORA DO PROJETO – PROJETO MULTISSETORIAL

Nestor Bragagnolo – Coordenador Geral

Tobias de Freitas Prando – Coordenador Adjunto

GESTOR DO CONTRATO

Fabricio Miyagima

Sonia Maria dos Santos

EQUIPE TÉCNICA INTERSECRETARIAL – ETI

ENTIDADE	**NOME**
Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL)	Milton de Almeida Barbosa Patrícia Cherobim
Secretaria do Desenvolvimento Urbano (SEDU)	Carlos Augusto Storer Fernando Domingues Caetano
Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (SEIL)	Fernando Raphael Ferro de Lima Kamille Tombely Gumurski
Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA)	Tatiana Nasser Aline Pereira
Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES)	Julio Takeshi Suzuki Junior Daniel Nojima
Paraná Turismo (PRTUR)	Marilda Keller Zarpelon Evandro Pinheiro
Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná (ITCG)	Danielle Prim Gislene Lessa

CONSÓRCIO LITORAL SUSTENTÁVEL

Empresas
Barcelona Brasil Group Consultoria Empresarial Ltda. (Líder)
Quanta Consultoria Ltda.
Mcrit S.L.
Hidria Ciência Ambiente y Desarrollo S.L.
Gerentes do Contrato
Judith Muntal Vásquez
Marina Cabrera Bastos

EQUIPE DE TRABALHO

Coordenação e Responsabilidade técnica	
Gestoras do Contrato / Responsável Técnico / Direção / Coordenação Gerencial	Judith Muntal Vásquez
Gestoras do Contrato / Responsável Técnico / Coordenação Institucional / Coordenação Administrativa	Marina Cabreira Bastos
Coordenação Adjunta	Paula Lemos Azem
Equipe Chave	
Coordenação e Macrozoneamento Regional	Taco Roorda
Direito Urbanístico e Ambiental	Nerêo Cardoso de Matos Jr.
Infraestrutura – Sistema Viário e Transportes	Andreu Esquius
Recursos Hídricos e Meio Ambiente	Fernando López Mera
Estruturação Social	Verônica Ferreira
Mediação e Tratativas com a Comunidade	Pedro Strozenberg
Equipe Técnica	
Assistente de Coordenação e Macrozoneamento Regional	Maria Fernanda Incote Montanha Teixeira
Especialista em Turismo Sustentável de Zonas Costeiras	Eduardo Martínez Domínguez
Especialista em Patrimônio Artístico e Cultural	Lorena López Hermida
Especialista em Conservação de Áreas Naturais e Meio Ambiente	Patrícia Casal Rodriguez
Especialista em Socioeconomia, Planejamento e Prospectiva	Andreu Ulied Segui
Especialista em Planejamento do Território e Mobilidade	Oriol Biosca
Especialista em Planejamento do Território e Logística	Frederic Lloveras
Especialista Analista em Mobilidade	Albert Solé
Especialista em Geoprocessamento	Natividad Franco Cherta
Especialista em Sistemas de Informação	Ramón Catala
Especialista em Economia do Setor Público	Manoel Victor Gomes Figueiredo
Especialista em Economia Política	Álvaro Alves de Moura Jr.
Especialista em Economia Regional	Fernando Ribeiro Leite Neto
Especialista Socioeconômico	Rafa Rodrigo
Especialista em Logística	Efrain Larrea

Especialista em Habitação e Equipamentos Sociais / Gestão Pública	Cid Blanco Jr.
Especialista em Estruturação Social, Monitoramento e Avaliação	Barbara Bravo
Apoio Direito Urbanístico e Ambiental	Thiago Paiva
Apoio Mediação e Tratativas com a Comunidade	Maurício Maas
Apoio Mediação e Tratativas com a Comunidade	Soraya Sadala
Especialista em Infraestruturas	Emanuel Maciel
Especialista em Comunicação e Mídias Sociais	Márcia Campos
Especialista em Comunicação e Mídias Sociais	Heverson Bayer
Responsável Técnico de Engenharia e Infraestrutura	Gustavo Brasileiro
Responsável Técnico / Coordenação de Planejamento	José Wilton Ferreira Nascimento
Apoio Técnico em Planejamento Urbano e Regional	André Sales Sousa
Apoio Técnico em Planejamento Urbano e Regional	Ivo Freire
Apoio Técnico em Planejamento Urbano e Regional	Eduardo Sinegaglia
Apoio Técnico em Economia	Guilherme Szczerbacki Besserman Vianna
Assessoria Jurídica	Maíra Sales Sousa
Técnica em Editoração de Relatórios e Programação Visual	Jeniffer Costa
Secretária	Thaisa Azeredo
Estagiária	Paula Rydygier de Ruediger

PDS_LITORAL

FICHA DE CONTRATO

Nº DO CONTRATO	SEPL Nº 004/2017
Nº DO PROTOCOLO	14.979.690-8
CONTRATANTE	Governo do Estado do Paraná – Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL
CONTRATADO	Consórcio Litoral Sustentável
OBJETO	Plano para o Desenvolvimento Sustentável do Litoral do Paraná – PDS_Litoral
PROGRAMA	Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná
AGENTE FINANCIADOR	Banco Mundial (BIRD)
Nº DO EMPRÉSTIMO	8201-BR
TIPO DE SERVIÇO	Consultoria
MÉTODO DE SELEÇÃO	Concorrência Internacional do tipo SBQC - Seleção Baseada na Qualidade e no Custo, Nº 002/2015
TIPO DE CONTRATAÇÃO	Preço global
VALOR DO CONTRATO	R$ 3.260.177,77 e EUR 485.557,89
DATA DA ORDEM DE SERVIÇO	19/01/2018

APRESENTAÇÃO

Este documento integra a parte 2 do **Produto 5: Relatório de Contextualização Consolidado (RA 02)**, no qual é apresentada a versão preliminar do Relatório de Atividade 02: Oficinas de Contextualização e a terceira versão revisada do Produto 4.

Curitiba, dezembro de 2018.

SUMÁRIO – VOLUME 1

ÍNDICE DE FIGURAS 8

ÍNDICE DE QUADROS 11

1 INTRODUÇÃO 14

2 INSERÇÃO REGIONAL 19

3 ASPECTOS SOCIOTERRITORIAIS 26

3.1 DEMOGRAFIA E FLUXOS MIGRATÓRIOS 26

3.1.1 Macrotendências demográficas 28

3.1.2. Dinâmica demográfica local 35

3.1.3 Projeções demográficas a partir dos investimentos levantados 53

3.1.4. Considerações finais 63

3.2 PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL NATURAL E SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS 64

3.2.1 Marco normativo 65

3.2.2 Instrumentos de proteção do patrimônio 69

3.2.3 Levantamento do patrimônio histórico, cultural e sítios arqueológicos no Litoral do Paraná 72

3.3 COMUNIDADES TRADICIONAIS 108

3.3.1 Introdução 108

3.3.2 Planejamento das Escutas às Comunidades 109

3.3.3 Entraves à Execução do Planejamento das Escutas às Comunidades 124

3.3.4 Escutas às Comunidades Tradicionais do Litoral 130

3.3.5 Escutas às Comunidades Indígenas 148

ANEXO I – CARTA /PROTOCOLO DE CONSULTA 174

3.4 EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS 175

3.4.1 Educação 175

3.4.2 Saúde 225

3.4.3 Segurança 240

3.4.4 Esporte, Entretenimento e Lazer 258

3.5 HABITAÇÃO 274

3.6 QUESTÕES FUNDIÁRIAS 288

3.6.1 Litoral Norte 294

3.6.3 Litoral Sul 301

3.7 FUNÇÕES PÚBLICAS DE INTERESSE COMUM (FPICs) 308

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Mesorregião Metropolitana de Curitiba 21
Figura 2: Conexões entre Curitiba e Região Metropolitana 23
Figura 3: Remanescentes florestais da Mata Atlântica 24
Figura 4: Gráfico taxa de fecundidade total – Brasil, Região Sul e Paraná – 1940/201030
Figura 5: Gráfico Taxa específica de fecundidade – Brasil, Região Sul e Paraná – 2000/2010 31
Figura 6: Gráfico Taxa de mortalidade infantil – Brasil, Região Sul e Paraná – 1991/2010 32
Figura 7: Gráfico Esperança de vida ao nascer – Brasil, Região Sul e Paraná – 1940/2010 33
Figura 8: Gráfico Razão de dependência, 2000/2010 40
Figura 9: Gráfico Índice de envelhecimento, 2000/2010 41
Figura 10: gráfico de População segundo sexo e faixas etárias (pirâmides etárias), 2000/2010 42
Figura 11: Gráfico de Imigrantes para a área de estudo segundo faixas etárias, 2005-2010 46
Figura 12: Imigrantes para a área de estudo segundo nível de escolaridade, Litoral Paranaense 2005-2010 47
Figura 13: Gráfico de População que trabalha em município diferente do de residência segundo escolaridade, Litoral Paranaense, 2010 49
Figura 14: Gráfico de Fluxos pendulares no Paraná, 2000 50
Figura 15: Gráfico de número de pessoas que se deslocam para outro município para trabalhar, 2010Fonte: CINTRA et all. Movimentos Pendulares no Paraná. IN: Cadernos Ipardes, v.2, n.2, p.15-31, jul/dez. Curitiba, 2012. 51
Figura 16: Comparação entre o cenário tendencial e o ajustado, 2018-2040 61
Figura 17: Imagens da Serra do Mar 73
Figura 18: Imagens de bens patrimoniais tombados no município de Antonina 74
Figura 19: Fandango de Caiçara 79

Figura 20: Fortaleza Nossa Senhora dos Prazeres (esquerda) e vista aérea da Ilha do Mel (direita) 100
Figura 21: Registro da primeira etapa da escuta na Comunidade de Tagaçaba - Maio de 2018 121
Figura 22: Registro da atividade de cartografia social na reunião realizada em Superagüi - Maio de 2018 122
Figura 23: Registro da mesa do café com produtos regionais na reunião da Comunidade de Tagaçaba - Maio de 2018 123
Figura 24: Registro da atividade de construção coletiva da Matriz FOFA na reunião na Comunidade do Itaqui - Julho de 2018 124
Figura 25: Convite para as Comunidades da Ilha do Mel 131
Figura 26: Nova Brasília - Ilha do Mel (PR) 132
Figura 27: Reunião Comunitária na Nova Brasília - Ilha do Mel 132
Figura 28: Encantadas - Ilha do Mel (PR) 136
Figura 29: Reunião Comunitária na Encantadas - Ilha do Mel (PR) 136
Figura 30: Convite reunião 142
Figura 31: Registro da reunião realizada em Tagaçaba – Guaraqueçaba em 23 de maio de 2018 143
Figura 32: Registro da reunião realizada em Itaqui - Guaraqueçaba em 24 de julho de 2018 143
Figura 33: Registro da reunião com as lideranças indígenas e a FUNAI em Paranaguá - agosto de 2018 151
Figura 34: Aldeia Tekoa Kuaray Haxa - Guaraqueçaba (PR) 152
Figura 35: Reunião Comunitária na Aldeia Tekoa Kuaray Haxa 153
Figura 36: T.I. Sambaqui - Tekoa Karaguata Poty - Pontal do Paraná (PR) 156
Figura 37: Reunião Comunitária na T.I. Sambaqui - Tekoa Karaguata Poty 157
Figura 38: T.I. Sambaqui - Tekoa Guaviraty - Pontal do Paraná (PR 160
Figura 39: Reunião Comunitária na T.I. Sambaqui - Tekoa Guaviraty 161
Figura 40: T.I. Cerco Grande - Tekoa Kuaray Guata Porã - Guaraqueçaba (PR) 164

Figura 41: Reunião Comunitária na T.I. Cerco Grande - Tekoa Kuaray Guata Porã 165
Figura 42: T.I. Ilha da Cotinga - Pindoty - Paranaguá (PR) 168
Figura 43: Reunião Comunitária na T.I. Ilha da Cotinga - Pindoty 169
Figura 44: Gestão dos Equipamentos de Educação no Litoral do Paraná 179
Figura 45: Proporção de leitos para cada 1.000 habitantes 227
Figura 46: Gestão dos equipamentos de saúde 228
Figura 47: Número de médicos da rede pública municipal para cada 1.000 habitantes 229
Figura 48: Dados estatísticos criminais do litoral do Paraná – Variação % (2016-2017) 244
Figura 49: Dados estatísticos criminais do litoral do Paraná – Variação % (1º sem 2017-1ª sem 2018) 246
Figura 50: Variação média por município (%): dados estatísticos criminais (2016/17- 1ª sem 2017/18) 247
Figura 51: Variação média (%): dados referentes à homicídios dolosos (1º sem 2017- 1ª sem 2018) 249
Figura 52: Equipamentos de Esporte, Entretenimento e Lazer 259
Figura 53: Gestão dos Equipamentos de Cultura 262
Figura 54: População Urbana e Rural no Litoral do Paraná 275
Figura 55: Situação dos Domicílios no Litoral do Paraná 276

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Tabela - Imigrantes, emigrantes e saldo migratório – Brasil e Paraná – períodos 1995-2000 e 2005-2010 35
Quadro 2: Tabela População residente, segundo situação de domicílio, 2000/2010 ... 37
Quadro 3: Tabela Taxa de crescimento demográfico (% ao ano), segundo situação de domicílio, 2000/2010..... 38
Quadro 4: Tabela Grau de urbanização, 2000/2010 39
Quadro 5: Tabela de Imigração, emigração, saldo migratório e índice de eficácia migratória, 1995-2000 e 2005-2010..... 45
Quadro 6: Tabela de População ocupada segundo município de trabalho, 2010 48
Quadro 7: Tabela de Domicílios segundo condição de ocupação, 2010..... 52
Quadro 8: População total ajustada aos investimentos, Litoral Paranaense 2018-2040. 60
Quadro 9: População total tendencial, Litoral Paranaense 2018-2040. 61
Quadro 10: Outro patrimônio material tombado estadual e municipal no município de Antonina 75
Quadro 11: Patrimônio material tombado estadual e municipal no município de Morretes 90
Quadro 12: Patrimônio material tombado no município de Paranaguá. 98
Quadro 13: Tabela com as comunidades/associações identificadas por município.... 114
Quadro 14: Entraves à Execução do Planejamento das Escutas às Comunidades 126
Quadro 15: Matriz FOFA da Nova Brasília - Ilha do Mel (PR) 135
Quadro 16: Matriz FOFA da Encantadas - Ilha do Mel (PR) 140
Quadro 17: Matriz FOFA das Comunidades de Guaraqueçaba..... 148
Quadro 18: Matriz FOFA da Aldeia Tekoa Kuaray Haxa 156
Quadro 19: Matriz FOFA da Tekoa Karaguata Poty..... 159
Quadro 20: Matriz FOFA da T.I. Sambaqui - Tekoa Guaviraty..... 163
Quadro 21: Matriz FOFA da T.I. Cerco Grande - Tekoa Kuaray Guata Porã..... 167
Quadro 22: Matriz FOFA da T.I. Ilha da Cotinga - Pindoty 171

Quadro 23: Resumo da situação das aldeias 172
Quadro 24: Número Absoluto e Percentual de Analfabetos 176
Quadro 25: Ideb Observado e Metas Projetadas – Anos Iniciais Ensino Fundamental (2007-2015) 177
Quadro 26: Ideb Observado e Metas Projetadas – Anos Finais Ensino Fundamental (2007-2015) 177
Quadro 27: Equipamentos de Educação no Litoral do Paraná 178
Quadro 28: Equipamentos Municipais de Educação Compartilhados com o Governo do Estado 180
Quadro 29: Proporção de Professores por População na Faixa Etária e Total de Professores do Estado 181
Quadro 30: Caracterização dos Equipamentos de Educação 183
Quadro 31: Categorias dos Equipamentos de Educação no Litoral do Paraná 184
Quadro 32: Relação entre os Equipamentos Educacionais Existentes, a População na Faixa Etária Adequada (2017) e a Possibilidade de Atendimento 185
Quadro 33: Número de Alunos por Classe na Educação Infantil (2017) 186
Quadro 34: Número de Alunos por Classe no Ensino Fundamental (2017) 186
Quadro 35: Número de Alunos por Classe no Ensino Médio (2017) 186
Quadro 36: Matrículas no Ensino Fundamental (2017) 187
Quadro 37: Matrículas no Ensino Médio (2017) 188
Quadro 38: Número de cursos de graduação oferecidos no litoral do Paraná 190
Quadro 39: Número de cursos de pós-graduação oferecidos no litoral do Paraná 190
Quadro 40: Equipamentos de saúde no litoral do Paraná 225
Quadro 41: Equipamentos públicos e privados de saúde 226
Quadro 42: Dados gerais dos serviços públicos de saúde 229
Quadro 43: Conselhos, Fundos e Planos Municipais de Saúde 231
Quadro 44: Equipamentos de Segurança Pública 240
Quadro 45: Dados estatísticos criminais do litoral do Paraná 243

Quadro 46: Variação média por município (%): dados estatísticos criminais (2016/17- 1ª sem 2017/18)..... 248
Quadro 47: Equipamentos de Cultura..... 260
Quadro 48: Gestão dos Equipamentos de Cultura..... 261
Quadro 49: Equipamentos de Esporte..... 263
Quadro 50: Gestão dos Equipamentos de Cultura..... 264
Quadro 51: Situação dos domicílios do Litoral do Paraná..... 274
Quadro 53: Domicílios com Uso Ocasional no Litoral do Paraná..... 277
Quadro 54: Percentual do Déficit Habitacional em Relação ao Total de Domicílios Particulares..... 278
Quadro 55: Quadro 5: Déficit Habitacional dos Municípios do Litoral do Paraná..... 279
Quadro 56: Favelas e Loteamentos Clandestinos/Irregulares Fonte: SISPEHIS/Cohapar (2010, 2015, 2016); Censo IBGE 2010; Munic 2017; Ipardes (2018); PMM (2006); PMPP (2004)..... 280
Quadro 57: Unidades Habitacionais Produzidas com Recursos Públicos (2009-2018) 282
Quadro 58: Unidades Habitacionais Produzidas com Recursos do MCMV (2009-2018) 283
Quadro 59: Unidades Habitacionais Produzidas pela Cohapar..... 284
Quadro 60: Necessidades Habitacionais das Comunidades Tradicionais..... 286
Quadro 61: Ocupação irregular e/ou clandestina no litoral do Paraná..... 293
Quadro 62: Funções Públicas de Interesse Comum..... 312

1 INTRODUÇÃO

A versão consolidada do relatório de Contextualização Regional traz as complementações e ajustes solicitados pela Equipe Técnica Intersecretarial – ETI, bem como as contribuições advindas da realização das Oficinas de Contextualização.

O conteúdo apresentado observa e busca atender tanto a escala do Plano, pois trata-se de um plano regional, como os principais propósitos e objetivos, geral e específicos, a serem atingidos durante o desenvolvimento das próximas etapas. Onde necessário ou pertinente, as informações são apresentadas em escala mais adequada à sua compreensão.

Os oito volumes que compõem o relatório são apresentados da mesma forma como foram publicados para a realização das oficinas:

O **Volume 0: Diagnóstico** – apresenta a síntese da visão regional e integrada dos temas desenvolvidos, as principais conclusões e prioridades setoriais identificadas, e as contribuições da sociedade aportadas por ocasião da realização dos eventos participativos.

O **Volume 1: Introdução, Inserção Regional e Aspectos Socioterritoriais "Parte 1"** – introduz a região do litoral paranaense e apresenta dados e informações relacionadas a: (i) Demografia e Fluxos Migratórios; (ii) Patrimônio Histórico, Cultural e Sítios Arqueológicos; (iii) Comunidades Tradicionais; (iv) Equipamentos Comunitários; (v) Habitação; (vi) Questões Fundiárias e (vii) Funções Públicas de Interesse Comum - FPIC.

O **Volume 2: Aspectos Socioterritoriais "Parte 2"** – apresenta dados e informações relacionadas a: (viii) Padrões de Uso e Ocupação do Solo.

O **Volume 3: Aspectos Ambientais** – traz dados e informações relacionados a: (i) Clima, Geomorfologia e Solo; (ii) Hidrografia e Hidrologia; (iii) Meteorologia; (iv) Clima Marítimo; (v) Unidades de Conservação e Proteção de Espaços Naturais; (vi) Biodiversidade da Fauna e Flora do Litoral; e (vii) Áreas de Risco.

O **Volume 4: Aspectos de Infraestrutura e Logística** – apresenta dados e informações relacionados a: (i) Sistema Viário; (ii) Sistema Ferroviário; (iii) Transporte Marítimo e Portos; (iv) Transporte Coletivo; (v) Caracterização do Transporte Aéreo; (vi) Saneamento; (vii) Resíduos Sólidos e Efluentes; (viii) Energia; e (ix) Comunicações.

O **Volume 5: Aspectos Econômicos** – traz dados e informações relacionados a: (i) Produção e Desempenho; (ii) Cadeias Produtivas e Arranjos Produtivos Locais (APL); (iii) Emprego e Renda; (iv) Investimentos Previstos ou em Andamento; e (v) Turismo.

O **Volume 6: Aspectos Institucionais** – apresenta dados e informações relacionados a: (i) Arcabouço Legal; (ii) Instituições; (iii) Arrecadações Municipais e Dependência de Repasses Fiscais; e (iii) Órgãos de Fiscalização e Licenciamento.

Finalmente, o **Volume 8: Referências Bibliográficas** – apresenta as referências que foram encontradas de diversas fontes e que apoiam a elaboração do PDS Litoral.

O controle de alterações a seguir identifica as complementações e ajustes realizados em relação à versão anterior do Relatório de Contextualização.

VOLUME 0 – DIAGNÓSTICO	
Item alterado	**Alteração realizada**
8.1.1 Conteúdo do relatório (pg. 14)	Menciona a incorporação das contribuições recebidas nas oficinas de contextualização
8.2 Principais elementos presentes no litoral do Paraná (pg. 24-28)	Inclusão de dados da lâmina de água / ambientes marinhos costeiros (Mar e Costa e monografia)
8.3 Aspectos demográficos atuais e tendências gerais (pg. 32-33)	Ajuste das projeções demográficas (tendencial e ajustado para investimentos)
8.5 Município polo: Paranaguá (pg. 39-40)	Inclusão de dados da Ilha do Mel (Plano de Controle Ambiental e Uso do Solo da Ilha do Mel)
8.7.1 Densidade urbana futura (pg. 51)	Alteração de todo o item
VOLUME 1 – INTRODUÇÃO, INSERÇÃO REGIONAL E ASPECTOS SOCIOTERRITORIAIS PARTE 1	
Item alterado	**Alteração realizada**
3.1.3 Projeções demográficas a partir dos investimentos realizados (pg.50)	Alteração de todo o item
3.2 Patrimônio cultural, natural e sítios arqueológicos (pg. 59)	Inserção de texto
3.3.2.2 Escolha das comunidades (pg. 105)	Inserção e ajuste de texto
3.3.2.2 Escolha das comunidades (pg. 106)	Substituição do mapa das comunidades tradicionais
3.4.1 Educação (pg. 173-175)	Inserção de texto

3.4.2 Saúde (pg. 223-224)	Inserção de texto
3.4.3 Segurança (pg. 233-234)	Inserção de texto
3.6.1 Litoral Norte (pg. 288-289)	Inserção de texto (Paranaguá)
VOLUME 2 – ASPECTOS SOCIOTERRITORIAIS PARTE 2	
Item alterado	**Alteração realizada**
3.5.4.2 Planos Diretores e legislação de uso e ocupação do solo urbano no Município-polo (pg.35)	Inserção de informações sobre o plano de uso e ocupação do solo da Ilha do Mel.
3.5.6.4 Densidade urbana futura (pg. 150)	Alteração de todo o item devido ao ajuste das projeções demográficas
Vários itens	Apenas os mapas: Correção da sigla PARANACIDADE, correção das Unidades de Conservação segundo a fonte de informação mais atualizada recebida nas oficinas de contextualização.
VOLUME 3 – ASPECTOS AMBIENTAIS	
Item alterado	**Alteração realizada**
4.2.3.3 Conservação da natureza (pg. 64)	Inserção de texto
4.8.1 Organização do sistema estadual de unidades de conservação (SEUC) (pg. 196)	Inserção de texto
4.8.2 Mapeamento e diagnóstico das UC públicas federais e estaduais do litoral do Paraná (pg. 199-200)	Ajustes de texto
4.8.3 Manejo das UC e regularização fundiária (pg. 209)	Ajustes no Quadro 23
4.8.3 Manejo das UC e regularização fundiária (pg. 219)	Ajustes no Quadro 24
4.8.5 UC privadas (RPPN) federais e estaduais do estado do Paraná (pg. 223)	Ajuste de texto
4.8.5 UC privadas (RPPN) federais e estaduais do estado do Paraná (pg. 225)	Ajustes no Quadro 25
4.8.5 UC privadas (RPPN) federais e estaduais do estado do Paraná (pg. 228)	Ajustes no Quadro 26
4.8.6 Unidades de conservação e parques municipais (pg. 232)	Inserção de texto e de tabela
4.8.6.1 UC do município de Antonina	Inserção de texto
4.8.4 Infraestrutura das unidades de conservação (pg. 218)	Ajustes de texto e inserção de novo texto
4.8.7 Problemáticas e conflitos na gestão das UC (pg. 246 - 247)	Inserção de texto
4.8.8 Potencialidades para a melhora da conservação nas áreas protegidas do litoral do Paraná (pg. 250 - 251)	Inserção de texto
ANEXO I - Protocolo de avaliação de áreas prioritárias para a conservação dos	Inserção do protocolo

remanescentes da mata atlântica no litoral do Paraná (pg. 365)	
VOLUME 4 – ASPECTOS DE INFRAESTURUTA E LOGÍSTICA	
Item alterado	**Alteração realizada**
5.1.3 Inventário de vias do litoral (pg. 51)	Inserção de observação no item da PR 405
5.1.5 Acessibilidade (pg. 73)	Inserção de observação no final do texto
5.1.7.9 Pavimentação da PR 405 até Guaraqueçaba (pg. 110)	Inserção de texto complementar
5.3.2.3 Interface Porto-Cidade (pg. 171)	Inserção de texto
5.3.2.4.1 Acesso rodoviário (pg. 179)	Inserção de texto
5.3.2.5 Arranjos logísticos (pg. 228)	Inserção de texto
5.3.2.5 Arranjos logísticos (pg. 232)	Inserção de contribuição da oficina
5.4.1 Serviços de ônibus interurbanos (pg. 291)	Inserção de contribuição da oficina
5.4.2 Serviços de ônibus urbanos (pg. 311)	Inserção de texto e de contribuição da oficina
5.4.2.4 Serviços em Guaratuba (pg. 328)	Inserção de contribuição da oficina
5.4.2.2 Travessias da Baía de Paranaguá – transporte regular de pessoas (pg. 342)	Complementação de texto
5.4.2.2 Travessias da Baía de Paranaguá – transporte regular de pessoas (pg. 343)	Inserção de contribuição da oficina
5.5 Sistema cicloviário	Inserção de novo item
5.8 Sistemas de energia (pg. 602)	Inserção de novo item
5.9 Comunicações (pg. 628)	Inserção de novo item
VOLUME 5 – ASPECTOS ECONÔMICOS	
Item alterado	**Alteração realizada**
6.3.2 Características gerais dos residentes (pg. 111)	Complementação de texto
6.5.1 Potencialidades para o desenvolvimento geral (pg. 160-161)	Inserção e complementação de texto
6.5.1 Potencialidades para o desenvolvimento geral (pg. 163)	Inserção de texto
6.6.2 Situação atual do turismo no litoral paranaense b) turismo de natureza / parque da onça (pg. 186)	Inserção de texto
6.6.2 Situação atual do turismo no litoral paranaense f) turismo comunitário (pg. 191)	Inserção de texto
VOLUME 6 – ASPECTOS INSTITUCIONAIS	
Item alterado	**Alteração realizada**
7.1.3.5 Decreto Estadual n. 2.722/1884 e Decretos estaduais que ratificam leis municipais (pg. 35)	Inserção de texto a partir da contribuição da oficina
7.1.3.7 Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense – COLIT (pg. 40, 41 e 42)	Inserção de texto a partir da contribuição da oficina
7.1.3.8 Lei Estadual n° 16.037/2009 (pg. 43 - 46)	Inserção de novo item a partir de contribuição da oficina

7.1.4.3 O conflito de normas expedidas pelo Estado do Paraná e pelos Municípios e a posição dos tribunais (pg. 59 e 65)	Inserção de texto a partir da contribuição da oficina
7.1.5.1 Perímetro Urbano do Município de Paranaguá e as áreas do Parque Estadual do Palmito e da Estação Ecológica de Guaraguaçu (pg. 74 - 76)	Mudança no título do item e inserção de novo texto a partir de contribuição da oficina
7.1.5.3 O Parque Estadual do Boguaçu e a lei que fixou o perímetro urbano do Município de Guaratuba (pg. 81 - 82)	Inserção e complementação de texto a partir da contribuição da oficina
7.1.5.4 O Parque Nacional de Saint-Hilaire-Lange e as leis que fixaram os perímetros urbanos dos Municípios de Guaratuba e Matinhos (pg. 83 - 84)	Inserção de novo item a partir de contribuição da oficina
7.1.10 Ausência de Plano de Manejo: ineficácia da proteção ambiental e mora do Poder Público (pg. 95 - 98)	Inserção de novo item a partir de contribuição da oficina
7.1.10.1 Zona de Amortecimento (pg. 98)	Mudança na numeração do item
7.1.12 Tombamento da paisagem da orla marítima de Matinhos	Mudança no título do item e inserção de novo texto a partir de contribuição da oficina
7.1.13 Zoneamento Ecológico-Econômico do Litoral do Estado do Paraná	Inserção de novo item a partir de contribuição da oficina
7.1.14 Aspectos Jurídicos sobre a prestação de serviços de saneamento pela SANEPAR no Litoral do Paraná	Mudança na numeração do item
7.1.15 Governança Interfederativa	Mudança na numeração do item
Quadro 1: Aspectos Jurídicos do Litoral Paranaense	Mudança no título do quadro
Quadro 1: Aspectos Jurídicos do Litoral Paranaense	Mudança e inserção de texto linha 6 - Unidades de Conservação sem plano de manejo
Quadro 1: Aspectos Jurídicos do Litoral Paranaense	Mudança e inserção de texto linha 9 - Sobreposições entre APA de Guaratuba (U.C. de Uso Sustentável) e perímetro urbano de Guaratuba
7.2 Instituições (pg. 130)	Complementação de texto
7.2.1 Guaraqueçaba (pg. 134)	Complementação de texto
7.2.3 Guaratuba (pg. 138)	Complementação de texto
7.2.4 Matinhos (pg. 141)	Complementação de texto
7.2.5 Morretes (pg. 143)	Complementação de texto
7.2.6 Paranaguá (pg. 145)	Complementação de texto
7.3 Arrecadações municipais e dependências de repasses fiscais (pg. 167)	Complementação de texto a partir de contribuição da oficina
7.3 Arrecadações municipais e dependências de repasses fiscais (pg. 170 - 171)	Inserção de figuras 4 e 5 e complementações do texto.
VOLUME 7 – REFERÊNCIAS	
Item alterado	**Alteração realizada**
Vários itens	Inserções de referências

2 INSERÇÃO REGIONAL

O Litoral do Paraná é composto por sete municípios – Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná – que no seu conjunto representam aproximadamente 3% do território paranaense. A população total é de 265.362 habitantes (IBGE 2010), sendo que mais da metade são habitantes do município de Paranaguá.

Uma das regiões mais bem preservadas da costa brasileira, a região do litoral paranaense é marcada pela existência de duas baías, a extensa Baía de Paranaguá e a Baía de Guaratuba, por planícies litorâneas com florestas relativamente bem preservadas, e pela imponente presença da Serra do Mar.

Delimitação da Área de Estudo

Legenda

- Rodovias Estaduais
- Rodovias Federais
- Malha Ferroviária
- Massa de Água

Limite de Estados

- Paraná
- Santa Catarina
- São Paulo

Limite de Municípios

- Antonina
- Guaraqueçaba
- Guaratuba
- Matinhos
- Morretes
- Paranaguá
- Pontal do Paraná

PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

PDS_LITORAL

N

10 5 0 10 Km

DADOS TÉCNICOS:

MERIDIANO CENTRAL: 51° WGr
DATUM HORIZONTAL: SIRGAS 2000 - 22S
DATUM VERTICAL: IMBITUBA-SC

FONTE DOS DADOS: RODOVIAS, FERROVIAS: PNLT (2017);
LIMITES MUNICIPAIS, MASSA DE ÁGUA: ITCG (2015, 2018);
NOME MUNICIPIOS, LIMITES ESTADUAIS: IBGE (2015, 2016);
RELEVO SOMBREADO, INPE (2011).

DATA: MAIO - 18 ESC.: 1:400.000

A região litorânea forma, junto com a Região Metropolitana de Curitiba, a Mesorregião Metropolitana de Curitiba, situada na porção leste do Estado do Paraná. Um aspecto peculiar dessa mesorregião consiste na nítida compartimentação de seu território, pois nele é possível identificar três sub-regiões fisiográficas: a dos Planaltos, a das Serras e a Planície Litorânea.

O documento Os Vários Paranás – Identificação de Espacialidades Socioeconômico-Institucionais como Subsídio a Políticas de Desenvolvimento Regional, elaborado pelo IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, permite, ao analisar as especificidades do território e seus municípios, "identificar a força e as potencialidades econômicas de determinados setores e regiões, e os desafios sociais e sua vinculação territorial, como os marcos reguladores das contradições do processo de desenvolvimento".

Esse estudo identifica uma região de máxima relevância – ou primeiro espaço relevante – composta pela aglomeração metropolitana de Curitiba, pelo entorno de Ponta Grossa e por Paranaguá.

Figura 1: Mesorregião Metropolitana de Curitiba

Fonte: Os autores

Os municípios da região do litoral paranaense situam-se entre os paralelos 25º e 26 º S. As cidades de Paranaguá, Antonina e Guaraqueçaba localizam-se de frente à Baía de Paranaguá, sendo que Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba se desenvolvem em uma faixa contínua de ocupação urbana ao longo da costa. A cidade de Morretes localiza-se junto ao rio Nhundiaquara, ao longo do caminho histórico que interliga a planície litorânea com o primeiro planalto paranaense.

Centro econômico da região, a cidade de Paranaguá destaca-se sobretudo pelo porto, principal elemento dinamizador da sua economia, bem como por atividades industriais, comerciais e de serviços. O Porto de Paranaguá é o maior porto exportador de produtos agrícolas do Brasil, além de movimentar fertilizantes, contêineres, líquidos, automóveis, madeira, papel e açúcar, entre outros. A atividade portuária estende-se, embora em menor escala, ao Porto de Antonina.

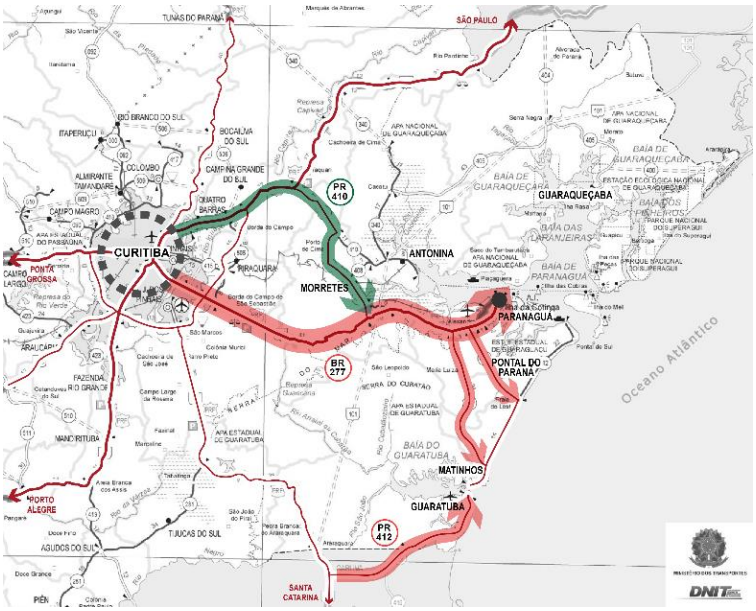
A proximidade com a capital paranaense, Curitiba, aliados à existência de um conjunto diversificado de atrativos turísticos, fazem com que o turismo seja uma atividade econômica importante em todos os municípios do Litoral. Segundo o PDITS – Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (2010):

> *"o espaço turístico natural do litoral é formado, principalmente, por elementos da paisagem reconhecidos como as praias, baias, serra e cachoeiras. Esses ambientes configuram a paisagem natural rica em diversidade biológica, nos diferentes ecossistemas que a compõem, destacando-se que a região possui o maior remanescente contínuo de floresta atlântica do país. A diversidade ambiental característica da região permite a provisão de mercado ampliada em relação aos segmentos turísticos reais e potenciais".*

A esses atrativos naturais somam-se o patrimônio material e imaterial e a diversidade sociocultural existente.

O principal acesso rodoviário dá-se pela BR 277, corredor de exportação que interliga o Porto de Paranaguá com a cidade de Curitiba e as principais regiões produtoras do estado do Paraná. As duas únicas alternativas de acesso são a ligação rodoviária Garuva (SC) – Guaratuba, a sul, e a já mencionada histórica Estrada da Graciosa, que liga a cidade de Morretes com a BR 116, a rodovia Regis Bittencourt.

Figura 2: Conexões entre Curitiba e Região Metropolitana



Fonte: Ministério dos Transportes/DNIT.

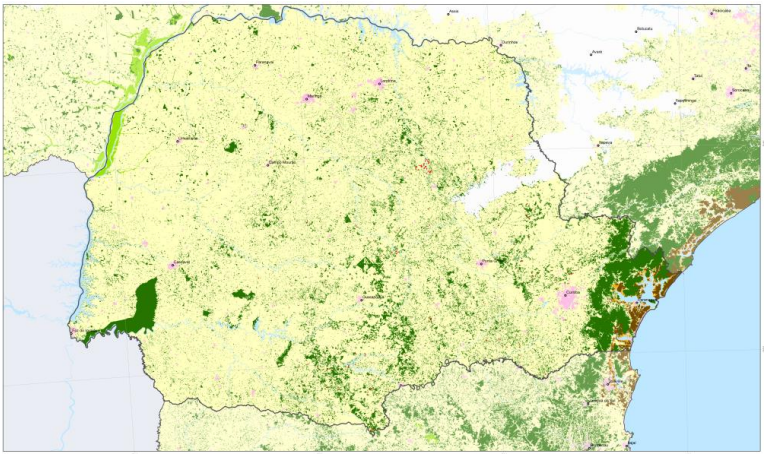
A faixa contínua de áreas naturais que se estende desde o sul do estado de São Paulo até o estado de Santa Catarina, compõe uma das regiões mais preservadas do litoral brasileiro, incorporando todo o litoral paranaense, onde se destacam a Serra do Mar e as baías de Paranaguá e de Guaratuba.

De acordo com o Centro de Estudos do Mar (CEM), a Baía de Paranaguá, ou Complexo Estuarino de Paranaguá, "está inserida ao norte da planície litorânea do estado do Paraná, possuindo uma superfície liquida de 601 km2. Geograficamente é considerada uma baía, e oceanograficamente, um estuário. Nela desaguam inúmeros rios, formando estuários menores, por isso considerada um complexo. Está dividida então em: Baía de Antonina e Baía de Paranaguá propriamente dita no eixo leste-oeste, e Baías das Laranjeiras, de Guaraqueçaba e Pinheiros, no eixo norte-sul. Entre as muitas ilhas,

destacam-se a Ilha do Mel, um dos principais centros de visitação do estado, e as de Superagüi e da Cotinga, locais por onde deu-se início a colonização do Paraná.

O Complexo faz parte do Complexo-Estuarino Lagunar Paranaguá-Cananéia-Iguape, considerado o 3º maior estuário do mundo em termos de produção primária[1]. Junto com a Serra do Mar, esta região foi tombada pela Unesco em 1995, como Patrimônio da Humanidade, pois abriga os últimos remanescentes da Floresta Tropical Pluvial Atlântica do Brasil". A preocupação com a conservação da região litorânea paranaense levou à criação de diversas Unidades de Conservação, que atualmente cobrem mais de 80% da área do Litoral e integram o Mosaico de áreas protegidas do Lagamar[2].

Figura 3: Remanescentes florestais da Mata Atlântica



Fonte: SOS Mata Atlântica INPE.

Esse mosaico é composto por 55 unidades de conservação (UCs), sendo 32 no Paraná. Compreende uma área de 1.622.168 ha, das quais 677.659 ha (42%) correspondem à porção marinha e 944.509 ha (58%) representam a porção terrestre. A região se destaca pelas belas paisagens naturais terrestres e marinho-costeiras, incluindo montanhas, estuários, ilhas e praias com florestas de planície e encosta, restingas, dunas e manguezais.

[1] Síntese de matéria orgânica a partir de compostos inorgânicos.
[2] Baía ou golfo abrigado, no interior de um rio ou de uma enseada; alagamar

Esta variabilidade de ecossistemas faz com que ocorram uma alta diversidade de espécies de fauna e flora, incluindo muitas espécies endêmicas, muitas delas ameaçadas de extinção. Ainda, abriga comunidades tradicionais caiçaras e indígenas, que mantém viva suas culturas locais e conhecimentos tradicionais seculares.

3 ASPECTOS SOCIOTERRITORIAIS

3.1 DEMOGRAFIA E FLUXOS MIGRATÓRIOS

As inter-relações entre população, gênero, migração, urbanização, crescimento econômico e desenvolvimento sustentável tiveram sua primeira formulação programática efetiva na conferência sobre População e Desenvolvimento realizada no Cairo em 1994. Essas relações foram postas em evidência nos princípios orientadores da conferência e em seu programa de ação, que colocaram a população simultaneamente como objeto e protagonista do desenvolvimento sustentável e recomendaram a adoção de uma perspectiva demográfica no planejamento de políticas públicas e ações voltadas ao desenvolvimento. A decisão decorre da constatação de que temas como pobreza, geração de renda, violência, direitos humanos, padrão de utilização de recursos naturais e demais questões que afetam o nível de bem-estar (das comunidades aos países) possuem forte relação com os componentes básicos da dinâmica demográfica: natalidade, mortalidade e migração – que incidem de modos distintos e com intensidades variáveis nos diferentes grupos que formam uma população.

A natalidade é fortemente condicionada pelo nível educacional das mulheres, assim como pelo seu grau de participação no mercado de trabalho e possibilidades de acesso aos métodos contraceptivos. A queda observada nas taxas de fecundidade desde a década de 1960 (BRITO; CARVALHO, 2005) está fortemente relacionada à modernização da sociedade brasileira, com a ampliação da participação feminina no mercado de trabalho formal e o aumento de sua escolaridade média, apesar da persistência de diferenças importantes decorrentes da discriminação.

A mortalidade incide diferencialmente segundo a faixa etária e o sexo das pessoas: crianças geralmente morrem de doenças infectocontagiosas evitáveis ou de causas relacionadas à saúde materna. Em adultos, especialmente entre os homens, há uma maior incidência de óbitos por causas externas. Entre os idosos há maior incidência de óbitos decorrentes de doenças crônico-degenerativas. As possibilidades analíticas da relação entre estrutura etária e padrões epidemiológicos são exploradas desde a década

de 1970 (OMRAN, 1971) e já produziram diversas transformações nas políticas públicas de saúde.

A migração é seletiva por idade, sexo e nível educacional, além de estar relacionada aos desequilíbrios econômicos regionais, que motivam as pessoas a migrarem em busca de emprego e melhores condições de vida. A relação entre migração e mobilidade social foi constatada a partir da análise dos fluxos migratórios nacionais desde a década de 1960 (HAKKERT; MARTINE, 2006) e continua a desempenhar um papel importante no fenômeno migratório atual, adquirindo novas configurações, a despeito da introdução das políticas de transferência condicionada de renda pelo governo federal.

Os efeitos dos componentes da dinâmica demográfica no ritmo de crescimento da população dependem da escala geográfica em que se analisa o fenômeno. Enquanto para um país as taxas de fecundidade e de mortalidade são mais importantes para o crescimento demográfico, no âmbito local esses fatores perdem importância relativa, enquanto que a migração ganha um peso maior no cômputo do crescimento demográfico.

Nesse sentido, a demografia busca analisar as principais características e processos demográficos ou relacionados a questões populacionais presentes no território estudado. Devido ao seu caráter interdisciplinar, a demografia possui diversos pontos de ligação com outras dimensões do estudo, como a social, a econômica, a urbanística e territorial e a histórico-cultural, podendo fornecer subsídios para aprofundamentos analíticos nessas dimensões.

No presente relatório estão dispostos elementos temáticos que servirão de base para a elaboração de prognósticos a partir de cenários de crescimento econômico e projeções demográficas, que permitirão a avaliação das demandas futuras do território por serviços sociais e infraestrutura.

O perfil da população residente é um aspecto relevante para o planejamento e execução de qualquer intervenção ou implantação de empreendimento que se pretenda fazer em

algum território. Nesse sentido, a compreensão do ritmo de crescimento, da dispersão geográfica, das alterações na estrutura etária e da distribuição por sexo permite o estabelecimento de critérios mais precisos para a elaboração de políticas e programas públicos voltados ao atendimento de questões específicas, que obtém maior grau de sucesso.

3.1.1 Macrotendências demográficas

Nos últimos cinquenta anos, a dinâmica demográfica brasileira apresentou um aprofundamento do processo de transição demográfica, o que significa que a população passou de um regime de alta mortalidade e alta fecundidade[3] para um regime de baixa mortalidade e baixa fecundidade, provocando, consequentemente, o declínio dos níveis de mortalidade e natalidade. Nesse período, a transição demográfica ocorreu em todos os países desenvolvidos e encontra-se em curso, em estágios diferenciados, em quase todos os países em desenvolvimento. Seu modelo teórico se caracteriza por quatro fases distintas:

- um primeiro momento no qual taxas elevadas de mortalidade e de fecundidade produzem um crescimento demográfico baixo;
- o declínio acelerado da taxa de mortalidade sem uma queda correspondente na taxa de fecundidade, produzindo um elevado crescimento demográfico;
- o declínio da taxa de fecundidade, culminando na desaceleração do crescimento demográfico; e
- a manutenção de um padrão novo, no qual as baixas taxas de mortalidade e fecundidade conduzem ao baixo ritmo de crescimento demográfico, ao aumento da expectativa de vida e ao envelhecimento relativo da população.

[3] A taxa de fecundidade total (TFT) é o indicador que expressa o número médio de filhos tido por uma mulher ao longo de sua vida reprodutiva (15 a 49 anos).

No Brasil, a transição demográfica ocorreu de forma acelerada, tendo sido potencializada pelas mudanças socioeconômicas que o país vivenciou ao longo dos últimos cinquenta anos, dentre as quais: a maior difusão do saneamento, em particular o abastecimento de água tratada; o processo de urbanização; o aumento dos níveis de educação da população; o ingresso maciço das mulheres no mercado de trabalho; a difusão de métodos contraceptivos modernos e a introdução de novos padrões de consumo. No entanto, por causa das fortes desigualdades socioeconômicas regionais existentes no país, o processo de transição demográfica encontra-se em níveis diferenciados dependendo da região ou até mesmo da localidade.

Outro fenômeno importante decorrente do processo de transição demográfica é o envelhecimento relativo da população, que consiste no aumento do peso relativo das faixas etárias mais velhas em detrimento das mais jovens. Os fenômenos descritos são, a um só tempo, condicionantes e, também, condicionados pela dinâmica demográfica, num sistema de influências mútuas que conduz a novas configurações sociais. Desse modo, justifica-se a necessidade da compreensão e incorporação das questões demográficas a qualquer agenda de desenvolvimento.

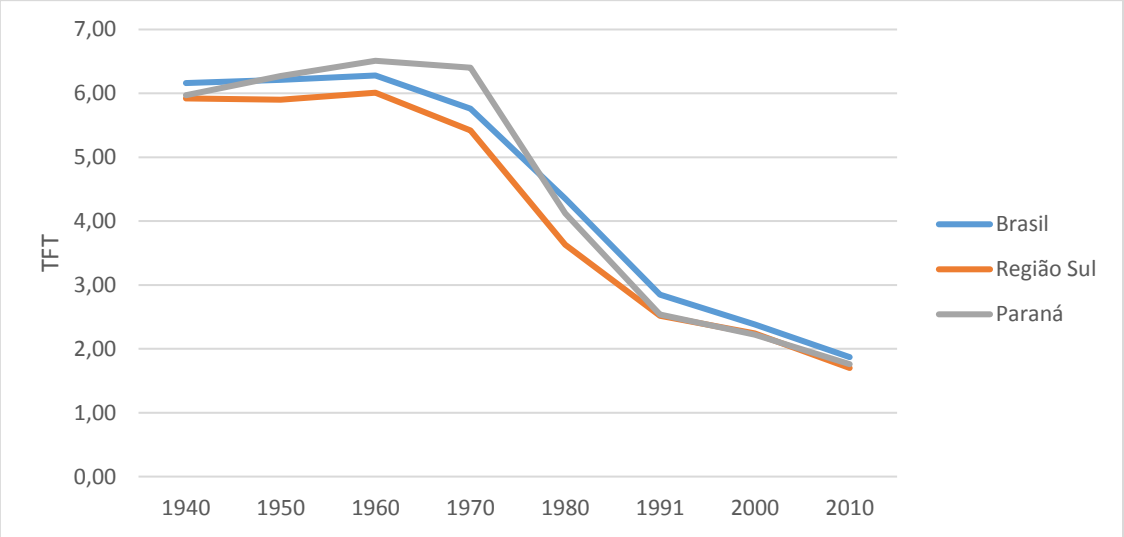
3.1.1.1 Fecundidade

A taxa de fecundidade total (TFT) é o indicador que mensura o número médio de filhos nascidos vivos que teria uma mulher ao final de seu período fértil em um determinado espaço geográfico e ano. Para efeitos de operacionalização do indicador, são consideradas em idade fértil aquelas mulheres com idade entre 15 e 49 anos, que concentram a quase totalidade dos nascimentos.

A TFT é o principal indicador da dinâmica demográfica, representando a condição reprodutiva média entre as mulheres. Seu declínio pode estar associado a vários fatores como aumento da urbanização, melhoria do nível educacional, maior participação da mulher na força de trabalho, ampliação do uso de métodos contraceptivos, redução da mortalidade infantil e crises econômicas, dentre outros.

O Brasil vem experimentando um forte declínio de sua TFT desde 1960, quando a fecundidade era de 6,16 filhos por mulher, tendo atingido, em 2010, 1,9 filhos por mulher, valor inferior ao mínimo necessário para que uma geração seja reposta pela geração seguinte (nível de reposição). Esse declínio ocorreu em graus e níveis diferenciados a depender da região ou estado brasileiro. Na Região Sul o declínio iniciou-se somente na década de 70, quando a fecundidade ainda era de 6,4 filhos por mulher. Em 2010, a taxa de fecundidade total da Região Sul era de 1,7 filhos por mulher, inferior à taxa brasileira, que era de 1,87. A trajetória da taxa de fecundidade total do Paraná é similar à apresentada pela Região Sul, porém seu declínio iniciou-se de forma mais acentuada, quando a TFT passou a 6,4, um nível ainda muito superior à média nacional para 1,76 em 2010, significativamente abaixo da média nacional.

Figura 4: Gráfico taxa de fecundidade total – Brasil, Região Sul e Paraná – 1940/2010

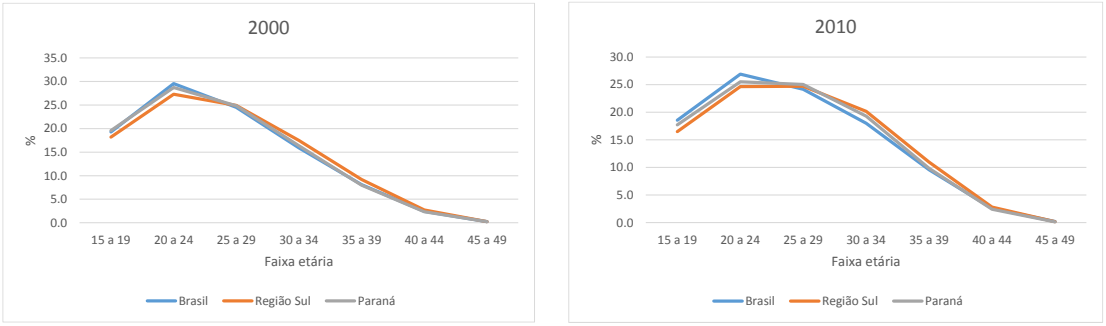


Fonte: IBGE, Séries Estatísticas. Disponível em http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/Default.aspx Acesso em 1/06/2012. Censo Demográfico 2010.

A queda da TFT também veio acompanhada de uma mudança na distribuição da fecundidade segundo as idades das mulheres. Ao se observar a distribuição percentual das taxas específicas de fecundidade entre 2000 e 2010 é possível perceber que a fecundidade passou a se concentrar nas mulheres mais velhas, nas faixas etárias de 30

aos 34 e 35 aos 39 anos, decolando a Região Sul e o Paraná do padrão nacional. Essa mudança está associada ao adiamento da decisão de ter filhos por parte das mulheres.

Figura 5: Gráfico Taxa específica de fecundidade – Brasil, Região Sul e Paraná – 2000/2010



Fonte: DATASUS. IDB-2011. Disponível em http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2010/a06.htm Acesso em 1/06/2012.

O principal efeito do declínio da fecundidade, como se verá mais adiante, é o processo de envelhecimento relativo da população, que consiste no aumento do peso relativo da população nas faixas etárias mais velhas, que nasceram sob um regime de alta fecundidade, em detrimento das faixas etárias mais jovens, nascidas sob um regime de baixa fecundidade.

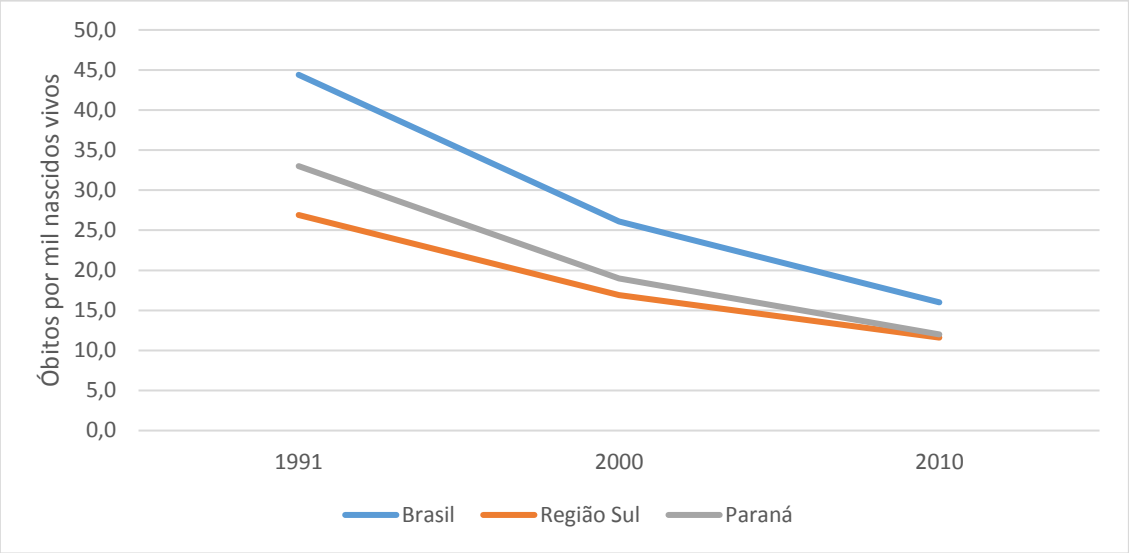
3.1.1.2. Mortalidade

A mortalidade, assim como a fecundidade, vem apresentando uma tendência geral de queda em decorrência da melhoria das condições de saneamento bem como da ampliação do acesso aos serviços de saúde e do aumento da escolarização da população.

Esses fatores tiveram um forte impacto nas taxas de mortalidade, sobretudo na mortalidade infantil, que já foi da ordem de 44,4 óbitos por mil nascidos vivos em 1991, tendo sofrido uma forte redução ao longo dos últimos 30 anos, atingindo 16 óbitos por mil nascidos vivos em 2010, uma redução de 64%. No mesmo período, a Região Sul passou de 26,9 óbitos por mil nascidos vivos em 1991 para 11,6 óbitos por mil nascidos vivos em 2010, uma redução igualmente grande, de 57%. No Paraná, os dados disponíveis a partir da década de 90 permitem situar o estado na mesma tendência de

sua região, ou seja, lá também houve um forte declínio da mortalidade infantil, que passou de 33 em 1991 para 12 óbitos por mil nascidos vivos em 2010.

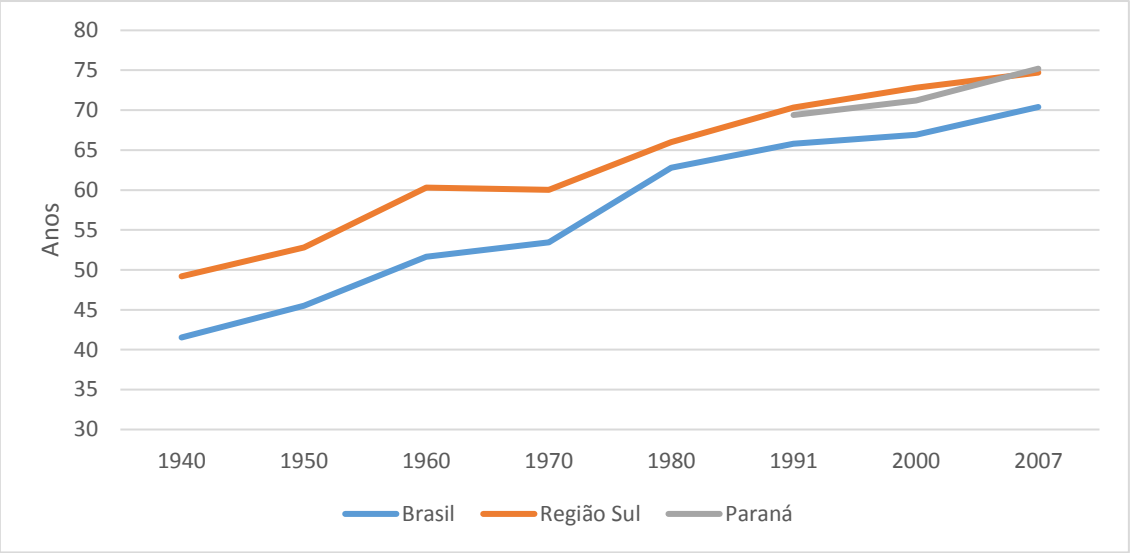
Figura 6: Gráfico Taxa de mortalidade infantil – Brasil, Região Sul e Paraná – 1991/2010



Fonte: IBGE, Séries Estatísticas.

Um indicador que sintetiza a redução geral dos níveis de mortalidade no Brasil é a esperança de vida ao nascer, que aumentou em 78% entre 1940 e 2010, passando de uma expectativa de 41,5 anos em 1940 para 73,9 anos em 2010. A Sul e Paraná também seguiram a tendência nacional, porém, em patamares superiores. Em 2010, a esperança de vida ao nascer do Paraná era de 75,2 anos, ou seja, 1,3 anos a mais que a média nacional e ligeiramente superior à média regional. A redução da mortalidade infantil está fortemente relacionada a esse aumento da esperança de vida ao nascer, sendo um de seus componentes principais. No entanto, a redução da mortalidade adulta também tem sua parcela de contribuição ao aumento da esperança de vida ao nascer.

Figura 7: Gráfico Esperança de vida ao nascer – Brasil, Região Sul e Paraná – 1940/2010



Fonte: IBGE, Séries Estatísticas.

3.1.1.3 Migrações

A migração é a variável demográfica com maior número de determinações socioeconômicas, o que impõe algumas dificuldades para prever seu comportamento futuro. Segundo sua conceituação clássica, a migração é uma mudança do local de residência habitual que tende a ser permanente. No entanto, a migração não pode ser considerada somente um conjunto de decisões individuais, pois na hora da decisão pela migração o contexto local, ou seja, o conjunto de oportunidades que incide sobre a qualidade de vida – emprego, habitação, educação, saúde, segurança, etc. – existentes no local de origem do migrante também é considerado. É nesse sentido que surgem áreas de expulsão e de atração demográfica, pois essas oportunidades encontram-se distribuídas desigualmente no território, produzindo desigualdades regionais.

Singer (1973), ao analisar o processo de urbanização e industrialização brasileira dos anos 60 e 70 afirmou que a concentração de atividades econômicas nas áreas urbanas exerceu uma atração sobre os excedentes populacionais do campo, que acabavam por se deslocar para a cidade, sendo parcialmente absorvidos pela crescente demanda por mão de obra industrial, ou constituindo um exército de reserva marginalizado nas

periferias dos centros urbanos. Esse processo configurou os fluxos migratórios de longa distância, a partir das áreas economicamente subdesenvolvidas em direção às áreas economicamente desenvolvidas ou em desenvolvimento. Desse modo, a tipologia de migração rural-urbano encontra-se fortemente associada a esse período histórico, tendo contribuído para o processo acelerado de urbanização vivenciado pelo país durante as décadas de 60 e 70, que teve como principal polo de atração migratória a região sudeste.

Martine (1980) avaliou os diferenciais socioeconômicos e demográficos a partir do "status migratório" de uma população, de modo a avaliar os efeitos da migração para a população migrante. Acabou por concluir que, no Brasil, a mobilidade espacial da população é, também, de certa forma, mobilidade social, pelo menos para aqueles a quem o autor denominou "sobreviventes" do processo migratório. Em seu estudo, o autor constatou uma forte correlação positiva entre o "tempo de residência" no município e a posição na hierarquia social e econômica ocupada pelos migrantes. Para ele essa relação denota duas hipóteses que conduzem ao mesmo resultado: a primeira, de que os migrantes estariam se adaptando progressivamente às condições socioeconômicas de sua nova residência; a segunda, de que os migrantes menos capacitados estariam reemigrando para outras áreas. Martine acaba por dar mais crédito à segunda hipótese, ou seja, acredita que a "retenção seletiva" dos migrantes seria mais plausível para explicar a melhoria progressiva da condição social dos migrantes.

Ao longo da década de 80 as migrações de longa distância passaram a conviver com outras tipologias, como a migração urbano-urbano, a migração intrametropolitana e a migração de retorno. A abertura de novas fronteiras de ocupação no território nacional também exerceu uma forte influência na transformação dos fluxos migratórios correntes, contribuindo fortemente para a redução da migração para o sudeste. O processo de ocupação da região sudeste paraense surge nesse contexto, com o início do

projeto Grande Carajás no final dos anos 70 e início dos anos 80, estendendo-se até a atualidade.

Entre os censos de 2000 e 2010 o volume nacional de migrantes manteve-se praticamente o mesmo, na ordem de 5 milhões de pessoas apesar da pequena redução apontada pelos censos. O Paraná manteve o saldo migratório negativo nos dois períodos, apesar da redução desse saldo. Essa redução deve-se sobretudo à diminuição do volume de emigrantes.

Quadro 1: Tabela - Imigrantes, emigrantes e saldo migratório – Brasil e Paraná – períodos 1995-2000 e 2005-2010

Localidade	1995-2000			2005-2010		
	Imigrantes	Emigrantes	Saldo migratório	Imigrantes	Emigrantes	Saldo migratório
Brasil	5.196.093	5.196.093	0	5.018.898	5.018.898	0
Paraná	297.311	336.998	-39.686	293.471	319.579	-26.288

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000/2010.

Ao longo do período 1995-2000 o Paraná teve um volume de 336.998 emigrantes e um saldo migratório negativo de 39.686 migrantes. No período mais recente, entre 2005 e 2010 houve uma diminuição da emigração no Paraná, contudo, saldo migratório paranaense manteve-se negativo, em 26.288 migrantes.

3.1.2. Dinâmica demográfica local

Os componentes da dinâmica demográfica: fecundidade, mortalidade e migrações possuem comportamentos e influências distintas a depender da escala em que se analisa o fenômeno. Enquanto que a fecundidade e a mortalidade são fenômenos mais agregados cujas regularidades podem ser mais bem observadas nos âmbitos regional e nacional – as localidades seguem as grandes tendências – não produzindo grandes variações no âmbito local, as migrações influenciam fortemente a dinâmica demográfica

quando mais próxima da escala local for a análise, alterando completamente a dinâmica demográfica.

Serão apresentados os efeitos dos processos migratórios no ritmo de crescimento populacional, bem como no processo de redistribuição populacional no território.

Em virtude dessas características, neste capítulo serão analisados com maior detalhe os movimentos migratórios e deslocamentos de população, pois afetam mais rapidamente as dinâmicas locais. Por outro lado, também serão analisados os efeitos locais das grandes tendências de fecundidade e mortalidade analisadas anteriormente. O efeito mais notável dessas tendências – o processo de envelhecimento relativo da população – já produz alterações na composição etária da população, afetando as demandas sociais específicas desses grupos e será evidenciado a seguir.

3.1.2.1 Tamanho, crescimento populacional e urbanização

O Litoral Paranaense é composto predominantemente por municípios de pequeno porte, com populações inferiores a 40 mil habitantes, exceção feita à Paranaguá, município central, com população da ordem de 140 mil habitantes segundo o censo 2010.

Quadro 2: Tabela População residente, segundo situação de domicílio, 2000/2010

Localização	Total		Urbana		Rural	
	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Antonina	19.174	18.891	15.837	16.063	3.337	2.828
Guaraqueçaba	8.288	7.871	2.582	2.683	5.706	5.188
Guaratuba	27.257	32.095	23.156	28.805	4.101	3.290
Matinhos	24.178	29.428	23.994	29.279	184	149
Morretes	15.275	15.718	7.153	7.178	8.122	8.540
Paranaguá	127.339	140.469	122.347	135.386	4.992	5.083
Pontal do Paraná	14.323	20.920	14.149	20.743	174	177
Estado do Paraná	**9.563.458**	**10.444.526**	**7.786.084**	**8.912.692**	**1.777.374**	**1.531.834**
Brasil	**169.799.170**	**190.755.799**	**137.953.959**	**160.925.792**	**31.845.211**	**29.830.007**

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 e 2010.

A despeito de suas populações relativamente pequenas, os municípios do Litoral Paranaense apresentaram taxas de crescimento demográfico significativamente distintas entre 2000 e 2010 conforme exposto no Quadro 3. Enquanto municípios como Antonina e Guaraqueçaba apresentaram taxas negativas, ou seja, sua população residente diminuiu no período intercensitário, outros, como Pontal do Paraná e, em menor grau, Guaratuba, apresentaram taxas positivas elevadas, ou seja, um acelerado crescimento de sua população. Este crescimento deu-se, sobretudo em suas áreas urbanas, que também apresentaram taxas elevadas, superiores ao crescimento total do município.

Cabe destacar que alguns municípios apresentaram baixo dinamismo demográfico, como é o caso de Morretes e Paranaguá, que tiveram taxas de crescimento muito baixas ao longo do decênio.

Quadro 3: Tabela Taxa de crescimento demográfico (% ao ano), segundo situação de domicílio, 2000/2010

Localização	Total	Urbano	Rural
Antonina	-0,15	0,14	-1,64
Guaraqueçaba	-0,51	0,38	-0,95
Guaratuba	1,65	2,21	-2,18
Matinhos	1,98	2,01	-2,09
Morretes	0,29	0,03	0,50
Paranaguá	0,99	1,02	0,18
Pontal do Paraná	3,86	3,90	0,17
Estado do Paraná	0,89	1,36	-1,48
Brasil	1,17	1,55	-0,65

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 e 2010.

Outro fato importante que foi observado foi a redução das populações rurais desses municípios, que sofreu redução em números absolutos em pelo menos metade deles (Antonina, Guaraqueçaba e Guaratuba) além de apresentar um crescimento muito baixo nos demais.

Quando se observam os graus de urbanização fica evidente o contínuo processo de urbanização desses municípios, sendo que o único onde a população rural teve incremento foi Morretes, fato que pode estar associado ao crescimento de população urbana em áreas ainda classificadas como rurais.

Quadro 4: Tabela Grau de urbanização, 2000/2010

Localização	2000 (%)	2010 (%)	Variação (%)
Antonina	82,6	85,0	2,9
Guaraqueçaba	31,2	34,1	9,4
Guaratuba	85,0	89,7	5,6
Matinhos	99,2	99,5	0,3
Morretes	46,8	45,7	-2,5
Paranaguá	96,1	96,4	0,3
Pontal do Paraná	98,8	99,2	0,4
Estado do Paraná	81,4	85,3	4,8
Brasil	81,2	84,4	3,8

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 e 2010.

3.1.2.2. Estrutura etária e composição por sexo

O envelhecimento relativo da população consiste num aumento do peso relativo das gerações mais velhas em detrimento das novas gerações. Essa transformação já alterou e continuará a alterar as demandas sociais específicas dos grupos etários, tais como crianças, jovens, adultos, idosos, e também apresenta um forte viés de gênero. Desse modo, apresenta desafios e oportunidades para os planejadores das políticas públicas, como, por exemplo, uma potencial diminuição da demanda por educação básica, em virtude da diminuição das novas gerações de alunos, ou, por outro lado, um significativo aumento da demanda por serviços de saúde de maior complexidade (e custo), devido ao aumento geral da esperança de vida da população e o crescimento do número de pessoas idosas.

Historicamente, o processo de envelhecimento relativo da população surgiu como um efeito do declínio da fecundidade, iniciado no país em meados da década de 60. A Figura

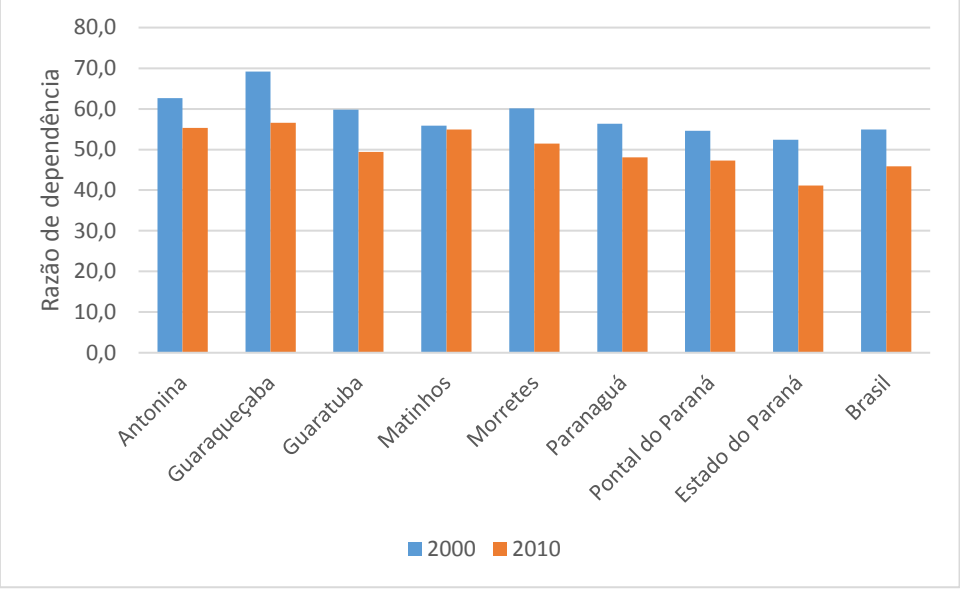
8 e a Figura 9, a seguir apresentam dois indicadores que sintetizam o ritmo desse processo: a razão de dependência e o índice de envelhecimento.

A razão de dependência relaciona a população em idades ditas “dependentes “, crianças de 0 a 14 e idosos acima de 65 anos com a população em idade ativa (pessoas de 15 a 64 anos), mostrando a proporção de pessoas “dependentes” por pessoas “ativas”.

O índice de envelhecimento relaciona os grupos etários extremos da população, ou seja, idosos de 65 anos ou mais e crianças de até 14 anos, evidenciando, desse modo o número de idosos para um igual número de crianças.

Como se pode notar na Figura 8, todos os municípios estudados tiveram um declínio da razão de dependência ao longo da última década seguindo a tendência regional e nacional. No entanto, ainda permanecem num nível superior ao observado no estado do Paraná, aproximando-se da média nacional em decorrência da maior proporção de crianças e idosos em sua estrutura etária (vide a pirâmide etária dos municípios). De modo geral, a diminuição da razão de dependência desonera a população em idade ativa, permitindo uma maior disponibilidade para a atividade econômica.

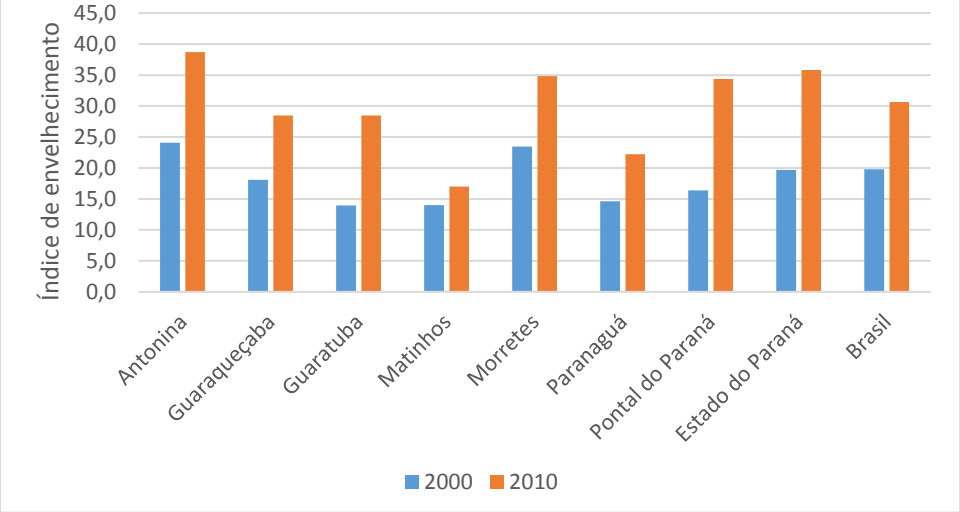
Figura 8: Gráfico Razão de dependência, 2000/2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1970/2010.

Apesar da diminuição da carga de dependência, provocada principalmente pela diminuição do número de filhos, há uma tendência consistente de envelhecimento populacional. Esse envelhecimento, que num primeiro momento é relativo, tende, no limite, a tornar-se absoluto. A evolução do índice de envelhecimento, mostrada pela Figura 9 evidencia o ritmo desse processo.

Figura 9: Gráfico Índice de envelhecimento, 2000/2010

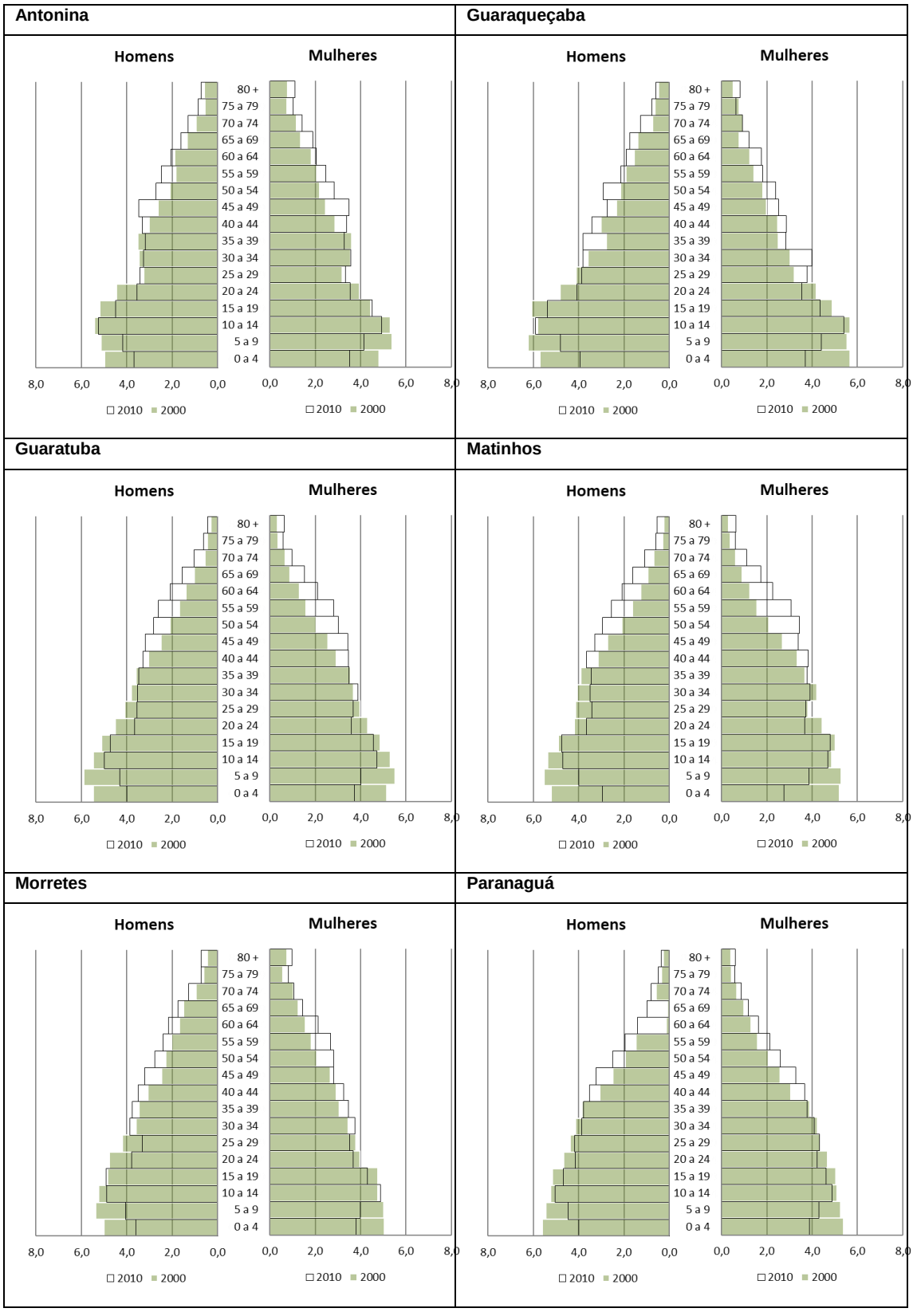


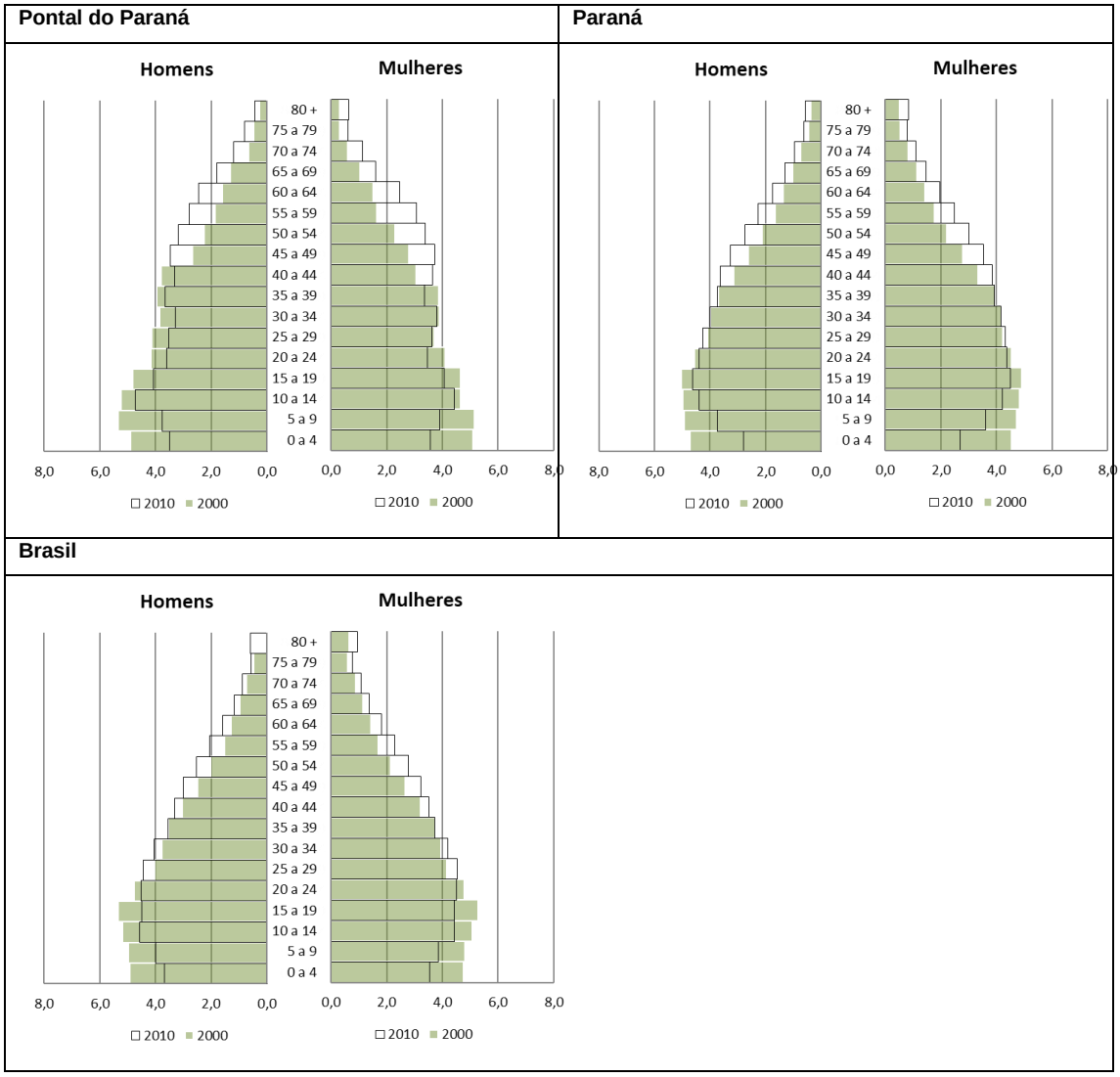
Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1970/2010.

Observando as pirâmides etárias, a estrutura etária desses municípios fica evidente, demonstrando o processo de envelhecimento relativo da população assim como uma diminuição do peso relativo das idades consideradas “ativas”, principalmente entre 20 e 44 anos. Esse fenômeno já podia ser observado nas pirâmides de 2000, podendo ser um indício de emigração das pessoas nessas faixas etárias, que poderiam estar saindo desses municípios em busca de emprego.

Somado a essa possível emigração de pessoas em idade ativa, o processo de envelhecimento relativo ocasionado pela queda da TFT acaba sendo potencializado e se acelerando.

Figura 10: gráfico de População segundo sexo e faixas etárias (pirâmides etárias), 2000/2010





Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000/2010

3.1.2.3 Migrações e mobilidade populacional

Os municípios estudados apresentam situações distintas em termos migratórios. Isso também se aplica aos movimentos populacionais diários. Em ambos os casos as diferenças incidem não somente sobre os volumes de chegadas e saídas, mas também nos saldos, ou seja, a capacidade de "reter" pessoas varia consideravelmente segundo município.

Quadro 5 apresenta os volumes de imigrantes, emigrantes, o saldo migratório e o índice de eficácia migratória (IEM) dos municípios analisados para os dois últimos períodos censitários. A informação apresentada versa sobre o local de residência dos indivíduos há exatos cinco anos antes da data de referência do censo. O IEM é um indicador que busca medir a "capacidade de retenção" de migrantes de um município ao relacionar seu saldo migratório com a circulação migratória, isto é, com o volume de imigrantes mais o de emigrantes num dado período. Seus valores variam desde -1, que representa a total expulsão dos migrantes a 1, que significa a total retenção dos migrantes que chegam ao município. Valores próximos de zero indicam que o município é uma área de circulação migratória, ou seja, uma etapa no processo migratório.

Os municípios do litoral paranaense apresentaram uma circulação considerável de migrantes nos dois períodos considerados, sendo que tanto a imigração quanto a emigração para a região aumentaram entre os períodos 1995-2000 e 2005-2010. Esses períodos referem-se à informação sobre o local de moradia em uma data exata há cinco anos antes do censo, também chamado de "data fixa", sendo a informação mais confiável que se tem sobre a migração em uma dada área.

Apesar da circulação migratória na região ter aumentado, o saldo migratório regional diminuiu ligeiramente, como se pode notar, passando de um volume da ordem de 13 mil migrantes no período 1995-2000 para algo na ordem de 12 mil migrantes no período seguinte, entre 2005-2010. Ainda assim a região manteve seu saldo migratório positivo, podendo ser considerada uma região com grande capacidade de reter migrantes, conforme demonstrado pelo IEM de 0,20 no período 2005-2010.

Os municípios com maiores saldos migratórios foram Matinhos, Pontal do Paraná, Guaratuba e Paranaguá, que nos dois períodos mantiveram saldos migratórios muito significativos, que potencializaram seu crescimento demográfico, à exceção de Paranaguá, cujo saldo tornou-se negativo entre 2005-2010. Matinhos, por outro lado ampliou o seu saldo migratório

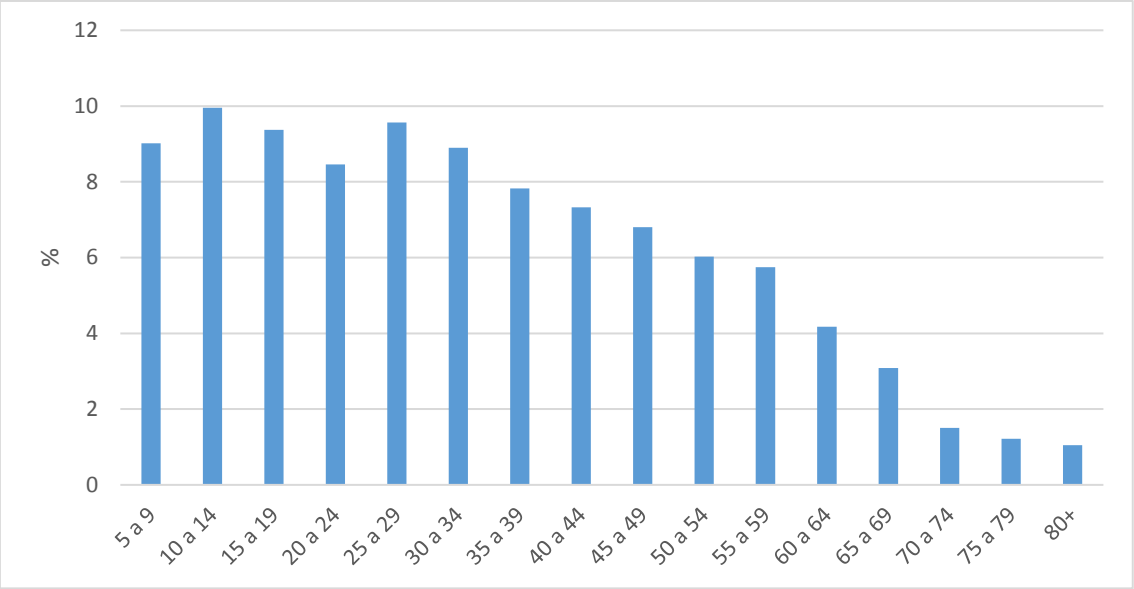
Quadro 5: Tabela de Imigração, emigração, saldo migratório e índice de eficácia migratória, 1995-2000 e 2005-2010

	Imigração	Emigração	Saldo	IEM	Imigração	Emigração	Saldo	IEM
Antonina	1.459	1.766	-307	-0,10	1.559	1.514	45	0,01
Guaraqueçaba	463	804	-341	-0,27	395	728	-333	-0,30
Guaratuba	5.615	1.888	3.727	0,50	6.282	3.381	2.901	0,30
Matinhos	6.821	2.709	4.112	0,43	7.965	2.646	5.319	0,50
Morretes	1.747	1.387	360	0,11	1.711	1.022	689	0,25
Paranaguá	8.756	6.685	2.071	0,13	9.376	9.930	-554	-0,03
Pontal do Paraná	4.699	851	3.848	0,69	6.696	2.342	4.354	0,48
Total	29.560	16.090	13.470	0,30	33.984	21.563	12.421	0,22

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000 e 2010. Microdados da amostra.

Considerando-se o total de imigrantes para a região no período 2005-2010 (33.984 pessoas), observa-se que seu perfil é composto em grande medida por pessoas nas idades mais produtivas, sendo que aproximadamente 70% encontram-se entre 15 e 59 anos, o que sugere uma migração motivada pela busca de emprego.

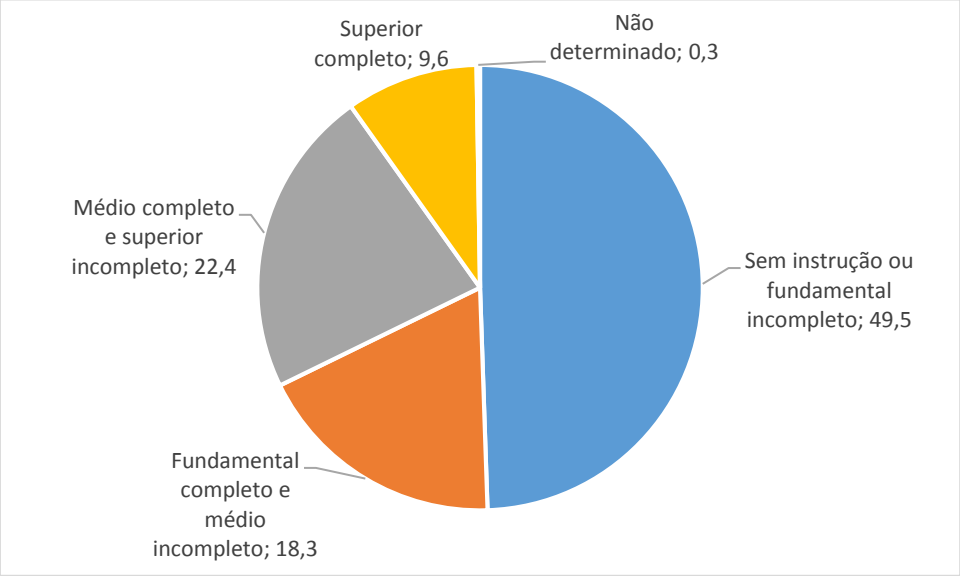
Figura 11: Gráfico de Imigrantes para a área de estudo segundo faixas etárias, 2005-2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Microdados da amostra.

No entanto, o afluxo de pessoas em idade ativa para a região não se reflete necessariamente em uma melhora da qualificação da mão de obra local conforme exposto na Figura 12. Praticamente metade dos migrantes para a região não possuem instrução alguma ou possuem apenas o fundamental incompleto, 18,3% apenas o fundamental completo e médio incompleto, 22,4% ensino médio completo ou superior incompleto e apenas 9,6% dos migrantes possuem nível superior completo. Esse perfil é compatível com a baixa qualificação da mão de obra residente no território e com as principais ocupações, com prevalência do trabalho sem carteira assinada além de níveis de desocupação relativamente elevados.

Figura 12: Imigrantes para a área de estudo segundo nível de escolaridade, Litoral Paranaense 2005-2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

A despeito da proximidade com a Região Metropolitana de Curitiba os municípios do litoral apresentam um volume pequeno de deslocamentos pendulares. Apenas os municípios de Antonina, Pontal do Paraná, Matinhos e Morretes apresentam percentuais significativos de sua população se deslocando para trabalhar em outro município (Quadro 6).

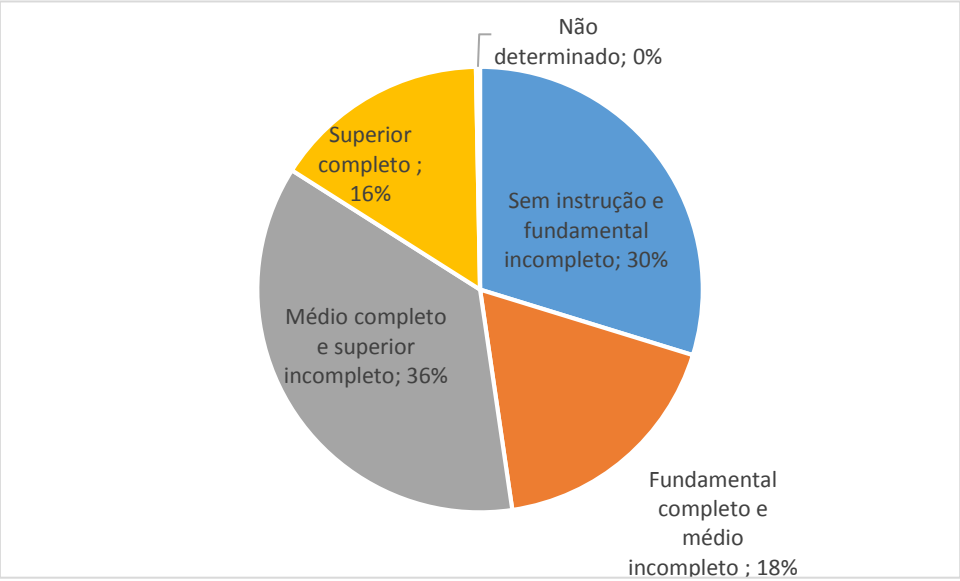
Quadro 6: Tabela de População ocupada segundo município de trabalho, 2010

Local	Município onde trabalha				Total
	No município de residência	%	Em outro município ou país	%	
Antonina	5.822	84,7	1.055	15,3	6.877
Guaraqueçaba	3.353	98,7	44	1,3	3.397
Guaratuba	13.274	95,6	611	4,4	13.885
Matinhos	12.651	89,7	1.457	10,3	14.108
Morretes	6.529	91,0	644	9,0	7.173
Paranaguá	59.235	97,4	1.594	2,6	60.829
Pontal do Paraná	8.470	88,7	1.075	11,3	9.545
Total	109.334	94,4	6.480	5,6	115.814

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Quando se observa a escolaridade das pessoas que se deslocam para outro município para trabalhar nota-se que as pessoas com ensino superior completo representam 16% dos deslocamentos, ao passo que aqueles com ensino médio completo ou cursando o superior representam outros 36% da população que trabalha em outro município, que não o de sua residência. Esse fato pode estar ligado à ausência de oportunidades de trabalho em seu município de residência e à forte influência exercida pela Região Metropolitana de Curitiba, localizada a menos de 100km de distância, e que pode estar atraindo mão de obra qualificada residente no Litoral Paranaense.

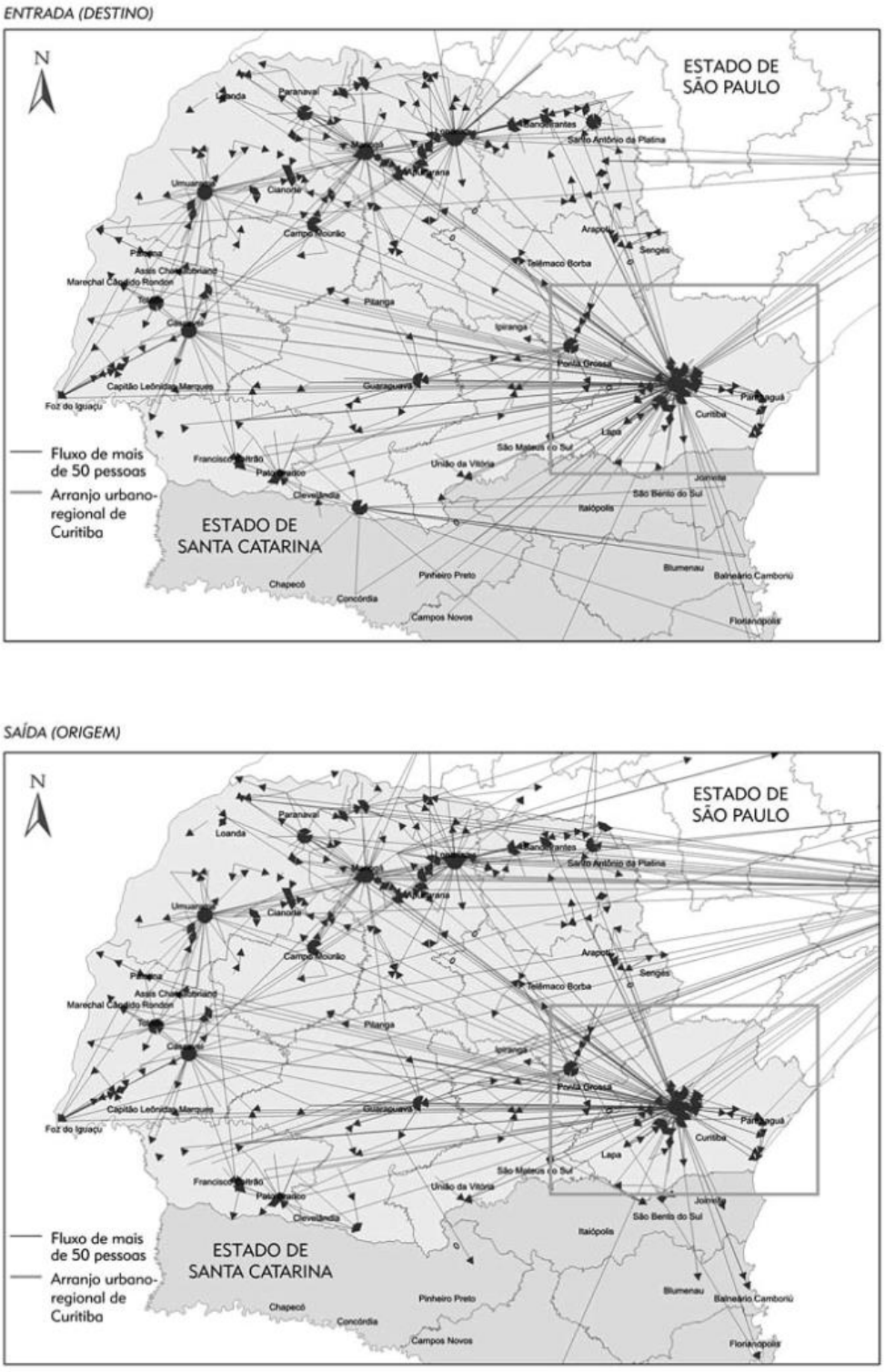
Figura 13: Gráfico de População que trabalha em município diferente do de residência segundo escolaridade, Litoral Paranaense, 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

A Figura 14, a seguir, elaborada a partir de dados do Censo 2000, demonstra não apenas a forte polarização exercida por Curitiba sobre todo o Paraná, mas principalmente a forte integração entre o Litoral Paranaense e a Região Metropolitana de Curitiba, devido principalmente à sua pequena distância geográfica. Essa proximidade se traduz na prática em uma integração do Litoral Paranaense à econômica metropolitana. Além disso, por se tratar de uma informação referente ao Censo 2000, demonstra-se que o fenômeno do deslocamento pendular já ocorre há algum tempo no Paraná e está bastante consolidado, observando-se as polarizações regionais do estado.

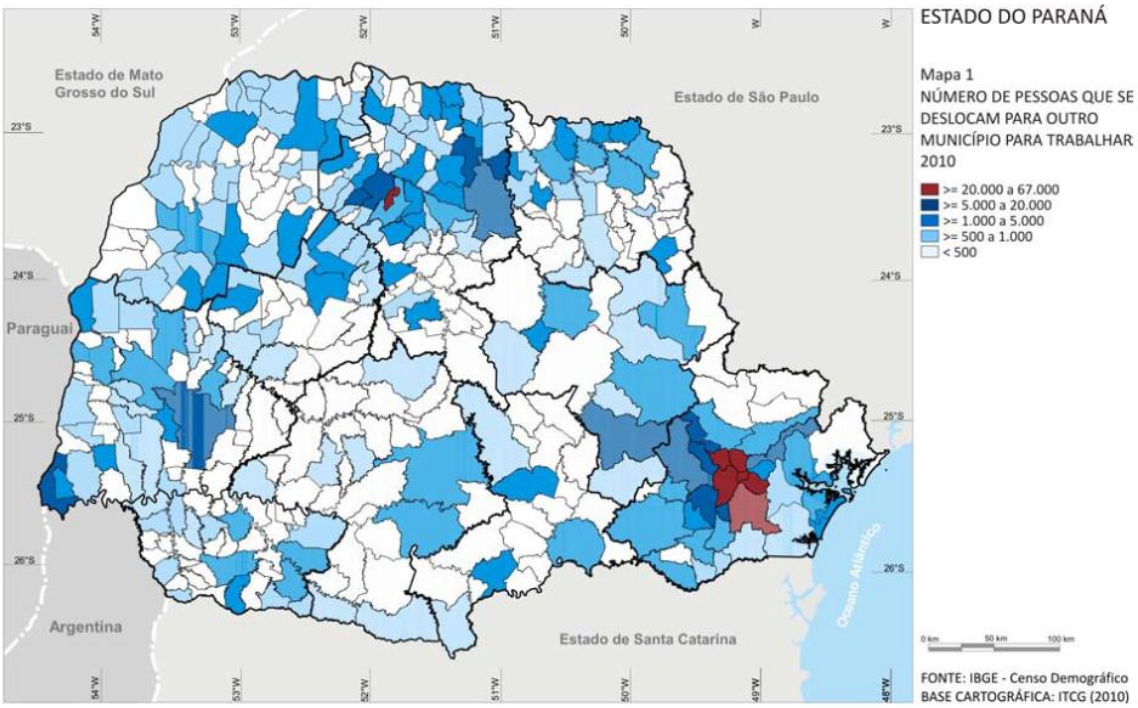
Figura 14: Gráfico de Fluxos pendulares no Paraná, 2000



Fonte: MOURA, Rosa. Movimento Pendular da população no Paraná: uma evidência da desconexão moradia/trabalho. In: Cadernos da Metrópole, v. 12, n. 23, jan/jun, 2010.

Um estudo mais recente, realizado a partir dos dados do Censo 2010 confirma essa assertiva, apresentando as regiões paranaenses com maiores volumes de deslocamento pendular (Figura 15)

Figura 15: Gráfico de número de pessoas que se deslocam para outro município para trabalhar, 2010



Fonte: CINTRA et all. Movimentos Pendulares no Paraná. IN: Cadernos Ipardes, v.2, n.2, p.15-31, jul/dez. Curitiba, 2012.

Contudo, é sabido que a população flutuante que se desloca para esses municípios durante o período de férias, feriados e finais de semana é grande. Apesar das estimativas não serem muito precisas é possível inferir o tamanho desse fenômeno a partir da condição de ocupação dos domicílios da região, conforme exposto no Quadro 7: Tabela de Domicílios segundo condição de ocupação, 2010

Quadro 7: Tabela de Domicílios segundo condição de ocupação, 2010

Local	Ocupados		Não ocupados				Coletivos		Total
			Uso ocasional		Vagos				
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Antonina	5.825	71,8	1.211	14,9	1.059	13,1	14	0,2	8.109
Guaraqueçaba	2.303	66,6	670	19,4	440	12,7	47	1,4	3.460
Guaratuba	10.061	41,8	12.178	50,6	1.734	7,2	74	0,3	24.047
Matinhos	9.761	29,4	21.411	64,6	1.928	5,8	65	0,2	33.165
Morretes	4.747	66,4	1.452	20,3	921	12,9	29	0,4	7.149
Paranaguá	40.561	87,1	1.710	3,7	4.099	8,8	208	0,4	46.578
Pontal do Paraná	7.099	26,0	17.695	64,7	2.470	9,0	72	0,3	27.336
Total	80.357	53,6	56.327	37,6	12.651	8,4	509	0,3	149.844

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Como se pode notar a proporção de domicílios não ocupados de uso ocasional varia bastante entre os municípios, mas é sempre elevada, com uma média de 37,6% na região como um todo. Cabe destacar que em Pontal do Paraná chega a cerca de 64% dos domicílios do município, proporção idêntica à de Matinhos seguido por Guaratuba, onde cerca de 50% dos domicílios são de uso ocasional. Morretes, Guaraqueçaba e Antonina também apresentam proporções elevadas de domicílios de uso ocasional, de respectivamente 19,4% e 14,9%. Apenas Paranaguá destoa desse padrão, apresentando cerca de 3,7% de seus domicílios como sendo de uso ocasional e cerca de 8,8% desocupados.

3.1.3 Projeções demográficas a partir dos investimentos levantados

As projeções demográficas foram elaboradas em dois estágios, de modo a se produzir um cenário no qual pudessem ser incorporados os impactos demográficos decorrentes do volume de novos postos de trabalho gerados pelos investimentos previstos pelo PDS Litoral.

A projeção demográfica elaborada pelo IPARDES[4] e o Censo 2010 serviram de base para a elaboração de uma nova projeção ajustada aos impactos anteriormente mencionados. A partir da projeção IPARDES, tomada como base e tendência vigente no território, estimou-se a oferta bruta de mão de obra no Litoral Paranaense no período considerado.

Essa estimativa foi comparada com as projeções de empregos – que fornece o estoque e o ritmo de criação de postos de trabalho - de modo que sua diferença permita ter-se uma ideia da magnitude da migração potencial para a região, estimando-se assim os eventuais saldos migratórios futuros.

A partir dessa comparação, estimou-se o saldo migratório futuro, de modo a ajustar a projeção demográfica tendencial, produzindo um cenário no qual se incorpora o impacto dos investimentos sobre o território.

Após a estimativa do saldo migratório futuro, baseado na projeção de empregos, elaborou-se uma nova projeção demográfica através do método dos componentes do crescimento demográfico considerando os saldos migratórios futuros estimados.

3.1.3.1 Incorporação dos empregos gerados pelos empreendimentos

A influência do empreendimento na dinâmica migratória local e regional foi estimada a partir da projeção das taxas de atividade e de ocupação da população dos municípios

4IPARDES. Projeção da População dos Municípios do Paraná para o Período 2018 a 2040. Nota Técnica. Disponível em: http://www.ipardes.pr.gov.br/ipardes/pdf/nota_tecnica_populacao_projetada.pdf Consulta em 16/11/2018.

considerados, de modo a estimar a “oferta líquida” de mão de obra local para o projeto. A taxa de atividade representa o percentual de pessoas economicamente ativas no total da população, estejam elas ocupadas ou não. Por outro lado, a taxa de ocupação representa o percentual de pessoas empregadas dentre a população economicamente ativa, seja em empregos formais ou informais.

Esse procedimento teve por base uma projeção demográfica tendencial, no caso, a projeção do IPARDES, a partir da qual foi possível determinar o volume futuro de pessoas em idade ativa (PIA), e da mão de obra potencial disponível, através da aplicação da Taxa combinada da desocupação e da força de trabalho potencial, calculada pela PNAD Contínua, para o 2º trimestre de 2018.

Uma vez obtido o volume de mão de obra disponível localmente obteve-se pela sua diferença simples com o volume de empregos novos gerados pelos investimentos, a quantidade de trabalhadores “de fora” ou migrantes que seriam necessários para suprir a demanda.

3.1.3.2 Projeção do número total de habitantes ajustada aos novos empregos gerados

O método dos componentes do crescimento demográfico consiste em simular a dinâmica demográfica de uma mesma geração de pessoas (coorte) ao longo de sua vida, tendo em vista que essa coorte está exposta a diferentes níveis de mortalidade, fecundidade e migração ao longo do tempo. As interações desses fatores produzem novas coortes, além de alterar o tamanho, a distribuição etária e por sexo da coorte analisada.

Tal método está baseado na equação compensadora da dinâmica demográfica, expressa por:

$P_{t+n}=P_t+(N-O)+(I-E)$,

onde a população final (P_{t+n}) é a resultante da população inicial (P_t) mais o crescimento vegetativo, representado pelo saldo entre nascimentos e óbitos (N-O), mais o saldo

migratório, representado pelo número de imigrantes menos o número de emigrantes para uma mesma área (I-E).

Desse modo, tomando-se uma população classificada por sexo e faixas etárias como população-base, aplicam-se taxas de mortalidade, fecundidade e migração correspondentes a cada uma das faixas etárias durante o período estipulado para a projeção, obtendo-se a população projetada ano a ano.

Considerando-se um ano t como ano-base da projeção, as populações masculina e feminina em uma dada idade x poderiam ser representadas por:

MP^t_x e FP^t_x

A proporção de pessoas de uma idade específica que sobrevive 1 ano (relação de sobrevivência) é representada por:

MS^t_x e FS^t_x

Considerando-se que a população sobrevivente é um ano mais velha, a população feminina (por exemplo) numa idade x+1 num ano t+1 pode ser representada por:

$$FP^{t+1}_{x+1} = FP^t_x.FS^t_x+G^t_x$$

Onde G^t_x representa a migração líquida para cada faixa etária.

No procedimento para a projeção, essas fórmulas são aplicadas a todos os grupos etários, com exceção do grupo menor de 1 ano de idade e do grupo aberto representado pelas pessoas com idade acima de 80 anos. Neste caso aplica-se a seguinte fórmula:

$$FP_{80+} = FP_{79+}.FS_{79+} + G_{79+}$$

Para obter a população com menos de 1 ano de idade ao final do ano t, primeiro calcula-se o número de nascimentos durante esse mesmo ano, o que é feito a partir do número de mulheres em idade fértil e suas taxas específicas de fecundidade por idade. A soma dos nascimentos é o total de nascimentos no ano t.

$$B_t = f^t_x. FP^t_x$$

onde:

B_t é o número total de nascimentos no ano t

f^t_x é a taxa de fecundidade específica por idade

Em função da complexidade de implementação do modelo de componentes do crescimento demográfico, optou-se por uma versão simplificada do modelo utilizado-se o *software* Spectrum Policy Modeling System, disponibilizado livremente pela *Avenir Health*[5], com farta documentação publicada a respeito de seu uso.

Trata-se de um *software* específico para projeção populacional, que reproduz fielmente o modelo dos componentes. Apresenta grande flexibilidade, permitindo diversos dados de entrada (por exemplo, taxas centrais de mortalidade, nascimentos, óbitos, saldo migratório, taxa líquida de migração, taxas específicas de fecundidade, taxa de fecundidade total, população por sexo e faixas etárias quinquenais ou simples etc.).

Além disso, o *software* tem uma biblioteca de tábuas-padrão de mortalidade, permitindo a escolha de modelos de mortalidade adequados à realidade local das áreas projetadas.

Em função da indisponibilidade de alguns dados para os municípios do Litoral Paranaense individualmente, optou-se por uma projeção de suas populações somadas, agregadas em uma única região, para depois desagregá-la novamente pelos municípios, através de suas tendências de crescimento pelo método *share-of-growth* (SMITH, 2001).

Desse modo, torna-se possível fazer simulações a respeito do comportamento futuro de uma população levando-se em consideração o comportamento futuro da migração, da fecundidade e da mortalidade, o que possibilita a criação de cenários de crescimento populacional.

5Avenir Health. *Spectrum Policy Modelling System.* Disponível em: https://www.avenirhealth.org/software-spectrum.php Acesso em: 09/11/2018

3.1.3.3 Desagregação da projeção por municípios

A desagregação da população projetada segundo os municípios do Litoral Paranaense foi realizada pelo método *share-of-growth*, segundo o qual se considera que a taxa de crescimento de uma área menor dentro de outra área durante o período projetado será a mesma taxa de um período anterior conhecido. Esse período conhecido é chamado período-base. Desse modo, o método baseia-se na contribuição da população da área menor para o crescimento populacional total da área maior estudada.

P_{it}: P_{il} +[(P_{il}-P_{ib})]/[(P_{jl}-P_{jb})x(P_{jt}-P_{jl})

onde i é a área menor (município), j é a área maior (somatória dos núcleos focais), t é o ano a ser projetado, l é o último ano com dados censitários e b é um ano anterior, também com dados censitários.

3.1.3.4 Premissas

Foram utilizadas as seguintes premissas para a elaboração da projeção ajudada:

- População em idade ativa – considerou-se o grupo etário de 14 anos (completos) ou mais como a população em idade ativa;
- Taxa de desocupação – foi utilizada a Taxa combinada da desocupação e da força de trabalho potencial referente à PNAD Contínua, 2º trimestre de 2018, e mantida conetante até o final do período projetado;
- População desocupada – Estimada a partir da aplicação da Taxa combinada da desocupação e da força de trabalho potencial à população em idade ativa fornecida pela Projeção IPARDES;
- População base – Utilizou-se como população-base para a projeção ajustada aos impactos a população censitária do Litoral Paranaense referente ao Censo 2010;
- Taxas de fecundidade e de mortalidade – Utilizaram-se as taxas de fecundidade e de mortalidade referentes ao Estado do Paraná, disponibilizadas pelo IBGE na

Projeção da População, Edição 2018 em sua planilha de indicadores implícitos na projeção[6].

3.1.3.5 Resultados (vide planilha anexa: Projeção ajustada – Base projeções IPARDES 2018-2040)

Devido às taxas negativas de crescimento apresentadas pelos municípios de Antonina e Guaraqueçaba apresentadas na projeção tendencial elaborada pelo IPARDES, adotou-se essa projeção como a mais provável, sendo que esses municípios não devem ter alterações significativas em suas trajetórias demográficas tendo-se por base o conjunto de informações disponíveis atualmente.

De acordo com as análises apresentadas no item 3.2. Demografia e fluxos migratórios, os municípios do Litoral Paranaense encontram-se dentro das grandes tendências nacionais e regionais em termos de fecundidade e mortalidade apenas com pequenas diferenças de nível, sem que, contudo, apresentem um padrão distinto.

Destacou-se tanto no item 3.2 quanto no item 6.3 a importância de a estrutura etária dos municípios apresentar uma diminuição proporcional da população em idade ativa, em particular nas faixas de 20 a 44 anos, o que sugere a emigração dessas faixas para outras regiões com maior dinamismo econômico e, consequentemente, maior oferta de empregos.

Em termos migratórios cabe ressaltar a intensa circulação migratória da região, sem que, contudo, essa circulação se converta em saldos migratórios muito elevados. Os saldos migratórios mais elevados ocorrem nos municípios de Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba, o que potencializou o crescimento demográfico desses municípios no último período censitário. Entre 2000 e 2020 houve uma pequena diminuição do saldo migratório do Litoral como um todo, mas há de se supor que a migração continuará a

6 IBGE. Projeção da População – Edição 2018. *Indicadores implicitos na projeção.*Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Projecao_da_Populacao/Projecao_da_Populacao_2018/projecoes_2018_indicadores.ods Acesso em: 9/11/2018

ser o motor do crescimento populacional regional por bastante tempo. Além disso, caso sejam realizados investimentos produtivos que ampliem a oferta de postos de trabalho a tendência de diminuição do saldo migratório certamente será revertida, potencializando o crescimento demográfico.

O deslocamento pendular, isto é, o deslocamento diário para outros municípios por motivo de trabalho não é muito intenso na região, sendo que apenas Antonina, Matinhos e Pontal do Paraná se destacam pelo percentual de pessoas que praticam essa modalidade de deslocamento.

Além dos deslocamentos intra-regionais, o Litoral Paranaense estabelece trocas populacionais importantes com a Região Metropolitana de Curitiba, cuja proximidade influencia os processos migratórios e de deslocamentos diários (pendulares). Nesse sentido, verificou-se uma maior participação da mão de obra qualificada (ensinos médio e superior) nos deslocamentos pendulares, o que pode representar um dificultador para a retenção dessa mão de obra na região. Por outro lado, a proximidade com a Região Metropolitana de Curitiba também representa uma oportunidade, na medida em que investimentos realizados no Litoral podem atrair mão de obra qualificada tendo à sua disposição o mercado de trabalho local e o metropolitano, sem o afluxo imediato de migrantes uma vez que o deslocamento diário entre os municípios é viável e bastante praticado.

Uma característica do Litoral, sua elevada proporção de domicílios de uso ocasional em todos os municípios da região excetuando-se Paranaguá, é um indicativo claro do desenvolvimento das atividades turísticas e sazonais bem como da capacidade local de absorção de uma grande população flutuante em períodos de temporada de veraneio[7]. Além da atividade portuária e da cadeia logística associada em Paranaguá, o turismo e serviços relacionados são as atividades que devem continuar a se expandir e ampliar sua

7 A estimativa de população sazonal é apresentada no capítulo 3.5.6.3.3 Padrões de Verticalização e Densidade Urbana no Litoral Sul.

importância no rol das atividades econômicas locais, independentemente de quaisquer outros investimentos realizados no Litoral.

A projeção demográfica elaborada a partir dessas tendências[8] resulta num crescimento relativamente baixo, de 1,46% ao ano entre 2018 e 2040, sendo que a população regional chegaria a cerca de 405 mil habitantes em 2040. Os municípios com os crescimentos mais vigorosos seriam Pontal do Paraná (3,27% a.a), Matinhos (2,01% a.a.) e Guaratuba (1,72% a.a.), que teriam aumentos expressivos em sua população.

Quadro 8: População total ajustada aos investimentos, Litoral Paranaense 2018-2040.

Ano	***2018***	***2020***	***2025***	***2030***	***2035***	***2040***
Antonina	19.645	19.743	19.947	20.017	19.945	19.721
Guaraqueçaba	8.170	8.216	8.307	8.326	8.288	8.198
Guaratuba	37.312	41.416	44.879	48.735	52.493	54.442
Matinhos	35.315	40.100	44.065	48.480	52.782	55.013
Morretes	16.404	16.787	17.184	17.626	18.057	18.280
Paranaguá	151.712	164.447	173.356	183.276	192.941	197.955
Pontal do Paraná	25.044	33.633	38.356	43.615	48.740	51.397
Total	**293.602**	**324.342**	**346.094**	**370.074**	**393.245**	**405.005**

Fonte: Os autores

A figura 16, a seguir, apresenta a comparação entre a projeção elaborada pelo Ipardes para o Litoral Paranaense e o cenário ajustado aos investimentos previstos, ressaltando a diferença da ordem de 63 mil habitantes em 2040, em relação à projeção tendencial elaborada pelo Ipardes.

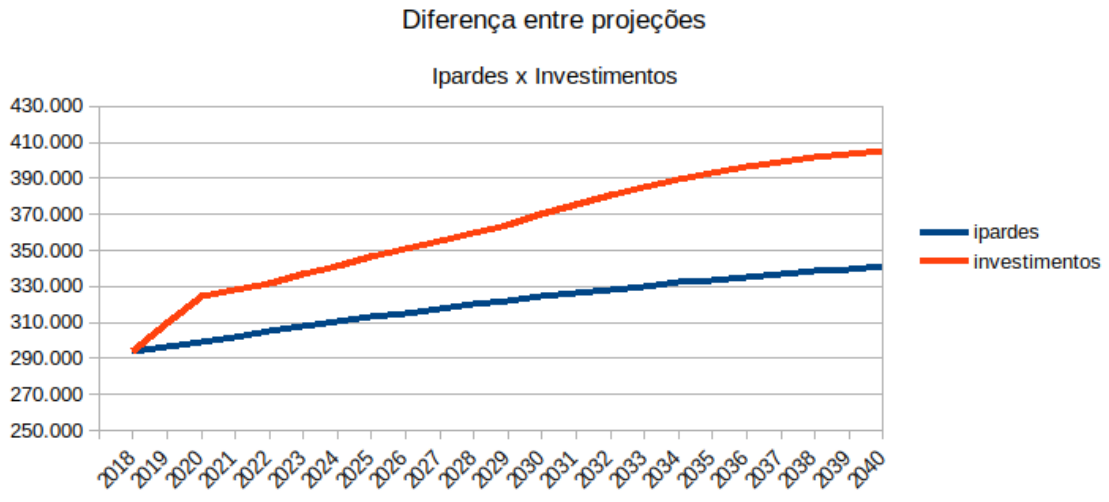
8 Foi utilizado o método dos componentes do crescimento demográfico.

Quadro 9: População total tendencial, Litoral Paranaense 2018-2040.

Ano	*2018*	*2020*	*2025*	*2030*	*2035*	*2040*
Antonina	19.645	**19.743**	**19.947**	**20.017**	**19.945**	**19.721**
Guaraqueçaba	8.170	**8.216**	**8.307**	**8.326**	**8.288**	**8.198**
Guaratuba	37.312	38.489	41.412	44.128	46.609	48.847
Matinhos	35.315	36.700	40.277	43.787	47.163	50.369
Morretes	16.404	16.483	16.654	16.684	16.595	16.389
Paranaguá	151.712	153.644	157.623	160.330	161.758	162.085
Pontal do Paraná	25.044	26.010	28.503	30.929	33.272	35.544
Total	**293.602**	**299.285**	**312.723**	**324.201**	**333.630**	**341.153**

Fonte: IPARDES, 2018. Disponível em: http://www.ipardes.pr.gov.br/imp/index.php Consulta em 16/11/2018.

Figura 16: Comparação entre o cenário tendencial e o ajustado, 2018-2040



Fonte: Os autores.

A desagregação da população segundo os municípios do Litoral Paranaense seguiu a tendência já apresentada, de um maior crescimento populacional em Paranaguá, Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba.

Isto se deve em parte por Paranaguá ser o grande polo econômico da região, cujas atividades em expansão congregariam a maioria dos trabalhadores migrantes. Contudo, devido à pequena extensão territorial do município e à sua proximidade e integração com os demais, especialmente com Matinhos e Pontal do Paraná, provavelmente haverá um "transbordamento" de sua população para esses municípios, cujo perfil majoritariamente turístico tende a se transformar, com uma ampliação de parcela residencial. Por outro lado, balneários como Guaratuba continuarão sua expansão, porém sempre com uma grande parcela de domicílios de uso ocasional e, consequentemente, uma enorme população flutuante.

3.1.4. Considerações finais

Pode-se dizer que os municípios do Litoral Paranaense encontram-se dentro das grandes tendências nacionais e regionais em termos de fecundidade e mortalidade apenas com pequenas diferenças de nível, sem que, contudo, apresentem um padrão distinto.

Um fato que cabe destacar é que a estrutura etária dos municípios apresenta uma diminuição proporcional da população em idade ativa, em particular nas faixas de 20 a 44 anos, o que sugere a emigração dessas faixas para outras regiões com maior dinamismo econômico e, consequentemente, maior oferta de empregos.

Em termos migratórios cabe ressaltar a intensa circulação migratória da região, sem que, contudo, essa circulação se converta em saldos migratórios elevados. Os saldos migratórios mais elevados ocorrem nos municípios de Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba, o que potencializou o crescimento demográfico desses municípios no último período censitário.

O deslocamento pendular, isto é, o deslocamento diário para outros municípios por motivo de trabalho não é muito intenso na região, sendo que apenas Antonina, Matinhos e Pontal do Paraná se destacam pelo percentual de pessoas que praticam essa modalidade de deslocamento.

Por outro lado, a elevada proporção de domicílios de uso ocasional em todos os municípios da região, excetuando-se Paranaguá, é um indicativo claro do desenvolvimento das atividades turísticas e sazonais bem como da capacidade local de absorção de uma grande população flutuante, que, conforme relatos, chega a 1,5 milhão de pessoas/ano, com expressiva concentração nos períodos de alta temporada[9].

No capítulo 6, referente à dimensão econômica do Plano de contextualização inicial, são realizadas projeções para o movimento demográfico baseadas nas reflexões aqui

[9] Bem Paraná. Disponível em <http://www.bemparana.com.br/noticia/364444/litoral-do-parana-vai-aumentar-sete-vezes-a-populacao-neste-fim-de-ano> Acesso em 15/02/2018.

apresentadas e nos dados obtidos sobre as características econômicas e sociais da população, considerando-se os investimentos previstos levantados.

3.2 PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL NATURAL E SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS

O patrimônio histórico e cultural paranaense, testemunha da história e do legado que outros povos e civilizações deixaram no território, engloba todos os bens que possuem representatividade para a identidade do Estado.

Conformam este patrimônio um amplo e variado rol de bens culturais materiais e imateriais, dentre os quais se incluem, prioritariamente, os bens tombados, registrados e os legalmente protegidos, como é o caso dos sítios arqueológicos e das unidades de conservação (UCs).

O litoral Paranaense possui sítios arqueológicos pré-coloniais, representados pelos sambaquis e ocupações de grupos pré-históricos de pescadores, e dispõe de um patrimônio cultural vinculado à história da colonização brasileira, como são os centros históricos de Antonina, Paranaguá e Morretes, que guardam remanescentes arquitetônicos deste período, assim como o seu traçado urbano, característico da organização colonial portuguesa no Brasil.

As antigas redes de comunicação estabelecidas entre os portos, vilas e freguesias do litoral paranaense com o planalto têm também um destacado valor patrimonial, exercendo papel chave no período de desenvolvimento nesta época. Destacam-se assim o Caminho do Itupava e a Estrada da Graciosa.

Outro caminho histórico presente no território, mas que não está investigado, é o caminho do Peabiru. Trata-se de um caminho de, aproximadamente, 3.500 km, que levava ao Deus-sol, conectando litoral com a Cordilheira dos Andes, atravessando o Paraná e o Paraguai.

As formas de expressão cultural, de caráter intangível, presentes no território são o fandango, a culinária local e tradicional, etc., aspectos que refletem a riqueza dos saberes e costumes das diferentes comunidades e se convertem em elementos que fazem parte da identidade estadual e nacional.

Por último, cumpre destacar o patrimônio natural, já que o litoral conta com algumas paisagens consideradas únicas e de valor inestimável, como a Serra do Mar, a Paisagem da Orla de Matinhos, a Ilha do Mel e a Ilha de Superagüi.

O objetivo deste capítulo é identificar, levantar e analisar a situação atual, tanto desde o ponto de vista do reconhecimento como da sua preservação. Este reconhecimento é importante para sua recuperação e salvaguarda e, além disso, para ordenação e gestão do território.

Ao mesmo tempo é analisada sua relevância no desenvolvimento de uma atividade econômica como é a vinculada ao turismo cultural que, dependendo do planejamento ou da sua ausência, pode trazer benefícios ou prejuízos à comunidade receptiva.

3.2.1 Marco normativo

A salvaguarda, difusão, conservação e gestão dos bens patrimoniais são procedimentos necessários para preserva-los e impedir sua destruição. O marco normativo sobre o qual se assenta a preservação patrimonial do Brasil está formado por leis e decretos leis de âmbito federal, estadual e municipal. Além disso, há que mencionar o referido ao patrimônio mundial.

3.2.1.1 Patrimônio mundial

O Decreto Legislativo nº 74, de 30 de junho de 1977, aprovou o texto da **Convenção à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural**. O patrimônio cultural seria formado por: os monumentos, conjuntos, ou lugares notáveis que tenham valor

universal excepcional do ponto de vista histórico, da arte, da ciência, etnológico ou antropológico.

A Convenção à proteção do patrimônio mundial, cultural e natural estabelece que cada um dos estados signatários da convenção reconhece a obrigação de identificar, proteger, conservar, valorizar e transmitir às futuras gerações o patrimônio cultural e natural situado em seu território.

No que se refere à proteção do patrimônio cultural imaterial, é importante mencionar o Decreto nº 5.753, de 12 de abril de 2006, que aprovou a **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**, adotada em Paris, em 2003.

Ademais, a **Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais**, aprovada pelo Decreto Legislativo nº485, de 20 de dezembro de 2006, promulga o respeito e proteção dos sistemas de conhecimentos tradicionais, a diversidade das expressões culturais, etc.

3.2.2.2 Âmbito federal

A nível nacional, o início esteve marcado pelo **Decreto Lei nº 25 de 1937** que organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e o seu tombamento. É o primeiro instrumento legal de proteção do patrimônio cultural do Brasil e das Américas.

Anteriormente, a **Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937**, assentava as bases que orientavam a atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que é o organismo responsável por proteger e promover os bens culturais do país.

Em 1938 têm lugar as primeiras iniciativas de proteção com o tombamento nacional de edifícios e acervos museológicos.

Além disso, o **artigo 216** da **Constituição Federal de 1988** inclui uma definição do patrimônio cultural como “os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”. Esta definição

endossa uma preocupação por preservar o pluralismo cultural e étnico da sociedade brasileira e reconhece o **patrimônio arqueológico** como parte integrante do Patrimônio Cultural Brasileiro, que é protegido pela **Lei 3.924, de 26 de julho de 1961.**

Esta lei no seu artigo 1º estabelece que "os monumentos arqueológicos ou pré-históricos de qualquer natureza existentes no território nacional e todos os elementos que neles se encontram ficam sob a guarda e proteção do Poder Público"

O **Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000**, instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) e consolidou o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC).

Também não se pode deixar de apontar a **Lei n° 6.513, de 20 de dezembro de 1977**, que dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico e sobre o inventário com finalidades turísticas dos bens de valor cultural e natural.

3.2.2.3 Âmbito estadual

A política patrimonial no Paraná inicia-se, de forma pioneira, na década de 30 através da criação do Conselho Superior de Defesa do Patrimônio Cultural do Paraná, mediante a **Lei n. 38/1935**. Trata-se de um órgão consultivo para atuar na defesa do patrimônio cultural e "*defender as riquezas naturais, artísticas, literárias e históricas do Estado" e "evitar a evasão da coleção de indumentária, filatélica, armas e quaisquer outras que se relacionam com a riqueza cultural e estética do Paraná, propondo a sua aquisição pelo Estado*" (ZANIRATO, 2009)

A consolidação do marco legal paranaense para a salvaguarda do patrimônio cultural produziu-se a partir da **Lei Estadual 1.211 de 16 de setembro de 1953**, que dispõe sobre o patrimônio histórico, artístico e natural do Estado (alinhado com o Decreto-Lei 25/1937) e o seu tombamento.

Em 1979 cria-se a Secretaria de Estado da Cultura (SEEC), a Coordenação do Patrimônio Cultural (CPC) e a Curadoria do Patrimônio Histórico, como unidade técnica do CPC, responsável pelo cumprimento da Lei 1.211.

O **Decreto 708, de 26 de junho de 1979**, regula a estrutura da Secretaria de Estado da Cultura, no que se inclui o Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (CEPHA). Este Conselho constitui órgão normativo e consultivo, auxiliar na formação, acompanhamento e avaliação da política relativa ao patrimônio histórico, artístico e natural do Paraná.

(...)

3.2.2.4 Âmbito municipal

Conforme a Constituição Federal de 1988, os municípios, da mesma forma que a União, os estados e o Distrito Federal, também são "responsáveis pela proteção de documentos, obras e outros bens considerados de valor histórico, artístico e cultural, além de paisagens naturais notáveis e sítios arqueológicos". No artigo 30 estabelece-se que compete aos municípios: "Promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação fiscalizadora federal e estadual".

No âmbito municipal, é possível preservar áreas de interesse cultural e ambiental por meio de instrumentos legais de planejamento, como os Planos Diretores (obrigatórios para cidades de mais de 20.000 habitantes), que estabelecem diretrizes para a proteção do patrimônio cultural.

A seguir, detalham-se as leis municipais para a preservação do patrimônio municipal:

- Morretes:
  - » **Lei Nº 52/2001**, que dispõe sobre a preservação do patrimônio cultural e natural do município de Morretes, cria o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico Artístico e Natural e institui o Fundo Municipal ***de proteção do patrimônio cultural.***
- Paranaguá:
  - » **Lei Complementar Municipal nº 60/2007** que institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado e estabelece os objetivos, instrumentos e diretrizes para as ações de planejamento no município, entre os que se inclui a "preservação, recuperação e valorização do ambiente e patrimônio natural e cultural".
  - » **Lei complementar Municipal nº 62/2007** das Unidades de Interesse de Preservação (UIP), constituída por edificações que apresentam interesse histórico, patrimonial e arquitetônico significativos para a manutenção da memória do Município de Paranaguá. Consideram-se UIP todo imóvel edificado até o final da década de 1940, situado nas áreas delimitadas como Setor Histórico e Setor da Área Envoltória.

3.2.2 Instrumentos de proteção do patrimônio

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) é uma autarquia federal, criado por meio da Lei 378, vinculada ao Ministério da Cultura que responde pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro.

Nos artigos 215 e 216, a Constituição reconhece a existência de bens culturais de natureza material e imaterial, além de estabelecer as formas de preservação desse patrimônio: o **registro**, o **inventário** e o **tombamento**.

- REGISTRO

O Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, instituído pelo Decreto nº 3.551, é o instrumento legal de preservação, reconhecimento e valorização do patrimônio imaterial. Os bens que se incluem neste registro classificam-se em:

» ***Saberes*:** Reúnem conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades. Geralmente estão associados à produção de objetos e/ou prestação de serviços que podem ter sentidos práticos ou rituais.

» ***Celebrações*:** Reúne os rituais e festas que marcam vivência coletiva, religiosidade, entretenimento e outras práticas da vida social.

» ***Formas de Expressão*:** Trata-se da apreensão das performances culturais de grupos sociais, como manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas, que são por eles consideradas importantes para a sua cultura, memória e identidade.

» ***Lugares*:** Nele são inscritos os mercados, feiras, santuários e praças onde se concentram e/ou se reproduzem práticas culturais coletivas.

- INVENTÁRIO

O Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) contempla edificações associadas a certos usos, as significações históricas e a imagens urbanas, independentemente de sua qualidade arquitetônica ou artística.

- TOMBAMENTO

O tombamento é o instrumento de reconhecimento e proteção do patrimônio cultural mais conhecido, e pode ser feito pela administração federal, estadual e municipal. Há quatro livros do tombo:

» *Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico*, onde são recolhidos os bens culturais em função do valor arqueológico, etnográfico ou

paisagístico como vestígios da ocupação humana pré-histórica ou histórica, áreas naturais, conjuntos arquitetônicos, etc.

- » *Livro do Tombo Histórico*, formado pelo conjunto de bens móveis e imóveis existentes no brasil e cuja conservação seja de interesse público por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil.
- » *Livro do Tombo de Belas Artes*, que reúne as inscrições dos bens culturais em função do valor artístico.
- » *Livro Tombo das Artes Aplicadas*, onde são inscritos os bens culturais em função do valor artístico.

O objetivo do tombamento de um bem cultural é impedir sua destruição ou mutilação, mantendo-o preservado para as gerações futuras.

Além destes instrumentos, o patrimônio conta com outros instrumentos mais específicos como:

- VALORAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL FERROVIÁRIO

Aqui são inscritos os bens oriundos do espólio da extinta Rede Ferroviária Federal (RFFSA). A **Lei nº 11.487/2007** atribuiu ao IPHAN a obrigação de "receber e administrar os bens móveis e imóveis de valor artístico, histórico e cultural, oriundos da extinta RFFSA, e zelar pela sua guarda e manutenção".

- CHANCELA DA PAISAGEM CULTURAL

Este instrumento foi lançado em 2009 pelo IPHAN, conforme a Portaria IPHAN nº 127/2009. Reconhece a importância cultural de porções peculiares do território nacional, representativas do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores.

O IPHAN é o principal articulador de ações de valorização, planejamento e gestão desse patrimônio.

3.2.3 Levantamento do patrimônio histórico, cultural e sítios arqueológicos no Litoral do Paraná

A seguir, descreve-se o patrimônio histórico, cultural e sítios arqueológicos identificados no litoral do Paraná, para cada um dos sete municípios que o integram.

Previamente à apresentação dos bens patrimoniais históricos e culturais, é preciso fazer referência a aqueles bens reconhecidos que têm uma abrangência supra-municipal, como é o caso da **Serra do Mar,** que integra seis dos 7 municípios do Litoral (Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes e Paranaguá) e cinco da Região Metropolitana de Curitiba (Piraquara, Campina Grande do Sul, Quatro Barras, São José dos Pinhais e Tijucas do Sul).

A Serra do Mar foi oficialmente tombada pelo Governo do Paraná em 1986, por meio da Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, Coordenadoria do Patrimônio Cultural - Curadoria do Patrimônio Histórico e Artístico e inscrita no Tombo arqueológico, etnográfico e paisagístico.

A área tombada, de 386 mil hectares, compreende unidades ambientais diferenciadas pela conformação e pela característica da vegetação, distinguindo-se a serra propriamente dita, os vales intermediários, o planalto e a planície costeira.

A Serra inclui a **Área Especial de Interesse Turístico do Marumbi**, criada através da Lei Estadual nº 7.919/84 com o objetivo de proteger parte significativa de Mata Atlântica do Estado do Paraná, disciplinar a ocupação do solo e proteger os recursos naturais, as paisagens e os acidentes geográficos. Do litoral, abrange os municípios de Antonina e Morretes.

Figura 17: Imagens da Serra do Mar

Fonte: SEET, 2018.

Em 1991, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) reconheceu parte da região como Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.

3.2.3.1 Antonina

Antonina é uma das mais antigas ocupações do Paraná, foi colonizada em meados do século XVII, criando-se a Freguesia de Nossa Senhora do Pilar da Graciosa (1719), tornando-se Vila de Antonina em 1797 (PREFEITURA ANTONINA, 2018). Sua posição estratégica na baía e a transposição da Serra do Mar através do histórico Caminho da Graciosa favoreceu sua ocupação.

O município conta com bens tombados de importância federal, estadual e municipal, destacando-se principalmente seu Centro Histórico.

O **Centro Histórico de Antonina** conta com edificações remanescentes da arquitetura eclética e arquitetura romântica, caracterizada pela forma do telhado, com cumeeira perpendicular à fachada, utilizando o sótão, e o uso da camarinha em ornamentação de beiral (lambrequins). Esta riqueza arquitetônica foi reconhecida e protegida pelo IPHAN, com o tombamento em 2012.

O tombamento compreende o centro histórico da cidade e o complexo das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo. Dentre os espaços tombados destacam-se: a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar (1714), Igreja São Benedito (1824), Teatro Municipal (1906) e Estação Ferroviária (1922).

Cabe ressaltar que a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar já era tombada como patrimônio pelo governo estadual e inscrita no Tombo Histórico em 1999.

Figura 18: Imagens de bens patrimoniais tombados no município de Antonina

Fonte: Prefeitura Antonina, 2018.

O complexo das Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, fechadas em 1972, são o reflexo do período de crescimento econômico da cidade no final do século XIX e primeiro terço do século XX com a fase de ouro do ciclo da erva mate. Na época o porto de Antonina chegou a ser o quarto mais importante do país (RIBEIRO; TARLOMBANI, 2015).

Além destes, há no município outros bens tombados a nível estadual e municipal que são apresentados no seguinte quadro:

Quadro 10: Outro patrimônio material tombado estadual e municipal no município de Antonina

Nome atribuído	Descrição	Ano tombamento	Âmbito
Acervo da Farmácia internacional de Antonina	É uma edificação de referência para a cidade desde o início do século XX. O mobiliário e equipamentos formam um conjunto, guardando referência às antigas boticas.	2007	ESTADUAL
Fonte da Carioca	Segundo dados da CPC, o uso de suas águas dataria do início da ocupação de Antonina no final do século XVII e início do XVIII, possibilitando o assentamento dos colonizadores europeus.	1969	ESTADUAL
Igreja do Bom Jesus do Saivá	Igreja construída no final do Século XIX. Segundo dados da CPC é o único exemplar antigo de arquitetura religiosa de Antonina que não sofreu modificações irreparáveis.	1970	ESTADUAL
Arquivo municipal de Antonina	Está composto pela documentação produzida pela Câmara da Prefeitura de Antonina. Contempla a ocupação do litoral paranaense, a história política das relações entre Antonina, Paranaguá e Curitiba, documentos referentes ao Porto e indústrias Matarazzo, etc.	1990	ESTADUAL

Fonte: Os autores.

Sítios arqueológicos

No município de Antonina estão cadastrados vários sambaquis que falam das populações indígenas que exploravam os recursos do litoral, localizados na zona costeira da baía. Um grande número destes sambaquis está destruído ou parcialmente destruído. Um dos maiores sambaquis identificados no litoral do Paraná é o João Godo I (além do Guaraguaçú B em Paranaguá) que possui 300x100x5 metros (PARELLADA, 1993), um dos poucos sambaquis pesquisados neste município.

720000

740000

7220000

7200000

7180000

PARANÁ

SÃO PAULO

BR 116

PR 405

PR 340

PR 410

PR 410

PR 408

Antonina

Morretes

7

BENS TOMBADOS - ANTONINA

1 - ACERVO DA FARMÁCIA INTERNACIONAL DE ANTONINA
2 - ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE ANTONINA
3 - FONTE DA CARIOCA
4 - IGREJA DO BOM JESUS DO SAIVÁ
5 - IGREJA DO NOSSA SENHORA DO PILAR
6 - ARQUIVO MUNICIPAL DE ANTONINA
7 - SERRA DO MAR
8 - IGREJA DE SÃO BENEDITO
9 - TEATRO MUNICIPAL

Inventário de Bens Tombados - Antonina

Legenda

- Bens Tombados
- Rodovias Estaduais
- Rodovias Federais
- Malha Ferroviária
- Massa de Água
- Limite dos Municípios da Área de Estudo

Municípios

- Antonina
- Guaraqueçaba
- Morretes
- Paranaguá

Limite de Estados

- Paraná
- Santa Catarina
- São Paulo

PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

PDS_LITORAL

N

4 2 0 4 km

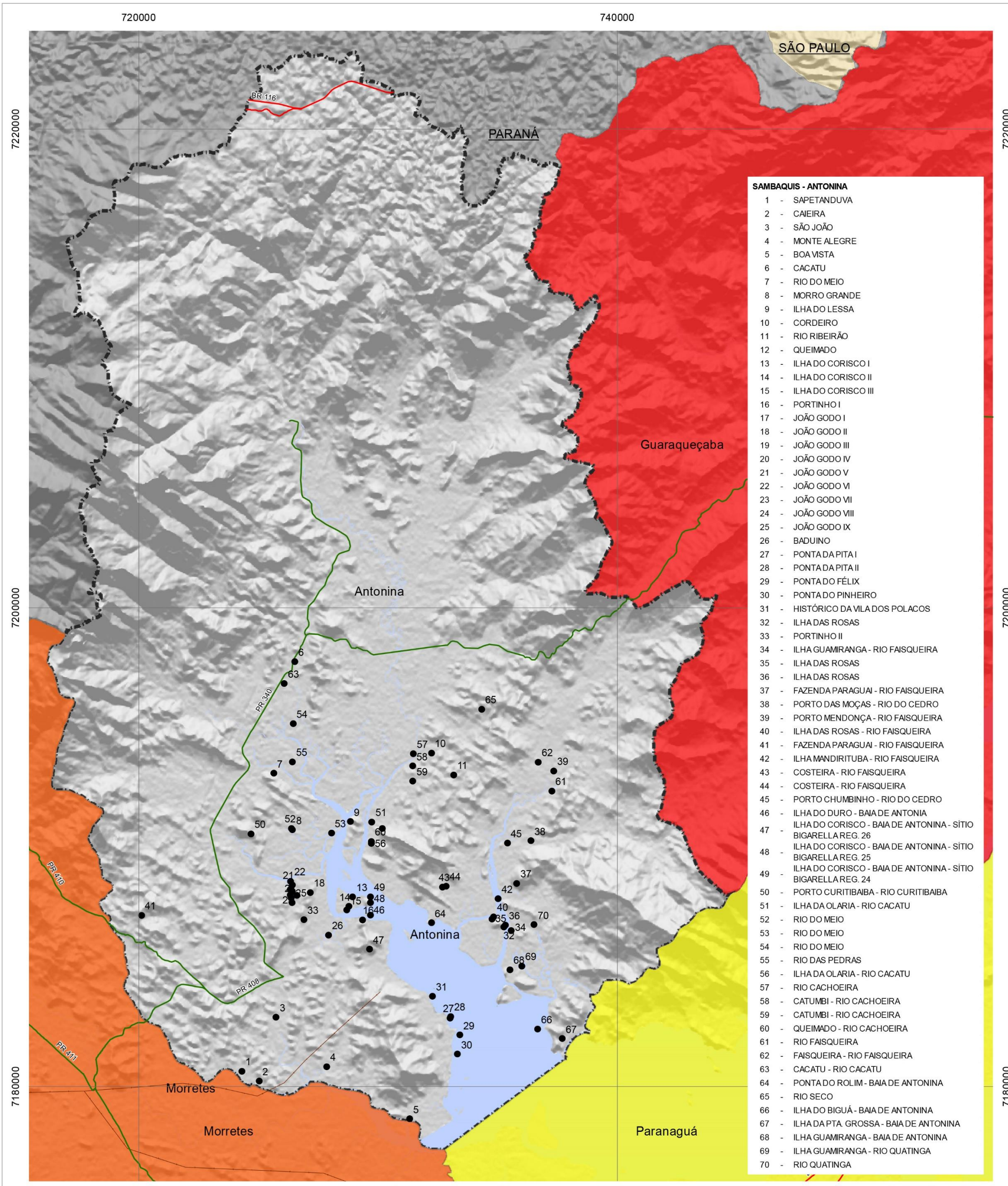
DADOS TÉCNICOS:

MERIDIANO CENTRAL: 51° WGr
DATUM HORIZONTAL: SIRGAS 2000 - 22S
DATUM VERTICAL: IMBITUBA-SC

FONTE DOS DADOS: RODOVIAS, FERROVIAS: PNLT (2017);
LIMITES MUNICIPAIS, MASSA DE ÁGUA: ITCG (2016);
NOME MUNICIPIOS, LIMITES ESTADUAIS: IBGE (2015, 2016);
RELEVO SOMBREADO, INPE (2011); BENS TOMBADOS, SEC (2018).

DATA: AGOSTO - 18 ESC.: 1:150.000

PARANÁ · THE WORLD BANK · BARCELONABRASILGROUP · Mcrit · hidria · Quanta



Inventário de Sambaquis - Antonina

Legenda

- Sambaquis
- Rodovias Estaduais
- Rodovias Federais
- Malha Ferroviária
- Massa de Água
- Limite dos Municípios da Área de Estudo

Municípios

- Antonina
- Guaraqueçaba
- Morretes
- Paranaguá

Limite de Estados

- Paraná
- Santa Catarina
- São Paulo

PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

PDS_LITORAL

N

4 2 0 4 km

DADOS TÉCNICOS:

MERIDIANO CENTRAL: 51° WGr
DATUM HORIZONTAL: SIRGAS 2000 - 22S
DATUM VERTICAL: IMBITUBA-SC

FONTE DOS DADOS: RODOVIAS, FERROVIAS: PNLT (2017);
LIMITES MUNICIPAIS, MASSA DE ÁGUA: ITCG (2016);
NOME MUNICIPIOS, LIMITES ESTADUAIS: IBGE (2015, 2016);
RELEVO SOMBREADO, INPE (2011); BENS TOMBADOS, SEC (2018).

DATA: AGOSTO - 18 ESC.: 1:150.000

PARANÁ THE WORLD BANK BARCELONABRASILGROUP Mcrit hidria Quanta

3.2.3.2 Guaraqueçaba

O território geográfico de Guaraqueçaba é constituído basicamente de Floresta Atlântica, baías geográficas e mar aberto. Os vestígios mais antigos da presença humana no entorno de Guaraqueçaba são os sambaquis, com cerca de 6.500 anos.

O legado colonial da cidade está composto por algumas obras arquitetônicas do século XIX, com características do estilo colonial. Contudo, a maior parte do conjunto de edificações passou por muitas reformas e modificações, o que provocou uma importante perda de patrimônio histórico e descaracterização da área (MIRANDA DE SOUZA, 2010).

Os bens patrimoniais mais destacados do município são a **Serra do Mar** e a **Ilha do Superagüi**, incluída no tombo arqueológico, etnográfico e paisagístico em 1985.

Reconhece-se assim a paisagem resultante do processo de transgressões e regressões marinhas do litoral do Paraná, na qual se insere o Superagüi, planície de restingas formada pela superposição de várias camadas de depósitos marinhos.

Sítios arqueológicos

A ocupação humana na ilha data de épocas pré-históricas, como testemunha a presença de diversos sambaquis. Em 1852 está registrada a fundação de uma colônia de origem suíça, da qual restam vestígios arqueológicos e humanos.

Os sambaquis como sítios arqueológicos formam parte do patrimônio da União. O levantamento e cadastramento destes sambaquis foram realizados em grande medida pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) na Área de Proteção Ambiental (APA) de Guaraqueçaba (IPARDES, 2001).

Patrimônio Imaterial

Fruto da interação entre a população nativa e o europeu, nasce a cultura caiçara, formada ao longo do processo de ocupação entre o litoral norte do Paraná e Sul do Rio de Janeiro. Esta cultura desenvolve práticas culturais complexas que se manifestam por

um modo de vida próprio, entre as quais se aponta o fandango como um dos elementos centrais (IPHAN, 2011).

O **Fandango Caiçara** recebeu o reconhecimento como Patrimônio Cultural Brasileiro de Natureza Imaterial em 2012. Esta é uma forma de expressão profundamente enraizada no cotidiano das comunidades caiçaras, um espaço de reiteração de sua identidade. Esta manifestação cultural também ocorre nos municípios de Morretes e Paranaguá.

Figura 19: Fandango de Caiçara

Fonte: IPHAN, 2018.

740000 760000 780000 800000

7240000 7220000 7200000 7180000

PARANÁ

SÃO PAULO

1011

PR 405

Guaraqueçaba

OCEANO ATLÂNTICO

11
10

aguá

BENS TOMBADOS - GUARAQUEÇABA

10 - ILHA DO SUPERAGÜI

11 - SERRA DO MAR - PORÇÃO TERRITORIAL NO MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA

740000 760000 780000 800000

Inventário de Bens Tombados - Guaraqueçaba

Legenda

- Bens Tombados
- Rodovias Estaduais
- Rodovias Federais
- Malha Ferroviária
- Massa de Água
- Limite dos Municípios da Área de Estudo

Municípios

- Antonina
- Guaraqueçaba
- Paranaguá

Limite de Estados

- Paraná
- Santa Catarina
- São Paulo

PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

PDS_LITORAL

N

6 3 0 6 km

DADOS TÉCNICOS:

MERIDIANO CENTRAL: 51° WGr
DATUM HORIZONTAL: SIRGAS 2000 - 22S
DATUM VERTICAL: IMBITUBA-SC

FONTE DOS DADOS: RODOVIAS, FERROVIAS: PNLT (2017);
LIMITES MUNICIPAIS, MASSA DE ÁGUA: ITCG (2016);
NOME MUNICIPIOS, LIMITES ESTADUAIS: IBGE (2015, 2016);
RELEVO SOMBREADO, INPE (2011); BENS TOMBADOS, SEC (2018).

DATA: AGOSTO - 18 ESC.: 1:250.000

PARANÁ THE WORLD BANK BARCELONABRASILGROUP Mcrit hidria Quanta

740000 760000 780000 800000

7260000 7240000 7220000 7200000 7180000

PARANÁ

SÃO PAULO

Paranaguá

OCEANO ATLÂNTICO

PR 508 PR 407 PR 412

SAMBAQUIS - GUARAQUEÇABA

71 - ILHA DO PINHEIRINHO I
72 - ILHA PEQUENA
73 - ILHA DO PINHEIRINHO II
74 - SACO DO BARBADO
75 - PONTA DO BARBADO
76 - MORRO DO PINTO I
77 - MORRO DO PINTO II
78 - RIO REAL I
79 - RIO REAL II
80 - RIO REAL III
81 - RIO DO ENGENHO
82 - ILHA
83 - MORRO DO CANUDAI I
84 - RIO SEGREDO
85 - ILHA DO SEGREDO
86 - ILHA DO SAMBAQUI
87 - RIO BOGUAÇU
88 - FOZ DO RIO DO MEIO
89 - FOZ DO RIO SEGREDO
90 - RIO SEBUI I
91 - ILHA DO RABELO I
92 - ILHA DO RABELO II
93 - ILHA DO RABELO III
94 - ILHA DO POVOÇA
95 - TROMOMO
96 - FOZ DO RIO PORUQUARA
97 - RIO PEQUENO
98 - RIO DAS PEÇAS I
99 - RIO DAS PEÇAS II
100 - RIO DAS PEÇAS III
101 - RIO DAS PEÇAS IV
102 - RIO DAS LARANJEIRAS
103 - GUANANDITUBA I
104 - GUANANDITUBA II
105 - RIO DO MENDES
106 - GUAPICU
107 - SAPOTE
108 - SAPO
109 - ILHA DAS LARANJEIRAS I
110 - FURADO GRANDE
111 - FURADO DO GORDIANO
112 - VERMELHO
113 - CANAL DA DRAGA I
114 - CANAL DA DRAGA II
115 - MORRO DO FRANCO
116 - GUARAQUECABA I
117 - GUARAQUECABA II
118 - GUAXINDUBA
119 - ILHA DO BENITO I
120 - ILHA DO BENITO II
121 - ILHA DO BENITO III
122 - SPARTINA
123 - COSTÃO I
124 - COSTÃO II
125 - HISTORICO A - ILHA DAS GAMELAS
126 - HISTORICO B - ILHA DAS GAMELAS
127 - HISTORICO C - ILHA DAS GAMELAS
128 - BLOCOS
129 - HISTORICO D - ILHA DAS GAMELAS
130 - PORTINHO
131 - MÁRCIA
132 - MOACIR BARBOSA
133 - PONTA NORDESTE DA ILHA RASA
134 - ILHA GRANDE I
135 - ILHA GRANDE II
136 - ILHA DO PINTO
137 - ALMEIDA I
138 - ALMEIDA II
139 - VILA MARIANA
140 - PARTE OESTE DA ILHA RASA
141 - PONTA DA MARIANA
142 - ILHA RASA
143 - BAIA DOS PINHEIROS
144 - RIO DA CACADA
145 - ESTEIRO
146 - RIO SEBUI II
147 - RIO SEBUI III
148 - ILHA DAS LARANJEIRAS II
149 - GUAPICU - ILHA DAS PECAS

Inventário de Sambaquis - Guaraqueçaba

Legenda

- Sambaquis
- Rodovias Estaduais
- Rodovias Federais
- Malha Ferroviária
- Massa de Água
- Limite dos Municípios da Área de Estudo

Municípios

- Antonina
- Guaraqueçaba
- Guaratuba
- Morretes
- Paranaguá
- Pontal do Paraná

Limite de Estados

- Paraná
- Santa Catarina
- São Paulo

PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

PDS_LITORAL

N

8 4 0 8 km

DADOS TÉCNICOS:

MERIDIANO CENTRAL: 51° WGr
DATUM HORIZONTAL: SIRGAS 2000 - 22S
DATUM VERTICAL: IMBITUBA-SC

FONTE DOS DADOS: RODOVIAS, FERROVIAS: PNLT (2017);
LIMITES MUNICIPAIS, MASSA DE ÁGUA: ITCG (2016);
NOME MUNICIPIOS, LIMITES ESTADUAIS: IBGE (2015, 2016);
RELEVO SOMBREADO, INPE (2011); BENS TOMBADOS, SEC (2018).

DATA: AGOSTO - 18 ESC.: 1:300.000

PARANÁ THE WORLD BANK BARCELONABRASILGROUP Mcrit hidria Quanta

3.2.3.3 Guaratuba

A origem do povoamento de Guaratuba, segundo cronistas paranaenses, data do ano de 1656, como freguesia de Paranaguá. Em 27 de abril de 1771 a povoação de Guaratuba foi elevada à categoria de Vila, a partir da sua separação de Paranaguá.

Patrimônio material

O Centro Histórico de Guaratuba foi desenvolvido no século XVIII, mas muito pouco foi mantido da arquitetura colonial. Possui espaços urbanos de grande potencial paisagístico que se encontram em processo de degradação e que necessitam de intervenção urbanística.

No ano da instalação da Vila já se têm conhecimento da **Igreja Matriz de Nossa Senhora do Bom Sucesso**, uma pequena joia da arquitetura do Brasil colonial, declarada como Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1941 e tombada como patrimônio estadual em 1966.

De linhas coloniais muito simples, foi edificada em alvenaria de pedra argamassada e atualmente divide-se em quatro corpos: nave, capela-mor, sineira e sacristia. Enquadrada por cunhais, arrematados por coruchéus, ambos em cantaria, a fachada principal é rasgada por portada e das janelas à altura do coro. Todos os requadros da fachada são também em cantaria, vergas e sobrevergas arqueadas. O frontão é movimentado por graciosas curvas e contracurvas e vazado por óculos polilobulados. Encima a cruz também lavrada em cantaria.

Outro remanescente do período colonial é o **Sobrado Colonial**, tombado pelo Estado em 1966. Sua construção situa-se entre o final do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX. Trata-se de sobrado de planta quadrada, construído em alvenaria mista, pedra e tijolos, cobertura em telhado de quatro águas, telhas canal, arrematado por beira-seveira. Constitui-se num significativo exemplar da linhagem de sobrados edificados consoante ao partido colonial espalhados pelo país. O imóvel era utilizado para comércio e moradia.

Sítios arqueológicos

A Baía de Guaratuba também se destaca pela sua riqueza arqueológica. Em diversos levantamentos de campo e inventários realizados por estudiosos como Bigarella (1950), Ângulo (1992), etc. identificaram-se sambaquis (FERNANDES, BANDEIRA, e WASILWESKI, 2014). No Parque Estadual de Boguaçu foram encontrados o sambaqui do Élcio e o sambaqui da Barra Velha.

O Parque Estadual encontra-se dentro da Área de Proteção Ambiental de Guaratuba (1992) que tem como objetivo resguardar os aspectos biológicos, cênicos e culturais de quase 200 mil hectares de Floresta Atlântica e ecossistemas associados.

-5440000 -5420000

-2940000 -2960000 -2980000

Morretes
Paranaguá
Pontal do Paraná
Matinhos
Guaratuba
PARANÁ
SANTA CATARINA
OCEANO ATLÂNTICO

PR 408
PR 804
BR 277
PR 407
PR 508
PR 412
BR 376

BENS TOMBADOS - GUARATUBA

12 - IGREJA NOSSA SENHORA DO BOM SUCESSO - MATRIZ
13 - SERRA DO MAR - PORÇÃO TERRITORIAL NO MUNICÍPIO DE GUARATUBA
14 - SOBRADO COLONIAL - CASARÃO DO PORTO

Inventário de Bens Tombados - Guaratuba

Legenda

- Bens Tombados
- Rodovias Estaduais
- Rodovias Federais
- Malha Ferroviária
- Massa de Água
- Limite dos Municípios da Área de Estudo

Municípios

- Antonina
- Guaratuba
- Matinhos
- Morretes
- Paranaguá
- Pontal do Paraná

Limite de Estados

- Paraná
- Santa Catarina
- São Paulo

PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

PDS_LITORAL

N

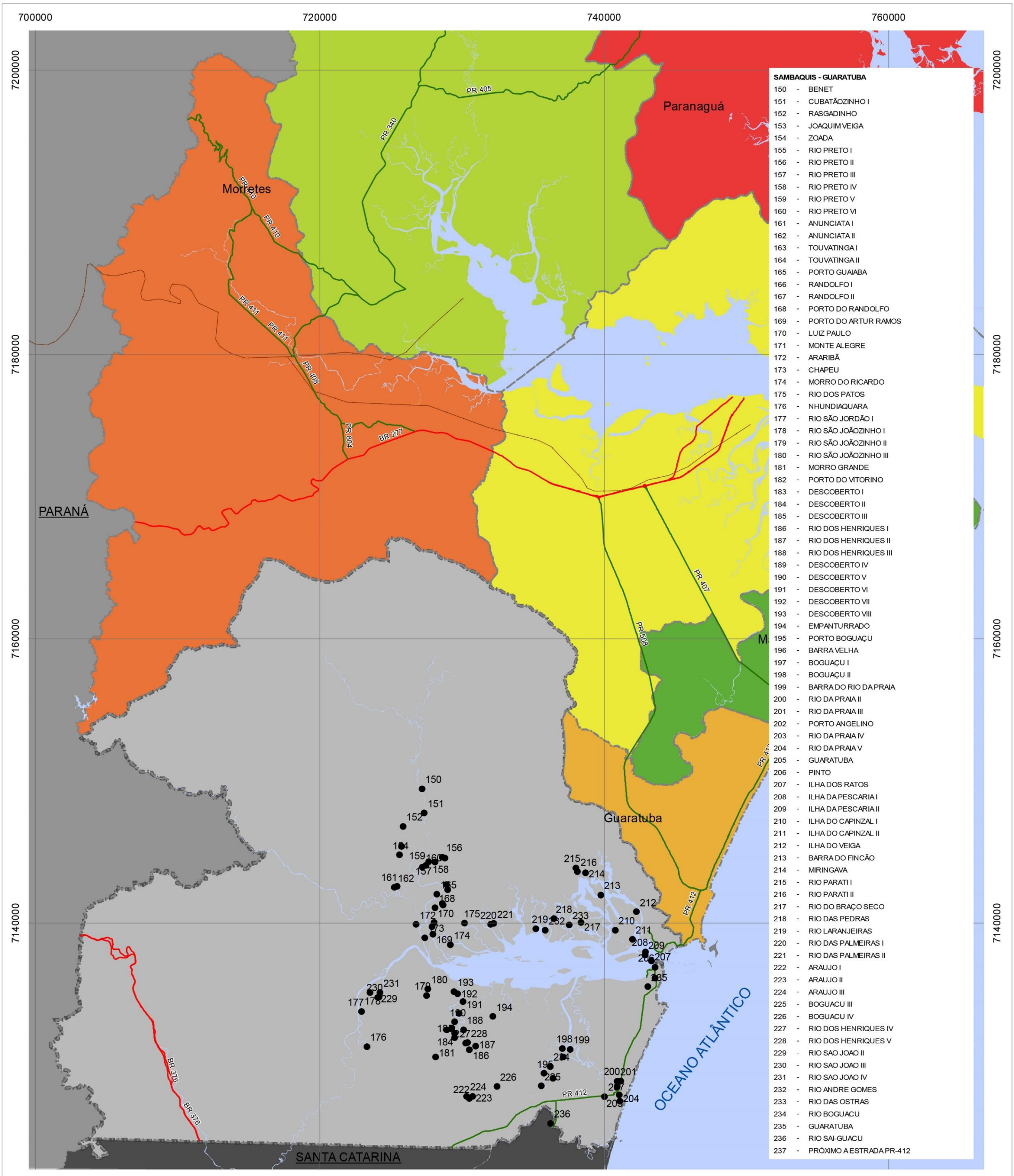
5 2,5 0 5 km

DADOS TÉCNICOS:

MERIDIANO CENTRAL: 51° WGr
DATUM HORIZONTAL: SIRGAS 2000 - 22S
DATUM VERTICAL: IMBITUBA-SC

FONTE DOS DADOS: RODOVIAS, FERROVIAS: PNLT (2017);
LIMITES MUNICIPAIS, MASSA DE ÁGUA: ITCG (2016);
NOME MUNICIPIOS, LIMITES ESTADUAIS: IBGE (2015, 2016);
RELEVO SOMBREADO, INPE (2011); BENS TOMBADOS, SEC (2018).

DATA: AGOSTO - 18 ESC.: 1:200.000



Inventário de Sambaquis - Guaratuba

Legenda

- Sambaquis
- Rodovias Estaduais
- Rodovias Federais
- Malha Ferroviária
- Massa de Água
- Limite dos Municípios da Área de Estudo

Municípios

- Antonina
- Guaraqueçaba
- Guaratuba
- Matinhos
- Morretes
- Paranaguá
- Pontal do Paraná

Limite de Estados

- Paraná
- Santa Catarina
- São Paulo

PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

PDS_LITORAL

N

5 2,5 0 5 km

DADOS TÉCNICOS:

MERIDIANO CENTRAL: 51° WGr
DATUM HORIZONTAL: SIRGAS 2000 - 22S
DATUM VERTICAL: IMBITUBA-SC

FONTE DOS DADOS: RODOVIAS, FERROVIAS: PNLT (2017);
LIMITES MUNICIPAIS, MASSA DE ÁGUA: ITCG (2016);
NOME MUNICIPIOS, LIMITES ESTADUAIS: IBGE (2015, 2016);
RELEVO SOMBREADO, INPE (2011); BENS TOMBADOS, SEC (2018).

DATA: AGOSTO - 18 ESC.: 1:250.000

PARANÁ THE WORLD BANK BARCELONABRASILGROUP Mcrit hidria Quanta

3.2.3.4 Matinhos

A colonização de Matinhos começou em meados de século XIX (PREFEITURA MATINHOS, 2018), quando os índios carijós habitavam o litoral paranaense. Os indícios de ocupação humana remontem a um período entre 3000-5000 anos (na área próxima ao Morro do Escalvado identificou-se um sambaqui, que foi destruído pela abertura de estradas e ocupação humana no local (RIBEIRO, 2008).

Sua primeira denominação foi Matinho, nome de um rio existente no município e, seus colonizadores iniciais foram portugueses e italianos, que fundaram colônias agrícolas.

Em 1951, Matinhos foi elevada à categoria de Distrito pertencente a Paranaguá, e à categoria de Município, em 1967, desmembrando-se de Paranaguá.

A beleza e o valor das suas paisagens naturais, Serra do Mar e Paisagem da Orla de Matinhos, levaram a sua declaração como **Área Especial de Interesse Turístico.**

A **paisagem da orla de Matinhos** foi inscrita no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico Estadual em 15 de fevereiro de 1970. A faixa de praia, no município de Matinhos, possui 19,40 km de extensão e apresenta características diferenciadas ao longo de seu percurso. Ao sul do Morro do Boi encontra-se a Praia Mansa, cujas águas oceânicas são tranquilas e as faixas de praia vastas.

O tombamento da Orla de Matinhos inclui *"faixa contida na zona costeira, de largura variável, compreendendo uma porção marítima e outra terrestre, caracterizada pela interface entre a terra e o mar com uma serie de limites" (SEEC, 2012). São bens protegidos: "os bens de caráter material que caracterizam a paisagem original da área tombada, especialmente ... a) a orla marítima ..; a faixa de praia; as pontas e pontais; .as ilhas; a linha do horizonte como vista pelos observadores situados nos níveis da calçada e da praia; ..as edificações de interesse cultural; m) os sítios de valor arqueológico, histórico e artístico; n) as manifestações culturais típicas do local; o) os serviços ecossistêmicos, entendidos como aqueles componentes da natureza que são*

diretamente usufruídos, consumidos ou usados para sustentar ou aumentar a qualidade de vida humana...” (SEEC, 2012).

Inseridos já na paisagem urbana estão o **Morro de Caiobá** (ou Morro do Boi) e o **Morro Escalvado** (ou Morro da Cruz), tombados pela legislação municipal, junto com a Ilha do Farol, em 1989, por seu valor paisagístico, ecológico e turístico (lei 241, de 11 de outubro de 1989).

Como patrimônio material destaca-se a **Igrejinha de São Pedro**, tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná em 1987 e pela Câmara Municipal de Matinhos em 1986 (lei 203 de dezembro de 1987). Foi construída entre 1938 e 1944 e durante muitos anos abrigou a Igreja Matriz de São Pedro. Constitui-se no único bem histórico que rememora aos primórdios do município.

Sítios arqueológicos

No âmbito municipal também são identificados numerosos sambaquis, alguns deles parcialmente destruídos pelo Departamento de Estradas e Rodagem do Paraná, soterrados ou removidos (COLIT, 2006). No plano diretor do município consta que “*os estudos de localização e classificação dos sítios arqueológicos têm sido objeto de teses acadêmicas e o Governo, quer estadual ou municipal, não possui uma política específica para o estudo dos mesmos”* (COLIT, 2006).

740000

750000

7150000

7140000

Paranaguá

Pontal do Paraná

Matinhos

Guaratuba

PR 407

PR 412

PR 508

PR 807

OCEANO ATLÂNTICO

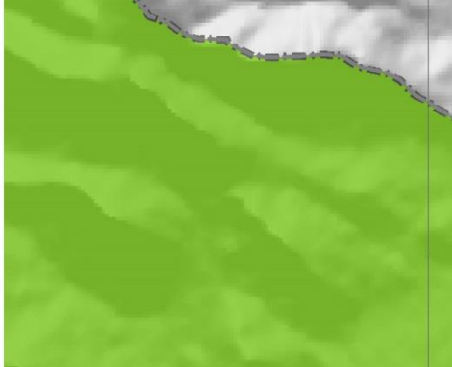
19

17

16

15

18



BENS TOMBADOS - MATINHOS

15 - PAISAGEM DA ORLA MARÍTIMA DE MATINHOS SERRA DO MAR - PORÇÃO

16 - TERRITORIAL NO MUNICÍPIO DE MATINHOS

17 - IGREJINHA DE SÃO PEDRO

18 - MORRO DE CAIOBÁ

19 - MORRO DO ESCALVADO

740000

750000

Inventário de Bens Tombados - Matinhos

Legenda

- Bens Tombados
- Rodovias Estaduais
- Rodovias Federais
- Malha Ferroviária
- Massa de Água
- Limite dos Municípios da Área de Estudo

Municípios

- Matinhos
- Guaratuba
- Paranaguá
- Pontal do Paraná

Limite de Estados

- Paraná
- Santa Catarina
- São Paulo

PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

PDS_LITORAL

N

1,5 0,75 0 1,5 km

DADOS TÉCNICOS:

MERIDIANO CENTRAL: 51° WGr
DATUM HORIZONTAL: SIRGAS 2000 - 22S
DATUM VERTICAL: IMBITUBA-SC

FONTE DOS DADOS: RODOVIAS, FERROVIAS: PNLT (2017);
LIMITES MUNICIPAIS, MASSA DE ÁGUA: ITCG (2016);
NOME MUNICIPIOS, LIMITES ESTADUAIS: IBGE (2015, 2016);
RELEVO SOMBREADO, INPE (2011); BENS TOMBADOS, SEC (2018).

DATA: AGOSTO - 18 ESC.: 1:65.000

PARANÁ THE WORLD BANK BARCELONABRASILGROUP Mcrit hidria Quanta

740000

750000

7150000

7140000

Paranaguá

Pontal do Paraná

PR 407

PR 412

Matinhos

242

241

PR 508

PR 412

239

240

PR 412

OCEANO ATLÂNTICO

Guaratuba

238

PR 807

PR 412

SAMBAQUIS - MATINHOS

238 - TOMBOLO DE CAIOBA
239 - SAMBAQUI
240 - MATINHOS I
241 - MATINHOS II
242 - MATINHOS III

740000

750000

Inventário de Sambaquis - Matinhos

Legenda

- Sambaquis
- Rodovias Estaduais
- Rodovias Federais
- Malha Ferroviária
- Massa de Água
- Limite dos Municípios da Área de Estudo

Municípios

- Matinhos
- Guaratuba
- Paranaguá
- Pontal do Paraná

Limite de Estados

- Paraná
- Santa Catarina
- São Paulo

PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

PDS_LITORAL

N

1,5 0,75 0 1,5 Km

DADOS TÉCNICOS:

MERIDIANO CENTRAL: 51° WGr
DATUM HORIZONTAL: SIRGAS 2000 - 22S
DATUM VERTICAL: IMBITUBA-SC

FONTE DOS DADOS: RODOVIAS, FERROVIAS: PNLT (2017);
LIMITES MUNICIPAIS, MASSA DE ÁGUA: ITCG (2016);
NOME MUNICIPIOS, LIMITES ESTADUAIS: IBGE (2015, 2016);
RELEVO SOMBREADO, INPE (2011); BENS TOMBADOS, SEC (2018).

DATA: AGOSTO - 18 ESC.: 1:65.000

PARANÁ THE WORLD BANK BARCELONABRASILGROUP Mcrit hidria Quanta

3.2.3.5 Morretes

Morretes foi um dos primeiros núcleos populacionais do Paraná. Foi fundado em 1721 e consolidou-se historicamente como entreposto comercial entre os séculos XVIII e XIX por suas lavras auríferas, a erva mate e sua posição entre o litoral e o planalto.

Da época do comércio e do movimento de tropas do planalto para o litoral e vice-versa também se destacam os caminhos coloniais como o Caminho do Itupava, principal ligação entre o litoral e o planalto; a Estrada da Graciosa, que ligava Antonina com a capital Curitiba; e o Caminho do Cubatão, ligando Morretes a Paranaguá.

Patrimônio Material

Morretes possui uma paisagem representativa do período colonial, na qual se misturam casarios coloniais do século XVII e XIX, lojas de artesanato, feiras de produtos locais, igrejas históricas, etc., algumas tombadas pelo patrimônio Estadual como as que se apresentam no seguinte quadro:

Quadro 11: Patrimônio material tombado estadual e municipal no município de Morretes

Nome atribuído	Descrição	Ano tombo	Âmbito
Igreja de São Sebastião do Porto de Cima	Construída na primeira metade do século XIX e inaugurada em 1850, com características coloniais.	1963	ESTADUAL
Igreja de São Benedito	Também de estilo arquitetônico colonial. Compõe-se da arquitetura do esquema edificado mais simples da tradição religiosa: nave, torre-sineiras e capela-mor.	1985	ESTADUAL
Casa Rocha Pombo	Não há elementos precisos sobre sua construção. É o lugar de nascimento e moradia do historiador, jornalista, escritor e professor José Francisco Rocha Pombo. Foi restaurada pelo governo do Estado do Paraná e pela prefeitura de Morretes e adaptada para os serviços de biblioteca municipal local.	1973	ESTADUAL

Residência em alvenaria (Porto de Cima).	Casa de uso misto: residencial e comercial. O sótão habitável e o contorno curvo de concordância com o térreo denunciam influência da imigração portuguesa	1990	ESTADUAL
Escola Municipal Miguel Schleder	O conjunto arquitetônico da Escola Municipal Miguel Schleder foi declarado recentemente patrimônio municipal, já que é uma "*referência histórica para a sociedade em Morretes*" (Decreto nº 19/2018 da Prefeitura de Morretes)	2018	MUNICIPAL

Fonte: Os autores.

O estado de conservação destes bens é bom, já que recentemente foi promovida uma série de ações de restauração como a das Igrejas de São Benedito de Morretes e a de São Sebastião do Porto de Cima ou a Casa Rocha Pombo.

Patrimônio Imaterial

Além do patrimônio material, destaca-se em Morretes um **Patrimônio Imaterial** que, junto com a riqueza natural da Serra do Mar, convertem este munícipio em um dos principais pontos turísticos do litoral.

A **gastronomia** de Morretes converteu-se ao longo dos anos em um grande atrativo turístico para a cidade, favorecendo sua expansão comercial e turística. Seu reconhecimento como patrimônio cultural regional favoreceu este impulso.

Em Morretes destaca-se o **barreado**, prato tradicional do litoral paranaense, que tem a sua origem nos portugueses vindos de Açores que se instalaram na região. O prato é constituído por carne cozida acompanhada por arroz, farinha de mandioca e banana ou laranja. O cozimento deve ser feito em panela de barro, vedada com folhas de bananeira, cobertas pela tampa da panela de barro.

Outro elemento destacado é a **cachaça**, produzida artesanalmente em alambiques. Morretes é considerado o mais tradicional produtor de cachaça do Paraná (MEIRA, 2013). Os primeiros relatos da existência de alambiques rústicos de aguardente em Morretes datam do século XVIII, e a situação privilegiada de Morretes como entreposto

comercial favoreceu a divulgação do seu uso. A partir da segunda metade do século XIX, com a chegada de imigrantes italianos com conhecimentos sobre destilaria e fermentação, a produção de aguardente começa a se inserir no mercado nacional.

Sítios arqueológicos

Dentre os sítios arqueológicos com importância histórica destacam-se os caminhos coloniais que permitiam as ligações entre o litoral e o planalto paranaense:

» **Caminho do Itupava**,

Com um percurso de 55 quilômetros, aberto entre os anos 1625-1654, provavelmente foi originado a partir de trilhas indígenas milenares.

Durante quase 250 anos foi a principal via de ligação entre o litoral paranaense e o planalto curitibano, pois era o mais curto dos caminhos da Serra do Mar (Graciosa e Arraial).

Este caminho teve grande importância econômica para o Paraná, principalmente no século XIX, quando a erva mate foi o grande propulsor do progresso nas proximidades de Morretes e Porto de Cima (KONDO, 2017). O declínio veio a partir da abertura da Estrada da Graciosa, em 1873, e da ferrovia Curitiba-Paranaguá, em 1885.

Faz parte da Área de Tombamento da Serra do Mar (*Lei Estadual 1.211/53*), está cadastrado como Patrimônio Arqueológico no IPHAN e encontra-se dentro de uma área de Mata Atlântica considerada Reserva da Biosfera pela UNESCO.

Em 2001 foi elaborado o **Plano de Uso Público do Caminho do Itupava**, com o objetivo de "*proteger e conservar áreas de patrimônio natural e histórico-cultural, possibilitar atividade de recreação, sensibilização e educação ambiental e patrimonial...*" As normativas de uso foram aprovadas pelo Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (CEPHA) da Secretaria de Estado da Cultura do Paraná. Assim mesmo, foi estabelecido um zoneamento que define áreas de uso restrito, uso extensivo e uso intensivo.

No ano de 2005, o Caminho passou por um processo de restauração desenvolvido pela Secretaria Estadual da Cultura (SEEC), por intermédio da Coordenadoria do Patrimônio Cultural e do Meio Ambiente (SEMA) com o apoio do banco alemão KFW. Este projeto foi concluído no final do ano de 2006, recuperando 22 quilômetros a partir da limpeza do calçamento e recuperação das pedras originais do caminho, construção de pontes e passarelas sobre seis rios, etc.

Atualmente, há uma trilha que percorre este caminho desde Borda do Campo (no município de Quatro Barras) até Porto de Cima, já em Morretes. Durante o percurso atravessa-se lugares de interesse como as ruínas da Casa Ipiranga, símbolo da construção da estrada de ferro Curitiba-Paranaguá, e três unidades de conservação: a Área Especial de Interesse Turístico do Marumbi e os Parques estaduais Pico Marumbi e Serra da Baitaca.

Os outros caminhos coloniais existentes não são protegidos e sua situação é muito diferente. Contudo, é importante mencioná-los pela importância histórica que tiveram.

- **Caminho da Graciosa**: Teve sua construção em duas etapas: a da Serra do Mar, entre 1646 e 1653, e até o Atuba, entre 1848 e 1870. Este caminho foi trilha dos indígenas, que desciam a serra para mariscar no litoral. Está inserida em um dos últimos remanescentes da Mata Atlântica. Sobre esta rota foi construída a PR-410, e, apesar disso, há uma série de recantos que apresentam infraestrutura de lazer e permitem ao visitante desfrutar da sua natureza, como a Grota Funda, Rio Cascata, Parque Mãe Catira, etc. Por sua importância, recebeu reconhecimento com a criação da Área de Especial Interesse Turístico do Marumbi, em 1984.
- **Caminho do Arraial:** foi a primeira ligação entre o litoral e o planalto, estabelecida no final do século XVI. Era utilizado como alternativa à Graciosa. Com a estrada BR-277 e o passar do tempo, este caminho encontra-se quase soterrado.
- **Caminho do Cubatão:** tratava-se de um caminho fluvial que fazia conexão com o Caminho do Itupava. As mercadorias que percorriam este caminho, quando chegavam no Porto de Cima em Morretes, eram embarcadas até Paranaguá. O rio

> Cubatão, hoje conhecido como rio Nhundiaquara, foi assoreado até tornar-se inviável para a navegação.

Além disso, o levantamento das áreas de **sambaquis** no litoral paranaense identificou sete ocorrências no Município de Morretes, nas localidades de Taperuçu, na foz do rio Saquarema, na região denominada Ramal, na localidade chamada Gomes, num afluente do rio Jacareí, na localidade denominada Estação e no rio Jacareí junto à rodovia BR-277 (SEDU, 2008).

700000 720000 740000

7200000 7180000 7160000

PR 405
PR 340
PR 410
PR 411
PR 408
PR 804
BR 277

Antonina
Morretes
Paranaguá
Guaratuba
PARANÁ

22 23 22 23 21 26 20 25 24 21 20 26 25 24

BENS TOMBADOS - MORRETES

20	-	CASA DE ROCHA POMBO
21	-	IGREJA DE SÃO BENEDITO
22	-	IGREJA DE SÃO SEBASTIÃO DE PORTO DE CIMA
23	-	RESIDÊNCIA EM ALVENARIA (EM PORTO DE CIMA)
24	-	SERRA DO MAR - PORÇÃO TERRITORIAL NO MUNICÍPIO DE MORRETES
25	-	IGREJA DE NOSSA SENHORA DO PORTO
26	-	ESCOLA MUNICIPAL MIGUEL SCHLEDER

Inventário de Bens Tombados - Morretes

Legenda

- Bens Tombados
- Rodovias Estaduais
- Rodovias Federais
- Malha Ferroviária
- Massa de Água
- Limite dos Municípios da Área de Estudo

Municípios

- Morretes
- Antonina
- Guaraqueçaba
- Guaratuba
- Matinhos
- Paranaguá

Limite de Estados

- Paraná
- Santa Catarina
- São Paulo

PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

PDS_LITORAL

N

4 2 0 4 Km

DADOS TÉCNICOS:

MERIDIANO CENTRAL: 51° WGr
DATUM HORIZONTAL: SIRGAS 2000 - 22S
DATUM VERTICAL: IMBITUBA-SC

FONTE DOS DADOS: RODOVIAS, FERROVIAS: PNLT (2017);
LIMITES MUNICIPAIS, MASSA DE ÁGUA: ITCG (2016);
NOME MUNICIPIOS, LIMITES ESTADUAIS: IBGE (2015, 2016);
RELEVO SOMBREADO, INPE (2011); BENS TOMBADOS, SEC (2018).

DATA: AGOSTO - 18 ESC.: 1:165.000

PARANÁ THE WORLD BANK BARCELONABRASILGROUP Mcrit hidria Quanta

700000 720000 740000

7200000 7180000 7160000

PARANÁ

Morretes

Antonina

Paranaguá

Guaratuba

PR 340 PR 405 PR 410 PR 411 PR 408 PR 804 BR 277

243 244 245 246 247 248 249

SAMBAQUIS - MORRETES

243	-	ILHA DO BARBOSA
244	-	TAPERUCU I
245	-	TAPERUCU II
246	-	RIO SAQUAREMA
247	-	RIO JACAREI
248	-	GOMES
249	-	ESTACAO

Inventário de Sambaquis - Morretes

Legenda

- Sambaquis
- Rodovias Estaduais
- Rodovias Federais
- Malha Ferroviária
- Massa de Água
- Limite dos Municípios da Área de Estudo

Municípios

- Morretes
- Antonina
- Guaraqueçaba
- Guaratuba
- Matinhos
- Paranaguá

Limite de Estados

- Paraná
- Santa Catarina
- São Paulo

PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

PDS_LITORAL

N

4 2 0 4 km

DADOS TÉCNICOS:

MERIDIANO CENTRAL: 51° WGr
DATUM HORIZONTAL: SIRGAS 2000 - 22S
DATUM VERTICAL: IMBITUBA-SC

FONTE DOS DADOS: RODOVIAS, FERROVIAS: PNLT (2017);
LIMITES MUNICIPAIS, MASSA DE ÁGUA: ITCG (2016);
NOME MUNICIPIOS, LIMITES ESTADUAIS: IBGE (2015, 2016);
RELEVO SOMBREADO, INPE (2011); BENS TOMBADOS, SEC (2018).

DATA: AGOSTO - 18 ESC.: 1:165.000

3.2.3.6 Paranaguá

Paranaguá é a cidade mais antiga do Paraná (1648), identificada como o berço da formação do Estado. Possui um rico patrimônio cultural devido, em grande parte, a sua posição estratégica na baía, que marcou sua história como principal porto da região.

Existem registros de incursões e ocupação europeia desde meados do século XVI, sendo a principal vila colonial do Paraná até o início do século XIX.

Atualmente há, em Paranaguá, 26 bens tombados pelo Estado, representando cerca de 56% dos tombamentos totais do litoral, e 7 bens tombados pelo IPHAN. O centro de Paranaguá foi tombado pelo Patrimônio Estadual em 1990 e, em dezembro de 2009, foi reconhecido como Patrimônio Federal.

No Centro Histórico concentram-se imóveis destacados que pertencem desde o período colonial até o século XIX. Destaca-se ademais o traçado urbano e os materiais e técnicas utilizados na construção. Entre as edificações tombadas sobressaem as igrejas de São Benedito e a da Ordem Terceira de São Francisco das Chagas em Paranaguá.

No seguinte quadro, apresenta-se o patrimônio material tombado no município de Paranaguá.

Quadro 12: Patrimônio material tombado no município de Paranaguá.

Nome atribuído	Descrição	Ano tombamento	Âmbito
Igreja da Irmandade de São Benedito	Trata-se de uma das melhores e mais autênticas edificações do estilo colonial brasileiro em solo paranaense. Sua construção em alvenaria de pedra divide-se em quatro corpos: nave e coro, capela mor, sacristia e torre lateral. Além da igreja, posteriormente também foram tombadas imagens, crucifixos e missais que faziam parte do templo como a imagem de São Benedito (1966) ou o crucifixo processional.	1962	ESTADUAL/IPHAN
Igreja da Ordem Terceira de São Francisco das Chagas	A igreja faz parte do Centro Histórico de Paranaguá. Sua construção em alvenaria de pedra é em estilo barroco. Data do século XVIII. Atualmente é administrada pela Prefeitura Municipal, que a utiliza como centro de atividades culturais, promovendo exposições de artes plásticas e visuais, encenação de peças, concertos musicais, palestras, cursos, etc.	1962	ESTADUAL/IPHAN
Fonte Velha (rio Itiberê)	A fonte integra o Centro Histórico. A fonte já era utilizada desde tempos imemoriais pelos aborígines que habitavam a região. A primeira providência no sentido de torná-la de utilidade pública foi tomada em 1655.	1964	ESTADUAL
Imagem de Nossa Senhora da Candelária (terracota, s. XVIII)	A nível estadual também foram tombadas imagens, de autores não identificados, mas de excepcional qualidade.	1966	ESTADUAL
Imagem de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos (terracota, s. XVII)			
Imagem de Santa Efigênia (madeira, s. XVII)			
Imagem de Santa Luzia (madeira, s. XIX)			
Igreja de Nossa Senhora do Santíssimo (Matriz de Paranaguá)	São muitas as dúvidas e controvérsias existentes no que respeita à origem do templo. Atualmente, a igreja matriz (agora catedral), dividida em quatro corpos - nave, capela-mor, sacristia lateral e torre (à direita) -apresenta-se totalmente descaracterizada em relação ao que se acredita tenha sido seu partido original.	1967	ESTADUAL
Antigo Colégio dos Jesuítas	O início efetivo sua construção data do final do século XVII ou do início do XVIII (1708). Todavia, a data canônica da fundação é a de 10 de dezembro de 1752. Tombado pelo IPHAN em 1938, o edifício estava em adiantado estado de arruinamento, quando foi objeto de criteriosa restauração, entre 1958 e 1959. Após cuidadosos estudos envolvendo o referido órgão da União e a Universidade Federal do Paraná, sua revitalização efetivou-se em 1962, quando foi aberto ao público o **Museu de Arqueologia e Artes Populares** que nele se instalou. Seu acervo está composto por aproximadamente 70.000 peças de artefatos coletados em pesquisas arqueológicas e etnográficas que pertencem a quatro grandes coleções: arqueologia, cultura popular, etnologia, e documentação sonora, visual e textual.	1938	ESTADUAL/IPHAN
Palacete Visconde de Nácar	Construído em 1856 para ser a sede do governo do estado, mas sua localização final em Curitiba frustrou sua vocação inicial. Tornou-se então residência da família de Manoel Antônio Guimarães, um dos mais empreendedores negociantes do litoral da província e o mais importante exportador de erva-mate. Em 1910, o seu filho a vendeu à Prefeitura Municipal para que nela fossem sediados os seus serviços e os da Câmara Municipal. Atualmente o edifício está desocupado e em estado de abandono.	1966	ESTADUAL

(continua)

Nome atribuído	Descrição	Ano tombamento	Âmbito
Casa onde moraram Basílio Itiberê e Monsenhor Celso	Integra o Centro Histórico de Paranaguá, um largo que ainda guarda várias construções coloniais de muito valor. São ao todo, três casas térreas e dois sobrados, que embora tenham sofrido reformas, mantiveram, todavia, suas características arquitetônicas. Destaca neste conjunto a casa térrea, na qual nasceram e viveram boa parte de sua infância os irmãos Celso e Brasílio ltiberê e o sobrado.	1972	ESTADUAL
Casa sito à Praça Monsenhor Celso, 106	O sobrado, de linhas simples, segundo o arquiteto e professor José La Pastina Filho, é ampliação de casa térrea erguida no século XVIII e irmã gêmea da edificação ao lado (Casa Brasílio Itiberê)	1972	ESTADUAL
Estação ferroviária de Alexandra	A estação está vinculada à história da centenária Estrada de Ferro Paranaguá-Curitiba. Construída entre os anos de 1880-1885, a estrada de ferro em seu traçado original teve projetadas apenas cinco estações, dentre elas a de Alexandra, proporcionando, naquele momento, atender a primeira colônia de imigrantes italianos no Paraná, localizada a quinze quilômetros de Paranaguá.	2008	ESTADUAL
Estação ferroviária de Paranaguá	Em 5 de julho de 1880 o imperador D. Pedro II inaugurou oficialmente, na cidade de Paranaguá, a construção da estrada de ferro entre o litoral e o primeiro planalto. Naquele momento dava-se também início à edificação da primeira Estação Ferroviária de Paranaguá, construída três anos depois. Edificação de composição simétrica, tem ao centro, destacado, um pórtico de entrada, com colunas e ornatos de inspiração neoclássica.	1990	ESTADUAL/IPHAN
Instituto de educação Dr. Caetano Munhoz da Rocha	Criada por lei estadual, a antiga Escola Normal, hoje Instituto de Educação, foi inaugurada em 27 de julho de 1927 pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha, a quem coube a iniciativa desta e de diversas obras públicas no período em que governou o estado (1924-1928). O prédio expressa o ecletismo de linguagem neoclássica. São elementos de peculiar interesse as pinturas de paredes e tetos do hall de entrada, a escadaria de madeira de acesso ao pavimento superior, os vitrais, etc.	1991	ESTADUAL
Jazigo da Família Correia	Guarda esse túmulo os restos mortais de personalidade eminente nos meados do século XIX, na cidade de Paranaguá - Dr. Leocádio José Correia - médico, escritor e político, falecido em 1886.	1991	ESTADUAL
Antiga Alfândega de Paranaguá	O prédio teve sua pedra fundamental lançada em 1903 e sua inauguração oficial foi em 1911. Desativada como Alfândega em 1975, atualmente retornou às funções originais aduaneiras. Tombada pelo Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná em 1999.	1999	ESTADUAL
Casa Elfrida Lobo	Casa construída na passagem do século XIX para o XX. De 1930 a 1970, foi residência da família Lobo. Após esse período, foi adquirida pela Prefeitura Municipal, que lhe conferiu o nome de Casa Elfrida. Sua arquitetura é característica do final do século XIX, quando os imóveis, embora mantivessem a implantação tradicional luso-brasileira de disposição no alinhamento frontal do terreno, apresentavam um tratamento plástico eclético, com emprego de ornamentos extraídos de repertórios formais de origens diversas.	1999	ESTADUAL
Originais da Obra Memória Histórica da Cidade	Trata-se dos manuscritos e das ilustrações originais do livro Memória Histórica da Cidade. A história da cidade de Paranaguá, assentamento urbano mais antigo do estado, é contada na obra com muito esmero, e se constitui em uma das poucas fontes existentes sobre o assunto, pois muitos documentos históricos relatados e transcritos no livro não existem mais. Os seus valores histórico e documental são inegáveis, devendo ser preservados para as gerações futuras.	2003	ESTADUAL
Obras de Poty Lazarotto. Painéis e Murais	Napoleon Potyguara Lazarotto nasceu em Curitiba no dia 29 de março de 1924. Ilustrador, gravador, escultor, desenhista e muralista. Ilustrou as obras de Guimarães Rosa, Jorge Amado, Tchekov, Dalton Trevisan, a Revista Joaquim, entre muitos outros. O tombamento dos painéis de Poty Lazarotto significa o reconhecimento necessário da imensa contribuição deste grande artista paranaense para a cultura local e nacional.	2015	ESTADUAL

Fonte: Os autores.

Como patrimônio da União destaca-se a **Ilha do Mel**, também considerada Patrimônio Cultural dos paranaenses, e que foi inscrita no Livro do Tombo em 16 de maio de 1975, através do Processo Administrativo 56/75.

É constituída por paisagens magníficas como o Istmo da Ilha, que une a localidade de Brasília e Farol das Conchas. Em seu território encontra-se a histórica edificação Fortaleza de **Nossa Senhora dos Prazeres** ou Fortaleza da Barra, construção de 1767, que foi feita por determinação do Rei de Portugal Dom José, com a função de proteger a ilha de qualquer invasão de outros povos europeus. A Fortaleza foi tombada pelo Estado em 1972, com o propósito de preservar-lhe a paisagem, a flora e a fauna, bem como conservar hábitos tradicionais de seus antigos habitantes e evitar a especulação imobiliária.

Outra construção de importância histórica é o **Farol das Conchas**, que está localizado no Morro das Conchas, e foi construído em 1872, por ordem de Dom Pedro II, para orientar os navegadores da Baía de Paranaguá. Ainda hoje funciona como instrumento de orientação para as embarcações que navegam pela baía.

Figura 20: Fortaleza Nossa Senhora dos Prazeres (esquerda) e vista aérea da Ilha do Mel (direita)

Fonte: Prefeitura Paranaguá, 2018.

Patrimônio Imaterial

A **Festa de Nossa Senhora do Rocio**, padroeira do Paraná, está registrada como Patrimônio Imaterial Cultural e Intangível do município de Paranaguá pela Lei 3.679. A igreja faz parte do complexo histórico de Paranaguá e a procissão realizada em

comemoração à virgem tem mais de 200 anos. Considerou-se nesta declaração sua importância histórica, cultural e econômica.

Sítios arqueológicos

No município de Paranaguá estão cadastrados 69 sambaquis, dos quais destacam-se alguns que foram estudados, como o de Barra do Rio Pequeno (PARELLADA, 2009), localizado na margem esquerda do rio Guaraguaçú. Este sambaqui tem medidas de 150x100x7 metros. Outros sambaquis cadastrados são o Sambaqui Leste Ilha Rasa Cotinga I, Ponta da Cotinga, etc.

Destaca-se também a Ilha do Mel, onde se cadastraram inúmeros sambaquis que testemunham a presença pré-histórica da ocupação humana na ilha. Já em 1974, o arqueólogo José Wilson Rauth cadastrou dois sambaquis na Ilha do Mel: Morro do Miguel e Praia do Miguel. Em 1978, a pesquisadora Zulmara Posse identificou mais dois sambaquis naquela ilha: Morro do Meio e Canal do Norte (PARELLADA, 2009).

735000 750000 765000

7180000 7165000 7150000

Antonina

Paranaguá

Morretes

Pontal do Paraná

OCEANO ATLÂNTICO

BR 277

PR 407

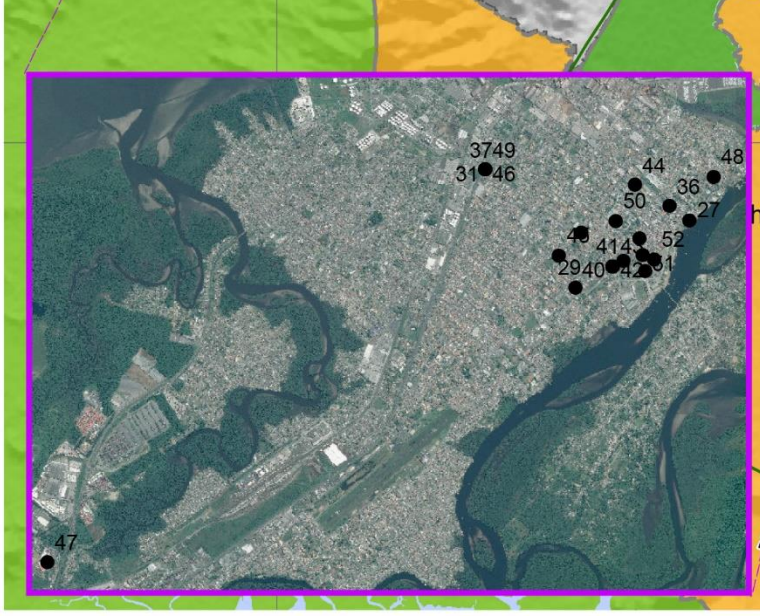
PR 508

PR 412

PR 412

PR 412

hos



BENS TOMBADOS - PARANAGUÁ

27 - ANTIGO COLÉGIO DOS JESUÍTAS
28 - CASA ELFRIDA LOBO
29 - CASA SITA À PRAÇA MONSENHOR CELSO, 106
30 - CRUCIFIXO PROCESSIONAL
31 - ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE ALEXANDRA
32 - ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE PARANAGUÁ
33 - FONTE, LOCALIZADA JUNTO AO RIO ITIBERÊ EM PARANAGUÁ, TAMBÉM CHAMADA DE FONTE VELHA
34 - FORTALEZA N. SRA. DOS PRAZERES - OUTRA DESIGNAÇÃO FORTALEZA DA BARRA
35 - IGREJA DA IRMANDADE DE SÃO BENEDITO
36 - IGREJA DA ORDEM TERCEIRA DE SÃO FRANCISCO DAS CHAGAS
37 - IGREJA N, SRA, DO SANTÍSSIMO - (MATRIZ DE PARANAGUÁ)
38 - ILHA DO MEL
39 - NOSSA SENHORA DA CANDELÁRIA - IMAGEM
40 - NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO - IMAGEM
41 - SANTA EFIGÊNIA - IMAGEM
42 - SANTA LUZIA - IMAGEM
43 - SÃO BENEDITO - IMAGEM
44 - INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DR, CAETANO MUNHOZ DA ROCHA
45 - JAZIGO DA FAMILIA CORREIA
46 - OBRAS DE POTY LAZAROTTO - PAINÉIS E MURAIS - EM PARANAGUÁ
47 - ORIGINAIS DA OBRA MEMÓRIA HISTÓRICA DA CIDADE
48 - PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL - ANTIGO PALÁCIO VISCONDE DE NÁCAR
49 - SERRA DO MAR - PORÇÃO TERRITORIAL NO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
50 - SETOR HISTÓRICO DE PARANAGUÁ
51 - ANTIGA ALFÂNDEGA DE PARANAGUÁ
52 - CASA ONDE MORARAM BRASÍLIO ITIBERÊ E MONSENHOR CELSO

Inventário de Bens Tombados - Paranaguá

Legenda

- Bens Tombados
- Rodovias Estaduais
- Rodovias Federais
- Malha Ferroviária
- Massa de Água
- Limite dos Municípios da Área de Estudo

Municipios

- Paranaguá
- Antonina
- Guaraqueçaba
- Guaratuba
- Matinhos
- Morretes
- Pontal do Paraná

Limite de Estados

- Paraná
- Santa Catarina
- São Paulo

PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

PDS_LITORAL

N

4 2 0 4 Km

DADOS TÉCNICOS:

MERIDIANO CENTRAL: 51° WGr
DATUM HORIZONTAL: SIRGAS 2000 - 22S
DATUM VERTICAL: IMBITUBA-SC

FONTE DOS DADOS: RODOVIAS, FERROVIAS: PNLT (2017);
LIMITES MUNICIPAIS, MASSA DE ÁGUA: ITCG (2016);
NOME MUNICIPIOS, LIMITES ESTADUAIS: IBGE (2015, 2016);
RELEVO SOMBREADO, INPE (2011); BENS TOMBADOS, SEC (2018).

DATA: AGOSTO - 18 ESC.: 1:170.000

PARANÁ THE WORLD BANK BARCELONABRASILGROUP Mcrit hidria Quanta

740000 760000 780000

7180000 7160000 7140000

Guaraqueçaba

Antonina

Paranaguá

Pontal do Paraná

Matinhos

Guaratuba

OCEANO ATLÂNTICO

BR 277

PR 407

PR 508

PR 412

PR 807

SAMBAQUIS - PARANAGUÁ

250 - SAMBAQUI LESTE ILHA R.
251 - SAMBAQUI PONTA DA CO
252 - SAMBAQUI PRAIA DO MIG
253 - SAMBAQUI DO MORRO D
254 - SAMBAQUI BARRA DO RIC
255 - SACO DA TAMBARUTACA
256 - RIO GUARAGUACU
257 - RIO ITIBERE
258 - RAMAL
259 - PONTE FERROVIARIA
260 - BARRA DO RIO JACAREI
261 - ILHA DAS PEDRAS
262 - HISTORICO - ILHA DE GU
263 - RIO DAS PEDRAS
264 - IGREJA DO RIO DAS PED
265 - PORTO MAURICIO
266 - BARRA LESTE DO RIO DA
267 - ILHA DO TEIXEIRA
268 - ILHA DAS PEDRAS I
269 - ILHA DAS PEDRAS II
270 - ILHA DAS PEDRAS III
271 - ILHA DAS PEDRAS IV
272 - ILHA DAS PEDRAS V
273 - TORAL
274 - MACEDO
275 - CAMATI
276 - RIO VERISSIMO I
277 - RIO VERISSIMO II
278 - RIO VERISSIMO III
279 - EMBOGUACU MIRIM I
280 - EMBOGUACU MIRIM II
281 - EMBOGUACU I
282 - EMBOGUACU II
283 - EMBOGUACU III
284 - EMBOGUACU IV
285 - PORTO DOS PADRES
286 - ILHA DAS COBRAS
287 - MORRO DO MIGUEL
288 - PRAIA DO MIGUEL
289 - MORRO DO MEIO
290 - CANAL DO NORTE
291 - ILHA DA COTINGA I
292 - ILHA DA COTINGA II
293 - GUARAGUACU C
294 - FOZ DO GUARAGUAÇU
295 - PAPAGAIOS
296 - MACIEL
297 - ATINGIDOS I
298 - ATINGIDOS II
299 - ATINGIDOS III
300 - CORREIAS I
301 - CORREIAS II
302 - CORREIAS III
303 - CACADA
304 - RETIRO
305 - RIOZINHO
306 - AMPARO
307 - PINGO I
308 - PINGO II
309 - PINGO III
310 - PINGO IV
311 - GUARAGUAÇU D
312 - AFLUENTE DO GUARAGU
313 - AFLUENTE DO GUARAGU
314 - AFLUENTE DO GUARAGU
315 - CORREIAS IV
316 - EMBUCU I
317 - EMBUCU II
318 - ILHA DE GUARAREMA II

Inventário de Sambaquis - Paranaguá

Legenda

- Sambaquis
- Rodovias Estaduais
- Rodovias Federais
- Malha Ferroviária
- Massa de Água
- Limite dos Municípios da Área de Estudo

Municipios

- Paranaguá
- Antonina
- Guaraqueçaba
- Guaratuba
- Matinhos
- Morretes
- Pontal do Paraná

Limite de Estados

- Paraná
- Santa Catarina
- São Paulo

PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

PDS_LITORAL

N

5 2,5 0 5 km

DADOS TÉCNICOS:

MERIDIANO CENTRAL: 51° WGr
DATUM HORIZONTAL: SIRGAS 2000 - 22S
DATUM VERTICAL: IMBITUBA-SC

FONTE DOS DADOS: RODOVIAS, FERROVIAS: PNLT (2017);
LIMITES MUNICIPAIS, MASSA DE ÁGUA: ITCG (2016);
NOME MUNICIPIOS, LIMITES ESTADUAIS: IBGE (2015, 2016);
RELEVO SOMBREADO, INPE (2011); BENS TOMBADOS, SEC (2018).

DATA: AGOSTO - 18 ESC.: 1:200.000

PARANÁ THE WORLD BANK BARCELONABRASILGROUP Mcrit hidria Quanta

3.2.3.7 Pontal do Paraná

Como em todo litoral brasileiro, Pontal do Paraná foi inicialmente povoado pelos indígenas. Sua história política inicia-se por volta de 1983, quando começaram as primeiras movimentações para a criação de um novo município, com sede na área compreendida entre os balneários de Pontal do Sul e Monções. Foi desmembrado do município de Paranaguá pela Lei nº 11.252 em 1995 e implantado em 1997.

O único bem tombado no município é o Sambaqui do Guaraguaçú, manifestação da presença dos primeiros povoadores no território.

Patrimônio Imaterial

O Departamento de Cultura da Prefeitura está elaborando um projeto para reconhecer a **puxada de rede dos pescadores artesanais** de Pontal do Paraná como patrimônio imaterial cultural e com isto garantir a proteção da pesca artesanal, ameaçada pelo desenvolvimento econômico (PREFEITURA MUNICIPAL DO PONTAL DO PARANÁ, 2017). Foram mantidas várias reuniões com o IPHAN e outros organismos, mas este tombamento está ainda em processo. Esta iniciativa pode abrir o caminho para a preservação da pesca artesanal em todo o litoral do Paraná.

Sítios arqueológicos

Da presença dos primeiros habitantes do território restam testemunhos como o **Sambaqui do Guaraguaçu**, situado no interior de uma área de preservação ambiental (entre as margens do Rio Guaraguaçu e do Rio Maciel, no município de Pontal do Paraná). É considerado o maior sambaqui do litoral paranaense, com dimensões de 300x50x21, sendo o único tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico no Litoral do Paraná (1982).

Nas escavações realizadas a partir de 1957, pela Universidade Federal do Paraná, foi encontrado material composto por lâminas de facas, machados, furadores, discos de ossos de baleia, dentes de tubarão, que pelas datações das camadas inferiores do

sambaqui são de 2.270 anos, sendo considerado, apesar do seu tamanho e imponência, um sambaqui recente.

750000 760000

7170000 7170000

BR 277

PR 407

PR 412

PR 508

Paranaguá

Pontal do Paraná

53

53

Matinhos

OCEANO ATLÂNTICO

7160000 7160000

7150000 7150000

750000 760000

BENS TOMBADOS - PONTAL DO PARANÁ

53 - SAMBAQUI “A” E “B” DO GUARAGUAÇU

Inventário de Bens Tombados - Pontal do Paraná

Legenda

- Bens Tombados
- Rodovias Estaduais
- Rodovias Federais
- Malha Ferroviária
- Massa de Água
- Limite dos Municípios da Área de Estudo

Municípios

- Pontal do Paraná
- Guaratuba
- Matinhos
- Paranaguá

Limite de Estados

- Paraná
- Santa Catarina
- São Paulo

PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

PDS_LITORAL

N

2 1 0 2 Km

DADOS TÉCNICOS:

MERIDIANO CENTRAL: 51° WGr
DATUM HORIZONTAL: SIRGAS 2000 - 22S
DATUM VERTICAL: IMBITUBA-SC

FONTE DOS DADOS: RODOVIAS, FERROVIAS: PNLT (2017);
LIMITES MUNICIPAIS, MASSA DE ÁGUA: ITCG (2016);
NOME MUNICIPIOS, LIMITES ESTADUAIS: IBGE (2015, 2016);
RELEVO SOMBREADO, INPE (2011); BENS TOMBADOS, SEC (2018).

DATA: AGOSTO - 18 ESC.: 1:100.000

PARANÁ THE WORLD BANK BARCELONABRASILGROUP Mcrit hidria Quanta

750000 760000

7170000 7170000

7160000 7160000

7150000 7150000

750000 760000

BR 277

PR 407

PR 412

PR 508

Paranaguá

Pontal do Paraná

Matinhos

OCEANO ATLÂNTICO

319 328 331 321 320 322 323 324 332 326 333 327 329 330

SAMBAQUIS - PONTAL DO PARANÁ

319 - SAMBAQUI COSTA DO SABIA
320 - SAMBAQUI DO MACIEL
321 - SAMBAQUI DO JOÃO CATARINA
322 - SAMBAQUI FIGUEIRA DO PORTO GUAPÊ
323 - SÍTIO HISTÓRICO MACIEL XICARA
324 - SAMBAQUI DO BARRANCO BRANCO
325 - SAMBAQUI DO GUARAGUAÇU II
326 - SAMBAQUI FIGUEIRA DO CORPO SECO
327 - SAMBAQUI POÇO DO MACIEL
328 - OCORRÊNCIA BERBIGÃO 660
329 - SAMBAQUI
330 - RIO VERMELHO
331 - RIO GUARAGUACU
332 - GUARAGUACU A
333 - GUARAGUACU B

Inventário de Sambaquis - Pontal do Paraná

Legenda

- Sambaquis
- Rodovias Estaduais
- Rodovias Federais
- Malha Ferroviária
- Massa de Água
- Limite dos Municípios da Área de Estudo

Municípios

- Pontal do Paraná
- Guaratuba
- Matinhos
- Paranaguá

Limite de Estados

- Paraná
- Santa Catarina
- São Paulo

PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

PDS_LITORAL

N

Km 2 1 0 2

DADOS TÉCNICOS:

MERIDIANO CENTRAL: 51° WGr
DATUM HORIZONTAL: SIRGAS 2000 - 22S
DATUM VERTICAL: IMBITUBA-SC

FONTE DOS DADOS: RODOVIAS, FERROVIAS: PNLT (2017);
LIMITES MUNICIPAIS, MASSA DE ÁGUA: ITCG (2016);
NOME MUNICIPIOS, LIMITES ESTADUAIS: IBGE (2015, 2016);
RELEVO SOMBREADO, INPE (2011); BENS TOMBADOS, SEC (2018).

DATA: AGOSTO - 18 ESC.: 1:100.000

PARANÁ THE WORLD BANK BARCELONABRASILGROUP Mcrit hidria Quanta

3.3 COMUNIDADES TRADICIONAIS

3.3.1 Introdução

O litoral do Paraná tem na sua diversidade um potencial enorme a ser desenvolvido, seja pelo que a complexidade de modos de ser, fazer e viver tem a agregar para a identidade desta região, ou pelo que a tessitura formada pelas contribuições históricas, culturais, e de saberes tradicionais das comunidades locais tem a oferecer aos seus visitantes. Não é possível pensar no desenvolvimento sustentável do litoral sem a inclusão das percepções e contribuições advindas das comunidades cujas relações de pertencimento territorial e modos de subsistência são atreladas diretamente ao meio ambiente.

Nesse sentido, como forma de aprofundar o conhecimento acerca das dinâmicas locais que impactam e são impactadas diretamente por ações e processos desenvolvimentistas, foram desenvolvidas metodologias participativas específicas para garantir a escuta qualificada das comunidades tradicionais do Litoral por meio de visitas em campo e reuniões comunitárias. Mais do que engajar com a literatura e com a produção de dados acerca destas comunidades e seus modos de vida, o objetivo maior do trabalho realizado em campo foi a criação de um canal de mediação de saberes em que as questões e contribuições trazidas pelas populações locais possam ser ouvidas e incorporadas pelos especialistas responsáveis pela elaboração do Plano, ao passo que os conhecimentos e propostas elaborados pelo PDS são compartilhados com as comunidades de forma acessível e didática. É nesse encontro presencial e a partir do uso de metodologias participativas que o diálogo é fomentado, promovendo maior aproximação das comunidades com o PDS quanto iniciativa do governo do estado do Paraná, estabelecendo vínculos entre os moradores e a região em que habitam, e incluindo as comunidades no processo de participação na elaboração do Plano.

Este capítulo reflete o status do processo de escuta das comunidades tradicionais até o final do mês de agosto de 2018. Nas páginas que seguem são apresentados o planejamento do trabalho das escutas bem como os primeiros apontamentos das visitas realizadas entre maio e agosto de 2018. O processo ainda está em andamento e mais

escutas serão realizadas com objetivo de atender às demandas apresentadas pela sociedade civil nas oficinas e audiências públicas realizadas no primeiro semestre deste ano. Dito isso, este capítulo se divide em quatro subseções. Na primeira os principais elementos do planejamento das escutas às comunidades incluindo a metodologia utilizada são apresentados. Na segunda seção são relatados os principais entraves encontrados no desenvolvimento do trabalho que tiveram impacto direto no atraso da realização das escutas às comunidades. Na terceira parte são apresentadas as questões levantadas durante as visitas realizadas em algumas das principais comunidades de produtores rurais e pescadores artesanais do Litoral, bem como as matrizes FOFA construídas de forma participativa durante os encontros. Dadas as particularidades das comunidades indígenas, na última seção é apresentado o processo de escuta das aldeias.

3.3.2 Planejamento das Escutas às Comunidades

3.3.2.1 Planejamento das Escutas às Comunidades

O planejamento das escutas às comunidades é um processo em constante construção. É possível identificar sete grandes etapas às quais cada comunidade deve ser submetida para a realização das escutas:

- Identificação da comunidade: reconhecimento da comunidade quanto ator fundamental para a região e para as dinâmicas socioterritoriais existentes, e realização de georreferenciamento para construção do mapa do PDS Litoral de comunidades tradicionais.
- Definição de canais de entrada junto à comunidade: identificação da necessidade de protocolos de consulta específica e de profissionais responsáveis pelo contato direto com as comunidades, como no caso das aldeias indígenas, e identificação das lideranças comunitárias.

- Contato inicial: geralmente feito por telefone ou mensagem, o contato inicial com a liderança ou representante da comunidade tradicional tem como objetivo apresentar o PDS Litoral de forma sucinta, bem como a proposta de escuta para a abertura de um diálogo, e agendamento da escuta à comunidade.
- Definição do evento de escuta à comunidade: uma vez que o contato inicial foi devidamente estabelecido, e que a liderança ou representante da comunidade concorda com a realização do evento de escuta, são definidos os termos, como local e horário para o evento. Nos casos em que se faz pertinente, são produzidos os materiais de divulgação e é definida a estratégia de comunicação para convocar os participantes. É também nessa fase que são decididas as questões relativas a logística de deslocamento da equipe.
- Realização da escuta à comunidade: o evento é realizado seguindo o formato mais adequado para cada comunidade, de acordo com a proposta metodológica desenvolvida.
- Sistematização da escuta à comunidade: o material elaborado durante à escuta é revisado, os áudios são analisados e a sistematização das informações produzidas é feita com o objetivo de informar a equipe do PDS Litoral, bem como de subsidiar o material que será incorporado aos produtos futuros.
- Devolutiva para as comunidades: é produzido um material sintético com as principais conclusões e encaminhamentos advindos da escuta para ser apresentado às comunidades na segunda rodada de visitas para discussão da construção de cenários.

3.3.2.2 Escolha das Comunidades

Um dos maiores desafios do trabalho de escuta às comunidades tradicionais era a inexistência de uma lista e/ou um mapa que de maneira unificada identificasse quais são as comunidades existentes no Litoral, e como contatá-las. Com a ajuda de órgãos do governo e de membros das equipes de acompanhamento municipais foram identificadas 104 comunidades tradicionais ou associações locais que representam pequenos produtores e pescadores artesanais. Ao longo dos últimos meses foram

mapeados contatos de representantes de todas as 104 comunidades/associações para que o processo de escuta fosse viabilizado.

Dessa forma, tomando como orientação o Termo de Referência do PDS Litoral em que são elencadas como comunidades tradicionais as aldeias indígenas, os quilombos, os pescadores artesanais, os pequenos produtores rurais, e os caiçaras, a escolha das comunidades a serem incluídas no processo das escutas do plano seguiu uma lógica de mútuo reconhecimento: as comunidades se reconhecerem como sendo tradicionais da região litorânea do Paraná, assim como serem reconhecidas pela sociedade como tais. Para este último quesito foi de fundamental importância o papel das audiências públicas e oficinas participativas em que múltiplos segmentos da sociedade puderam vocalizar o reconhecimento aos grupos presentes em seus municípios que deveriam ser incluídos no processo de escuta qualificada.

Como resultado deste longo processo de identificação das comunidades tradicionais foi elaborado um Mapa de Comunidades Tradicionais, baseado em informações secundárias - como o relatório "Mar e Costa" (Castella et al, 2006), arquivos *shape* do ITCG, arquivos *shape* da FUNAI, entre outros - e qualificado com informações primárias coletadas em oficinas, reuniões, levantamento em campo, e demarcação de pontos com GPS. Este mapa segue em elaboração e atualização. Algumas comunidades ainda estão sendo georreferenciadas, e outras ainda estão sendo visitadas para determinação de sua classificação. Nos próximos produtos será apresentada uma versão mais qualificada do Mapa de Comunidades Tradicionais.

Comunidades Tradicionais

Legenda

- Rodovias Estaduais
- Rodovias Federais
- Malha Ferroviária
- Área de Litígio
- Massa de Água
- Limite da Área de Estudo

Limite de Estados

- Paraná
- Santa Catarina
- São Paulo

Comunidades Tradicionais

- Em Processo de Avaliação
- Caiçaras
- Indígenas
- Pescadores Artesanais
- Produtores Agrícolas
- Quilombolas

Terras Indígenas Demarcadas

- Delimitada
- Regularizada

Comunidades Tradicionais

1	Quilombo de Batuva	16	Ilha do Teixeira	31	Maciel	46	Mirim
2	Tagaçaba de Cima	17	Ponta da Pita	32	Piaçaguera	47	Piçarras
3	Tagaçaba	18	Praia dos Polacos	33	Amparo	48	Caieiras
4	Potinga	19	Portinho	34	Saco do Tambarutaca	49	Coroados
5	Batuva	20	Ilha de Valadares	35	Medeiros	50	Descoberto
6	Rio Verde	21	Ilha do Benito	36	Ilha Rasa	51	Cabaraquara
7	Itaqui	22	Ilha das Gamelas	37	Ilha das Peças	52 à 67	Em Processo de Avaliação
8	Alexandra	23	Mariana	38	Tibicanga		
9	Pontal do Sul	24	Ilha das Cobras	39	Barra da Ararapira		
10	Ponta Oeste	25	Encantadas	40	Barra do Saí		
11	Barra do Superagui	26	Guapicu	41	Sambaqui - Tekoa Karaguata Poty		
12	Prainha	27	Bertioga	42	Sambaqui - Tekoa Guaviraty		
13	Eufrasina	28	Guaraqueçaba	43	Tekoa Kuaray Haxa		
14	Europinha	29	Ararapira	44	Cerco Grande - Tekoa Kuaray Guata Porã		
15	Vila Guarani	30	Nova Brasília	45	Ilha da Cotinga - Pindoty		

PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

PDS_LITORAL

N

Km 10 5 0 10

DADOS TÉCNICOS:

MERIDIANO CENTRAL: 51° WGr
DATUM HORIZONTAL: SIRGAS 2000 - 22S
DATUM VERTICAL: IMBITUBA-SC

FONTE DOS DADOS: RODOVIAS, FERROVIAS: PNLT (2017);
LIMITES MUNICIPAIS, MASSA DE ÁGUA: ITCG (2015, 2018);
NOME MUNICIPIOS, LIMITES ESTADUAIS: IBGE (2015, 2016);
RELEVO, INPE (2011), COM. TRADICIONAIS, FUNAI, PDS LITORAL (2018).

DATA: MAIO - 18 ESC.: 1:400.000

PARANÁ THE WORLD BANK BARCELONABRASILGROUP Mcrit hidria Quanta

No processo de construção do mapa das comunidades tradicionais do litoral, foi elaborada a tabela abaixo contendo a lista das 104 comunidades/associações identificadas por município, bem como o atual status de engajamento com o PDS Litoral que segue a lógica apresentada acima do passo a passo para o planejamento das escutas:

Quadro 13: Tabela com as comunidades/associações identificadas por município

Município	Comunidade	Nome	Status
Antonina	Produtores Agrícolas	ASPRAN	Contato Identificado
		Associação Filhos da Terra	Contato Identificado
		COPASOL - Cachoeira	Contato Identificado
		Sindicato dos Trabalhadores Rurais	Contato Identificado
Guaraqueçaba	Indígena	Tekoa Kuaray Guata Porã	Escuta Realizada
		Tekoa Kuaray Haxa	Escuta Realizada
	Quilombola	Batuva	Contato Inicial Realizado
		Rio Verde	Comunidade Desativada
	Pescadores Artesanais	Ararapira	Rever Estratégia
		Barbados	Rever Estratégia
		Bertioga	Rever Estratégia
		Canudal	Rever Estratégia
		Ilha das Peças	Rever Estratégia
		Sebui	Rever Estratégia
		Superagui	Rever Estratégia
		Tibicanga	Rever Estratégia
		Vila Fátima	Rever Estratégia
	Produtores Agrícolas	Açungui	Divulgação sem Retorno
		Batuva	Contato Inicial Realizado

Município	Comunidade	Nome	Status
		Ipanema	Divulgação sem Retorno
		Itaqui	Escuta Realizada
		Morato	Divulgação sem Retorno
		Pedra Chata	Divulgação sem Retorno
		Potinga	Contato Inicial Realizado
		Rio Verde	Contato Identificado
		Serra Negra	Escuta Realizada
		Tagaçaba	Escuta Realizada
		Tagaçaba de Cima	Escuta Realizada
Guaratuba	Caiçaras	Cabaraquara	Contato Identificado
		Caieras	Contato Identificado
		Cubatão	Contato Identificado
		Descoberto	Contato Identificado
		Empanturrado	Contato Identificado
		Limeira	Contato Identificado
		Mirim e Piçarras	Contato Identificado
		Parati	Contato Identificado
		Potreiro	Contato Identificado
		Prainha	Contato Identificado
		Rasgadinho	Contato Identificado
		Riozinho	Contato Identificado
	Pescadores Artesanais	Associação Guaratubana de Maricultores	Contato Identificado

Município	Comunidade	Nome	Status
Matinhos	Pescadores Artesanais	Colônia de Pescadores	Rever Estratégia
	Produtores Agrícolas	Colônia Cambará	Contato Identificado
Morretes	Indígena	Tupã Nhe'e Kretã	Contato Inicial Realizado
	Produtores Agrícolas	ACOMAREM	Contato Identificado
		Associação dos Assentados de Nhundiaquara	Contato Identificado
		Prosperidade Pantanal	Contato Identificado
		Sindicato dos Trabalhadores Rurais	Contato Identificado
		Associação do Assentamento Terra Tombada	Contato Identificado
Paranaguá	Indígena	Pindoty	Escuta Realizada
	Pescadores Artesanais	Alexandra	Contato Identificado
		Amparo	Contato Identificado
		Beira Rio	Contato Identificado
		Costeira	Contato Identificado
		Emboguaçu	Contato Identificado
		Estradinha	Contato Identificado
		Eufrasina	Contato Identificado
		Europinha	Contato Identificado
		Ilha do Mel - Encantadas	Escuta Realizada
		Ilha do Mel - Nova Brasília	Escuta Realizada
		Ilha São Miguel	Contato Identificado
		Ilha do Teixeira	Contato Identificado
		Ilha dos Valadares	Contato Inicial Realizado

Município	Comunidade	Nome	Status
		Imbocuí	Contato Identificado
		Itiberê	Contato Identificado
		Jardim Araçá	Contato Identificado
		Jardim Emboguaçu	Contato Identificado
		Jardim Iguaçu	Contato Identificado
		Jardim Santa Helena	Contato Identificado
		Labra	Contato Identificado
		Morro da Cocada	Contato Identificado
		Padre Jackson	Contato Identificado
		Parque São João	Contato Identificado
		Piaçagueira	Contato Identificado
		Santa Rosa	Contato Identificado
		Serraria do Rocha	Contato Identificado
		Porto dos Padres	Contato Identificado
		Rio das Pedras	Contato Identificado
		São Vicente	Contato Identificado
		Vila Guarani	Contato Identificado
		Vila Itiberê	Contato Identificado
		Vila Paranaguá	Contato Identificado
		Vila Primavera	Contato Identificado
		Vila Santa Helena	Contato Identificado
		Vila Santos Dummont	Contato Identificado

Município	Comunidade	Nome	Status
		Vila São Jorge	Contato Identificado
		Vila São Vicente	Contato Identificado
	Produtores Agrícolas	Colônia Maria Luiza	Contato Identificado
		Colônia Morro Inglês	Contato Identificado
		Colônia das Palmeiras	Contato Identificado
		Colônia Pereira	Contato Identificado
		Colônia Quintilha	Contato Identificado
		Colônia Rio das Pedras	Contato Identificado
		Colônia Santa Cruz	Contato Identificado
		Colônia São Luiz	Contato Identificado
		Colônia Taunay	Contato Identificado
Pontal do Paraná	Indígena	Tekoa Guaviraty	Escuta Realizada
		Tekoa Karaguata Poty	Escuta Realizada
	Pescadores Artesanais	Barrancos	Rever Estratégia
		Guarapari	Rever Estratégia
		Maciel	Rever Estratégia
		Pontal do Poço / Cachaçal	Rever Estratégia
		Pontal do Sul	Rever Estratégia
	Produtores Agrícolas	AMPACC	Contato Identificado

Alguns status precisam ser esclarecidos para melhor entendimento do processo de planejamento das escutas às comunidades, são estes:

- Quilombo de Rio Verde – *Comunidade Desativada*: O chefe do Quilombo de Batuva, Prof. Ílton Gonçalves informou à equipe do PDS em reunião presencial que o Quilombo de Rio Verde foi desativado e que seus membros não habitam mais na região.
- Pescadores Artesanais – *Rever Estratégia*: Inicialmente a equipe do PDS achou que fosse possível convocar pescadores de localidades próximas para uma mesma reunião de modo a otimizar tempo e recursos. A experiência provou que não há adesão por parte dos pescadores às propostas coletivas. Ao contrário, existe forte demanda de que o PDS Litoral visite as comunidades pesqueiras individualmente. O caso mais marcante foi registrado em reunião com alguns pescadores de Pontal do Paraná que boicotaram a reunião coletiva marcada deixando claro que uma escuta qualificada só poderia ser feita se o PDS Litoral fosse a cada uma das comunidades pesqueiras, de cada um dos balneários de Pontal, o que somaria mais de 40 reuniões apenas neste município. Caso semelhante acontece com os pescadores de Matinhos e de Guaraqueçaba. Estamos revendo a estratégia pensando em canais de mobilização alternativos como pelo MOPEAR e pelas Associações de Pescadores.
- Guaraqueçaba – *Divulgação sem Retorno*: Em Guaraqueçaba foi utilizada a estratégia de realizar reuniões coletivas em que várias comunidades que habitam uma mesma localidade e que tem questões em comum foram convidadas. Os casos em que nenhum membro da comunidade convidada compareceu à reunião foram identificados como de ausência de retorno à divulgação realizada.
- *Contato Identificado* e *Contato Inicial Realizado*: As comunidades com esses status ainda estão em processo de planejamento da visita para escuta qualificada. O processo de escuta ainda está em andamento e o objetivo final é que o maior número possível de comunidades seja ouvido.

3.3.2.3 Proposta Metodológica das Escutas às Comunidades

A proposta metodológica para a escuta às comunidades na fase da contextualização/diagnóstico tem cinco principais objetivos: (1) alinhar entendimentos variados acerca dos conceitos de desenvolvimento, sustentabilidade, e desenvolvimento sustentável; (2) entender as formas pelas quais comunidades distintas se relacionam com a noção de tempo, e como se imaginam nos horizontes temporais do PDS; (3) aprofundar noções sobre espaço e territorialidade a partir das formas com as quais as comunidades percebem seus usos e ocupações do espaço, bem como de que maneira se relacionam com o seu entorno, dentro do município em que se inserem e para além deste; (4) debater as percepções das comunidades acerca de si mesmas e dos contextos em que se inserem a partir do levantamento dos pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças identificadas pelos indivíduos (matriz FOFA); (5) entender a partir das percepções e articulações discursivas das comunidades quais são as condições primordiais que devem ser alcançadas para que o desenvolvimento sustentável possa ser alcançado na região.

Para alcançar os objetivos elencados acima, a proposta metodológica define duas principais etapas das escutas. Em um primeiro momento as devidas apresentações são feitas, o PDS é apresentado, e a conversa é iniciada com a provocação feita pela mediadora do que a comunidade entende por desenvolvimento. A partir das respostas dos participantes é iniciada a discussão acerca dos possíveis imaginários a partir da ideia do que seria aquela comunidade desenvolvida daqui a vinte anos. Essa dinâmica permite o reconhecimento dos principais elementos que a comunidade atrela à noção de desenvolvimento, bem como a identificação de discursos exógenos que são incorporados ao vocabulário das comunidades a partir do contato com outros projetos e processos participativos. No caso recorrente do surgimento de desconfianças, inseguranças e dúvidas quanto ao PDS e sua relação com projetos anteriores, a mediadora abre um espaço de compartilhamento de dúvidas e experiências que são

acolhidas e devidamente esclarecidas. Este momento é fundamental para a construção de confiança entre participantes e equipe de mediação.

Figura 21: Registro da primeira etapa da escuta na Comunidade de Tagaçaba - Maio de 2018

Fonte: Os autores

A partir das questões trazidas pela comunidade, acerca do que ela entende como desenvolvimento, os participantes são convidados a apresentarem a sua comunidade para a equipe de mediação, focando em seis principais eixos estruturantes: educação, saúde, mobilidade, empregabilidade, segurança e saneamento. Nos casos em que a comunidade julga necessário é empregada a técnica da cartografia social, em que os participantes desenham em uma cartolina branca, utilizando canetinhas, as suas representações acerca do território ocupado, seus principais referenciais espaciais, e relação com demais comunidades, entidades e equipamentos públicos.

Figura 22: Registro da atividade de cartografia social na reunião realizada em Superagüi - Maio de 2018

Fonte: Os autores.

O propósito desta atividade é o de entender o território a partir de como este espaço é vivido pelos seus habitantes, e a partir desta dinâmica compreender as principais questões que afetam de forma negativa e positiva a vida dos moradores locais. Os participantes têm total liberdade para escolher a forma como julgam melhor representar o seu espaço, o que deve ser incluído, de que forma deve ser identificado. O papel da equipe de mediadores é apenas o de questionar as decisões tomadas, de modo a compreender o processo de trabalho, bem como esclarecer dúvidas e questões que surjam no caminho. Ao final desta etapa os participantes são convidados a uma pausa para café em que a equipe de mediadoras apresenta uma série de produtos artesanais produzidos no litoral promovendo uma dinâmica descontraída de trocas sobre as percepções dos participantes acerca dos potenciais e identidades que distinguem a região litorânea do Paraná.

Figura 23: Registro da mesa do café com produtos regionais na reunião da Comunidade de Tagaçaba - Maio de 2018

Fonte: Os autores.

Após a pausa para o café, a segunda etapa da escuta propõe uma dinâmica de construção coletiva da matriz FOFA, em que os participantes são provocados a pensarem quais são as suas percepções quanto aos principais pontos fortes e fracos da sua comunidade e do município em que se inserem, bem como as maiores oportunidades e ameaças que podem influenciar no futuro da região. Neste momento a mediadora retoma as noções de desenvolvimento apresentadas pela comunidade na primeira etapa e provoca os participantes a pensarem nestes quesitos a partir da perspectiva do que contribuiria e o que comprometeria a concretização da visão da comunidade desenvolvida daqui a vinte anos que foi apresentada no início da conversa.

Figura 24: Registro da atividade de construção coletiva da Matriz FOFA na reunião na Comunidade do Itaqui - Julho de 2018

Fonte: Os autores.

3.3.3 Entraves à Execução do Planejamento das Escutas às Comunidades

A escuta das comunidades tradicionais do Plano de Desenvolvimento Sustentável surgiu como forte demanda trazida pela população em todas as oficinas realizadas nos municípios do litoral para apresentação do PDS. O distanciamento geográfico, bem como o baixo envolvimento em ações participativas nas sedes dos municípios, seja este por escolha ou desinformação, são elementos levados em conta para o desenvolvimento de um plano de escuta eficaz e que contemple os diversos segmentos da sociedade que serão envolvidos pelas ações propostas pelo Plano. Mais do que isso, o reconhecimento da existência de outros modos de vida para além do urbano/industrial é um pilar fundamental para a elaboração de uma metodologia de escuta que se proponha a mediar saberes distintos, promovendo o diálogo e o entendimento entre os diversos segmentos da sociedade envolvidos com o Plano e seus especialistas. No entanto, o planejamento e a execução das escutas qualificadas às comunidades tradicionais estão sujeitos a uma série de adversidades que tornam o

trabalho mais complexo e delicado de ser realizado. A seguir são elencados os maiores entraves ao desenvolvimento do trabalho, bem como as possíveis propostas de mitigação de seus impactos.

Quadro 14: Entraves à Execução do Planejamento das Escutas às Comunidades

Dimensão	Problema	Impacto	Mitigação
Estrutural	Incompatibilidade entre os tempos das escutas e o tempo do PDS.	A lista de comunidades que são apontadas pela sociedade civil nas oficinas e audiências públicas, bem como pelo Ministério Público é extensa. O processo que culmina na realização das escutas se inicia com a identificação da comunidade, seguido pelo mapeamento dos contatos de entrada, que dão sequência a uma vasta troca de comunicações para apresentação do PDS, bem como para definição dos aspectos logísticos para visita à comunidade. Acordado o local e a data da visita, são definidas as estratégias de divulgação e finalmente é realizado o processo de escuta. Cada comunidade visitada requer um que todos os passos elencados acima sejam cumpridos, processo que pode levar mais de um mês para ser concluído. Apenas ao término das escutas tem início o processo de sistematização e encaminhamento das informações. O descompasso entre o tempo necessário para viabilizar as escutas e as demandas de elaboração do PDS tem alto impacto na forma como as informações coletadas serão apropriadas e incorporadas na elaboração das principais etapas do Plano, de contextualização e construção de cenários.	Elaboração de ferramentas de gestão e acompanhamento do contato com cada uma das comunidades que permita o andamento simultâneo dos processos, acompanhando as diferentes fases de interlocução com as comunidades. Alinhamento da equipe quanto a forma de trabalho flexível e adaptativa que facilmente se acomode à mudança frequente de cenários, demandas e oportunidades.
	Isolamento geográfico das comunidades.	O distanciamento das comunidades e as muitas dificuldades de acesso fazem com que a logística para realização das escutas seja extremamente complexa. Não obstante todas as questões envolvendo o contato com as comunidades e a definição da realização das escutas, ainda existem fatores como a dificuldade de acesso, os tempos de deslocamento, e a carência de infraestrutura de hospedagem que comprometem a realização de um cronograma fluido de escutas.	Identificação das formas otimizadas de transporte e acesso às comunidades. Identificação junto às lideranças das comunidades de pessoas que possam hospedar a equipe durante os dias de escuta. Otimização do cronograma para tentar acomodar comunidades próximas de modo a economizar recursos e tempo.
Conhecimento	Inexistência de mapeamento consolidado das comunidades tradicionais do litoral do Paraná	Dificuldade de dimensionar o escopo do trabalho, de entender a diversidade de comunidades e suas particularidades, e comprometimento do planejamento e cronograma de trabalho.	Aproximação com a academia, ONGs, secretarias de estado e prefeituras, além do pedido de ajuda aos membros das Equipes de Acompanhamento para levantamento e mapeamento das comunidades por município. Elaboração de mapa georreferenciado com as comunidades identificadas

Dimensão	Problema	Impacto	Mitigação
	Desconfiança da academia sobre o propósito da participação do PDS e receio de que as comunidades estariam sendo mobilizadas apenas para validação de projetos elaborados sem o real envolvimento participativo.	Recusa por parte de diversos centros acadêmicos de compartilharem conhecimento, dificultando acesso à pesquisas e informações sobre as comunidades tradicionais. Impossibilidade de estabelecimento de um diálogo cooperativo entre o PDS e a academia.	Realização de reuniões nas universidades e aproximações diretas com professores que trabalham com temas relacionados às comunidades tradicionais. Proposta de apresentação dos resultados das escutas para academia com o propósito de garantir a transparência do processo participativo e promover o diálogo.
	Monopólio do contato direto com as comunidades tradicionais	Dificuldade de acessar determinadas comunidades devido ao controle da comunicação feito por professores e pesquisadores que possuem vínculo de pesquisa estabelecido com as comunidades ao longo dos anos (*gate keepers*). Por vezes as comunidades se recusam a falar diretamente com o PDS, alegando que antes é necessário contatar determinado professor que seria o avaliador da pertinência da abordagem.	Identificação dos professores que atuam como *gate keepers* das comunidades para maior compreensão da relação estabelecida com as comunidades. Elaboração de estratégias de abordagem em contextos e circunstâncias variadas com o objetivo de alcançar as lideranças das comunidades em questão.
	Dificuldade de entendimento sobre o propósito e escopo de atuação do PDS, bem como no que faz deste uma proposta diferente dos demais planos e projetos elaborados na última década.	Após tantos planos e projetos elaborados para o litoral paranaense na última década, a população não consegue perceber diferença entre o que o PDS está propondo e o que os demais planos (em especial o Plano de Manejo, Planos Diretores e ZEEs) fizeram. Existe uma tendência muito forte das comunidades de não se abrirem ao diálogo e à aprendizagem acerca dos diferentes planos, seus propósitos e diferenciais.	Desenvolvimento de uma metodologia participativa em que as dúvidas e mal entendimentos são acolhidos e esclarecidos, e em que a apresentação do PDS é feita a partir destas elucidações.
Logística	Dificuldade de desenvolver estratégias de divulgação que alcancem as comunidades tradicionais.	Baixo retorno de participantes nas reuniões comunitárias e baixo alcance da comunicação sobre o PDS com as comunidades.	Elaboração de mapa de divulgação com os pontos de maior circulação nas comunidades; identificação de lideranças comunitárias para maior articulação direta, e nos casos necessários, realização de reuniões prévias para apresentação do PDS; e contratação de moradores locais para divulgação com panfletos e cartazes.
	Dificuldade de deslocamento entre comunidades próximas para realização de reuniões comunitárias.	Considerando a natureza do PDS quanto plano regional, é interessante a realização de algumas reuniões comunitárias em que comunidades tradicionais que possuem relações similares com o meio ambiente, e que, portanto, compartilham questões em comum possam se aproximar e debater em conjunto as principais questões relacionadas ao desenvolvimento sustentável da região. No entanto, a precariedade de transporte entre comunidades na mesma região compromete a realização desse tipo de reunião, restando como única alternativa o deslocamento da equipe da estruturação social para cada comunidade de maneira individual.	Mapeamento dos fluxos de transporte coletivo, suas frequências e horários para alinhamento do cronograma de reuniões comunitárias. Identificação dos pontos centrais que facilitam o deslocamento do maior número de comunidades em um mesmo perímetro. Contato com as prefeituras para avaliação da disponibilidade de transporte público que pudesse buscar as pessoas em suas localidades.

Dimensão	Problema	Impacto	Mitigação
	Diversidade de horários disponíveis para realização das reuniões.	Cada comunidade trabalha em um horário diferente. Algumas começam as suas jornadas de manhã cedo com pausas para o almoço, outras trabalham prioritariamente na parte da tarde. A variedade de formatos de rotinas faz com que a definição dos horários para as visitas e reuniões seja sempre contestado, sendo difícil encontrar janelas em que haja consenso de que a comunidade poderia se reunir. Esse fator é agravado pela carência nas formas de transporte e deslocamento que torna ainda mais complexa a manobra com as agendas e horários disponíveis.	Mapeamento dos horários em que cada comunidade está disponível, bem como dos melhores dias da semana para realização das reuniões. Compatibilização do cronograma geral de visitas para acomodação das diversas particularidades.
Relacionamento	Desconfiança e descrença das comunidades locais sobre mais um processo participativo.	A percepção unânime de que os processos participativos realizados no litoral ao longo da última década não se propuseram a de fato escutar as comunidades, mas sim procuraram validar ações e projetos desenvolvidos de forma desconectada das demandas populares impacta na disposição e disponibilidade das pessoas se envolverem com as escutas do PDS. Em todas as comunidades contatadas há resistência em participar de um novo processo de escuta, o que motiva as pessoas a não comparecerem aos eventos, e boicotarem as dinâmicas participativas.	Desenvolvimento de uma metodologia participativa que acolhe as resistências e desconfianças da população, incluindo no processo de escuta uma fase de catarse coletiva sobre as experiências prévias, suas expectativas e frustrações causadas. Elaboração de um processo de escuta espelhado nas principais fases de desenvolvimento do PDS: contextualização / diagnóstico e criação de cenários com o objetivo de construir junto com as comunidades as relações de pertencimento e apropriação do PDS.
	Preconcepção sobre o uso do termo “desenvolvimento”.	A desconfiança e resistência das comunidades ao processo de escuta do PDS são agravadas pelo fato do Plano focar no desenvolvimento, ainda que sustentável. Por conta dos empreendimentos construídos, em especial na região de Paranaguá e Pontal do Paraná, nos últimos anos em nome do desenvolvimento econômico, é comum a associação entre o termo desenvolvimento e a construção de empreendimentos como o porto.	A proposta metodológica das escutas parte da premissa de que após o alinhamento de expectativas acerca do trabalho desenvolvido pelo PDS é preciso discutir os múltiplos entendimentos do termo desenvolvimento. Este é um pilar fundamental para a construção de uma relação dialógica com as comunidades, uma vez que as percepções e entendimentos de desenvolvimento da comunidade são debatidos e registrados, e o conceito de desenvolvimento de Amartya Sen que orientou o Termo de Referência da contratação da consultoria é apresentado de forma didática, promovendo um diálogo.
	Dificuldade de acesso das comunidades às informações oficiais e reprodução de rumores como verdades.	As comunidades carecem de informações oficiais quanto a protocolos, legislações, direitos e deveres, em especial no que diz respeito à relação com o meio ambiente e com as Unidades de Conservação. Com uma frequência alarmante rumores são tratados como verdades e há um clima de pânico generalizado criado a partir de anedotas que em tese teriam ocorrido com um indivíduo ou outro. Este clima de insegurança e medo gerado pelos rumores e pela falta de referenciais oficiais acerca das informações alimenta a desconfiança acerca do PDS, sua relação com demais órgãos locais como o	Elaboração de metodologia participativa que acolhe as questões trazidas e tenta esclarecer as questões apontadas, ou ao menos questionar as fontes de informação que são mobilizadas para sustentar os rumores. Identificação dos principais rumores e mal entendimentos para encaminhamento aos órgãos responsáveis com o objetivo de que se prontifiquem a melhoras sua comunicação local.

Dimensão	Problema	Impacto	Mitigação
		ICMBIO, gerando uma relação em que as instituições, em especial as ligadas ao Estado, são vistas como inimigos e ameaças.	
	Carência de meios de comunicação comunitários e de internet/telefonia nas comunidades.	A precariedade das formas de comunicação impacta diretamente o processo de manutenção de vínculo com as comunidades entre uma visita e outra. Sem internet ou meios de comunicação comunitárias não é possível alimentar as comunidades com notícias sobre o desenvolvimento do Plano. O estabelecimento de um canal de comunicação com as comunidades seria fundamental para a criação de vínculo entre as populações e o PDS, alimentando o sentimento de apropriação do plano no futuro.	Elaboração de meios didáticos e de fácil sistematização do desenvolvimento do PDS para distribuição para comunidade na segunda rodada de visitas, na fase da construção de cenários.
Sistematização	Impossibilidade de realização das escutas às comunidades seguindo um ordenamento lógico.	Dadas as questões logísticas tornou-se inviável a construção de um cronograma de escutas em que as comunidades fossem visitadas de acordo com qualquer critério logico, como por exemplo o da distribuição territorial. Dessa forma, apenas ao final de todas as escutas será possível agrupar as questões por município ou por tipo de comunidade.	Elaboração de análises parciais por município conforme as reuniões e visitas forem realizadas. Incorporação de novos elementos às estruturas analíticas desenvolvidas conforme a evolução das escutas. Elaboração de quadro de encaminhamentos de questões trazidas nas escutas para compartilhamento de informações com demais especialistas do PDS e atores envolvidos no processo.
	Correlação entre as informações qualitativas advindas das escutas às comunidades e as informações quantitativas fornecidas pelas prefeituras e demais atores envolvidos.	Por vezes as informações qualitativas contestam a imagem apresentada pelos dados quantitativos. Em especial no que diz respeito aos aparatos do estado de educação e saúde, é comum que a visão das comunidades questione o fato de haver uma estrutura quantitativamente suficiente para atender as demandas existentes. É fundamental que essa divergência de modos analíticos seja cooperativa e não competitiva, agregando informações para o diagnóstico e para construção de cenários em vez de comprometê-los.	Alinhamento com o especialista em equipamentos sociais para complementariedade de informações para as análises feitas pelos dois eixos. Fomento ao diálogo com as principais secretarias envolvidas para maior aprofundamento e entendimento do cenário existente em cada localidade.

Fonte: Os autore

3.3.4 Escutas às Comunidades Tradicionais do Litoral

Esta é dividida em duas partes. A primeira apresenta os principais pontos levantados nas escutas realizadas com duas comunidades da Ilha do Mel: Encantadas e Nova Brasília, enquanto que a segunda reúne as principais questões apontadas durante as escutas a quatro comunidades de produtores agrícolas de Guaraqueçaba: Itaqui, Serra Negra, Tagaçaba e Tagaçaba de Cima. As visitas foram realizadas entre maio e agosto de 2018 e contaram com a presença de moradores e lideranças das comunidades tradicionais, visando à identificação e caracterização das comunidades para a elaboração da Contextualização Regional.

3.3.4.1 Ilha do Mel

A Ilha do Mel é tombada pelo Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Estado do Paraná pela Lei nº 1.211/53, vinculada ao governo estadual desde 1982 quando da concessão de uso sob forma de aforamento (Portaria nº 160 de 15 de abril de 1982). Esta transferência passou do S.P.U. (Serviço do Patrimônio da União), vinculada ao Ministério da Fazenda, para o governo do Paraná a responsabilidade, que por sua vez direcionou ao ITCG (Instituto de Terras e Cartografia) autorização para outorgar concessões de uso na Ilha (Decreto nº. 4.964/85), passando então a responsabilidade para a fiel execução da gestão no local ao IAP. No último Censo Demográfico do IBGE de 2010, foram diagnosticados 1.094 habitantes na Ilha do Mel, sendo destes: 52,7% homens e 47,3% mulheres; 22% na faixa etária de 0 a 14, 73% na faixa etária de 15 a 64 anos, e 4,5% com 65 anos de idade ou mais. Foram diagnosticados 780 domicílios, sendo 284 domicílios particulares permanentes não ocupados e de uso ocasional, 70 domicílios coletivos sem morador, e 26 domicílios vagos. A Ilha tem 25 quilômetros de belas praias, desertas ou com pouca urbanização. A população da Ilha se distribui entre algumas pequenas vilas: Encantadas, Nova Brasília, Farol, Praia Grande e Fortaleza.

Durante a etapa de audiências públicas foram indicadas duas Comunidades Tradicionais que deveriam ser visitadas para realização de escuta qualificada: Nova Brasília e Encantadas. Após contato direto feito com as lideranças locais de cada comunidade, foi

identificado o melhor local para realização das reuniões, bem como os melhores meios para divulgação dos eventos. A equipe de comunicação do PDS produziu cartazes, folders e convite em formato eletrônico que foram utilizados para divulgação das reuniões. A equipe do PDS foi com antecedência à Ilha para distribuição dos materiais gráficos impressos e utilizou as redes sociais e o WhatsApp para ampliar a capilaridade do convite.

Figura 25: Convite para as Comunidades da Ilha do Mel

Fonte: O autor, 2018.

3.3.4.2 Comunidade de Nova Brasília

Figura 26: Nova Brasília - Ilha do Mel (PR)

Fonte: Google

A reunião foi realizada no dia 13 de agosto. A reunião estava prevista para as 19:00h, e foi realizada no espaço da Associação dos Nativos da Ilha do Mel da Praia Grande à Ponta Oeste (ANIMPO), contando com a presença de mais de aproximadamente 10 pessoas, conforme registrado em lista de presença. A reunião foi iniciada com a equipe do PDS Litoral explicando sobre os objetivos, etapas e a importância da reunião para retratar a realidade da comunidade.

Figura 27: Reunião Comunitária na Nova Brasília - Ilha do Mel

Fonte: Os autores

As questões específicas da aldeia são abordadas em tópicos a seguir:

- **Questões Fundiárias**

A Ilha do Mel tem aproximadamente 95% de sua área composta por ecossistemas de restinga e Floresta Atlântica, o que a elevou à categoria de Estação Ecológica em 1982. Em março de 2002 foi criado o Parque Estadual da Ilha do Mel com uma área de 337,84 hectares. O Estado faz a gestão das Unidades de Conservação através do IAP – Instituto Ambiental do Paraná. A Ilha pertence à União, foi tombada, e aforada para o Estado do Paraná.

- **Habitação**

Existem habitações de alvenaria e de madeira.

- **Saúde**

Na localidade existe uma Unidade Básica de Saúde. Atualmente a unidade funciona com a permanência de um médico clínico geral diariamente, além de equipe de técnico de enfermagem e agentes de saúde comunitários. Por conta da instabilidade de fornecimento de energia elétrica o posto de saúde não armazena vacinas. Não há centro ou controle de Zoonose, e segundo participantes existem animais peçonhentos como cobras e escorpiões. Foi relatado alto consumo de bebidas alcoólicas, consumo de drogas como cocaína, e brigas interpessoais.

- **Segurança**

Só existe polícia ambiental, composta por dois guardas. Não há polícia militar nem corpo de bombeiros, somente em Paranaguá. Uma questão levantada é que não há possibilidade de realização de rondas com apenas 2 guardas, uma vez que estes não podem andar sozinhos e não podem abandonar a base administrativa.

- **Educação**

A comunidade tem a Escola Rural Municipal Nova Brasília, de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Paranaguá e o Colégio Estadual Lucy Requião de Mello e Silva, de responsabilidade do Governo do Estado do Paraná. As duas instituições dividem o mesmo prédio e hoje contam com mais de 70 alunos matriculados, divididos entre ensino fundamental e médio. Também existe uma Creche Municipal. Muitos utilizam o sistema EAD (Educação à Distância) para se capacitarem tendo em vista o fácil acesso à internet. Na ilha algumas empresas oferecem o serviço COPEL, COPEL Telecom, Virtual Net. Os municípios mais procurados para a continuidade dos estudos são Paranaguá e Curitiba, onde há mais opções para frequentar o ensino superior ou técnico em nível médio.

- **Energia e Comunicação**

A Companhia Paranaense de Energia (COPEL) introduziu sistemas de aquecimento solar, mas por conta de longos períodos de chuva e ausência de sol a energia gerada não é suficiente. A localidade possui um posto dos Correios, para receber cartas e encomendas. São fornecidos serviços de internet e TV a cabo.

- **Saneamento**

Não há estação de tratamento. Todas os imóveis possuem fossas, umas sépticas e outras rudimentares. É uma das preocupações apresentadas porque o lençol freático é bem superficial e facilmente contaminado, principalmente nas altas temporadas e na maré cheia. A água é captada por poços semi-artesianos e distribuída por rede de abastecimento. A distribuição é regular, porém quando a demanda é muito grande, como na época de alta temporada, ocorre a falta de água. Foi apontado que a água possui uma tonalidade amarelada, isso por conta do excesso de ferro. A empresa responsável pela captação e distribuição é a Paranaguá Saneamento. Quanto ao esgotamento sanitário, esse é um dos maiores problemas apontados. Além disso, foi relatado que no período de verão, alta temporada, existem muitos casos de diarreia, o

que foi apontado na reunião como consequência do sistema de esgotamento sanitário precário.

- **Resíduos Sólidos**

O lixo é recolhido e levado para Paranaguá onde é encaminhado para o aterro sanitário. A responsável pela destinação dos resíduos é a empresa licitada pela Prefeitura Municipal de Paranaguá.

- **Renda**

A ilha tem vocação turística e 95% das suas atividades econômicas são voltadas para o setor. Todos vivem direta ou indiretamente do turismo.

- **Matriz FOFA**

Quadro 15: Matriz FOFA da Nova Brasília - Ilha do Mel (PR)

FORÇA • Calendário de eventos culturais; • Patrimônio cultural; • Beleza Natural; • Turismo.	**FRAQUEZAS** • Desvalorização cultural local; • Enfraquecimento da agricultura e da pesca artesanal; • Carência de infraestrutura; • Ociosidade dos jovens; • Sazonalidade da economia da Ilha.
OPORTUNIDADES • Parcerias para construção de um novo trapiche; • Programas voltados para a sustentabilidade; • Promoção do calendário de eventos da Ilha.	**AMEAÇAS** • Estratégia portuária para embarcação do Porto; • Turismo em massa descontrolado.

Fonte: O autor.

3.3.4.3 Comunidade de Encantadas

Figura 28: Encantadas - Ilha do Mel (PR)

Fonte: Google

A reunião foi realizada no dia 14 de agosto, e contou com a presença de mais de 20 participantes. A comunidade se mostrou unida e bem articulada. Foram apresentados os objetivos do PDS Litoral, assim como os objetivos da visita buscando conhecer as especificidades locais. É importante destacar que existem na ilha serviços e atividades como educação, atendimento à saúde e coleta de lixo. Tratam-se de serviços essenciais à sociedade que são prestados com base em um modelo de gestão compartilhada do município de Paranaguá e do estado do Paraná, através da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

Figura 29: Reunião Comunitária na Encantadas - Ilha do Mel (PR)

Fonte: Os autores

As questões específicas da aldeia são abordadas em tópicos a seguir:

- **Habitação**

Existem casas de madeira e de alvenaria. Algumas são próprias e quitadas. Algumas possuem abastecimento de água da rede geral e outras tem abastecimento de água de poço. Algumas possuem banheiro ou sanitário, sendo o esgotamento sanitário via fossa séptica e fossa rudimentar, outras ainda não possuem banheiro ou sanitário. Hoje a população da Vila de Encantadas é de aproximadamente 850 pessoas.

- **Saúde**

Segundo os entrevistados, o serviço de saúde tem sido bem atendido nos últimos anos. Houve melhora de uma maneira geral, sendo um impacto positivo para a comunidade, ainda que durante os meses de inverno ocorra a falta de médicos, devido ao aumento da demanda da população local e à disponibilidade destes profissionais no atendimento. Hoje a comunidade possui um Posto de Saúde, com clínico geral, enfermeiros, auxiliar de enfermagem, agentes de saúde. O atendimento de saúde para as comunidades da ilha é de média ou baixa complexidade para consultas, exames e demais procedimentos. No local há apenas sala de observação e não há leitos para internação. Quanto aos equipamentos, uma das prioridades apontadas é um veículo de pronto atendimento adaptado a emergências, como uma embarcação, a “ambulancha”, como eles chamam. Nos períodos de alta temporada, os atendimentos médicos normalmente são pelo excesso de álcool, alimentação de má qualidade, insolação, fraturas e ocasionados pela falta de higiene da população e pelo banho dos turistas em locais impróprios e que tem provocado problemas como vômito, diarreia, alergias, entre outros.

- **Segurança**

Os serviços de segurança pública na ilha do Mel são compostos por patrulhamento de equipes de policiamento e guarda-vidas no local. Foram apontados pequenos delitos, e uso de drogas. A segurança na ilha do Mel passou por uma transformação importante com o plano de turismo, mas ainda falta treinamento adequado para o recebimento de

turistas pela Policia Militar. Além disso o posto policial não apresenta boas condições de uso, manutenção e de infraestrutura. É necessária a compra de barcos para apoio e um maior efetivo para atendimento das ocorrências em baixa e média temporada.

- **Educação**

A comunidade conta com a Escola Municipal Teodoro Valentim e nela são cedidas duas salas de aula para o Estado. A escola adota o sistema multisseriado, que é uma forma de organização de ensino na qual o professor trabalha, na mesma sala de aula, com várias séries do Ensino Fundamental simultaneamente, tendo que atender a alunos com idades e níveis de conhecimento diferentes. Ainda, falta infraestrutura como quadra poliesportiva, biblioteca, sala de informática, parquinho, além da equipe pedagógica carecer de professor de educação física, e de idiomas. Atualmente estão matriculados 41 alunos do 1º ao 5º ano. A escola oferece merenda e uniforme escolar. A comunidade também possui Creche Municipal. Os municípios mais procurados para a continuidade dos estudos são Paranaguá e Curitiba, onde há mais opções para frequentar o ensino superior ou técnico em nível médio.

- **Energia e Comunicação**

A Companhia Paranaense de Energia (COPEL) faz a distribuição de energia por rede geral.

- **Saneamento**

A Companhia de Água e Esgoto de Paranaguá (CAGEPAR) é a empresa vinculada à prefeitura que presta serviços de abastecimento de água na ilha. Os participantes afirmam que a ilha tem problemas de saneamento, segundo eles o local tem um lençol freático alto e nunca foi realizada uma limpeza das fossas sépticas da ilha, fato que deixa o subsolo altamente contaminado. Não tem ETE – Estação de Tratamento de Esgoto. As residências e estabelecimentos possuem fossas sépticas e rudimentares. Segundo participantes existem planos, mas que ainda não saíram do papel. Saneamento e fossas constituem o maior problema nas áreas de ocupação mais populosas. Há críticas severas

aos órgãos ambientais e administrativos da Ilha do Mel em relação ao problema do esgoto.

- **Resíduos Sólidos**

Os resíduos são coletados pela Prefeitura e transportados por balsa para Paranaguá, mas não existe qualquer programa de separação nem reciclagem do lixo, que é descartado sem qualquer seleção.

- **Renda**

Na Ilha do Mel, os setores de comércio e serviços ligados diretamente ao turismo, como hotelaria (pousadas), campings, comércio, bares, restaurantes, lanchonetes, mercadinhos, serviços de transporte, e atendimento aos visitantes, são os mais representativos no cenário econômico local. Todavia, grande parte dos recursos auferidos pelos investidores, empreendedores, donos das melhores pousadas, estabelecimentos comerciais, dentre outros, de maior expressão econômica, através do turismo, não são reinvestidos na Ilha, apenas uma pequena parcela dos recursos é destinada para manutenção e continuidade dos estabelecimentos/empreendimentos. Somente os recursos dos moradores mais tradicionais, donos de pequenos estabelecimentos comerciais e de pequenas pousadas, são reinvestidos no local. A atividade pesqueira (artesanal) possui grande potencialidade de desenvolvimento, face à diversidade marinha, muito embora vários dos pescadores tradicionais tenham afirmado que houve redução significativa nos estoques pesqueiros da região, principalmente devido ao aumento do fluxo de embarcação para o Porto de Paranaguá.

- **Matriz FOFA**

Quadro 16: Matriz FOFA da Encantadas - Ilha do Mel (PR)

FORÇA • É um polo turístico famoso; • Localização geográfica; • Natureza; • Resistência Social; • Cultura Caiçara; • Pesca da Tainha; • Ecoturismo e turismo de aventura.	**FRAQUEZAS** • Leis ambientais rígidas; • Falta de segurança; • Desunião interna do Conselho Gestor; • Muita burocracia do IAP; • Tratamento do lixo; • Sazonalidade.
OPORTUNIDADES • Capacitação de mão de obra local; • Educação ambiental; • Elaboração de calendário de eventos.	**AMEAÇAS** • Privatizações; • Revelização; • Crescimento desordenado; • Gragagem; • Portos; • Grandes empreendimentos.

Fonte: O autor.

3.3.4.4 Comunidades de Guaraqueçaba

Cada um dos sete municípios que compõem a região litorânea do Paraná possui características que o tornam único e, portanto, orientam o olhar para potenciais e fragilidades que precisam ser considerados na elaboração do Plano. No caso de Guaraqueçaba, um dos seus maiores potenciais (se não o maior), é também uma fragilidade: seus recursos naturais. A APA de Guaraqueçaba é amplamente conhecida por fazer parte da maior área contínua remanescente de Mata Atlântica do Brasil. A presença do Instituto Chico Mendes e de diversas ONGs no território evidenciam o valor e a importância da preservação ambiental na região. Neste contexto, a maior parte dos aproximadamente 8.000 habitantes que vivem na parte continental do município se organizam socialmente em pequenas comunidades de subsistência e produção agrícola

artesanal dispersas ao longo da PR-405, única estrada que conecta todo o município e que não é pavimentada.

Dado este cenário, em um primeiro momento a equipe do PDS Litoral pensou que o foco das escutas às comunidades tradicionais em Guaraqueçaba seria apenas nas comunidades indígenas, quilombolas e de pescadores artesanais que vivem na parte insular do município. Esta ideia foi revista durante a etapa de audiências públicas e oficinas quando foi percebido que havia uma grande tensão entre essa parcela significativa dos habitantes do município que dependem do uso da terra para subsistência, e as instituições responsáveis pelas restrições impostas pelo regime de conservação ambiental. A situação era agravada pelo fato de que justamente esta população mais vulnerável era a que tinha mais dificuldade de acesso à sede do município onde as reuniões de participação eram realizadas, dadas as condições de infraestrutura da PR-405, e a escassez de transportes públicos. Nas audiências e oficinas a sociedade civil deixou claro que se as comunidades agrícolas de Guaraqueçaba não fossem ouvidas, a participação efetiva e representativa do município para a construção coletiva do Plano seria comprometida. Com base nesses fatos, a estratégia de escuta qualificada para Guaraqueçaba foi alterada, passando a incluir as comunidades tradicionais apontadas nas oficinas e audiências. É preciso, no entanto, registrar uma ressalva de que há uma diferença entre as comunidades agrícolas de Guaraqueçaba e o conceito mais comumente utilizado para identificar comunidades tradicionais. Diferentemente do caso das aldeias indígenas e quilombos que são comunidades conectadas por questões identitárias, ou dos pescadores artesanais que são estruturados pela afinidade laboral e compartilhamento do mesmo meio de produção, as comunidades de Guaraqueçaba são organizadas e delimitadas por questões geográficas, não possuindo vínculos que as conectem como parte de um todo para além dos estabelecidos pela configuração espacial.

Considerando o tamanho das comunidades e a proximidade de muitas entre si, foi adotada a decisão de realizar inicialmente uma reunião coletiva em Tagaçaba para qual

seriam convocadas as comunidades de: Açungui, Ipanema, Itaqui, Morato, Pedra Chata, Potinga, Serra Negra, Tagaçaba e Tagaçaba de Cima. A escolha por Tagaçaba foi feita pela localização geográfica da comunidade ser bastante centralizada com relação às demais e por possuir uma escola estadual que poderia ser usada para a realização da reunião. A primeira tentativa de realizar essa escuta foi frustrada. A estratégia de focar a divulgação prioritariamente nos meios digitais, em especial por Whatsapp, não teve resultado algum e ninguém apareceu no evento. A partir dessa experiência foi adotada uma nova estratégia de produção de material gráfico para distribuição em cada uma das comunidades, além de interlocução mais expressiva com os moradores locais.

Figura 30: Convite reunião

Fonte: Os autores.

Dentre as comunidades que foram pessoalmente mobilizadas para a segunda tentativa da reunião, apenas os representantes de três (Tagaçaba, Tagaçaba de Cima e Serra Negra) compareceram ao evento realizado no dia 23 de maio de 2018 na Escola Estadual Tagaçaba Porto da Linha. Ao longo desse processo a associação de moradores de Itaqui e uma das lideranças da Potinga entraram em contato para justificar a incapacidade de comparecer à segunda tentativa da reunião. Os motivos eram os mesmos: dificuldade de mobilidade por conta da estrada e escassez de transportes públicos. A comunidade

de Itaqui insistiu para que o PDS fosse até lá para realização de uma escuta local, o que foi realizado pela nossa equipe no dia 24 de julho de 2018 na Lanchonete do Dado.

Figura 31: Registro da reunião realizada em Tagaçaba – Guaraqueçaba em 23 de maio de 2018

Fonte: Os autores.

Figura 32: Registro da reunião realizada em Itaqui - Guaraqueçaba em 24 de julho de 2018

Fonte: Os autores.

Apesar de terem especificidades, as comunidades de Itaqui, Tagaçaba, Tagaçaba de Cima e Serra Negra compartilham as mesmas questões e aflições com relação ao futuro

da região em que se inserem. Portanto, os apontamentos temáticos, bem como a matriz FOFA serão apresentados abaixo de forma unificada.

- **Habitação**

As casas das comunidades de Guaraqueçaba são de alvenaria ou madeira. Não houve relatos de déficit habitacional, e uma parcela considerável dos moradores das comunidades de Guaraqueçaba são candidatos a linhas de crédito e financiamento especiais por conta de a propriedade ser rural. As construções são feitas pelos próprios moradores, que reclamam apenas da dificuldade em transportar o material de obra sem transporte adequado e com a precariedade da infraestrutura da estrada.

- **Saúde**

Há uma fala consensual de que em todas as comunidades de Guaraqueçaba haverá pelo menos um episódio a ser relatado de um indivíduo que foi acometido por uma emergência médica contornável, mas que acabou falecendo porque não conseguiu chegar a uma unidade de saúde. Os participantes apontaram para duas questões prioritárias: a dificuldade de acessar as unidades de saúde, mesmo as mais próximas, uma vez que não existe um sistema de ambulância ou barco no município para transporte de pacientes; e, quando o acesso ocorre, há total carência de médicos, enfermeiros, remédios e exames nas unidades de saúde em funcionamento. Os participantes relatam que fora o hospital da sede do município, as demais unidades de saúde estão fechadas ou paralisadas (abrem para funcionamento com uma pessoa não habilitada para atender pacientes). Para além das reivindicações básicas, os participantes também ressaltaram a importância de um programa de saúde voltado para os profissionais do meio rural, que sofrem determinados tipos de lesão e doenças por conta das atividades laborais e que precisam de atenção, uma vez que dependem do corpo para produção do próprio sustento.

- **Segurança**

Segurança pública é um item de muita preocupação para as comunidades de Guaraqueçaba. Há uma percepção de que episódios de violência tem aumentado, assim como o uso de drogas. Os moradores associam o fenômeno ao fato de que por conta da

falta de perspectiva em Guaraqueçaba muitos jovens se mudam para Paranaguá, esperando conseguir um emprego e melhores condições de vida. Quando esses planos não se concretizam acabam ficando em situação de maior vulnerabilidade para o uso e venda de drogas. Ao retornarem para Guaraqueçaba onde tem família e estabilidade, esses jovens levam o vício ou a prática comercial. Em paralelo ao aumento da percepção de insegurança, está a sensação de abandono do estado, que não possui policiamento fora da sede do município. De acordo com os participantes em caso de um episódio de violência seria mais fácil obter ajuda da polícia de Antonina do que de Guaraqueçaba.

- **Educação**

Para vários participantes o elemento que definirá um futuro sustentável para o litoral é a educação. A evasão de residentes do município, em especial jovens, teve um impacto direto na estrutura do público estudantil do município. Nas escolas municipais em funcionamento é relatado um ciclo perverso em que o baixo número de alunos matriculados não justifica o repasse de verbas pelo governo para escola, levando à decisão por fazer turmas multi-seriadas, que tendem a fomentar ainda mais a evasão escolar. Com isso, os jovens estão ficando sem perspectiva e sem capacitação mínima para exercer empregos formais. Nesse contexto, o investimento na educação é percebido como prioritário para reverter essa tendência e pavimentar o caminho para um futuro sustentável.

- **Energia e Comunicação**

A COPEL fornece luz para Guaraqueçaba, no entanto a manutenção das redes ou reparos em casos de necessidade são sempre comprometidos pelas dificuldades de acesso e mobilidade na região. A única operadora que funciona no município é a Tim, e algumas pessoas tem internet via satélite que é extremamente cara. Por conta disso os moradores repetem com frequência que se sentem isolado do resto da região e do estado.

- **Saneamento**

Não há rede de distribuição de água tratada. Os moradores bebem água diretamente da fonte, e se preocupam com o que pode vir a acontecer quando a fonte começar a ficar contaminada. O encanamento que conecta a fonte às casas é vulnerável e diversas comunidades já passaram por longas temporadas sem água após temporais, como foi o caso mais recente em Potinga. Não há rede de saneamento, as casas possuem fossas rudimentares.

- **Resíduos sólidos**

Não há coleta de lixo nas comunidades fora da estrada. Nestes casos os moradores queimam ou aterram. Para as comunidades situadas na estrada havia coleta de lixo periódica, mas o serviço foi descontinuado. Os moradores acham que as condições da estrada comprometem a realização de qualquer serviço básico. Apesar das iniciativas de preservação ambiental no município, não há programa de educação ambiental, fomento à reciclagem, ou à manipulação seletiva de lixo.

- **Renda**

Os participantes acham que se não houver um movimento real de entendimento da importância da estrada para a vida socioeconômica de Guaraqueçaba a tendência é que o município desapareça. A renda da maioria absoluta dos habitantes vem da produção agrícola, seja para subsistência como para venda de excedentes. No entanto, é fala recorrente que a estrada compromete qualquer tentativa de escoamento da produção, seja pelo impacto sofrido pelos alimentos no transporte pela estrada irregular, seja pelo elevadíssimo custo de manutenção com os veículos de transporte. Para além disso, há uma reclamação forte contra as instituições ambientais que demarcaram territórios e aplicam multas para condutas não adequadas de uso do meio ambiente, mas que não fazem nada em troca. Os moradores acreditam que poderiam ser capacitados para usos e manejos do solo de forma sustentável, e para realização de outras atividades que tirassem o foco apenas da produção agrícola e com isso ajudasse na preservação do

meio ambiente. O turismo é apontado como uma saída, assim como a produção sustentável feita a partir de materiais reciclados.

- **Matriz FOFA**

Quadro 17: Matriz FOFA das Comunidades de Guaraqueçaba

FORÇA • Natureza; • Cultura Caiçara; • Qualidade de vida; • Ecoturismo de aventura; • Agricultura e agroecologia; • Biodiversidade; • Relação com o território.	**FRAQUEZAS** • Isolamento; • Infraestrutura de estrada; • Falta de mobilidade; • Carência na saúde; • Leis ambientais rígidas; • Falta de segurança; • Educação precária; • Cultura assistencialista; • Saneamento; • Tratamento de lixo; • Desvalorização das comunidades e da região.
OPORTUNIDADES • Desenvolvimento da produção agrícola; • Educação ambiental; • Educação rural; • Valorização da tradição; • Turismo de base comunitária; • Capacitação para técnicas sustentáveis.	**AMEAÇAS** • Desinformação; • Perda de identidade local; • Crime organizado; • Legislação ainda mais restritiva; • Assoreamento dos rios; • Desestruturação social.

Fonte: O autor.

3.3.5 Escutas às Comunidades Indígenas

3.3.5.1. Os Povos indígenas e as Comunidades Tradicionais

O uso do termo “comunidades tradicionais” inclui os povos indígenas. Todavia, as populações indígenas no Brasil são tratadas de modo distinto, em separado, com direitos especiais assegurados expressamente pela Constituição Federal e por Legislação

Infraconstitucional, como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. Com o objetivo de esclarecer as especificidades dos povos indígenas e porque este segmento das comunidades tradicionais merece ser tratado de forma separada das demais comunidades esta seção faz um breve resumo do panorama da questão indígena no Brasil.

Segundo o IBGE, a partir de 1991 o Censo Demográfico começou a coletar dados sobre a população indígena brasileira, e com base no quesito cor ou raça foi introduzida a categoria indígena. Em 2000 o Censo revelou um crescimento expressivo da população indígena, mas não se sabia mais detalhes, apenas a classificação de cor declarada pelos entrevistados.

Porém, foi a partir do Censo de 2010 que uma série de perguntas foi introduzida, em que as pessoas que se declaravam indígenas passaram a responder também sobre povo, etnia, língua indígena falada, entre outros. Além disso, incorporou-se um novo recorte geográfico, que foi a localização do domicílio indígena – dentro ou fora de Terras Indígenas (TI) reconhecidas pelo governo federal, ressurgindo assim um País com uma expressiva diversidade indígena. O Censo 2010 revelou ainda que, das 896 mil pessoas que se declaravam ou se consideravam indígenas, 63,8 % viviam na área rural e 57,5 %, moravam em Terras Indígenas oficialmente reconhecidas.

Cabe esclarecer que com base nas informações fornecidas pela FUNAI e nas legislações vigentes, as terras indígenas podem ser classificadas em quatro modalidades: **Terras Indígenas Tradicionalmente Ocupadas**: são as terras indígenas de que trata o art. 231 da Constituição Federal de 1988, baseado no direito originário dos povos indígenas, cujo processo de demarcação é disciplinado pelo Decreto n.º 1775/96; **Reservas Indígenas**: São terras doadas por terceiros, adquiridas ou desapropriadas pela União, que se destinam à posse permanente dos povos indígenas. São terras que também pertencem ao patrimônio da União, mas não se confundem com as terras de ocupação tradicional. Existem terras indígenas, no entanto, que foram reservadas pelos estados-membros, principalmente durante a primeira metade do século XX, que são reconhecidas como de

ocupação tradicional; **Terras Dominiais**: São as terras de propriedade das comunidades indígenas, havidas, por qualquer das formas de aquisição do domínio, nos termos da legislação civil; e **Interditadas**: São áreas interditadas pela Funai para proteção dos povos e grupos indígenas isolados, com o estabelecimento de restrição de ingresso e trânsito de terceiros na área. A interdição da área pode ser realizada concomitantemente ou não com o processo de demarcação, disciplinado pelo Decreto n.º 1775/96. E, dentro do processo demarcatório das terras tradicionalmente ocupadas existem seis fases administrativas, sendo elas a fase de estudo, delimitação, declaração, homologação, regularização e interdição.

Para a elaboração do diagnóstico, com base nas entrevistas realizadas nas visitas de campo, foram visitadas 5 (cinco) Terras Indígenas (T.I) no Litoral do Paraná, duas em Guaraqueçaba, duas em Pontal do Paraná e uma em Paranaguá. Algumas já são demarcadas e outras ainda estão em de procedimento demarcatório. Todas as T.I. visitadas são da etnia Guarani.

3.3.5.2. Elaboração do Protocolo de Escuta às Comunidades Indígenas do Litoral

As negociações com a FUNAI para a realização das visitas às aldeias indígenas tiveram início em maio de 2018 com a apresentação do PDS e da proposta metodológica da escuta qualificada do Plano para a gestora da FUNAI responsável pela região litorânea. À ocasião foi colocada a necessidade de pensarmos em um protocolo para a realização das visitas que fosse equiparável ao implementado durante o processo de escuta realizado recentemente pelo IPHAN, em que os tempos, modos, saberes e costumes indígenas eram respeitados na condução dos encontros. Em cumprimento com essa solicitação o PDS viabilizou a realização de uma reunião em julho de 2018 com as lideranças das aldeias indígenas do litoral em Paranaguá. Cinco das seis aldeias do litoral enviaram representantes. A aldeia Tupã Nhe'e Kretã (Morretes) preferiu não participar do evento apesar de terem sidos disponibilizados transporte e subsídios para acomodação e refeição.

Nesta reunião as cinco aldeias presentes chegaram a um consenso de que a garantia da condução da criação de um espaço real nas escutas para os indígenas serem ouvidos e compreendidos estava na participação dos caciques de todas as cinco tribos em todas as visitas a serem realizadas. O entendimento foi de que não apenas a presença dos cinco caciques facilitaria o fluxo de comunicação durante as visitas e as traduções em casos necessários, mas acima de tudo a atuação conjunta das lideranças garantiria a unidade de informação entre as aldeias, criando um espaço de fortalecimento e união das questões indígenas no litoral. Outro acordo estabelecido foi que as visitas deveriam durar pelo menos um dia inteiro, mas idealmente um dia e meio, para que as informações pudessem ser processadas e a aldeia tivesse tempo de conversar entre si antes de fornecer devolutivas à equipe do PDS Litoral.

Figura 33: Registro da reunião com as lideranças indígenas e a FUNAI em Paranaguá - agosto de 2018

Fonte: autores.

Com base nestas premissas, as visitas às aldeias indígenas foram realizadas em agosto de 2018 e contaram com a presença de moradores e lideranças das comunidades tradicionais, visando à identificação e caracterização das comunidades para a elaboração da Contextualização Regional. Esta seção apresenta os principais resultados

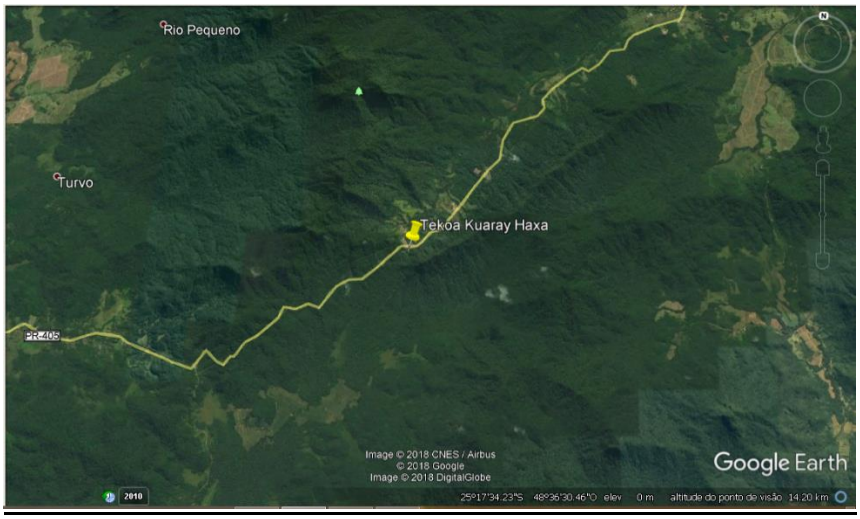
das 5 (cinco) visitas realizadas nos municípios da região do litoral, que tiveram como principal objetivo a identificação e o levantamento de dados primários, além de (1) confirmar a localização e composição das comunidades tradicionais indígenas; (2) promover o debate sobre os objetivos do PDS Litoral; e (3) coletar informações acerca dos aspectos sociais, territoriais, culturais e ambientais de cada comunidade visitada. Para a complementação dessas informações também foram consultadas as bases de informação da Fundação Cultural Palmares (FCP), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), do Instituto Socioambiental (ISA) e da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), entre outros.

Ao final da primeira reunião realizada na Aldeia Tekoa Kuaray Haxa, os Guaranis elaboraram um documento (Anexo I) propondo ao PDS um "Protocolo de Consulta", que consiste na obrigatoriedade de serem consultados, em conjunto com uma equipe técnica escolhida por eles, composta de advogado especialista em direitos indígenas, antropólogo e cartografo, para consulta sobre qualquer tema que envolva empreendimentos que possam impactar determinada Terra Indígena.

3.3.5.3. Escutas às Comunidades Indígenas

3.3.5.3.1. T.I. Tekoa Kuaray Haxa - Guaraqueçaba

Figura 34: Aldeia Tekoa Kuaray Haxa - Guaraqueçaba (PR)



Fonte: Google

Localizada no município de Guaraqueçaba, às margens da PR-405, a aldeia hoje tem uma população aproximada de 18 habitantes, distribuídos em 4 casas. A visita para escuta qualificada foi realizada nos dias 18 e 19 de agosto de 2018 na presença de lideranças indígenas do estado do Paraná, além de outros 20 participantes moradores da aldeia. O primeiro dia de visita foi destinado a apresentações dos moradores da aldeia, assim como alguns convidados, buscando uma ambientação. Na primeira reunião, que teve início por volta das 14:00 horas, na casa de rezas, o Cacique pediu para que todos se apresentassem, e em guarani explicou os objetivos da visita e do PDS, passando a palavras para a equipe do Plano que complementou com os propósitos e etapas do PDS Litoral. Após essa introdução ficou acordado que a equipe do Plano deixaria as lideranças conversarem para chegarem em um consenso sobre os instrumentos e propostas que poderiam ser apresentadas pela população indígena Guarani.

Figura 35: Reunião Comunitária na Aldeia Tekoa Kuaray Haxa

As questões específicas da aldeia são abordadas em tópicos a seguir:

- **Questões Fundiárias**

A aldeia Tekoa Kuaray Haxa foi criada há 7 anos e está dentro de Reserva Biológica Bom Jesus, criada em 2012. A reserva é uma Unidade de Conservação, de proteção integral,

e por esse motivo o ICMBio ajuizou ação com pedido de reintegração de posse, pois, nesse tipo de Unidade de Conservação, conforme artigo 10 da lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), a Reserva Biológica tem como objetivo a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais. Todavia, em decisão de segunda instância no Tribunal Regional Federal, os desembargadores reconheceram que a presença da comunidade na área não traz nenhum prejuízo à unidade de conservação. A comunidade ainda espera sentença definitiva para ter a permanência garantida e, desta forma, esse é um dos principais problemas apresentados na reunião, a garantia territorial relacionada à questão fundiária.

- **Habitação**

As casas são de madeira, com chão de terra batida. Não há banheiro dentro das casas.

- **Saúde**

A situação da saúde é percebida como precária com falta de atendimento médico e infraestrutura, carência na logística com a falta de veículos e postos de saúde por exemplo.

- **Segurança**

Não foram relatados casos de violência. Mas, segundo a interpretação Guarani, segurança é muito mais do que policiamento. Segurança tem a ver com segurança alimentar, segurança territorial, segurança cultural e nesse sentido existe uma ameaça à segurança dos povos Guarani.

- **Educação**

A aldeia não dispõe de escola para as crianças, e desta forma a única opção é o deslocamento até a que escola de ensino tradicional mais próxima. Apesar disso, a prefeitura disponibiliza ônibus, oferece merenda e uniforme escolar. Segundo a liderança o cenário ideal é a construção de uma escola indígena na própria aldeia o que ajudaria a fomentar a cultura e a geração de renda com a contratação de merendeiras, professoras, entre outros.

- **Energia e Comunicação**

A energia elétrica é fornecida pela COPEL (Companhia Paranaense de Energia) através de rede de distribuição. Não foram instaladas placas solares na aldeia. Não existe sinal de telefonia móvel. Como meio de comunicação a aldeia possui apenas televisão que transmite os canais abertos como TV Globo, SBT, Bandeirantes.

- **Saneamento**

A aldeia não apresenta infraestrutura adequada de saneamento, os banheiros funcionam com fossas rudimentares, e são do tipo latrina e a captação de água é feita por intermédio de poços artesianos.

- **Resíduos Sólidos**

O lixo é queimado na maioria das vezes. Em casos de grande volume de lixo, os moradores levam de carro até a entrada da estrada de terra, cerca de 7km da aldeia, perto da PR 340.

- **Renda**

A venda de artesanatos é uma das principais fontes de renda. Também existe auxílio do Programa Bolsa Família.

- **Matriz FOFA**

Quadro 18: Matriz FOFA da Aldeia Tekoa Kuaray Haxa

FORÇA • Agricultura de subsistência; • Artesanato; • Cultura Guarani.	**FRAQUEZAS** • Insegurança quanto à regularização da Terra Indígena.
OPORTUNIDADES • Indígenas potencializam e garantem a proteção ambiental.	**AMEAÇAS** • Grandes empreendimentos; • Aumento do fluxo de veículos pesados na estrada.

Fonte: O autor.

3.3.5.3.2. T.I. Sambaqui / Tekoa Karaguata Poty - Pontal do Paraná

Figura 36: T.I. Sambaqui - Tekoa Karaguata Poty - Pontal do Paraná (PR)

Fonte: Google

A reunião foi realizada no dia 25 de agosto. Por ser a aldeia menos populosa, a reunião contou com a presença da equipe do PDS, das cinco lideranças indígenas além dos moradores da aldeia e da representante da FUNAI. As pautas foram fortalecidas e na ocasião buscou-se entender melhor as especificidades da aldeia.

Figura 37: Reunião Comunitária na T.I. Sambaqui - Tekoa Karaguata Poty

Fonte: Os autores

As questões específicas da aldeia são abordadas em tópicos a seguir:

- **Questões Fundiárias**

Foi em 1998 que 17 famílias chegaram na T.I., delimitada em 2005, e atualmente em fase de homologação. A área é extensa e hoje se subdivide em duas aldeias, a Karaguata Poty e a Guaviraty, tendo entradas distintas e lideranças distintas também, mas trata-se da mesma Terra Indígena, TI Sambaqui.

- **Habitação**

São cinco casas e um barracão, sendo as casas de madeira e alvenaria, e o chão batido com piso cimentado. Os banheiros ficam na parte externa. A aldeia também conta com um campo de futebol. Residem na aldeia o cacique com sua esposa, duas filhas e um neto, no total de 5 habitantes. Existiam mais moradores, mas com as dificuldades de

mobilidade (considerando que o acesso à estrada principal fica a duas horas a pé), a ausência de posto de saúde, e de escola, muitos índios migraram para outras regiões, inclusive para a outra ponta da TI Sambaqui hoje denominada Tekoa Guaviraty.

- **Saúde**

Os atendimentos de emergências podem ser realizados no posto de saúde em Shangrilá que atende 24 horas. Para atendimento ambulatorial os moradores da aldeia buscam o município de Paranaguá. Quanto ao atendimento diferenciado aos indígenas, os problemas são os mesmos em todas as aldeias, a falta de capacitação pelo SUS, a falta de exames, de encaminhamentos adequados, além da falta de infraestrutura e logística.

- **Segurança**

A aldeia atualmente possui porteira e placa de sinalização de terra indígena o que inibe a entrada de pessoas estranhas. Na ocasião da visita foi possível ver um carro da polícia fazendo ronda. Não foram apontados casos de violência.

- **Educação**

Nenhuma das crianças que moram na aldeia frequentaram escola. Durante um período de três anos houve uma professora voluntária que ensinou o português básico. Caso desejem prosseguir com os estudos precisam ir para as escolas estaduais do município de Pontal do Paraná.

- **Energia e Comunicação**

A aldeia possui placas solares que foram instaladas e são mantidas pela COPEL – Companhia Paranaense de Energia. Tem sinal de telefonia móvel das operadoras Tim e Vivo, o que garante aos índios acesso à internet. Na casa principal tem televisão que transmite canais abertos como SBT, TV Globo e Bandeirantes.

- **Saneamento**

O abastecimento de água é feito pela Secretaria de Saúde. A prefeitura já manifestou que não é possível promover o abastecimento de água por encanamento devido a distância da rede geral de distribuição. O esgoto é direcionado para fossas rudimentares.

- **Resíduos Sólidos**

A prefeitura realiza a coleta uma vez por semana. Existem caçambas para armazenamento dos resíduos.

- **Renda**

Hoje em dia a aldeia vive da venda de artesanatos e da cobrança de taxa para visitações. Além disso, tem criação de galinhas e plantam feijão e milho para subsistência.

- **Matriz FOFA**

Quadro 19: Matriz FOFA da Tekoa Karaguata Poty

FORÇA • Cultura indígena.	**FRAQUEZAS** • Qualidade do solo para plantio; • Dificuldade de se adaptaraos costumes e práticas não indígenas.
OPORTUNIDADES • Parcerias com as universidades para aprendizagem de técnicas de plantio; • Criação de uma associação indígena para capacitar financiamento para projetos; • Agenda de encontros dos povos indígenas para fortalecer a cultura; • Fomentar turismo de base comunitária.	**AMEAÇAS** • Impactos das influências e modos de vida dos não indígenas.

Fonte: O autor.

3.3.5.3.3.T.I. Sambaqui / Tekoa Guaviraty - Pontal do Paraná

Figura 38: T.I. Sambaqui - Tekoa Guaviraty - Pontal do Paraná (PR

Fonte: Google

A reunião foi realizada no dia 26 de agosto e teve início por volta das 10:30 horas. A primeira fala foi do Cacique que agradeceu a presença de todos, abriu para apresentações e começou explicando sobre o PDS Litoral. A equipe do plano complementou a fala, detalhando as etapas do plano, como as oficinas de engajamento e as audiências públicas. Em seguida o Cacique da aldeia Kuaray Haxa apresentou detalhes do Plano em guarani, explicando a necessidade de pensar no futuro, no desenvolvimento e na preocupação com os empreendimentos como o Porto de Paranaguá, a construção de estradas e como esses empreendimentos podem causar impacto na aldeia e na cultura Guarani. O cacique da aldeia Pindoty, complementou a fala explicando o financiamento do projeto e resumiu o objetivo da reunião apontando para necessidade do povo Guarani pensar o que precisa para se desenvolver sustentavelmente diante do cenário atual e a curto, médio e longo prazo. A reunião contou com a presença de 18 pessoas.

Figura 39: Reunião Comunitária na T.I. Sambaqui - Tekoa Guaviraty

Fonte: Os autores

As questões específicas da aldeia são abordadas em tópicos a seguir:

- **Questões Fundiárias**

A Terra Indígena foi regulamentada em 2012, mas ainda está pendente de homologação. Essa T.I. é a mesma da aldeia Karaguata Poty, embora atualmente o acesso seja distinto.

- **Habitação**

Residem na aldeia 46 pessoas, divididas em 11 famílias. As casas são de madeira, com chão batido e não possuem banheiro. A aldeia conta com 15 habitações, entre elas casa de reza e escola.

- **Saúde**

Casos que precisam de atendimento médico urgente são levados para o posto 24h em Shangrilá. Em regra, as questões de saúde são comuns nas aldeias, como a falta de infraestrutura logística, de ambulância, e de verba para que a equipe de saúde indígena possa promover atendimento de qualidade.

- **Segurança**

Não há muita exposição externa. A polícia militar costuma aparecer nas rondas. O Cacique explicou que já conversou com policiais para que a abordagem seja tranquila porque as crianças se assustam, podem se machucar, e o acordo vem sendo respeitado.

- **Educação**

A aldeia possui uma escola, porém esta ainda não está em funcionamento por falta de estrutura interna, mobiliário e equipe pedagógica. Atualmente as crianças estudam na Escola Estadual Maria Helena Teixeira Luciano, com ensino tradicional, e frequentam a creche municipal. A aldeia tem mais de 20 crianças. Um ponto que foi ressaltado é a necessidade de capacitar os professores para que se entenda e respeite a cultura Guarani. De acordo com os indígenas da aldeia: “quando a criança não quer ir para a escola isso é respeitado, ela pode ter tido um pressentimento e tem que respeitar. Os modos de vida indígenas são diferentes da cultura da presença e do horário”.

- **Energia e Comunicação**

A COPEL fornece energia elétrica através de placas solares e o sinal de telefonia móvel é estável.

- **Saneamento**

Não existe fornecimento regular de água, o que é um dos maiores problemas da aldeia. A Secretaria de Saúde fornece água, são 1000 litros por semana, quantidade insuficiente para o total de 47 pessoas que residem na aldeia. Ausente também é o esgotamento sanitário. Ainda se usa a mata para fazer as necessidades especiais, ou banheiro rudimentar, do lado de fora das casas.

- **Resíduos Sólidos**

A prefeitura faz a coleta de 15 em 15 dias. Existem caçambas na aldeia para armazenamento dos resíduos, mas não há qualquer instrução para descarte, assim

como não existem programas de reciclagem. Uma reclamação foi sobre o descarte irregular de resíduos de construção civil e outros na margem da estrada que dá acesso à aldeia.

- **Renda**

Hoje a aldeia vive da venda de artesanatos e visitações turísticas embora não tenha infraestrutura para isso. Além disso, algumas pessoas são beneficiadas com o programa Bolsa Família e Aposentadoria do INSS.

- **Matriz FOFA**

Quadro 20: Matriz FOFA da T.I. Sambaqui - Tekoa Guaviraty

FORÇA • Cultura Guarani; • Esportes típicos; • Realização de festas típicas em 1º de Maio que atrai visitantes.	**FRAQUEZAS** • Diminuição das práticas culturais; • Ausência de saneamento básico; • Precariedade das habitações.
OPORTUNIDADES • Criação de uma estrutura permanente para venda do artesanato guarani.	**AMEAÇAS** • Porto de Paranaguá e Pontal do Paraná; • Estradas para Pontal do Paraná; • Aumento da população e da urbanização.

Fonte: O autor.

3.3.5.3.4. T.I. Cerco Grande / Tekoa Kuaray Guata Porã - Guaraqueçaba

Figura 40: T.I. Cerco Grande - Tekoa Kuaray Guata Porã - Guaraqueçaba (PR)

Fonte: Google

A reunião foi realizada no dia 27 de agosto. A equipe pegou o barco em Paranaguá e chegou na aldeia por volta das 11:40am. A reunião foi realizada na Escola Estadual Kuaray Guatá Porã e contou com a presença de mais de 20 pessoas, incluindo funcionários da Escola, da FUNAI, os cinco representantes das aldeias e os moradores locais. A reunião foi iniciada com a equipe do PDS Litoral explicando os objetivos e etapas do Plano, e a importância da reunião para retratar a realidade da aldeia e assim pensar no desenvolvimento sustentável. Em seguida a palavra foi passada para o representante da aldeia que havia acompanhado todas as outras reuniões que explicou em guarani um pouco mais sobre o plano, pontuando assuntos como do que se trata o Plano, a necessidade de pensar no futuro, questões de geração de renda, educação, saúde, a manutenção e fortalecimento da cultura Guarani.

Figura 41: Reunião Comunitária na T.I. Cerco Grande - Tekoa Kuaray Guata Porã

Fonte: Os autores

As questões específicas da aldeia são abordadas em tópicos a seguir:

- **Questões Fundiárias**

As primeiras famílias da aldeia surgiram em meados de 1986. Mesmo com a permanência no território as terras ainda não foram demarcadas pela FUNAI. O relatório para a regularização da Terra Indígena foi protocolado em 2016, mas ainda está pendente de homologação. Hoje residem na aldeia 7 famílias com 32 membros.

- **Habitação**

No que tange à infraestrutura, as casas das famílias são simples, feitas de pau - a - pique, chão batido e cobertas com capim e lona ou telhas.

- **Saúde**

O atendimento médico é realizado em Paranaguá. Os agentes de saúde fazem visitas periódicas. Na época da visita três índias estavam grávidas e o pré-natal era realizado no Hospital Maternidade em Paranaguá. Um problema apontado é a falta de controle de zoonose, na aldeia existem muitos cachorros e gatos. A pouco tempo alguns animais

estavam com sarna, que acabou passando para as crianças. Uma das sugestões foi realizar a castração desses animais.

- **Segurança**

Não existem casos de violência, mas a aldeia fica exposta à entrada de pessoas estranhas, não indígenas.

- **Educação**

Recentemente foi construída na aldeia a Escola Estadual Kuaray Guatá Porã que atende até o 5º ano, com as aulas em português e em guarani. Atualmente são 8 funcionários trabalhando na escola, diretora, pedagoga, professores e agentes. Vale apontar que a merenda escolar é igual à das escolas estaduais, fornecida pelo estado.

- **Energia e Comunicação**

A Companhia Paranaense de Energia (COPEL) introduziu sistemas de energia por aquecimento solar, mas por conta de longos períodos de chuva e ausência de sol a energia gerada não é suficiente.

- **Saneamento**

A água é fornecida pela SANEPAR (Companhia de Saneamento do Paraná) e é distribuída por encanamento. Já o esgoto não é tratado. Não existem fossas nas residências e o esgoto é liberado para o rio.

- **Resíduos Sólidos**

Em regra, os resíduos gerados são queimados. Mas às vezes os moradores, com ajuda dos funcionários da escola, conseguem levar os resíduos para fora da aldeia nos barcos fretados, cabendo aos moradores a compra dos sacos de lixo já que a Prefeitura não tem realizado a coleta.

- **Renda**

Atualmente existem na comunidade apenas cerca de 30 habitantes, distribuídos em 7 famílias, apesar de anteriormente ter abrigado 15 famílias. A pequena produção agrícola é baseada na plantação de banana, mandioca e cana de açúcar, destinada ao consumo próprio. Os indígenas também sobrevivem da pesca (sem a utilização de redes predatórias), pequenas criações de galinha e artesanatos. Algumas famílias recebem o auxílio do Programa Bolsa Família, do Governo. Dentre os moradores existem agentes de saúde indígena e sanitário, o que ajuda a complementar a renda.

- **Matriz FOFA**

Quadro 21: Matriz FOFA da T.I. Cerco Grande - Tekoa Kuaray Guata Porã

FORÇA • Preservação da língua nativa; • Pesca artesanal.	**FRAQUEZAS** • Incerteza sobre o futuro da aldeia.
OPORTUNIDADES • Parcerias para construção de um trapiche.	**AMEAÇAS** • Porto de Paranaguá e de Pontal do Paraná.

Fonte: O autor.

3.3.5.3.5. T.I. Ilha da Cotinga / Pindoty - Paranaguá

Figura 42: T.I. Ilha da Cotinga - Pindoty - Paranaguá (PR)

Fonte: Google

A reunião foi realizada no dia 20 de agosto de 2018 na Escola e contou com a participação das lideranças das cinco aldeias, de membros das comunidades e de funcionários da escola (professores, pedagogos, dentre outros). O Cacique iniciou a reunião por volta das 11:00 horas, solicitando que todos se apresentassem e seguiu explicando em guarani os motivos do encontro, as propostas do PDS Litoral, o que era, a necessidade de pensar no futuro para 20, 30 anos. Passou a palavra para a equipe do Plano para que complementassem a apresentação e explicassem sobre desenvolvimento, as etapas do Plano, e a necessidade de dialogar com as comunidades que vivem no litoral do Paraná. No momento seguinte passou a palavra para o Cacique mais velho da aldeia que contou um pouco da história dos Guarani na Ilha da Cotinga, explicando que em 1970 chegaram aproximadamente 300 índios, depois disso 150 foram encaminhados para Paraty no litoral do Rio de Janeiro e os demais ficaram na Ilha, aos poucos uns foram se casando, saindo para outras aldeias.

Figura 43: Reunião Comunitária na T.I. Ilha da Cotinga - Pindoty

Fonte: Os autores.

As questões específicas da aldeia são abordadas em tópicos a seguir:

- **Questões Fundiárias**

Regularizada e Homologada por Decreto em 1994.

- **Habitação**

Existem casas de alvenaria e de madeira.

- **Saúde**

A falta de posto de saúde foi apontada como uma dificuldade. O difícil acesso permite que a equipe médica (enfermeira e médica) visite a aldeia uma vez por semana. Em caso de emergência são encaminhados para o Hospital de Paranaguá, assim como para acompanhamento de pré-natal.

- **Segurança**

Não foram relatados casos de violência.

- **Educação**

A aldeia possui a Escola Estadual Indígena Pindoty, hoje com 29 crianças matriculadas, que são alfabetizadas em português e guarani.

- **Energia e Comunicação**

A energia na Ilha da Cotinga é fornecida pela COPEL, através de placas solares. Existe sinal de telefonia móvel.

- **Saneamento**

As escolas possuem banheiros com fossas sépticas, mas as casas possuem fossas rudimentares.

- **Resíduos Sólidos**

Um dos principais problemas apresentados foi a coleta de resíduos sólidos. Já foram enviados inúmeros ofícios solicitando a regularização da coleta, o que foi feito durante 30 dias e descontinuado. A responsabilidade seria da Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca. Outra questão sobre resíduos é o transporte inadequado dos resíduos oriundos da Ilha do Mel, pois, sem a devida cobertura da embarcação o vento derruba os resíduos para o mar que acaba indo parar nas margens.

- **Renda**

A renda vem basicamente da venda de artesanatos. Alguns recebem Bolsa Família e aposentadoria. As famílias plantam feijão, mandioca, milho, cultivam mel e podem caçar e pescar. Também periodicamente recebem cestas básicas da FUNAI. Existe um plano em elaboração por conta do PBA (Plano Básico Ambiental) do TCP I (Terminal de

Contêineres Paranaguá) para a fomentação do turismo com capacitação para guias turísticos.

- **Matriz FOFA**

Quadro 22: Matriz FOFA da T.I. Ilha da Cotinga - Pindoty

FORÇA • Preservação da cultura Guarani por meio de práticas culturais.	**FRAQUEZAS** • Falta de liberdade territorial; • Exclusão social; • Falta de reconhecimento do valor da cultura Guarani.
OPORTUNIDADES • Construção de posto de saúde na Ilha; • Ilha da Cotinga como ponto turístico.	**AMEAÇAS** • Restrição do território; • Empreendimentos imobiliários; • Restrições legais.

Fonte: O autor.

3.3.5.4 Pontos de Atenção Comuns a Todas as Aldeias

As cinco aldeias visitadas são da etnia Guarani, e muitos falam português e guarani. As reuniões foram acompanhadas por caciques/representantes de cada aldeia que puderam explicar para toda a comunidade, também em guarani, detalhes dos objetivos do PDS Litoral. Durante as reuniões os caciques ficaram gratos pelo PDS Litoral poder proporcionar o encontro entre eles durante o tempo das visitas, porque além de reuniões produtivas eles puderam estar juntos, conversando sobre diversos assuntos ligados aos Guaranis, que ainda nos dias de hoje, mantêm sua organização social e política. Dentre os assuntos mais pontuados durante as reuniões, a questão da

regularização das terras é um dos pontos mais sensíveis. Abaixo um resumo da situação de cada uma das cinco aldeias visitadas:

Quadro 23: Resumo da situação das aldeias

NOME DA TERRA INDÍGENA (T.I.)	MUNICÍPIO	SUPERFÍCIE (ha)	FASE DO PROCEDIMENTO	MODALIDADE
Pindoty – T.I. Ilha da Cotinga	Paranaguá	1.701,2020	Regularizada	Tradicionalmente ocupada
Tekoa Karaguata Poty – T.I. Sambaqui*	Pontal do Paraná	2.795,0000	Delimitada	Tradicionalmente ocupada
Tekoa Guaviraty – T.I. Sambaqui*	Pontal do Paraná	2.795,0000	Delimitada	Tradicionalmente ocupada
Tekoa kuaray Haxa	Guaraqueçaba		Sob judice	
Tekoa Kuaray Guata Porã – T.I Cerco Grande	Guaraqueçaba	1.390,0000	Delimitada	Tradicionalmente ocupada

*A Terra Indígena Sambaqui subdivide-se em duas aldeias, no entanto trata-se da mesma ocupação.
Fonte: Os autores.

Outro ponto sensível é a educação. Segundo o Censo 2010, os níveis educacionais básicos, a taxa de alfabetização das pessoas indígenas de 15 anos ou mais de idade revelou-se abaixo da média nacional, situada em 90,4%, sendo que nas Terras Indígenas 32,3% ainda são analfabetos. Esse dado demonstra que a expansão das políticas públicas na área da educação indígena constitui um desafio permanente, com destaque para a população que vive nas Terras Indígenas. Nesse sentido é preciso tratar a educação escolar indígena respeitando sua interculturalidade, valorizando sua língua e suas tradições. Durante as visitas duas aldeias apresentaram escolas com adequação pedagógica às escolas indígenas e isso ajuda a criar resultados positivos na manutenção da cultura e dos saberes, além de gerar renda.

No que diz respeito ao saneamento, ainda segundo o IBGE, em todo território nacional, o lixo nas Terras Indígenas é normalmente queimado (68,3% dos domicílios). Nas aldeias visitadas parte do lixo é queimado e parte coletado pelas Prefeituras.

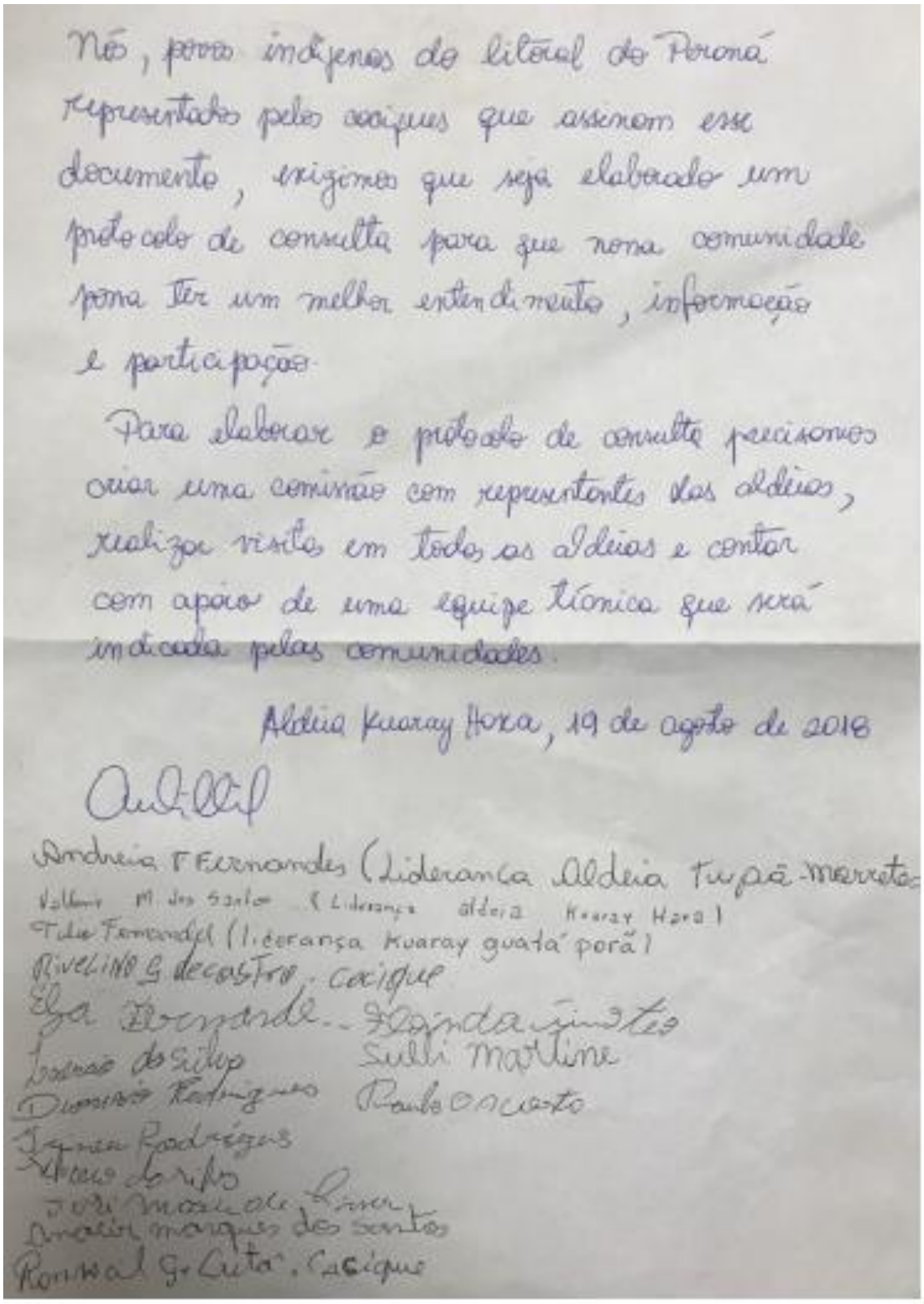
Em geral, todas as aldeias visitadas vivem da agricultura de base familiar (mandioca, milho, banana) e do artesanato, que é a principal fonte de renda e que mantém a

sustentabilidade, tendo uma relação muito forte com a natureza e com o lado espiritual. Um dos problemas apresentados é a questão do solo arenoso, o que dificulta o plantio.

Por fim, observamos que todas as comunidades, apesar de suas especificidades, sofrem na maioria das vezes dos mesmos problemas sociais estruturantes, como falta de água, falta de escolas, falta de postos de saúde, habitações inadequadas e questões fundiárias.

PDS_LITORAL

ANEXO I – CARTA /PROTOCOLO DE CONSULTA



Nós, povos indígenas do litoral do Paraná representados pelos caciques que assinam esse documento, exigimos que seja elaborado um protocolo de consulta para que nossa comunidade possa ter um melhor entendimento, informação e participação.

Para elaborar o protocolo de consulta precisamos criar uma comissão com representantes das aldeias, realizar visita em todas as aldeias e contar com apoio de uma equipe técnica que será indicada pelas comunidades.

Aldeia Kuaray Haxa, 19 de agosto de 2018

Andreia F Fernandes (Liderança Aldeia Tupã-Mirim)
Valkiria M. dos Santos (Liderança aldeia Kuaray Haxa)
Tiele Fernandes (Liderança Kuaray guatá porã)
Rivelino S de Castro, cacique
Elza Fernandes
Sueli Martins
Paulo Augusto
Jurandir Rodrigues
Jurandir marques dos santos
Ronaldo Gracia, cacique

3.4 EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS

Por se tratar de uma região territorial ampla, apesar da pouca população, o litoral do Paraná apresenta números de equipamentos sociais, públicos e privados, acima da média de grande parte do país, porém em alguns casos, ainda insuficientes. Os dados que serão apresentados a seguir foram coletados em páginas oficiais, censos e a partir contato direto com os gestores estaduais e municipais responsáveis pelos serviços.

3.4.1 Educação

Os números dos equipamentos de educação nos sete municípios do litoral do Paraná são muito diversos, não só em quantidade de equipamentos, mas principalmente nos tipos de equipamentos e serviços prestados. Um aspecto importante a ressaltar antes de iniciarmos a análise, e que já foi apresentado neste relatório no capítulo sobre demografia, é que a população da região apresenta taxas de crescimento demográfico negativos em alguns municípios e que a tendência é que nos próximos anos isso se mantenha, com poucas exceções. Destaque também para o fato de que esses índices se encontram principalmente nos municípios de características e predominâncias territoriais rurais. Essas informações são muito importantes, pois a pressão sobre equipamentos da área de educação reduzirá futuramente exatamente onde hoje se encontra um dos principais gargalos, no número de vagas em creches públicas. A busca por alternativas distintas da construção de novas unidades, que num futuro próximo poderão ficar obsoletas, é um dos desafios para a região.

Quadro 24: Número Absoluto e Percentual de Analfabetos

Município	Valor Absoluto			%		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Antonina	2.090	1.716	1.134	18,8%	13,0%	8,1%
Guaraqueçaba	1.415	1.127	885	30,5%	20,9%	15,7%
Guaratuba	1.471	1.373	1.579	13,2%	7,6%	6,7%
Matinhos	529	971	952	7,3%	6,0%	4,3%
Morretes	1.184	806	780	13,8%	7,7%	6,6%
Paranaguá	6.096	5.014	3.725	8,7%	5,8%	3,6%
Pontal do Paraná	-	582	760	-	5,9%	4,8%
Total	**12.785**	**11.589**	**9.815**	**15,4%**	**9,5%**	**7,1%**

Fonte: Censo IBGE 1991 2000 e 2010

Os dados dos últimos Censos apontam uma mudança considerável no perfil da população analfabeta do litoral paranaense. Em 20 anos, houve uma redução de 50% no percentual da população total, com destaque para municípios como Antonina, Guaraqueçaba e Morretes, coincidentemente os que possuem maior população rural. Nos demais municípios, a redução dos números é mais amena, especialmente no último decênio (2000-2010), porém, chegando a índices muito melhores que os originais.

A boa performance também se repete para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Ideb[10], onde nos últimos biênios, grande parte dos municípios tem alcançado e, até mesmo, ultrapassado suas metas para os primeiros anos do ensino fundamental (1º ao 5º ano), à exceção de Antonina, Guaraqueçaba e Paranaguá. Infelizmente, o mesmo quadro não se repete para os anos seguintes (6º ao 9º ano), onde nos últimos anos, apenas Matinhos tem conseguido alcançar e ultrapassar a meta projetada. Destaque para o fato de que Guaraqueçaba não alcançou a meta em nenhum dos biênios.

[10] O Ideb é o principal indicador da qualidade da educação básica no Brasil. Para fazer essa medição, o Ideb utiliza uma escala que vai de 0 a 10. A meta para o Brasil é alcançar a média 6.0 até 2021. Criado pelo Instituto Nacional de Pesquisa Educacional Anísio Teixeira (Inep) em 2007, o Ideb sintetiza em um único indicador dois conceitos importantes para aferir a qualidade do ensino no país: (i) Fluxo: representa a taxa de aprovação dos alunos; (ii) Aprendizado: corresponde ao resultado dos estudantes no Saeb (Sistema de Avaliação da Educação Básica), aferido tanto pela Prova Brasil, avaliação censitária do ensino público, e a Aneb, avaliação amostral do Saeb, que inclui também a rede privada.

Quadro 25: Ideb Observado e Metas Projetadas – Anos Iniciais Ensino Fundamental (2007-2015)

Município	Ideb Observado				
	2007	2009	2011	2013	2015
Antonina	4.7	4.4	4.0	4.1	4.7
Guaraqueçaba	3.6	4.2	4.3	4.7	4.8
Guaratuba	4.3	4.4	5.0	5.2	5.7
Matinhos	4.6	5.1	4.9	6.0	6.2
Morretes	4.3	4.3	4.3	4.4	5.1
Paranaguá	4.1	4.8	4.3	5.1	5.5
Pontal do Paraná	4.8	4.9	5.0	5.5	5.8
Município	**Metas Projetadas**				
	2007	**2009**	**2011**	**2013**	**2015**
Antonina	3.4	3.8	4.2	4.5	4.7
Guaraqueçaba	3.1	3.4	3.8	4.1	4.4
Guaratuba	3.5	3.8	4.2	4.5	4.8
Matinhos	4.0	4.3	4.7	5.0	5.3
Morretes	3.7	4.0	4.4	4.7	5.0
Paranaguá	4.1	4.4	4.8	5.1	5.4
Pontal do Paraná		4.4	4.8	5.1	5.3

meta cumprida

Fonte: Ministério da Educação

Quadro 26: Ideb Observado e Metas Projetadas – Anos Finais Ensino Fundamental (2007-2015)

Município	Ideb Observado				
	2007	2009	2011	2013	2015
Antonina	3.7	3.7	3.3	3.2	3.8
Guaraqueçaba	3.5	3.3	3.2	3.3	4.0
Guaratuba	3.5	3.3	3.6	3.4	4.2
Matinhos	3.6	4.1	4.0	4.3	4.9
Morretes	3.9	3.5	3.4	2.8	3.4
Paranaguá	3.6	3.7	3.5	3.2	3.5
Pontal do Paraná	3.8	4.2	3.9	4.2	4.4
Município	**Metas Projetadas**				
	2007	**2009**	**2011**	**2013**	**2015**
Antonina	3.5	3.7	4.0	4.4	4.7
Guaraqueçaba	3.0	3.1	3.4	3.8	4.2
Guaratuba	3.6	3.7	4.0	4.4	4.8
Matinhos	3.0	3.2	3.5	3.9	4.3
Morretes	3.7	3.8	4.1	4.5	4.9
Paranaguá	3.4	3.5	3.8	4.2	4.6
Pontal do Paraná	3.5	3.7	4.0	4.4	4.7

meta cumprida

Fonte: Ministério da Educação

Quando analisados os números de equipamentos de educação no litoral do Paraná, que são 387[11] no total, num primeiro momento, eles parecem muito bons e, conforme mencionado anteriormente, muito melhores que outras regiões do país. Destaque para o número de instituições de ensino superior (públicas e privadas). O maior volume de equipamentos existentes é municipal, seguidos de equipamentos privados, estaduais e, por fim, federais. Importante destacar que os melhores resultados do Ideb estão exatamente na faixa de escolas sob responsabilidade dos governos locais, que atendem os anos iniciais do ensino fundamental, que representam o maior número de equipamentos na região, seguidos pelas creches.

Quadro 27: Equipamentos de Educação no Litoral do Paraná

Município	Creches		Escolas	Escolas	Escolas privadas		Universidades		Institutos
	Públicas	Privadas	municipa	estaduais	EF	EM	Públicas	Privadas	superior
Antonina	1	3	10	6	3	0	0	1	0
Guaraqueçaba	1	0	23	8	1	0	0	1	0
Guaratuba	6	4	23	7	5	3	0	4	0
Matinhos	11	1	14	5	3	2	1	3	0
Morretes	1	2	18	3	3	1	0	1	0
Paranaguá	23	18	69	25	24	11	1	3	1
Pontal do Paraná	11	0	7	10	2	1	1	1	0
Total	**54**	**28**	**164**	**64**	**41**	**18**	**3**	**14**	**1**

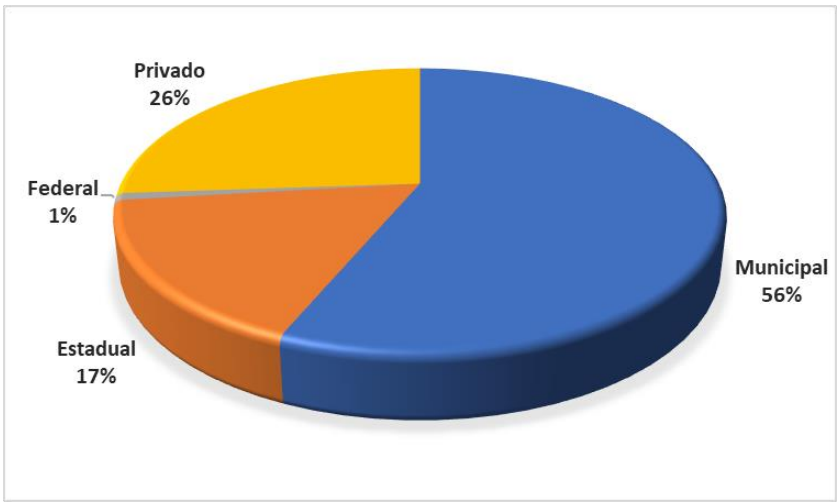
EF: Ensino Fundamental; EM: Ensino Médio

Fonte: Censo Escolar/INEP 2017; Sites das Instituições de Ensino Superior12

[11] Esse total inclui duas novas unidades da UNIFACEAR em construção nos municípios de Morretes e Paranaguá e que serão inauguradas em dezembro de 2018.

[12] Visitados em abril de 2018.

Figura 44: Gestão dos Equipamentos de Educação no Litoral do Paraná



Fonte: Censo Escolar/INEP 2017; Sites das Instituições de Ensino Superior

Durante o processo de levantamento de dados, chamou atenção o número de escolas que foram fechadas nos últimos anos no litoral paranaense, especialmente nas áreas rurais, e a presença de escolas identificadas como paralisadas. Essa informação talvez justifique parte das reclamações realizadas pela população da região durante o processo de escutas qualificadas do PDS Litoral, que apontou a existência de escolas públicas municipais dividindo o mesmo espaço físico que escolas estaduais, bem como de classes de distintos anos compartilhando, além do espaço físico, os professores.

No presente momento, 15 escolas municipais e 2 escolas estaduais[13] estão sendo divididas entre cinco dos sete municípios e o Governo do Estado, por questões de más condições de utilização ou impossibilidade de construção de escolas em regiões mais periféricas das cidades, com grande demanda por vagas, porém sem terrenos públicos disponíveis. Há também 5 escolas estaduais que estão ocupando edifícios alugados parcial ou integralmente para garantir o atendimento[14]. Em paralelo, parte das 13 escolas paralisadas estão para fechar por falta de alunos, por serem escolas antigas e de

[13] C.E. Osny David Fraga EM (rural) e C.E. de Alexandra EM (urbana).

[14] Guaratuba: C.E. Zilda Arns Neumann e C.E. Anibal Khury (apenas uma sala de aula funciona em espaço alugado bem próximo à escola); Morretes: C.E. Rocha Pombo (apenas algumas salas de aulas funcionam em espaço alugado anexo à escola); e Pontal do Paraná: C.E. Renée Carvalho de Amorim.

grande porte, localizadas em regiões centrais que perderam muita população nos últimos anos. Há exemplo de escolas de ensino médio que possuem apenas 30 alunos nas três séries, reafirmando o fato de que onde há demanda, não há vagas suficientes e de que onde há vagas, não há alunos. Questões como segurança e falta de transporte público escolar também colaboram com esse quadro de desigualdade entre regiões centrais e bairros mais periféricos.

Quadro 28: Equipamentos Municipais de Educação Compartilhados com o Governo do Estado

Município	Equipamento	Zona	Dualidade
Antonina	MIRANDA COUTO E M DR EI EF	Urbana	ALTAHIR GONCALVES E E PROFA EF
Guaraqueçaba	ALICE DA SILVA SOBRINHO E R M EI EF	Rural	ILHA DAS PECAS C E EF M
Guaraqueçaba	JOAO LUIZ DA SILVA JUNIOR E R M EI EF	Rural	ILHA DE SUPERAGUI C E EF M
Guaraqueçaba	GABRIEL RAMOS DA SILVA E R M EF	Rural	ILHA RASA C E EF M
Guaraqueçaba	VENCESLAU ARAUJO E R M EF	Rural	ISMAEL X CHAGAS DE TIBICANGA E E
Guaraqueçaba	SIBUI E R M DE EF	Rural	JORGE DIAS E E E F
Guaraqueçaba	SALIM DO CARMO E M EF	Rural	TAGACABA PORTO DA LINHA C E DE EF M
Guaratuba	JOAQUIM G DE MIRANDA E M EI EF	Rural	CUBATAO C E EF M
Guaratuba	MOISES LUPION E M GOV EI EF	Urbana	GRATULINO DE FREITAS C E EM N PROFIS
Guaratuba	JOAO GUALBERTO DA SILVA E M EI EF	Urbana	LEA GERMANA MONTEIRO E E EF
Morretes	BENEDITA DA SILVA VIEIRA E R M EI EF	Urbana	DIONEL CHARELLO E E VER EF
Paranaguá	TIRADENTES E M - EF	Urbana	ALEXANDRA C E DE EM
Paranaguá	AMPARO ESC MUN DO CAMPO - EF	Rural	ANTONIO PAULO LOPES E E
Paranaguá	TEODORO VALENTIM ESC MUN DO CAMPO - EI EF	Urbana	FELIPE VALENTIM C E EF EM
Paranaguá	NOVA BRASILIA ESC MUN DO CAMPO - EI EF	Urbana	LUCY R M E SILVA C E EF M

Fonte: SEED/PR

Os dados recentes da última Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic) permitem também uma breve análise sobre o número de profissionais alocados na região em cada município por ciclo educacional. Quando comparados os números de professores com a população estimada para cada ciclo, podemos ver que alguns municípios possuem em seu quadro um número maior de professores. Em alguns municípios, como é o caso de Morretes e Guaraqueçaba, alguns professores trabalham com dobra de padrão (de 20 para 40 horas semanais), o que evidentemente melhora os números apresentados na educação infantil, por exemplo, pois na verdade, parte de seu corpo técnico dobra e esse fato não está representado no quadro apresentado. Como os dados dos professores das escolas estaduais não estão desagregados, não foi possível saber a proporção entre professores e alunos. Entretanto, mesmo sem esse dado,

apenas analisando os professores municipais, a proporção de professores no ensino fundamental apresentada é superior aos de educação infantil.

Quadro 29: Proporção de Professores por População na Faixa Etária e Total de Professores do Estado

Município	EI	População	Média	EF (M)	População	Média	EST
Antonina	22	557	25	74	3.013	41	142
Guaraqueçaba	21	242	12	58	1.333	23	96
Guaratuba	216	1.110	5	318	5.773	18	209
Matinhos	90	963	11	277	5.014	18	196
Morretes	26	490	19	205	2.557	12	92
Paranaguá	264	4.830	18	1443	25.453	18	840
Pontal do Paraná	127	717	6	164	3.740	23	151
TOTAL	**766**	**8.909**	**12**	**2.539**	**46.883**	**18**	**1.726**

Fonte: Munic 2017; SEED/PR

Os dados do Censo Escolar do Ministério da Educação permitem um panorama mais específico sobre a qualidade da infraestrutura dos equipamentos educacionais do litoral do Paraná, possibilitando um olhar mais apurado a respeito da situação das escolas municipais, estaduais e privadas nos sete municípios.

A pesquisa traz informações não somente sobre a estrutura dos edifícios e seu entorno, mas também sobre serviços e equipamentos existentes. No geral, a situação não é muito diversa entre os municípios, onde Guaraqueçaba e Morretes apresentam os piores números. Destaque para Paranaguá, que apesar de ser o maior dos sete municípios, surpreendentemente apresentou o menor número de cobertura 100% de estrutura e serviços de toda a região, incluindo os dados da rede privada de ensino.

A rede pública é a única que oferece alimentação em 100% dos municípios, enquanto apenas 38% do total das escolas privadas oferece alimentação para os alunos, fazendo com que os dois únicos itens que sejam quase 100% na rede pública são alimentação (100%) e cozinha (98%). No caso da rede privada, alguns serviços públicos, como redes de água, esgoto, iluminação e coleta de lixo, têm 100% de cobertura, mostrando que suas unidades educacionais estão localizadas em áreas melhor infraestruturadas.

A rede pública municipal com os piores índices é a de Guaraqueçaba, apresentando escolas com pouca diversidade de equipamentos e instalações, enquanto a de Antonina é a com os melhores números. No geral, as escolas públicas municipais apresentam uma estrutura física e de serviços inferior à rede pública estadual, em especial quando o assunto são bibliotecas, quadras de esporte, laboratórios, ou até mesmo salas para equipe e internet. Quando o assunto são computadores, as escolas privadas possuem mais equipamentos por escola do que a rede pública, cujos números dão menos de um computador por escola, tanto na municipal como na estadual. A questão da acessibilidade, tanto para as dependências em geral como para sanitários, é ruim para toda a rede de ensino do litoral, melhorando um pouco quando o assunto é sanitários acessíveis, porém atendendo um pouco mais da metade das escolas (53%).

Quadro 30: Caracterização dos Equipamentos de Educação

TEMA	ANTONINA			GUARAQUEÇABA			GUARATUBA			MATINHOS			MORRETES			PARANAGUÁ			PONTAL DO PARANÁ			LITORAL DO PARANÁ		
	Municipal	Estadual	Privado	Municipal	Estadual	Privado	Municipal	Estadual	Privado	Municipal	Estadual	Privado	Municipal	Estadual	Privado	Municipal	Estadual	Privado	Municipal	Estadual	Privado	Municipal	Estadual	Privado
Escolas que fornecem alimentação	100%	100%	33%	100%	100%	100%	100%	100%	57%	100%	100%	25%	100%	100%	33%	100%	100%	18%	100%	100%	0%	100%	100%	38%
Escolas que fornecem água filtrada	64%	33%	33%	4%	50%	100%	45%	14%	86%	73%	40%	75%	35%	50%	0%	51%	52%	91%	79%	0%	50%	50%	34%	62%
Água via rede pública	82%	100%	100%	42%	75%	100%	77%	86%	100%	100%	100%	100%	82%	75%	100%	100%	92%	100%	100%	100%	100%	83%	90%	100%
Energia via rede pública	100%	100%	100%	79%	75%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	75%	100%	100%	96%	100%	100%	100%	100%	97%	92%	100%
Esgoto via rede pública	73%	100%	100%	4%	25%	100%	68%	86%	100%	95%	40%	100%	76%	50%	100%	82%	80%	97%	26%	60%	100%	61%	63%	100%
Coleta de lixo periódica	91%	100%	100%	4%	63%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	96%	100%	100%	100%	100%	85%	94%	100%
Biblioteca	55%	100%	100%	8%	88%	100%	86%	100%	43%	91%	100%	75%	18%	100%	67%	30%	76%	76%	21%	100%	100%	44%	95%	80%
Cozinha	100%	100%	67%	100%	88%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	96%	76%	100%	100%	50%	100%	98%	85%
Laboratório de informática	36%	67%	0%	8%	38%	100%	14%	71%	29%	23%	40%	25%	0%	25%	0%	46%	76%	42%	47%	60%	50%	25%	54%	35%
Laboratório de ciências	0%	83%	0%	0%	13%	0%	0%	57%	29%	5%	60%	50%	0%	25%	33%	1%	48%	39%	0%	100%	50%	1%	55%	29%
Quadra de esportes	55%	83%	33%	0%	13%	100%	18%	100%	57%	32%	100%	50%	18%	50%	33%	32%	68%	67%	37%	80%	50%	27%	71%	56%
Sala para leitura	0%	33%	33%	0%	13%	100%	14%	0%	29%	14%	0%	0%	12%	25%	0%	8%	4%	36%	11%	0%	50%	8%	11%	35%
Sala para a diretoria	82%	100%	100%	13%	50%	100%	64%	86%	100%	91%	100%	100%	29%	100%	100%	66%	76%	97%	84%	80%	50%	61%	85%	92%
Sala para os professores	55%	100%	100%	4%	50%	100%	73%	100%	100%	82%	100%	100%	24%	75%	67%	63%	80%	97%	74%	100%	50%	54%	86%	88%
Sala para atendimento especial	18%	17%	0%	0%	0%	0%	32%	43%	0%	32%	80%	0%	24%	0%	0%	32%	28%	3%	37%	60%	0%	25%	33%	0%
Sanitário dentro do prédio da escola	100%	83%	100%	96%	88%	100%	95%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	96%	92%	100%	95%	80%	100%	97%	92%	100%
Sanitário fora do prédio da escola	9%	50%	67%	4%	0%	0%	5%	0%	71%	18%	20%	25%	0%	25%	0%	7%	16%	18%	11%	60%	50%	8%	24%	33%
Aparelho de DVD	73%	33%	67%	39%	13%	0%	73%	71%	57%	73%	40%	100%	82%	75%	67%	55%	52%	88%	79%	60%	100%	68%	49%	68%
Impressora	91%	67%	67%	4%	50%	100%	86%	71%	57%	100%	80%	100%	47%	50%	67%	79%	76%	76%	89%	80%	50%	71%	68%	74%
Antena parabólica	18%	83%	0%	25%	38%	0%	5%	0%	43%	0%	0%	0%	29%	50%	33%	0%	20%	30%	5%	20%	0%	12%	30%	15%
Máquina copiadora	36%	50%	33%	0%	0%	0%	36%	43%	57%	32%	60%	75%	18%	50%	100%	41%	48%	58%	11%	20%	50%	25%	39%	53%
Retroprojetor	18%	33%	33%	4%	0%	100%	36%	14%	29%	32%	40%	75%	12%	25%	67%	14%	8%	27%	11%	40%	0%	18%	23%	47%
Televisão	64%	100%	67%	38%	50%	0%	91%	100%	71%	91%	80%	100%	88%	50%	67%	89%	96%	97%	74%	100%	100%	76%	82%	72%
Internet	91%	100%	100%	38%	63%	100%	91%	100%	100%	95%	100%	100%	47%	75%	100%	49%	96%	94%	95%	100%	100%	72%	91%	99%
Banda larga	64%	83%	100%	13%	25%	100%	64%	86%	100%	91%	100%	100%	47%	75%	100%	44%	84%	88%	84%	100%	100%	58%	79%	98%
Computadores uso dos alunos (equipamentos)	70	47	0	17	16	8	24	57	20	166	19	33	10	15	7	510	263	416	110	41	20	130	65	72
Computadores uso administrativo	27	31	8	10	16	3	44	34	21	43	28	15	16	9	14	178	131	226	47	24	9	52	39	42
Escolas com dependências acessíveis aos portadores de deficiência	18%	67%	33%	4%	13%	0%	32%	14%	29%	27%	40%	25%	18%	25%	67%	30%	56%	55%	26%	60%	50%	22%	39%	37%
Escolas com sanitários acessíveis aos portadores de deficiência	36%	50%	33%	4%	13%	0%	36%	57%	57%	45%	60%	75%	12%	25%	33%	45%	56%	70%	37%	100%	100%	31%	52%	53%
Funcionários em todas as escolas	161	310	75	134	150	8	649	393	190	541	341	92	322	150	69	2005	1674	958	365	309	46	597	475	205
Escolas com organização por ciclos	0%	0%	33%	0%	0%	0%	0%	0%	14%	0%	0%	25%	0%	0%	33%	1%	0%	3%	5%	0%	0%	1%	0%	15%

Fonte: Censo Escolar/INEP 2017

Quando analisadas as diferentes categorias de ensino disponíveis na região, mais uma vez os números parecem ser bons, porém uma vez comparados com a população existente da faixa etária específica da categoria, ficam claras as deficiências na cobertura do ensino público, com exceção das escolas de ensino fundamental, uma vez que os números totais incluem também as escolas particulares.

Quadro 31: Categorias dos Equipamentos de Educação no Litoral do Paraná

Município	Creche	EI	EF	EM	EP	EE	EJA	ES	Total
Antonina	4	13	18	3	1	0	3	1	43
Guaraqueçaba	1	5	32	5	0	0	0	1	44
Guaratuba	10	23	28	8	1	1	4	3	78
Matinhos	12	17	16	5	1	1	2	3	57
Morretes	3	11	22	3	0	0	3	0	42
Paranaguá	41	85	85	35	5	3	9	4	267
Pontal do Paraná	11	13	17	6	0	0	3	2	52
Total	**82**	**167**	**218**	**65**	**8**	**5**	**24**	**14**	**583**

EI: Educação Infantil; EF: Ensino Fundamental; EM: Ensino Médio; EP: Educação Profissionalizante; EE: Educação Especial; EJA: Ensino de Jovens e Adultos; ES: Ensino Superior

Fonte: Censo Escolar/INEP 2017; Sites das Instituições de Ensino Superior

Não podemos deixar de mencionar o grande número de escolas de EJA (ensino de jovens e adultos) e as escolas indígenas, sendo três em funcionamento (Guaraqueçaba, Morretes e Paranaguá) e uma em construção (Pontal do Paraná). A oferta crescente, especialmente nas comunidades, se deve ao fato de que muitos jovens abandonam o início do ensino médio na esperança de conseguir um emprego, porém após não conseguirem, preferem ingressar no supletivo do que cursar os três anos formais.

Há também a oferta de ensino médio público profissionalizante em três dos sete municípios (Antonina, Guaratuba e Paranaguá)[15], além da oferta de formação para docentes, visando a melhoria da qualidade do ensino público (Guaratuba, Matinhos,

[15] C.E.E.P. Basílio Machado (Antonina): meio ambiente, técnico em portos e segurança do trabalho/ C.E.E.P. Gratulino de Freitas (Guaratuba): hospedagem e informática/ C.E.E.P. Alberto Gomes Veiga (Paranaguá): técnico em portos e comércio exterior/ C.E.E.P. José Bonifácio (Paranaguá): administração, logística e secretariado/ Instituto Estadual de Educação Dr. Caetano M. Rocha (Paranaguá): recursos humanos e vendas.

Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná), no âmbito do Plano de Ações Descentralizadas (PAD)[16].

Quadro 32: Relação entre os Equipamentos Educacionais Existentes, a População na Faixa Etária Adequada (2017[17]) e a Possibilidade de Atendimento

Município	Creche (2-4 anos)			Educação Infantil (5-6 anos)			Educação Fundamental (6-15 anos)			Ensino Médio (15-17 anos)		
	Equip.	População	Atend.	Equip.	População	Atend.	Equip.	População	Atend.	Equip.	População	Atend.
Antonina	4	836	209	13	557	43	18	3.013	167	3	1.436	479
Guaraqueçaba	1	363	363	5	242	48	32	1.333	42	5	649	130
Guaratuba	10	1.666	167	23	1.110	48	28	5.773	206	8	2.595	324
Matinhos	12	1.445	120	17	963	57	16	5.014	313	5	2.339	468
Morretes	3	735	245	11	490	45	22	2.557	116	3	1.177	392
Paranaguá	41	7.245	177	85	4.830	57	85	25.453	299	35	11.418	326
Pontal do Paraná	11	1.076	98	13	717	55	17	3.740	220	6	1.709	285
Total	**82**	**13.366**	**163**	**167**	**8.909**	**53**	**218**	**46.883**	**215**	**65**	**21.323**	**328**

Fonte: Censo Escolar/INEP 2017; Estimativa Populacional IBGE 2017

Como mencionado anteriormente o número de creches totais é muito inferior à demanda existente nos municípios. Esse fenômeno é nacional e a necessidade por mais vagas em creches públicas ou conveniadas é um problema recorrente nas cidades brasileiras. Apesar da diminuição nas taxas de natalidade, ainda é grande o número de famílias que se utilizam de familiares ou serviços paliativos em suas comunidades ou bairros para poder deixar seus filhos sob cuidados específicos enquanto trabalham. A pressão diminui nas escolas públicas de educação infantil e fundamental, apesar do pequeno aumento no número de alunos nos anos final do ensino fundamental. Um aumento no número de alunos por classe fica mais evidente no ensino médio em boa parte dos municípios, onde o número de escolas particulares representa quase uma terça parte do total, ou seja, faltam escolas públicas nessa área.

O número de alunos por classe confirma essa informação, uma vez que a quantidade de alunos por classe nas creches é pequena, dadas as necessidades das crianças, o que

[16] C.E. Pref. Joaquim da S. Mafra (Guaratuba); C.E Sertãozinho (Matinhos); C.E. Rocha Pombo (Morretes); Instituto Estadual de Educação (Paranaguá); C.E. Prof. Paulo Freire (Pontal do Paraná).

[17] Os números utilizados são aproximados, uma vez que as tabelas do Censo disponíveis fazem agrupamentos distintos das faixas etárias escolares.

demanda sempre mais equipamentos, enquanto no ensino médio é, em alguns casos, 50% maior, como no caso de Antonina.

Quadro 33: Número de Alunos por Classe na Educação Infantil (2017)

Município	Educação Infantil		
	Creche	Pré Escola	Média
Antonina	14,2	15,4	**15,2**
Guaraqueçaba	16,6	10,6	**13,1**
Guaratuba	20,4	21,1	**20,7**
Matinhos	10,9	15,2	**12,8**
Paranaguá	12,1	15,4	**14,2**
Pontal do Paraná	10	13,9	**11,7**

Fonte: Censo Escolar/INEP 2017

Quadro 34: Número de Alunos por Classe no Ensino Fundamental (2017)

Município	Ensino Fundamental										Anos Iniciais	Anos Finais
	1º Ano	2° ano	3° ano	4° ano	5° ano	6° ano	7° ano	8° ano	9° ano	Total		
Antonina	19	17,3	18,1	20,9	19,8	25,5	20,1	22,3	23,5	**20,6**	**19,1**	**23**
Guaraqueçaba	5,2	12,3	13,9	14,3	15,3	16,4	11,9	15,2	14,7	**11,5**	**10**	**14,6**
Guaratuba	22,2	21,7	24,4	22,5	25,7	26,6	25,3	26,2	26	**23,8**	**23,3**	**26**
Matinhos	20,8	22,5	22	20,1	21,5	26,4	27,1	28,3	28,9	**23,8**	**21,3**	**27,6**
Paranaguá	21,2	22,3	22,4	22,8	21,1	27,1	28,3	27,1	30,5	**24,2**	**22**	**28,1**
Pontal do Paraná	22,3	22,6	27,1	26,6	24,7	26,2	25,9	29,1	28,4	**25,8**	**24,6**	**27,3**

Fonte: Censo Escolar/INEP 2017

Quadro 35: Número de Alunos por Classe no Ensino Médio (2017)

Município	Ensino Médio			
	1º ano	2º ano	3º ano	Média
Antonina	32,3	28,4	19,4	**25,9**
Guaraqueçaba	13,5	13	13,2	**13,2**
Guaratuba	32,6	29	26,8	**29,6**
Matinhos	35,5	32,6	31,9	**32,9**
Paranaguá	29,6	29,5	30,2	**29,5**
Pontal do Paraná	29,2	26	29,7	**27,9**

Fonte: Censo Escolar/INEP 2017

Estudos recentes do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira[18]) revelaram que 12% dos estudantes da rede pública em todo o Brasil deixaram de frequentar a escola no decorrer do ensino médio entre 2014 e 2015. O Paraná foi o segundo Estado do país com menor índice de evasão escolar no ensino médio no período, com 10,1%. Porém, o cenário é praticamente o mesmo de 2007 e 2008, quando 11,9% dos alunos interromperam seus estudos. A reprovação também se manteve constante, passando de 13,1% para 13,6%. Dificuldade financeira, gravidez precoce, envolvimento com drogas, problemas familiares e um ensino com poucos atrativos estão entre os motivos listados por especialistas para a evasão escolar.

O número de matrículas no ensino médio na região reafirma essa informação, uma vez que a quantidade de alunos por ano do ensino médio diminui, com destaque para os números de Antonina, que reduzem a menos da metade, e de Paranaguá que curiosamente aumentam. Por outro lado, a queda no número de matrículas entre o último ano do ensino fundamental em comparação com o primeiro ano do ensino médio em Paranaguá é de 30%, destoando dos demais municípios da região.

Quadro 36: Matrículas no Ensino Fundamental (2017)

Município	Ensino Fundamental									
	1º Ano	2° ano	3° ano	4° ano	5° ano	6° ano	7° ano	8° ano	9° ano	Total
Antonina	318	243	301	341	324	332	221	267	259	**2.606**
Guaraqueçaba	122	156	146	178	150	164	107	137	132	**1.292**
Guaratuba	614	599	698	554	602	664	556	602	519	**5.408**
Matinhos	571	564	616	602	602	633	515	623	578	**5.304**
Paranaguá	2.650	2.751	3.337	2.378	2.003	3.439	2.658	2.089	2.593	**23.898**
Pontal do Paraná	417	400	487	399	420	472	466	436	454	**3.951**
Total	**4.692**	**4.713**	**5.585**	**4.452**	**4.101**	**5.704**	**4.523**	**4.154**	**4.535**	**42.459**

Fonte: Censo Escolar/INEP 2017

[18] Dados do Censo Escolar divulgados em junho de 2017.

Quadro 37: Matrículas no Ensino Médio (2017)

Município	Ensino Médio			
	1º ano	2º ano	3º ano	Total
Antonina	331	243	139	713
Guaraqueçaba	148	143	119	410
Guaratuba	506	420	362	1.288
Matinhos	530	521	446	1.497
Paranaguá	1.816	1.971	1.908	5.695
Pontal do Paraná	350	338	305	993
Total	**3.681**	**3.636**	**3.279**	**10.596**

Fonte: Censo Escolar/INEP 2017

Um planejamento integrado do setor educacional entre os gestores municipais e o Estado poderia melhorar esse panorama, uma vez que o número de escolas paralisadas na região totaliza 13 equipamentos. A reforma ou reconversão desses equipamentos em de outras categorias, como creches ou ensino médio poderia equacionar parte do problema. É sabido também que muitas das escolas que foram fechadas eram rurais, devido ao baixo número de alunos ou mesmo dificuldades de acesso. Equacionar o acesso às unidades educacionais, em especial para os moradores dos territórios ambientalmente protegidos, é um desafio a ser enfrentado e passa pelo debate da melhoria do acesso a essas comunidades, bem como de um planejamento específico voltado para as comunidades tradicionais que aí habitam.

É importante destacar que não basta apenas também conseguir recursos e construir novos edifícios. Os mesmos deverão ser equipados, além de ter equipes capacitadas garantidas quando do início das aulas. Os números dos gastos públicos apresentados nesse relatório mostram que todos os municípios estão no limite do gasto permitido com pessoal, tendo ultrapassado e desrespeitado a Lei de Responsabilidade Fiscal em alguns momentos, o que impede a ampliação do quadro de professores, assessores e técnicos do setor educacional. Uma reforma no setor da educação deverá ser acompanhada também de uma reforma administrativa e fiscal, capaz de ampliar a capacidade de arrecadação e, por consequência, do investimento e do gasto públicos.

Convênios e parcerias com o setor privado são desejáveis, em especial no tema das creches. Havendo possibilidade e disponibilidade financeira, convênios com creches privadas podem diminuir a fila de espera nas creches públicas e evitar a necessidade de construção de novas unidades, uma vez que os estudos demográficos apontam que haverá uma diminuição na demanda por vagas no futuro próximo. Outra alternativa seria a construção de edifícios multifuncionais, onde não funcionassem apenas creches, mas também outros serviços públicos, de modo que quando houver necessidade de fechar uma creche, o espaço possa ser convertido em outros equipamentos públicos.

Na contramão dos anos iniciais e finais escolares, o litoral do Paraná é muito bem servido por instituições de ensino superior, totalizando 14 universidades/faculdades, contando com instituições federais e estaduais, um grande número de instituições privadas, além dos 34 cursos oferecidos pelo Sistema S (SENAC e SENAI)[19] em Matinhos e Paranaguá. São 131 cursos de graduação, entre presenciais, semipresenciais e à distância, além de 97 de pós-graduação. Boa parte dos cursos é na modalidade ensino à distância, tendência de grande parte das universidades privadas atualmente, porém isso não diminui a importância do acesso que a população possui ao ensino superior. Nas universidades públicas os temas são mais voltados exatamente à realidade local, questões ambientais ou marítimas e servem de atrativo de estudantes de outros Estados e regiões do próprio Paraná[20].

[19] Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.

[20] As listas completas dos cursos oferecidos por cada instituição estarão disponíveis nos ANEXOS.

Quadro 38: Número de cursos de graduação oferecidos no litoral do Paraná

Município	Cursos Presenciais	Cursos Semi Presenciais	Cursos a Distância	Total
Antonina	0	0	62	**62**
Guaraqueçaba	0	0	62	**62**
Guaratuba	6	0	70	**76**
Matinhos	0	50	62	**112**
Paranaguá	0	0	0	**0**
Pontal do Paraná	5	0	62	**67**
Total	**11**	**50**	**70**	**131**

Fonte: Sites das Instituições de Ensino Superior

Quadro 39: Número de cursos de pós-graduação oferecidos no litoral do Paraná

Município	Universidades Presenciais	Cursos Semi Presenciais	Cursos a Distância	Total
Antonina	0	0	79	**79**
Guaraqueçaba	0	0	79	**79**
Guaratuba	5	0	91	**96**
Matinhos	0	0	79	**79**
Paranaguá	1	0	0	**1**
Pontal do Paraná	0	0	79	**79**
Total	**6**	**0**	**91**	**97**

Fonte: Sites das Instituições de Ensino Superior

O setor educacional nos sete municípios que compõem o litoral do Paraná possui características muito próximas, com carência de atendimento público nos anos iniciais (creche) e finais (ensino médio) da vida escolar, apesar da presença de um número considerável de instituições de ensino privadas ampliando a oferta. Apesar desses números, algumas escolas públicas rurais foram fechadas nos últimos anos e há 13 escolas públicas paralisadas na região. A taxa de analfabetismo foi reduzida em 50% nos últimos vinte anos e o Ideb aponta que em sua grande maioria os municípios têm alcançado e ultrapassado suas metas nos anos iniciais do ensino fundamental, porém o quadro não se repete nos anos finais. A evasão escolar é grande e atinge principalmente os alunos do ensino médio. Em contrapartida, há uma grande quantidade de instituições de ensino superior, tanto públicas quanto privadas, oferecendo uma diversidade de

cursos de graduação e pós-graduação, presenciais ou à distância. Em suma, do ponto de vista de equipamentos de educação a região é bem servida, apesar de haver necessidades de ampliação da oferta de vagas, especialmente nas creches, e das reclamações da população em relação a deficiências na qualidade do atendimento, refletido em alguns municípios pelos resultados do Ideb.

ANEXO

1. Antonina e Guaraqueçaba
a) Centro Universitário Internacional UNINTER
GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
Administração
Análise e Desenvolvimento de Sistemas
Artes Visuais (Licenciatura)
Ciência Política
Ciências Contábeis
Ciências da Religião
Comércio Exterior
Educação Especial
Educação Física (Bacharelado)
Educação Física (Licenciatura)
Educador Social
Engenharia da Computação
Engenharia de Produção
Engenharia Elétrica – Habilitação em Eletrônica
Filosofia (Bacharelado)
Filosofia (Licenciatura)
Geografia (Bacharelado)
Geografia (Formação Pedagógica)
Geografia (Licenciatura)
Geografia (Segunda Licenciatura)
Gestão Ambiental
Gestão Comercial
Gestão da Produção Industrial
Gestão da Tecnologia da Informação
Gestão da Vigilância em Saúde
Gestão de Segurança Privada
Gestão de Serviços Jurídicos e Notariais
Gestão de Turismo
Gestão em Saúde Pública
Gestão Financeira
Gestão Hospitalar
Gestão Pública
História (Bacharelado)
História (Licenciatura)
Investigação Profissional (Detetive Particular)
Jornalismo
Letras (Bacharelado)
Letras (Formação Pedagógica)
Letras (Licenciatura)
Letras (Segunda Licenciatura)
Logística

Marketing
Matemática (Bacharelado)
Matemática (Formação Pedagógica)
Matemática (Licenciatura)
Matemática (Segunda Licenciatura)
Pedagogia
Pedagogia (Segunda Licenciatura)
Processos Gerenciais
Psicopedagogia (Bacharelado)
Psicopedagogia (Licenciatura)
Publicidade e Propaganda
Recursos Humanos
Relações Internacionais
Saneamento Ambiental
Secretariado
Segurança Pública
Serviço Social
Sociologia (Bacharelado)
Sociologia (Licenciatura)
Teologia Bíblica Interconfessional
Teologia Católica

PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA

Administração em Agronegócios
Administração Pública e Gerência de Cidades
Alfabetização e Letramento
Atenção ao Paciente Crítico: Urgência, Emergência e UTI
Atividade Física e Saúde: do Envelhecimento às Patologias
Auditoria em Saúde
Contabilidade Pública e Responsabilidade Fiscal
Contabilidade, Auditoria e Controladoria
Dimensionamento de Circuitos Elétricos Industriais
Direito Ambiental
Direito Desportivo
Direito do Trabalho e Processo Trabalhista
Direito Federal na Prática
Direito Penal e Criminologia
Direito Processual Civil
Educação Ambiental e Sustentabilidade
Educação Especial e Inclusiva
Educação Física Escolar: Práticas de Ensino
Educação Infantil
Energias Renováveis
Enfermagem do Trabalho
Engenharia de Produção
Engenharia de Software para Dispositivos Móveis
Farmácia Clínica e Hospitalar
Farmacologia e Interações Medicamentosas

Fisiologia do Exercício
Fisioterapia Esportiva
Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável
Gestão Comercial
Gestão da Automação Industrial
Gestão da Inovação
Gestão da Tecnologia da Informação
Gestão de Empresas de Radiodifusão
Gestão de Marketing
Gestão de Processos e Qualidade
Gestão de Projetos
Gestão de Recursos Hídricos
Gestão de Recursos Humanos
Gestão e Legislação Tributária
Gestão e Marketing no Esporte
Gestão Escolar
Gestão Financeira
Gestão Hospitalar
História e Cultura Afro-brasileira e Indígena
Jornalismo Esportivo
Logística e Supply Chain
Metodologia do Ensino de Artes
Metodologia do Ensino de Biologia
Metodologia do Ensino de Física
Metodologia do Ensino de Geografia
Metodologia do Ensino de História
Metodologia do Ensino de Língua Inglesa
Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa
Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa e Estrangeira
Metodologia do Ensino de Matemática
Metodologia do Ensino de Português para Estrangeiros
Metodologia do Ensino de Química
Metodologia do Ensino na Educação Superior
Metodologia do Ensino Religioso
Neuropsicopedagogia
Nutrição no Esporte e na Atividade Física
Orientação Educacional
Orientação, Supervisão e Gestão Escolar
Pedagogia Empresarial
Perícia e Auditoria Ambiental
Planejamento e Gestão Estratégica
Planejamento e Gestão Estratégica de Finanças
Planejamento e Gestão Estratégica de Logística
Planejamento e Gestão Estratégica de Marketing
Planejamento e Gestão Estratégica de Pessoas
Política de Assistência Social
Psicologia do Esporte

Psicopedagogia Clínica e Institucional
Saúde Pública com Ênfase em Saúde da Família
Serviço Social: Fundamentos e Competências Profissionais
Supervisão Escolar
Sustentabilidade e Políticas Públicas
Treinamento no Esporte e na Atividade Física
Vigilância Sanitária

2. Guaratuba
a) Faculdade ISEPE Guaratuba/ Faculdade do Litoral Paranaense e Instituto Superior de Educação de Guaratuba
GRADUÇÃO
Administração
Direito
Contabilidade
Engenharia de Produção
Negócios Imobiliários
Pedagogia
PÓS GRADUÇÃO
Direito processual civil
Educação especial inclusiva
Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental
Emergência Pré-hospitalar
Gestão e Logística Empresarial

b) Universidade Positivo (UP)
GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
Administração
Ciências Contábeis
Gestão Comercial
Gestão de Recursos Humanos
Gestão Financeira
Logística
Pedagogia
Processos Gerenciais
PÓS GRADUÇÃO A DISTÂNCIA
Educação Infantil
Game Design
Gestão Escolar
MBA em Business Intelligence
MBA em Gestão Comercial e Vendas
MBA em Gestão de Marketing
MBA em Gestão de Projetos
MBA em Gestão Empresarial
MBA em Inteligência Financeira
MBA em Multicanais de Vendas
MBA em Negócios Digitais

Psicopedagogia Institucional

c) Centro Universitário Universidade Faculdade Araucária – UNIFACEAR
GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
Administração
Artes
Ciências Contábeis
Comércio Exterior
Engenharia Ambiental
Engenharia Civil
Engenharia de Produção
Engenharia Elétrica
Geografia
Gestão Comercial
Gestão da Qualidade
Gestão de Recursos Humanos
Gestão de TI
Gestão Pública
História
Letras
Logística
Marketing
Pedagogia
Pedagogia - Segunda Licenciatura
Processos Gerenciais
Segurança Pública
Serviço Social
Teologia
PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
MBA em Engenharia de Produção e Gestão da Qualidade
MBA em Gestão Comercial
MBA em Gestão da Qualidade
MBA em Gestão de Lojas
MBA em Gestão de Negócios
MBA em Gestão de Projetos
MBA em Gestão de Recursos Humanos
MBA em Gestão e Desenvolvimento de Pessoas e Talentos
MBA em Gestão Financeira e Controladoria
MBA em Gestão Industrial – Sistemas Integrados de Produção com Ênfase na Indústria 4.0
MBA em Gestão Pública Contemporânea
MBA em Logística
MBA em Planejamento Estratégico e Análise de Negócios
MBA Executivo em Administração Avançada
MBA Executivo em Empreendedorismo E Inovação
MBA Executivo em Estratégia Empresarial
MBA Executivo em Finanças Estratégicas Empresariais
MBA Executivo em Gestão de Cadeia de Distribuição

MBA Executivo em Gestão de Operações
MBA Executivo em Gestão de Ti
MBA Executivo em Gestão de Vendas
MBA Executivo em Gestão do Capital Intelectual
MBA Executivo em Gestão Empresarial
MBA Executivo em Governança Organizacional
MBA Executivo em Inovação e Análise de Oportunidade de Negócios
MBA Executivo em Marketing e Inteligência Competitiva
MBA Executivo em Novos Negócios e Transformação Digital
MBA Executivo em Processos Gerenciais
MBA Executivo em Políticas e Estratégias de Gestão
Pós-Graduação em Alfabetização e Letramento
Pós-Graduação em Didática e Práticas de Ensino
Pós-Graduação em Direito do Trabalho
Pós-Graduação em Docência do Ensino Superior
Pós-Graduação em Docência e Organização do Trabalho Pedagógico
Pós-Graduação em Educação Básica Brasileira
Pós-Graduação em Educação Especial – Psicossocial Inclusiva
Pós-Graduação em Educação Especial e Inclusiva
Pós-Graduação em Educação Infantil
Pós-Graduação em Gestão da Aprendizagem
Pós-Graduação em Gestão da Educação e Políticas Públicas Educacionais
Pós-Graduação em Gestão Educacional
Pós-Graduação em Gestão Escolar e Políticas Educacionais
Pós-Graduação em Magistério Superior
Pós-Graduação em Pedagogia Empresarial
Pós-Graduação em Psicopedagogia Institucional
Pós-Graduação em Saúde Pública

d) Centro Universitário Internacional UNINTER
GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
Administração
Análise e Desenvolvimento de Sistemas
Artes Visuais (Licenciatura)
Ciência Política
Ciências Contábeis
Ciências da Religião
Comércio Exterior
Educação Especial
Educação Física (Bacharelado)
Educação Física (Licenciatura)
Educador Social
Engenharia da Computação
Engenharia de Produção
Engenharia Elétrica – Habilitação em Eletrônica
Filosofia (Bacharelado)
Filosofia (Licenciatura)

Geografia (Bacharelado)
Geografia (Formação Pedagógica)
Geografia (Licenciatura)
Geografia (Segunda Licenciatura)
Gestão Ambiental
Gestão Comercial
Gestão da Produção Industrial
Gestão da Tecnologia da Informação
Gestão da Vigilância em Saúde
Gestão de Segurança Privada
Gestão de Serviços Jurídicos e Notariais
Gestão de Turismo
Gestão em Saúde Pública
Gestão Financeira
Gestão Hospitalar
Gestão Pública
História (Bacharelado)
História (Licenciatura)
Investigação Profissional (Detetive Particular)
Jornalismo
Letras (Bacharelado)
Letras (Formação Pedagógica)
Letras (Licenciatura)
Letras (Segunda Licenciatura)
Logística
Marketing
Matemática (Bacharelado)
Matemática (Formação Pedagógica)
Matemática (Licenciatura)
Matemática (Segunda Licenciatura)
Pedagogia
Pedagogia (Segunda Licenciatura)
Processos Gerenciais
Psicopedagogia (Bacharelado)
Psicopedagogia (Licenciatura)
Publicidade e Propaganda
Recursos Humanos
Relações Internacionais
Saneamento Ambiental
Secretariado
Segurança Pública
Serviço Social
Sociologia (Bacharelado)
Sociologia (Licenciatura)
Teologia Bíblica Interconfessional
Teologia Católica

PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA

Administração em Agronegócios
Administração Pública e Gerência de Cidades
Alfabetização e Letramento
Atenção ao Paciente Crítico: Urgência, Emergência e UTI
Atividade Física e Saúde: do Envelhecimento às Patologias
Auditoria em Saúde
Contabilidade Pública e Responsabilidade Fiscal
Contabilidade, Auditoria e Controladoria
Dimensionamento de Circuitos Elétricos Industriais
Direito Ambiental
Direito Desportivo
Direito do Trabalho e Processo Trabalhista
Direito Federal na Prática
Direito Penal e Criminologia
Direito Processual Civil
Educação Ambiental e Sustentabilidade
Educação Especial e Inclusiva
Educação Física Escolar: Práticas de Ensino
Educação Infantil
Energias Renováveis
Enfermagem do Trabalho
Engenharia de Produção
Engenharia de Software para Dispositivos Móveis
Farmácia Clínica e Hospitalar
Farmacologia e Interações Medicamentosas
Fisiologia do Exercício
Fisioterapia Esportiva
Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável
Gestão Comercial
Gestão da Automação Industrial
Gestão da Inovação
Gestão da Tecnologia da Informação
Gestão de Empresas de Radiodifusão
Gestão de Marketing
Gestão de Processos e Qualidade
Gestão de Projetos
Gestão de Recursos Hídricos
Gestão de Recursos Humanos
Gestão e Legislação Tributária
Gestão e Marketing no Esporte
Gestão Escolar
Gestão Financeira
Gestão Hospitalar
História e Cultura Afro-brasileira e Indígena
Jornalismo Esportivo
Logística e Supply Chain

Metodologia do Ensino de Artes
Metodologia do Ensino de Biologia
Metodologia do Ensino de Física
Metodologia do Ensino de Geografia
Metodologia do Ensino de História
Metodologia do Ensino de Língua Inglesa
Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa
Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa e Estrangeira
Metodologia do Ensino de Matemática
Metodologia do Ensino de Português para Estrangeiros
Metodologia do Ensino de Química
Metodologia do Ensino na Educação Superior
Metodologia do Ensino Religioso
Neuropsicopedagogia
Nutrição no Esporte e na Atividade Física
Orientação Educacional
Orientação, Supervisão e Gestão Escolar
Pedagogia Empresarial
Perícia e Auditoria Ambiental
Planejamento e Gestão Estratégica
Planejamento e Gestão Estratégica de Finanças
Planejamento e Gestão Estratégica de Logística
Planejamento e Gestão Estratégica de Marketing
Planejamento e Gestão Estratégica de Pessoas
Política de Assistência Social
Psicologia do Esporte
Psicopedagogia Clínica e Institucional
Saúde Pública com Ênfase em Saúde da Família
Serviço Social: Fundamentos e Competências Profissionais
Supervisão Escolar
Sustentabilidade e Políticas Públicas
Treinamento no Esporte e na Atividade Física
Vigilância Sanitária

3. Matinhos
a) Universidade Federal do Paraná - UFPR
GRADUAÇÃO
Administração Pública
Artes
Ciências
Educação do Campo
Educação Física
Geografia
Gestão Ambiental
Gestão e Empreendedorismo
Linguagem e Comunicação
Saúde Coletiva

Serviço Social
Tecnologia em Agroecologia
Tecnologia em Gestão Imobiliária
Tecnologia em Gestão de Turismo

b) Universidade do Norte do Paraná - UNOPAR
GRADUAÇÃO SEMI PRESENCIAL
Administração
Artes Visuais - Licenciatura
Ciências Biológicas - Licenciatura
Ciências Contábeis
Ciências Econômicas (economia)
Educação Física - Bacharelado
Educação Física - Licenciatura
Formação Pedagógica Em Artes Visuais
Formação Pedagógica Em Ciências Biológicas
Formação Pedagógica Em Educação Física
Formação Pedagógica Em Física
Formação Pedagógica Em Geografia
Formação Pedagógica Em História
Formação Pedagógica Em Letras - Espanhol
Formação Pedagógica Em Letras - Inglês
Formação Pedagógica Em Letras - Português
Formação Pedagógica Em Matemática
Formação Pedagógica Em Pedagogia
Formação Pedagógica Em Química
Formação Pedagógica Em Sociologia
Geografia - Licenciatura
História - Licenciatura
Letras - Habilitação: Licenciatura Em Língua Portuguesa E Respectivas Literaturas
Matemática - Licenciatura
Pedagogia - Licenciatura
Serviço Social
Sociologia - Licenciatura
Superior De Tecnologia Em Análise E Desenvolvimento De Sistemas
Superior De Tecnologia Em Embelezamento E Imagem Pessoal
Superior De Tecnologia Em Empreendedorismo
Superior De Tecnologia Em Estética E Cosmética
Superior De Tecnologia Em Gestão Ambiental
Superior De Tecnologia Em Gestão Comercial
Superior De Tecnologia Em Gestão De Produção Industrial
Superior De Tecnologia Em Gestão De Recursos Humanos
Superior De Tecnologia Em Gestão Financeira
Superior De Tecnologia Em Gestão Hospitalar
Superior De Tecnologia Em Gestão Pública
Superior De Tecnologia Em Logística
Superior De Tecnologia Em Marketing

Superior De Tecnologia Em Marketing Digital
Superior De Tecnologia Em Processos Gerenciais
Superior De Tecnologia Em Segurança Pública
Superior De Tecnologia Em Serviços Jurídicos, Cartorários E Notariais
2ª Licenciatura Em Educação Física
2ª Licenciatura Em História
2ª Licenciatura Em Letras - Português
2ª Licenciatura Em Matemática
2ª Licenciatura Em Pedagogia
2ª Licenciatura Em Química

c) Centro Universitário Universidade Faculdade Araucária – UNIFACEAR
GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
Administração
Artes
Ciências Contábeis
Comércio Exterior
Engenharia Ambiental
Engenharia Civil
Engenharia de Produção
Engenharia Elétrica
Geografia
Gestão Comercial
Gestão da Qualidade
Gestão de Recursos Humanos
Gestão de TI
Gestão Pública
História
Letras
Logística
Marketing
Pedagogia
Pedagogia - Segunda Licenciatura
Processos Gerenciais
Segurança Pública
Serviço Social
Teologia
PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
MBA em Engenharia de Produção e Gestão da Qualidade
MBA em Gestão Comercial
MBA em Gestão da Qualidade
MBA em Gestão de Lojas
MBA em Gestão de Negócios
MBA em Gestão de Projetos
MBA em Gestão de Recursos Humanos
MBA em Gestão e Desenvolvimento de Pessoas e Talentos
MBA em Gestão Financeira e Controladoria

MBA em Gestão Industrial – Sistemas Integrados de Produção com Ênfase na Indústria 4.0
MBA em Gestão Pública Contemporânea
MBA em Logística
MBA em Planejamento Estratégico e Análise de Negócios
MBA Executivo em Administração Avançada
MBA Executivo em Empreendedorismo E Inovação
MBA Executivo em Estratégia Empresarial
MBA Executivo em Finanças Estratégicas Empresariais
MBA Executivo em Gestão de Cadeia de Distribuição
MBA Executivo em Gestão de Operações
MBA Executivo em Gestão de Ti
MBA Executivo em Gestão de Vendas
MBA Executivo em Gestão do Capital Intelectual
MBA Executivo em Gestão Empresarial
MBA Executivo em Governança Organizacional
MBA Executivo em Inovação e Análise de Oportunidade de Negócios
MBA Executivo em Marketing e Inteligência Competitiva
MBA Executivo em Novos Negócios e Transformação Digital
MBA Executivo em Processos Gerenciais
MBA Executivo em Políticas e Estratégias de Gestão
Pós-Graduação em Alfabetização e Letramento
Pós-Graduação em Didática e Práticas de Ensino
Pós-Graduação em Direito do Trabalho
Pós-Graduação em Docência do Ensino Superior
Pós-Graduação em Docência e Organização do Trabalho Pedagógico
Pós-Graduação em Educação Básica Brasileira
Pós-Graduação em Educação Especial – Psicossocial Inclusiva
Pós-Graduação em Educação Especial e Inclusiva
Pós-Graduação em Educação Infantil
Pós-Graduação em Gestão da Aprendizagem
Pós-Graduação em Gestão da Educação e Políticas Públicas Educacionais
Pós-Graduação em Gestão Educacional
Pós-Graduação em Gestão Escolar e Políticas Educacionais
Pós-Graduação em Magistério Superior
Pós-Graduação em Pedagogia Empresarial
Pós-Graduação em Psicopedagogia Institucional
Pós-Graduação em Saúde Pública
d) Centro Universitário Internacional UNINTER
GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
Administração
Análise e Desenvolvimento de Sistemas
Artes Visuais (Licenciatura)
Ciência Política
Ciências Contábeis
Ciências da Religião
Comércio Exterior
Educação Especial

Educação Física (Bacharelado)
Educação Física (Licenciatura)
Educador Social
Engenharia da Computação
Engenharia de Produção
Engenharia Elétrica – Habilitação em Eletrônica
Filosofia (Bacharelado)
Filosofia (Licenciatura)
Geografia (Bacharelado)
Geografia (Formação Pedagógica)
Geografia (Licenciatura)
Geografia (Segunda Licenciatura)
Gestão Ambiental
Gestão Comercial
Gestão da Produção Industrial
Gestão da Tecnologia da Informação
Gestão da Vigilância em Saúde
Gestão de Segurança Privada
Gestão de Serviços Jurídicos e Notariais
Gestão de Turismo
Gestão em Saúde Pública
Gestão Financeira
Gestão Hospitalar
Gestão Pública
História (Bacharelado)
História (Licenciatura)
Investigação Profissional (Detetive Particular)
Jornalismo
Letras (Bacharelado)
Letras (Formação Pedagógica)
Letras (Licenciatura)
Letras (Segunda Licenciatura)
Logística
Marketing
Matemática (Bacharelado)
Matemática (Formação Pedagógica)
Matemática (Licenciatura)
Matemática (Segunda Licenciatura)
Pedagogia
Pedagogia (Segunda Licenciatura)
Processos Gerenciais
Psicopedagogia (Bacharelado)
Psicopedagogia (Licenciatura)
Publicidade e Propaganda
Recursos Humanos
Relações Internacionais
Saneamento Ambiental

Secretariado
Segurança Pública
Serviço Social
Sociologia (Bacharelado)
Sociologia (Licenciatura)
Teologia Bíblica Interconfessional
Teologia Católica
PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
Administração em Agronegócios
Administração Pública e Gerência de Cidades
Alfabetização e Letramento
Atenção ao Paciente Crítico: Urgência, Emergência e UTI
Atividade Física e Saúde: do Envelhecimento às Patologias
Auditoria em Saúde
Contabilidade Pública e Responsabilidade Fiscal
Contabilidade, Auditoria e Controladoria
Dimensionamento de Circuitos Elétricos Industriais
Direito Ambiental
Direito Desportivo
Direito do Trabalho e Processo Trabalhista
Direito Federal na Prática
Direito Penal e Criminologia
Direito Processual Civil
Educação Ambiental e Sustentabilidade
Educação Especial e Inclusiva
Educação Física Escolar: Práticas de Ensino
Educação Infantil
Energias Renováveis
Enfermagem do Trabalho
Engenharia de Produção
Engenharia de Software para Dispositivos Móveis
Farmácia Clínica e Hospitalar
Farmacologia e Interações Medicamentosas
Fisiologia do Exercício
Fisioterapia Esportiva
Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável
Gestão Comercial
Gestão da Automação Industrial
Gestão da Inovação
Gestão da Tecnologia da Informação
Gestão de Empresas de Radiodifusão
Gestão de Marketing
Gestão de Processos e Qualidade
Gestão de Projetos
Gestão de Recursos Hídricos
Gestão de Recursos Humanos
Gestão e Legislação Tributária

Gestão e Marketing no Esporte
Gestão Escolar
Gestão Financeira
Gestão Hospitalar
História e Cultura Afro-brasileira e Indígena
Jornalismo Esportivo
Logística e Supply Chain
Metodologia do Ensino de Artes
Metodologia do Ensino de Biologia
Metodologia do Ensino de Física
Metodologia do Ensino de Geografia
Metodologia do Ensino de História
Metodologia do Ensino de Língua Inglesa
Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa
Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa e Estrangeira
Metodologia do Ensino de Matemática
Metodologia do Ensino de Português para Estrangeiros
Metodologia do Ensino de Química
Metodologia do Ensino na Educação Superior
Metodologia do Ensino Religioso
Neuropsicopedagogia
Nutrição no Esporte e na Atividade Física
Orientação Educacional
Orientação, Supervisão e Gestão Escolar
Pedagogia Empresarial
Perícia e Auditoria Ambiental
Planejamento e Gestão Estratégica
Planejamento e Gestão Estratégica de Finanças
Planejamento e Gestão Estratégica de Logística
Planejamento e Gestão Estratégica de Marketing
Planejamento e Gestão Estratégica de Pessoas
Política de Assistência Social
Psicologia do Esporte
Psicopedagogia Clínica e Institucional
Saúde Pública com Ênfase em Saúde da Família
Serviço Social: Fundamentos e Competências Profissionais
Supervisão Escolar
Sustentabilidade e Políticas Públicas
Treinamento no Esporte e na Atividade Física
Vigilância Sanitária

e) SENAC Caiobá
<u>CURSOS LIVRES</u>
Aperfeiçoamento de cortes em cabelos masculinos
Aperfeiçoamento em colorimetria e mechas diferenciadas
Básico em depilação
Básico em manicure e pedicure

Bolos de casamento
Cabeleireiro assistente
Comida de boteco
Cozinha fácil, rápida e descomplicada
Cozinheiro
Culinária vegana
Doces e salgados para festas infantis
Escova definitiva
Hambúrguer gourmet
Penteados para iniciantes
Penteados para maquiadores
Preparo de sushi e sashimi - técnicas avançadas
Técnica de cut crease - côncavo marcado
Técnicas de montagem de coffee breaks
CURSOS TÉCNICOS EAD
Técnico em Transações Imobiliárias
Técnico em Design de Interiores
Técnico em Administração
Técnico em Logística
Técnico em Qualidade
Técnico em Recursos Humanos
Técnico em Informática
Técnico em Programação de Jogos Digitais
Técnico em Meio Ambiente
Técnico em Segurança do Trabalho
Técnico em Guia de Turismo

4. Paranaguá
a) Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR
GRADUAÇÃO
Administração
Ciências Biológicas
Ciências Contábeis
História
Letras
Matemática
Pedagogia
PÓS GRADUAÇÃO
Administração
Letras
Pedagogia

b) Instituto Federal do Paraná - IFPR
ENSINO MÉDIO INTEGRADO
Técnico em Informática
Técnico em Mecânica
Técnico em Meio Ambiente

GRADUAÇÃO
Licenciatura em Ciências Sociais
Licenciatura em Física
Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
Tecnologia em Gestão Ambiental
Tecnologia em Manutenção Industrial
ESPECIALIZAÇÃO
Especialização em Gestão Ambiental
Especialização em Matemática Computacional

c) Centro Universitário Internacional UNINTER
GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
Administração
Análise e Desenvolvimento de Sistemas
Artes Visuais (Licenciatura)
Ciência Política
Ciências Contábeis
Ciências da Religião
Comércio Exterior
Educação Especial
Educação Física (Bacharelado)
Educação Física (Licenciatura)
Educador Social
Engenharia da Computação
Engenharia de Produção
Engenharia Elétrica – Habilitação em Eletrônica
Filosofia (Bacharelado)
Filosofia (Licenciatura)
Geografia (Bacharelado)
Geografia (Formação Pedagógica)
Geografia (Licenciatura)
Geografia (Segunda Licenciatura)
Gestão Ambiental
Gestão Comercial
Gestão da Produção Industrial
Gestão da Tecnologia da Informação
Gestão da Vigilância em Saúde
Gestão de Segurança Privada
Gestão de Serviços Jurídicos e Notariais
Gestão de Turismo
Gestão em Saúde Pública
Gestão Financeira
Gestão Hospitalar
Gestão Pública
História (Bacharelado)
História (Licenciatura)
Investigação Profissional (Detetive Particular)

Jornalismo
Letras (Bacharelado)
Letras (Formação Pedagógica)
Letras (Licenciatura)
Letras (Segunda Licenciatura)
Logística
Marketing
Matemática (Bacharelado)
Matemática (Formação Pedagógica)
Matemática (Licenciatura)
Matemática (Segunda Licenciatura)
Pedagogia
Pedagogia (Segunda Licenciatura)
Processos Gerenciais
Psicopedagogia (Bacharelado)
Psicopedagogia (Licenciatura)
Publicidade e Propaganda
Recursos Humanos
Relações Internacionais
Saneamento Ambiental
Secretariado
Segurança Pública
Serviço Social
Sociologia (Bacharelado)
Sociologia (Licenciatura)
Teologia Bíblica Interconfessional
Teologia Católica
PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
Administração em Agronegócios
Administração Pública e Gerência de Cidades
Alfabetização e Letramento
Atenção ao Paciente Crítico: Urgência, Emergência e UTI
Atividade Física e Saúde: do Envelhecimento às Patologias
Auditoria em Saúde
Contabilidade Pública e Responsabilidade Fiscal
Contabilidade, Auditoria e Controladoria
Dimensionamento de Circuitos Elétricos Industriais
Direito Ambiental
Direito Desportivo
Direito do Trabalho e Processo Trabalhista
Direito Federal na Prática
Direito Penal e Criminologia
Direito Processual Civil
Educação Ambiental e Sustentabilidade
Educação Especial e Inclusiva
Educação Física Escolar: Práticas de Ensino
Educação Infantil

Energias Renováveis
Enfermagem do Trabalho
Engenharia de Produção
Engenharia de Software para Dispositivos Móveis
Farmácia Clínica e Hospitalar
Farmacologia e Interações Medicamentosas
Fisiologia do Exercício
Fisioterapia Esportiva
Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável
Gestão Comercial
Gestão da Automação Industrial
Gestão da Inovação
Gestão da Tecnologia da Informação
Gestão de Empresas de Radiodifusão
Gestão de Marketing
Gestão de Processos e Qualidade
Gestão de Projetos
Gestão de Recursos Hídricos
Gestão de Recursos Humanos
Gestão e Legislação Tributária
Gestão e Marketing no Esporte
Gestão Escolar
Gestão Financeira
Gestão Hospitalar
História e Cultura Afro-brasileira e Indígena
Jornalismo Esportivo
Logística e Supply Chain
Metodologia do Ensino de Artes
Metodologia do Ensino de Biologia
Metodologia do Ensino de Física
Metodologia do Ensino de Geografia
Metodologia do Ensino de História
Metodologia do Ensino de Língua Inglesa
Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa
Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa e Estrangeira
Metodologia do Ensino de Matemática
Metodologia do Ensino de Português para Estrangeiros
Metodologia do Ensino de Química
Metodologia do Ensino na Educação Superior
Metodologia do Ensino Religioso
Neuropsicopedagogia
Nutrição no Esporte e na Atividade Física
Orientação Educacional
Orientação, Supervisão e Gestão Escolar
Pedagogia Empresarial
Perícia e Auditoria Ambiental
Planejamento e Gestão Estratégica

Planejamento e Gestão Estratégica de Finanças
Planejamento e Gestão Estratégica de Logística
Planejamento e Gestão Estratégica de Marketing
Planejamento e Gestão Estratégica de Pessoas
Política de Assistência Social
Psicologia do Esporte
Psicopedagogia Clínica e Institucional
Saúde Pública com Ênfase em Saúde da Família
Serviço Social: Fundamentos e Competências Profissionais
Supervisão Escolar
Sustentabilidade e Políticas Públicas
Treinamento no Esporte e na Atividade Física
Vigilância Sanitária

d) Universidade do Norte do Paraná - UNOPAR
GRADUAÇÃO SEMI PRESENCIAL
Administração
Artes Visuais - Licenciatura
Ciências Biológicas - Licenciatura
Ciências Contábeis
Ciências Econômicas (economia)
Educação Física - Bacharelado
Educação Física - Licenciatura
Formação Pedagógica Em Artes Visuais
Formação Pedagógica Em Ciências Biológicas
Formação Pedagógica Em Educação Física
Formação Pedagógica Em Física
Formação Pedagógica Em Geografia
Formação Pedagógica Em História
Formação Pedagógica Em Letras - Espanhol
Formação Pedagógica Em Letras - Inglês
Formação Pedagógica Em Letras - Português
Formação Pedagógica Em Matemática
Formação Pedagógica Em Pedagogia
Formação Pedagógica Em Química
Formação Pedagógica Em Sociologia
Geografia - Licenciatura
História - Licenciatura
Letras - Habilitação: Licenciatura Em Língua Portuguesa E Respectivas Literaturas
Matemática - Licenciatura
Pedagogia - Licenciatura
Serviço Social
Sociologia - Licenciatura
Superior De Tecnologia Em Análise E Desenvolvimento De Sistemas
Superior De Tecnologia Em Embelezamento E Imagem Pessoal
Superior De Tecnologia Em Empreendedorismo
Superior De Tecnologia Em Estética E Cosmética

Superior De Tecnologia Em Gestão Ambiental
Superior De Tecnologia Em Gestão Comercial
Superior De Tecnologia Em Gestão De Produção Industrial
Superior De Tecnologia Em Gestão De Recursos Humanos
Superior De Tecnologia Em Gestão Financeira
Superior De Tecnologia Em Gestão Hospitalar
Superior De Tecnologia Em Gestão Pública
Superior De Tecnologia Em Logística
Superior De Tecnologia Em Marketing
Superior De Tecnologia Em Marketing Digital
Superior De Tecnologia Em Processos Gerenciais
Superior De Tecnologia Em Segurança Pública
Superior De Tecnologia Em Serviços Jurídicos, Cartorários E Notariais
2ª Licenciatura Em Educação Física
2ª Licenciatura Em História
2ª Licenciatura Em Letras - Português
2ª Licenciatura Em Matemática
2ª Licenciatura Em Pedagogia
2ª Licenciatura Em Química

e) SENAC Paranaguá
CURSOS LIVRES
Aperfeiçoamento de cortes em cabelos masculinos
Atendimento de enfermagem na pcr no âmbito hospitalar
Auto maquiagem
Auxiliar de serviços em comércio exterior
Cabeleireiro
Cálculo de rescisão trabalhista
Comida de boteco
Comidas de rua: pelo brasil e pelo mundo
Como trabalhar as dificuldades da aprendizagem
Confeiteiro
Cozinha brasileira
Cuidador de idoso
Culinária junina
Culinária mineira
Depilação egípcia - facial
Design de sobrancelhas
Doces finos
Excel - recursos avançados
Gestão de estoque e armazenagem
Informática básica com internet para maturidade
Inteligência emocional para administração de conflitos
Maquiador
Marmita saudável
Oratória
Preparo de cake pops e cupcakes

Preparo de carnes, aves e peixes
Preparo de churrasco
Preparo de pães e bolachas
Preparo de sopas
Preparo e decoração de bolos
Qualidade no atendimento ao cliente
Técnica de cut crease - côncavo marcado
Unhas de gel
Uso básico do micro com internet
Aprendizagem
Profissional comercial em serviços de supermercados
CURSOS TÉCNICOS EAD
Técnico em Transações Imobiliárias
Técnico em Design de Interiores
Técnico em Administração
Técnico em Logística
Técnico em Qualidade
Técnico em Recursos Humanos
Técnico em Informática
Técnico em Programação de Jogos Digitais
Técnico em Meio Ambiente
Técnico em Segurança do Trabalho
Técnico em Guia de Turismo

f) SESI Paranaguá
Alfabetização Digital
Educação a Distância
Planeta Sesi
Windows 7

5. Pontal do Paraná
a) Universidade Federal do Paraná - UFPR (CEM – Centro de Estudos do Mar)
GRADUAÇÃO
Engenharia Ambiental e Sanitária
Engenharia Civil
Engenharia de Aquicultura
Oceanografia

c) Centro Universitário Internacional UNINTER
GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
Administração
Análise e Desenvolvimento de Sistemas
Artes Visuais (Licenciatura)
Ciência Política
Ciências Contábeis
Ciências da Religião
Comércio Exterior

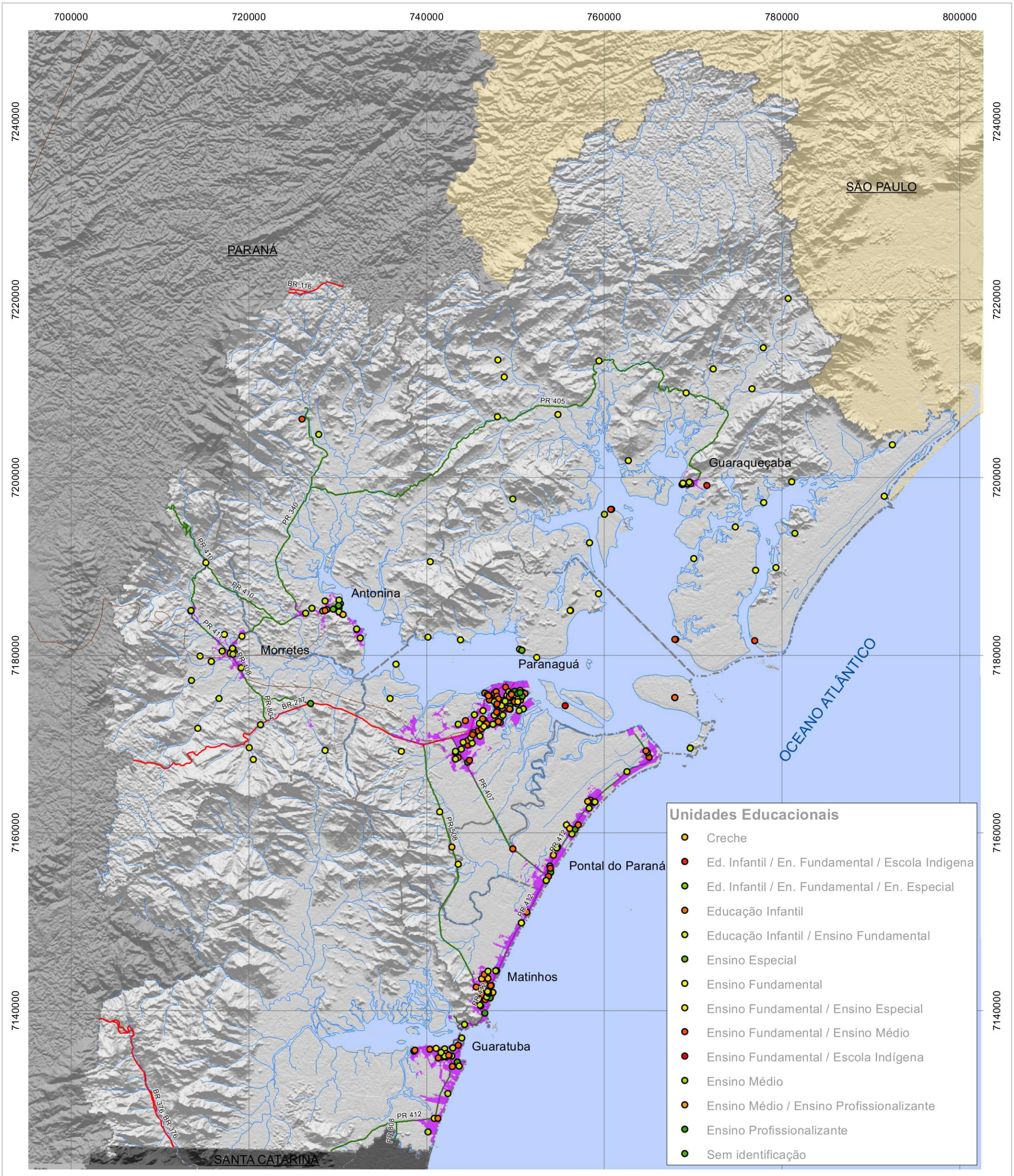
Educação Especial
Educação Física (Bacharelado)
Educação Física (Licenciatura)
Educador Social
Engenharia da Computação
Engenharia de Produção
Engenharia Elétrica – Habilitação em Eletrônica
Filosofia (Bacharelado)
Filosofia (Licenciatura)
Geografia (Bacharelado)
Geografia (Formação Pedagógica)
Geografia (Licenciatura)
Geografia (Segunda Licenciatura)
Gestão Ambiental
Gestão Comercial
Gestão da Produção Industrial
Gestão da Tecnologia da Informação
Gestão da Vigilância em Saúde
Gestão de Segurança Privada
Gestão de Serviços Jurídicos e Notariais
Gestão de Turismo
Gestão em Saúde Pública
Gestão Financeira
Gestão Hospitalar
Gestão Pública
História (Bacharelado)
História (Licenciatura)
Investigação Profissional (Detetive Particular)
Jornalismo
Letras (Bacharelado)
Letras (Formação Pedagógica)
Letras (Licenciatura)
Letras (Segunda Licenciatura)
Logística
Marketing
Matemática (Bacharelado)
Matemática (Formação Pedagógica)
Matemática (Licenciatura)
Matemática (Segunda Licenciatura)
Pedagogia
Pedagogia (Segunda Licenciatura)
Processos Gerenciais
Psicopedagogia (Bacharelado)
Psicopedagogia (Licenciatura)
Publicidade e Propaganda
Recursos Humanos
Relações Internacionais

Saneamento Ambiental
Secretariado
Segurança Pública
Serviço Social
Sociologia (Bacharelado)
Sociologia (Licenciatura)
Teologia Bíblica Interconfessional
Teologia Católica

PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA

Administração em Agronegócios
Administração Pública e Gerência de Cidades
Alfabetização e Letramento
Atenção ao Paciente Crítico: Urgência, Emergência e UTI
Atividade Física e Saúde: do Envelhecimento às Patologias
Auditoria em Saúde
Contabilidade Pública e Responsabilidade Fiscal
Contabilidade, Auditoria e Controladoria
Dimensionamento de Circuitos Elétricos Industriais
Direito Ambiental
Direito Desportivo
Direito do Trabalho e Processo Trabalhista
Direito Federal na Prática
Direito Penal e Criminologia
Direito Processual Civil
Educação Ambiental e Sustentabilidade
Educação Especial e Inclusiva
Educação Física Escolar: Práticas de Ensino
Educação Infantil
Energias Renováveis
Enfermagem do Trabalho
Engenharia de Produção
Engenharia de Software para Dispositivos Móveis
Farmácia Clínica e Hospitalar
Farmacologia e Interações Medicamentosas
Fisiologia do Exercício
Fisioterapia Esportiva
Gestão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável
Gestão Comercial
Gestão da Automação Industrial
Gestão da Inovação
Gestão da Tecnologia da Informação
Gestão de Empresas de Radiodifusão
Gestão de Marketing
Gestão de Processos e Qualidade
Gestão de Projetos
Gestão de Recursos Hídricos
Gestão de Recursos Humanos

Gestão e Legislação Tributária
Gestão e Marketing no Esporte
Gestão Escolar
Gestão Financeira
Gestão Hospitalar
História e Cultura Afro-brasileira e Indígena
Jornalismo Esportivo
Logística e Supply Chain
Metodologia do Ensino de Artes
Metodologia do Ensino de Biologia
Metodologia do Ensino de Física
Metodologia do Ensino de Geografia
Metodologia do Ensino de História
Metodologia do Ensino de Língua Inglesa
Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa
Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa e Estrangeira
Metodologia do Ensino de Matemática
Metodologia do Ensino de Português para Estrangeiros
Metodologia do Ensino de Química
Metodologia do Ensino na Educação Superior
Metodologia do Ensino Religioso
Neuropsicopedagogia
Nutrição no Esporte e na Atividade Física
Orientação Educacional
Orientação, Supervisão e Gestão Escolar
Pedagogia Empresarial
Perícia e Auditoria Ambiental
Planejamento e Gestão Estratégica
Planejamento e Gestão Estratégica de Finanças
Planejamento e Gestão Estratégica de Logística
Planejamento e Gestão Estratégica de Marketing
Planejamento e Gestão Estratégica de Pessoas
Política de Assistência Social
Psicologia do Esporte
Psicopedagogia Clínica e Institucional
Saúde Pública com Ênfase em Saúde da Família
Serviço Social: Fundamentos e Competências Profissionais
Supervisão Escolar
Sustentabilidade e Políticas Públicas
Treinamento no Esporte e na Atividade Física
Vigilância Sanitária



Unidades Educacionais

Legenda

- Hidrografia
- Rodovias Estaduais
- Rodovias Federais
- Malha Ferroviária
- Massa de Água
- Limite dos Municípios da Área de Estudo
- Malha Urbana

Limite de Estados

- Paraná
- Santa Catarina
- São Paulo

PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

PDS_LITORAL

N

10 5 0 10 Km

DADOS TÉCNICOS:

MERIDIANO CENTRAL: 51° WGr
DATUM HORIZONTAL: SIRGAS 2000 - 22S
DATUM VERTICAL: IMBITUBA-SC

FONTE DOS DADOS: RODOVIAS, FERROVIAS: PNLT (2017);
LIMITES MUNICIPAIS, MASSA DE ÁGUA: ITCG (2015, 2018);
NOME MUNICIPIOS, LIMITES ESTADUAIS: IBGE (2015, 2016);
RELEVO SOMBREADO, INPE (2011).

DATA: MAIO - 18 ESC.: 1:400.000

PARANÁ THE WORLD BANK BARCELONABRASILGROUP Mcrit hidria Quanta

720000

740000

7220000

7200000

7180000

PARANÁ

SÃO PAULO

BR 116

PR 405

PR 340

PR 410

PR 410

PR 411

PR 408

Antonina

Morretes

Paranaguá

BR 277

Unidades Educacionais de Antonina

Legenda

- Hidrografia
- Rodovias Estaduais
- Rodovias Federais
- Malha Ferroviária
- Massa de Água
- Área Urbana de Antonina

Municípios

- Antonina
- Guaraqueçaba
- Morretes
- Paranaguá

Limite de Estados

- Paraná
- São Paulo

Unidades Educacionais

- Creche
- Educação Infantil / Ensino Fundamental
- Ensino Fundamental
- Ensino Fundamental / Ensino Médio
- Ensino Profissionalizante
- Sem identificação

PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

PDS_LITORAL

N

4 2 0 4 Km

DADOS TÉCNICOS:

MERIDIANO CENTRAL: 51° WGr
DATUM HORIZONTAL: SIRGAS 2000 - 22S
DATUM VERTICAL: IMBITUBA-SC

FONTE DOS DADOS: RODOVIAS, FERROVIAS: PNLT (2017);
LIMITES MUNICIPAIS, MASSA DE ÁGUA: ITCG (2015, 2018);
NOME MUNICIPIOS, LIMITES ESTADUAIS: IBGE (2015, 2016);
RELEVO SOMBREADO, INPE (2011).

DATA: MAIO - 18 ESC.: 1:150.000

PARANÁ THE WORLD BANK BARCELONABRASILGROUP Mcrit hidria Quanta

740000 760000 780000 800000

7240000 7220000 7200000 7180000

PARANÁ

SÃO PAULO

PR 405

Guaraqueçaba

OCEANO ATLÂNTICO

Paranaguá

BR 277

BR 277

Unidades Educacionais de Guaraqueçaba

Legenda

- Hidrografia
- Rodovias Estaduais
- Rodovias Federais
- Malha Ferroviária
- Massa de Água
- Área Urbana de Guaraqueçaba

Municípios

- Antonina
- Guaraqueçaba
- Paranaguá
- Pontal do Paraná

Limite de Estados

- Paraná
- São Paulo

Unidades Educacionais

- Creche
- Ed. Infantil / En. Fundamental / Escola Indigena
- Educação Infantil / Ensino Fundamental
- Ensino Fundamental
- Ensino Fundamental / Ensino Médio

PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

PDS_LITORAL

N

6 3 0 6 Km

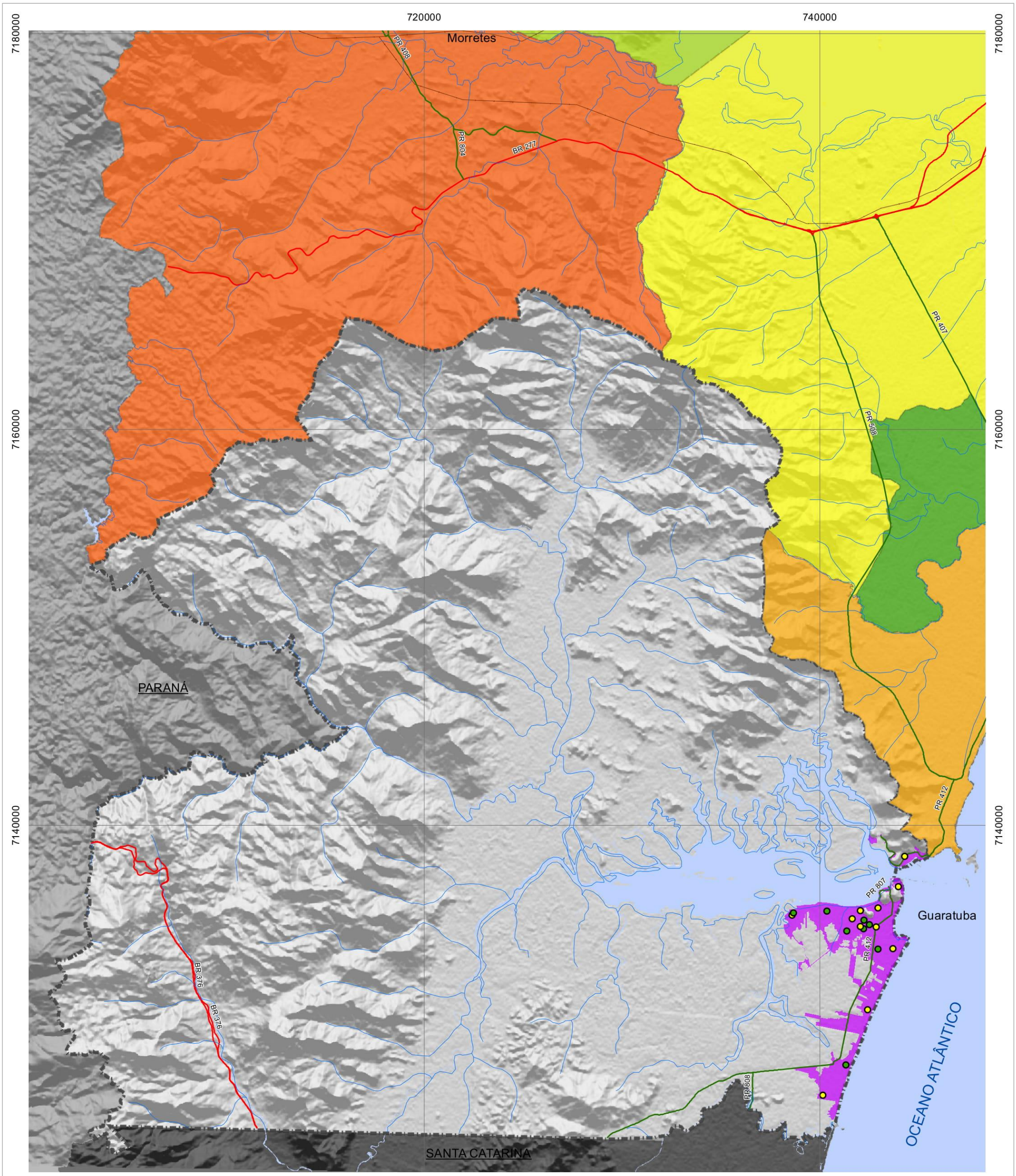
DADOS TÉCNICOS:

MERIDIANO CENTRAL: 51° WGr
DATUM HORIZONTAL: SIRGAS 2000 - 22S
DATUM VERTICAL: IMBITUBA-SC

FONTE DOS DADOS: RODOVIAS, FERROVIAS: PNLT (2017);
LIMITES MUNICIPAIS, MASSA DE ÁGUA: ITCG (2015, 2018);
NOME MUNICIPIOS, LIMITES ESTADUAIS: IBGE (2015, 2016);
RELEVO SOMBREADO, INPE (2011).

DATA: MAIO - 18 ESC.: 1:250.000

PARANÁ THE WORLD BANK BARCELONABRASILGROUP Mcrit hidria Quanta



Unidades Educacionais de Guaratuba

Legenda

- Hidrografia
- Rodovias Estaduais
- Rodovias Federais
- Malha Ferroviária
- Massa de Água
- Área Urbana de Guaratuba

Municípios

- Antonina
- Guaratuba
- Matinhos
- Morretes
- Paranaguá
- Pontal do Paraná

Limite de Estados

- Paraná
- Santa Catarina

Unidades Educacionais

- Educação Infantil
- Educação Infantil / Ensino Fundamental

PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

PDS_LITORAL

N

4 2 0 4 Km

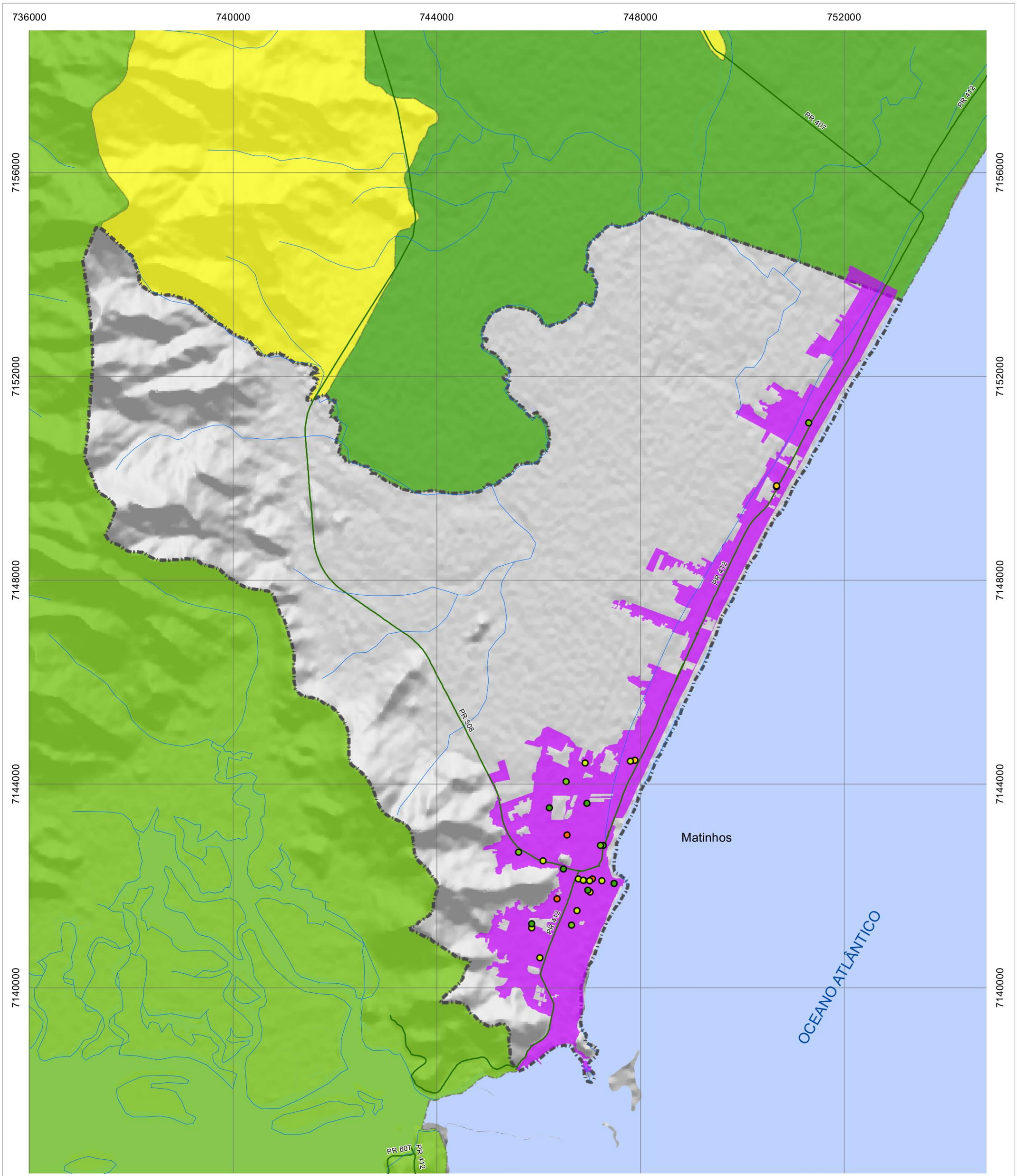
DADOS TÉCNICOS:

MERIDIANO CENTRAL: 51° WGr
DATUM HORIZONTAL: SIRGAS 2000 - 22S
DATUM VERTICAL: IMBITUBA-SC

FONTE DOS DADOS: RODOVIAS, FERROVIAS: PNLT (2017);
LIMITES MUNICIPAIS, MASSA DE ÁGUA: ITCG (2015, 2018);
NOME MUNICIPIOS, LIMITES ESTADUAIS: IBGE (2015, 2016);
RELEVO SOMBREADO, INPE (2011).

DATA: MAIO - 18 ESC.: 1:180.000

Unidades Educacionais de Matinhos



Legenda

- Hidrografia
- Rodovias Estaduais
- Área Urbana de Matinhos
- Massa de Água

Limite de Estados

- Paraná

Municípios

- Matinhos
- Guaratuba
- Paranaguá
- Pontal do Paraná

Unidades Educacionais

- Creche
- Educação Infantil
- Educação Infantil / Ensino Fundamental
- Ensino Fundamental
- Ensino Fundamental / Ensino Médio

PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

PDS_LITORAL

N

2 1 0 2 Km

DADOS TÉCNICOS:

MERIDIANO CENTRAL: 51° WGr
DATUM HORIZONTAL: SIRGAS 2000 - 22S
DATUM VERTICAL: IMBITUBA-SC

FONTE DOS DADOS: RODOVIAS, FERROVIAS: PNLT (2017);
LIMITES MUNICIPAIS, MASSA DE ÁGUA: ITCG (2015, 2018);
NOME MUNICIPIOS, LIMITES ESTADUAIS: IBGE (2015, 2016);
RELEVO SOMBREADO, INPE (2011).

DATA: MAIO - 18 ESC.: 1:70.000

PARANÁ THE WORLD BANK BARCELONABRASILGROUP Mcrit hidria Quanta

704000 712000 720000 728000 736000

7200000 7192000 7184000 7176000 7168000 7160000

PR 405
PR 340
PR 410
PR 410
PR 411
PR 411
PR 409
PR 804
BR 277
Antonina
Morretes
PARANÁ

704000 712000 720000 728000 736000

Unidades Educacionais de Morretes

Legenda

- Hidrografia
- Rodovias Estaduais
- Rodovias Federais
- Malha Ferroviária
- Área Urbana de Morretes
- Massa de Água

Limite de Estados

- Paraná

Municípios

- Morretes
- Antonina
- Guaraqueçaba
- Guaratuba
- Matinhos
- Paranaguá

Unidades Educacionais

- Creche
- Educação Infantil / Ensino Fundamental
- Ensino Fundamental
- Sem identificação

PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

PDS_LITORAL

N

4 2 0 4 Km

DADOS TÉCNICOS:

MERIDIANO CENTRAL: 51° WGr
DATUM HORIZONTAL: SIRGAS 2000 - 22S
DATUM VERTICAL: IMBITUBA-SC

FONTE DOS DADOS: RODOVIAS, FERROVIAS: PNLT (2017);
LIMITES MUNICIPAIS, MASSA DE ÁGUA: ITCG (2015, 2018);
NOME MUNICIPIOS, LIMITES ESTADUAIS: IBGE (2015, 2016);
RELEVO SOMBREADO, INPE (2011).

DATA: MAIO - 18 ESC.: 1:154.580

PARANÁ THE WORLD BANK BARCELONABRASILGROUP Mcrit hidria Quanta

Unidades Educacionais de Paranaguá

Legenda

- Hidrografia
- Rodovias Estaduais
- Rodovias Federais
- Malha Ferroviária
- Área Urbana de Paranaguá
- Massa de Água

Limite de Estados

- Paraná

Municipios

- Paranaguá
- Antonina
- Guaraqueçaba
- Guaratuba
- Matinhos
- Morretes
- Pontal do Paraná

Unidades Educacionais

- Educação Infantil
- Educação Infantil / Ensino Fundamental
- Ensino Especial
- Ensino Fundamental
- Ensino Fundamental / Ensino Especial
- Ensino Fundamental / Ensino Médio
- Ensino Fundamental / Escola Indígena
- Ensino Médio
- Ensino Médio / Ensino Profissionalizante
- Ensino Profissionalizante

PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

PDS_LITORAL

N

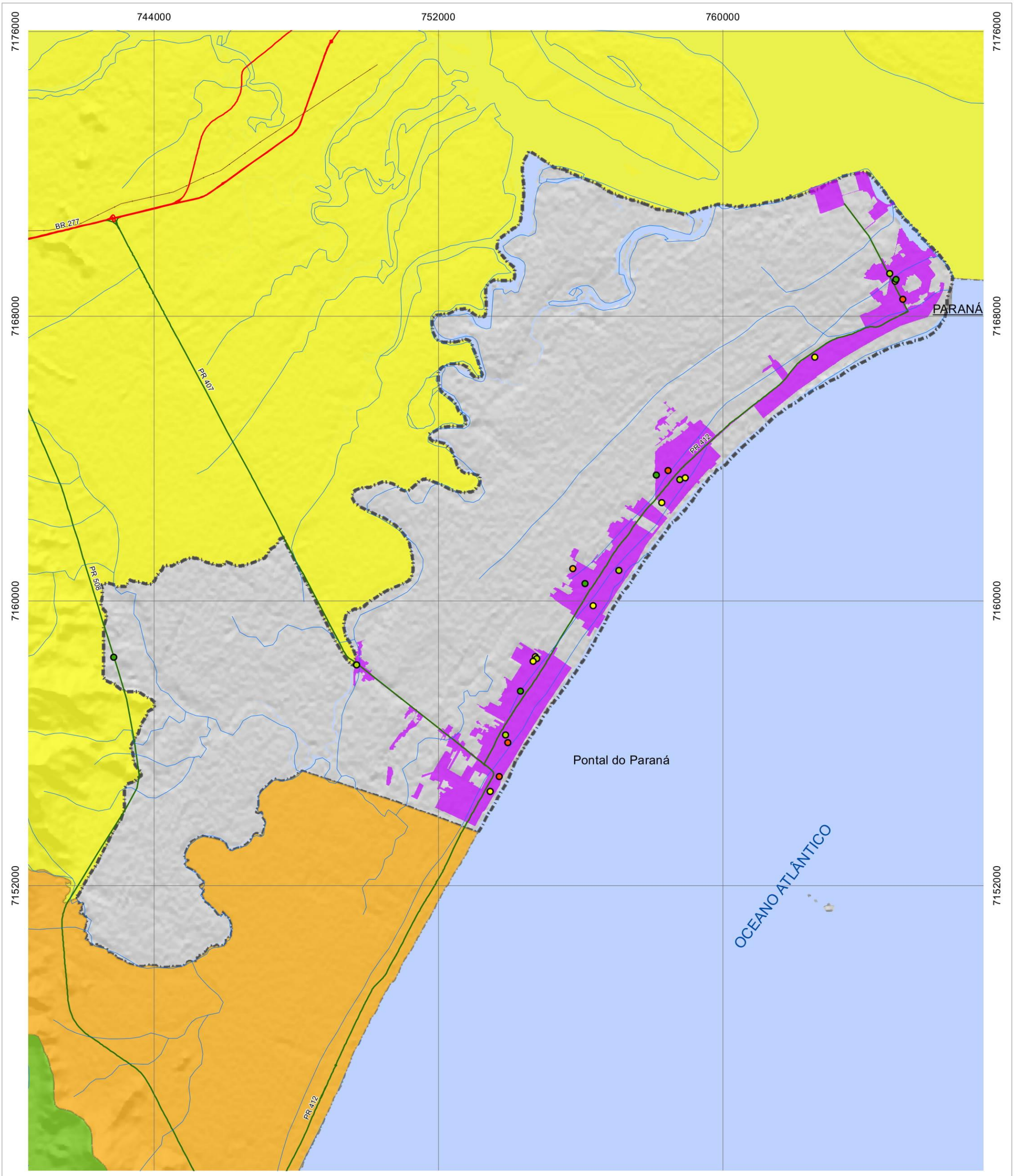
4 2 0 4 Km

DADOS TÉCNICOS:

MERIDIANO CENTRAL: 51° WGr
DATUM HORIZONTAL: SIRGAS 2000 - 22S
DATUM VERTICAL: IMBITUBA-SC

FONTE DOS DADOS: RODOVIAS, FERROVIAS: PNLT (2017);
LIMITES MUNICIPAIS, MASSA DE ÁGUA: ITCG (2015, 2018);
NOME MUNICIPIOS, LIMITES ESTADUAIS: IBGE (2015, 2016);
RELEVO SOMBREADO, INPE (2011).

DATA: MAIO - 18 ESC.: 1:160.000



Unidades Educacionais de Pontal do Paraná

Legenda

- Hidrografia
- Rodovias Estaduais
- Rodovias Federais
- Malha Ferroviária
- Área Urbana de Pontal do Paraná
- Massa de Água

Municípios

- Pontal do Paraná
- Guaratuba
- Matinhos
- Paranaguá

Limite de Estados

- Paraná

Unidades Educacionais

- Creche
- Educação Infantil
- Educação Infantil / Ensino Fundamental
- Ensino Fundamental
- Ensino Fundamental / Ensino Médio

PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

PDS_LITORAL

N

2 1 0 2 Km

DADOS TÉCNICOS:

MERIDIANO CENTRAL: 51° WGr
DATUM HORIZONTAL: SIRGAS 2000 - 22S
DATUM VERTICAL: IMBITUBA-SC

FONTE DOS DADOS: RODOVIAS, FERROVIAS: PNLT (2017);
LIMITES MUNICIPAIS, MASSA DE ÁGUA: ITCG (2015, 2018);
NOME MUNICIPIOS, LIMITES ESTADUAIS: IBGE (2015, 2016);
RELEVO SOMBREADO, INPE (2011).

DATA: MAIO - 18 ESC.: 1:100.000

PARANÁ THE WORLD BANK BARCELONABRASILGROUP Mcrit hidria Quanta

3.4.2 Saúde

Diferente dos equipamentos públicos de educação, os de saúde não possuem público específico, nem idade, eles têm abrangência universal, ou seja, são para o atendimento de toda a população. Nesse sentido, pode até parecer que os municípios são bem estruturados, porém, os números são muito inferiores às reais necessidades da população, seja do ponto de vista dos equipamentos públicos, seja da capacidade de atendimento.

Quadro 40: Equipamentos de saúde no litoral do Paraná

Equipamentos	Antonina	Guaraqueçaba	Guaratuba	Matinhos	Morretes	Paranaguá	Pontal do Paraná	TOTAL
postos de saúde	6	1	1	6	4	12	5	**35**
ubs			7		6	3		**16**
hospitais	1	1	1	1		3		**7**
pronto-atendimentos			1			1		**2**
maternidades					1			**1**
unidade-móvel	1		1	1	1	4	1	**9**
outros	2	4	1	1		11	1	**20**
leitos	32	14	50	9	31	214		**350**
entidades sem fim lucrativos	2		2	2	1	5		**12**
clínicas/consultórios privados	9		33	24	12	146	15	**239**

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES[21]

Os sete municípios do litoral do Paraná possuem postos de saúde e, com exceção de Guaraqueçaba, todos possuem unidade-móvel. Isso não significa que o município de Guaraqueçaba fique desassistido, sem acesso ao serviço, uma vez que o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU)[22] é consorciado entre os sete municípios, que desde de 2010 estabeleceram o CISLIPA – Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná[23]. Recentemente, 13 postos de saúde foram fechados em Guaraqueçaba,

[21] Visitado em abril de 2018.
[22] Integra a Política Nacional de Urgências e Emergências e objetiva ajudar a organizar o atendimento na rede pública, prestando socorro à população em casos de emergência.
[23] Estabelecido por meio do Protocolo de Intenção 3.817/2010 e ratificado por meio de leis municipais aprovadas nas Câmaras de Vereadores dos sete municípios.

Guaratuba e Paranaguá, em geral em áreas rurais, diminuindo a capacidade de atendimento da população.

Quadro 41: Equipamentos públicos e privados de saúde

Equipamentos	Antonina	Guaraqueçaba	Guaratuba	Matinhos	Morretes	Paranaguá	Pontal do Paraná	TOTAL
Públicos	**10**	**6**	**12**	**9**	**12**	**32**	**7**	**88**
postos de saúde	6	1	1	6	4	12	5	**35**
ubs			7		6	3		**16**
hospitais	1	1	1	1		1		**5**
pronto-atendimentos			1			1		**2**
maternidades					1			**1**
unidade-móvel	1		1	1	1	4	1	**9**
outros	2	4	1	1		11	1	**20**
leitos	*32*	*14*	*50*	*9*	*31*	*140*		***276***
Privados	**11**	**0**	**35**	**26**	**13**	**153**	**15**	**253**
hospitais						2		**2**
entidades sem fim lucrativos	2		2	2	1	5		**12**
clínicas/consultórios privados	9		33	24	12	146	15	**239**
leitos						*74*		***74***

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES

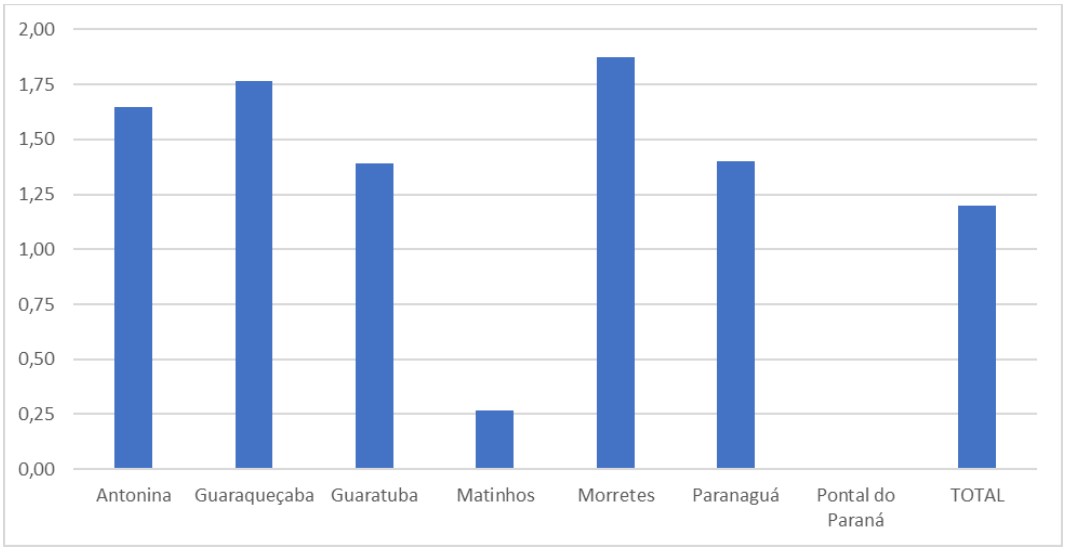
No caso de hospitais, a região possui um total de oito, sendo dois deles privados (Hospital Paranaguá e Clínica São Paulo). Dentre os hospitais públicos, dois são estaduais (Hospital Regional do Litoral Lucy Requião de Mello e Silva e Hospital Regional do Litoral) e os demais municipais (Hospital Dr. Silvio Bittencourt Linhares, Hospital Municipal de Guaratuba, Hospital Nossa Senhora dos Navegantes, Hospital e Maternidade Morretes). O município de Pontal do Paraná - que até pouco mais de 20 anos atrás era Paranaguá, não possui nenhum hospital. Os hospitais públicos totalizam 276 leitos[24], enquanto os privados apenas 74.

Segundo orientação da Organização Mundial da Saúde (OMS), cada cidade deve possuir uma média de 3 a 5 leitos para cada 1.000 habitantes. Se considerada a estimativa de população total do litoral do Paraná para o ano de 2017 (291 mil) e o total de leitos disponíveis em equipamentos públicos e privados (350), esse número é muito abaixo do

[24] No Hospital Regional de Guaraqueçaba, 6 leitos encontram-se inativos e não foram contabilizados no total apresentado, subindo para 20 o número de leitos do hospital.

indicado, já que considerando o mínimo de 3 leitos para cada 1.000 habitantes, a região deveria ter 875 leitos. Fator preocupante é que esse número é para o total da população fixa da região e não podemos deixar de lembrar que em períodos de férias, especialmente no verão, a população de municípios como Guaratuba, Matinhos e Pontal do Paraná chega a triplicar. No caso específico de Pontal do Paraná, o mesmo não possui nenhum leito, agravando a situação.

Figura 45: Proporção de leitos para cada 1.000 habitantes



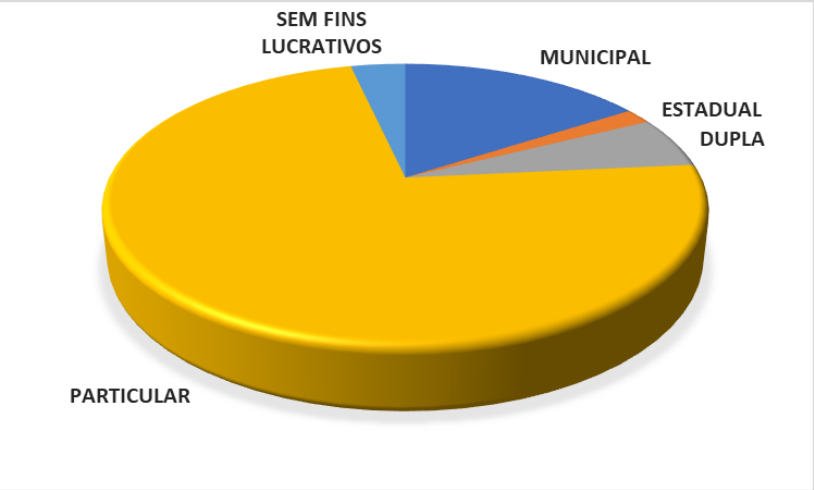
Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES

Do ponto de vista da gestão do equipamento ou estabelecimento de saúde, o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) do Ministério da Saúde aponta que na região existem equipamentos com gestão municipal, estadual, dupla (municipal e estadual), particular e sem fins lucrativos. A grande quantidade de consultórios médicos, clínicas e laboratórios particulares, em especial em Paranaguá, faz com que 73% dos equipamentos da região sejam de gestão particular. Esses estabelecimentos não integram e nem atendem ao Sistema Único de Saúde (SUS)[25] do Governo Federal. Os

[25] O Sistema Único de Saúde (SUS) é a denominação do sistema público de saúde no Brasil, estabelecido pela Constituição de 1988, que proporciona atendimento gratuito a toda a população, por meio de

equipamentos com gestão municipal respondem por 16% do atendimento, seguidos pelos de gestão dupla, com 6%. Sem fins lucrativos e gestão estadual correspondem a 3% e 2% respectivamente dos equipamentos de saúde do litoral do Paraná.

Figura 46: Gestão dos equipamentos de saúde



Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES

O mesmo quadro encontrado na questão dos leitos se repete quando analisado apenas o número de médicos que trabalham para as prefeituras dos sete municípios. A OMS sugere que o número ideal de médicos seja de 1 para cada 1.000 habitantes. Quando analisados os números de médicos nos serviços de saúde municipais, apenas Antonina respeita essa proporção, de acordo com dados da Munic de 2014. Matinhos é o município que apresenta a pior proporção, seguido por Guaraqueçaba e Paranaguá. É uma surpresa ser Antonina, um dos municípios de menor população e arrecadação da região, apresentar um dos melhores índices, enquanto munícipios com melhores níveis de arrecadação, como Matinhos e Paranaguá, possuírem números tão ruins. A preocupação maior recai sobre Matinhos, município balneário que durante a temporada de férias triplica sua população.

repasses do Governo Federal aos gestores dos equipamentos públicos (municipais e estaduais) e de serviços privados conveniados ou contratados com o poder público.

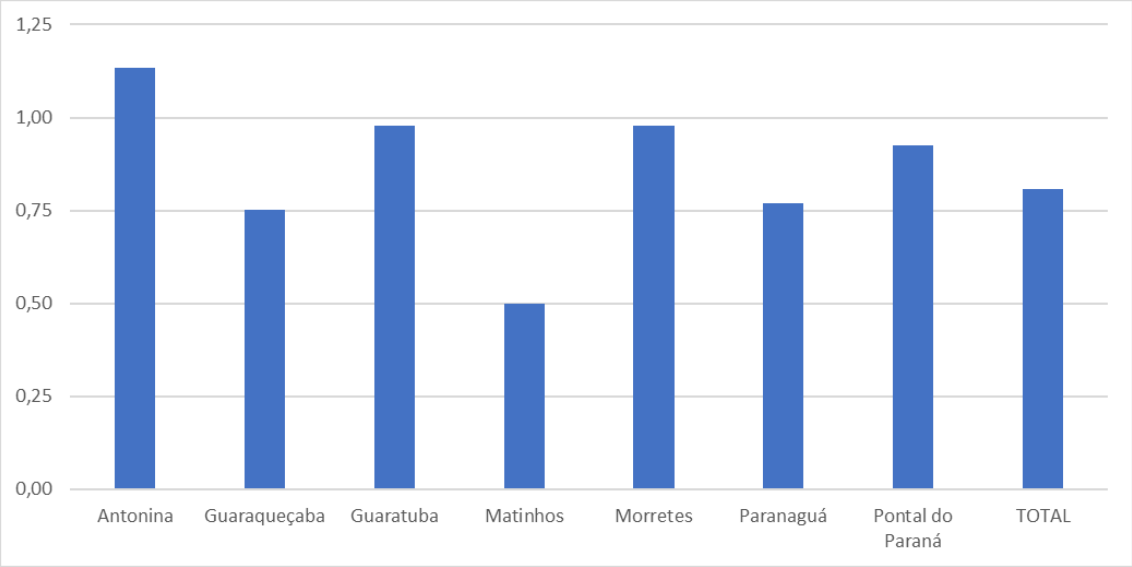
Quadro 42: Dados gerais dos serviços públicos de saúde

Município	Funcionários	Médicos	Agentes Comunitários	PSF (equipe)	Familias (PSF)	Serviço Odontológico	Serviço de Emergência	Vigilância sanitária
Antonina	179	22	4	1	306	2	1	7
Guaraqueçaba	95	6	18	3	1373	3	0	2
Guaratuba	363	34	34	8	4415	2	1	8
Matinhos	292	16	48	8	7528	4	1	5
Morretes	17	16	27	5	2830	8	1	1
Paranaguá	773	115	114	19	13334	0	1	20
Pontal do Paraná	260	22	35	6	4261	6	1	12
TOTAL	**1979**	**231**	**280**	**50**	**34047**	**25**	**6**	**55**

PSF= Programa de Saúde da Família; para Serviço de Emergência 1= sim e 0= não; em Vigilância Sanitária, número de pessoas na equipe.

Fonte: Munic 2014

Figura 47: Número de médicos da rede pública municipal para cada 1.000 habitantes



Fonte: Munic 2014

Foram solicitados aos municípios dados atualizados sobre o número de médicos e suas especialidades. Apenas Guaratuba e Pontal do Paraná responderam e os números informados foram inferiores aos da Munic 2014, sendo 27 e 11 respectivamente. No caso de Pontal, do total de 11 médicos, 3 são cubanos do Programa Mais Médicos, e 4 contratados de empresa terceirizada.

No caso das especialidades Guaratuba possui obstetra (4), pediatra (3), generalista (10), emergencista (4), anestesiologista (1), ginecologista/obstetra (1), cardiologista (1), e PSF (3). Pontal possui clínico geral (2), pediatra (1), reumatologista (1), ortopedista (1), ginecologista/obstetra (1), e PSF (2).

Já os equipamentos sob gestão estadual possuem um total de 708 funcionários alocados na região, sendo desse total 44 médicos, das seguintes especialidades: anestesiologista (4), cardiologista (1), cirurgião geral (6), clinico geral (9), endoscopia (1), medicina intensiva (1), radiologia/diagnóstico por imagem (1), gastroenterologista (1), nefrologista (3), obstetra/ginecologista (9), ortopedista/traumatologista (1), urologista (2), e pediatra/neonatologia (5).

Os sete municípios apresentam trabalho importante em programas de prevenção, com ações do Programa de Saúde da Família (PSF) atendendo mais de 34 mil famílias na região, com número de famílias por equipe muito inferior às 4.000 mil pessoas sugeridas pelo Ministério da Saúde (média da região 2.725 pessoas por equipe). Há serviço odontológico público em todos os municípios, com exceção de Paranaguá, onde coincidentemente há a maior concentração de serviços de saúde privados, inclusive odontológicos. E há ao menos uma pessoa prestando serviços de vigilância sanitária nos municípios do litoral do Paraná.

Apesar das 50 equipes de PSF existentes, é importante lembrar dos postos de saúde fechados e das limitações no número de leitos em toda região, que fazem necessária uma ampliação de recursos financeiros e humanos no setor da saúde. Além disso, é importante ressaltar as dificuldades no atendimento das famílias moradoras de comunidades mais isoladas, como a população das diversas ilhas de Paranaguá e Guaraqueçaba, que dependem de transporte marítimo para acessar um melhor atendimento, já que contam apenas com postos de saúde, que fazem prevenção e diagnósticos iniciais. Destaque também para a dificuldade de acesso de muitas comunidades rurais, especialmente em Guaraqueçaba, onde as restrições ambientais impedem e dificultam melhorias e ampliações do sistema viário existente.

Sobre a gestão dos recursos públicos e o acompanhamento das políticas e programas desenvolvidos pelas prefeituras da região, todos os municípios possuem Conselhos Municipais de Saúde paritários e deliberativos, incluindo Fundos e Planos Municipais de Saúde, fatores primordiais para o recebimento dos repasses do Governo Federal.

Quadro 43: Conselhos, Fundos e Planos Municipais de Saúde

SAÚDE	Antonina	Guaraqueçaba	Guaratuba	Matinhos	Morretes	Paranaguá	Pontal do Paraná
Conselho Municipal de Saúde	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim
Paritário	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim
Consultivo	não	sim	não	sim	sim	não	sim
Deliberativo	sim	sim	sim	sim	não	sim	sim
Normativo	não	sim	não	não	sim	não	sim
Fiscalizador	sim	sim	não	sim	sim	sim	sim
Fundo Municipal de Saúde	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim
Plano Municipal de Saúde	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim

Fonte: Munic 2014

A existência de um consórcio público para a saúde aponta para a importância dada pelos sete municípios do litoral, que juntos compartilham o serviço de emergência da região, que além de equipamentos, contempla também profissionais do setor da saúde capazes de prestar primeiros socorros essenciais para evitar o óbito. O CISLIPA, criado em 2010, vem já há oito anos desenvolvendo ações regionalizadas de políticas públicas para a saúde. No site do consórcio[26] a população consegue ter acesso às escalas mensais de médicos, equipes de enfermagem e até mesmo condutores de ambulância e operadores de rádio, para cada uma das bases do SAMU, localizadas em Antonina, Matinhos, Morretes, Paranaguá e Pontal do Paraná.

Iniciativas como o CISLIPA podem ser ampliadas, melhorando a qualidade do atendimento público prestado à população da região, aumentando o número de médicos e de especialidades, e até mesmo de leitos, por meio da construção e gestão compartilhada de equipamentos de saúde.

[26] http://www.cislipalitoral.com.br/home. Visitado em abril de 2018.

Unidades de Saúde

Legenda

- Rodovias Estaduais
- Rodovias Federais
- Hidrografia
- Malha Ferroviária
- Massa de Água
- Malha Urbana
- Limite dos Municípios da Área de Estudo

Limite de Estados

- Paraná
- Santa Catarina
- São Paulo

PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

PDS_LITORAL

N

10 5 0 10 Km

DADOS TÉCNICOS:

MERIDIANO CENTRAL: 51° WGr
DATUM HORIZONTAL: SIRGAS 2000 - 22S
DATUM VERTICAL: IMBITUBA-SC

FONTE DOS DADOS: RODOVIAS, FERROVIAS: PNLT (2017);
LIMITES MUNICIPAIS, MASSA DE ÁGUA: ITCG (2015, 2018);
NOME MUNICIPIOS, LIMITES ESTADUAIS: IBGE (2015, 2016);
RELEVO SOMBREADO, INPE (2011).

DATA: MAIO - 18 ESC.: 1:400.000

Unidades de Saúde de Antonina

PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

PDS_LITORAL

Legenda

- Hidrografia
- Rodovias Estaduais
- Rodovias Federais
- Malha Ferroviária
- Massa de Água
- Área Urbana de Antonina

Municípios

- Antonina
- Guaraqueçaba
- Morretes
- Paranaguá

Limite de Estados

- Paraná
- São Paulo

Unidades de Saúde - Gestão

- Centro de Atencao Pssicosocial
- Clinica
- Consultorio
- Equipamento Sem Fins Lucrativos
- Hospital
- Posto de Saude
- SAMU
- Unidade Central de Saude
- Vigilancia Sanitaria

N

4 2 0 4 Km

DADOS TÉCNICOS:

MERIDIANO CENTRAL: 51° WGr
DATUM HORIZONTAL: SIRGAS 2000 - 22S
DATUM VERTICAL: IMBITUBA-SC

FONTE DOS DADOS: RODOVIAS, FERROVIAS: PNLT (2017);
LIMITES MUNICIPAIS, MASSA DE ÁGUA: ITCG (2015, 2018);
NOME MUNICIPIOS, LIMITES ESTADUAIS: IBGE (2015, 2016);
RELEVO SOMBREADO, INPE (2011).

DATA: MAIO - 18

ESC.: 1:150.000

PARANÁ THE WORLD BANK BARCELONABRASILGROUP Mcrit hidria Quanta

740000 760000 780000 800000

7240000 7220000 7200000 7180000

PARANÁ

SÃO PAULO

PR 405

Guaraqueçaba

Paranaguá

BR 277

BR 277

OCEANO ATLÂNTICO

Unidades de Saúde de Guaraqueçaba

Legenda

- Hidrografia
- Rodovias Estaduais
- Rodovias Federais
- Malha Ferroviária
- Massa de Água
- Área Urbana de Guaraqueçaba

Municípios

- Antonina
- Guaraqueçaba
- Paranaguá
- Pontal do Paraná

Limite de Estados

- Paraná
- São Paulo

Unidades de Saúde - Gestão

- Academia de Saúde
- Hospital
- Nucleo Integrado de Saude
- Posto de Saude
- Secretaria Municipal de Saúde

PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

PDS_LITORAL

N

6 3 0 6 Km

DADOS TÉCNICOS:

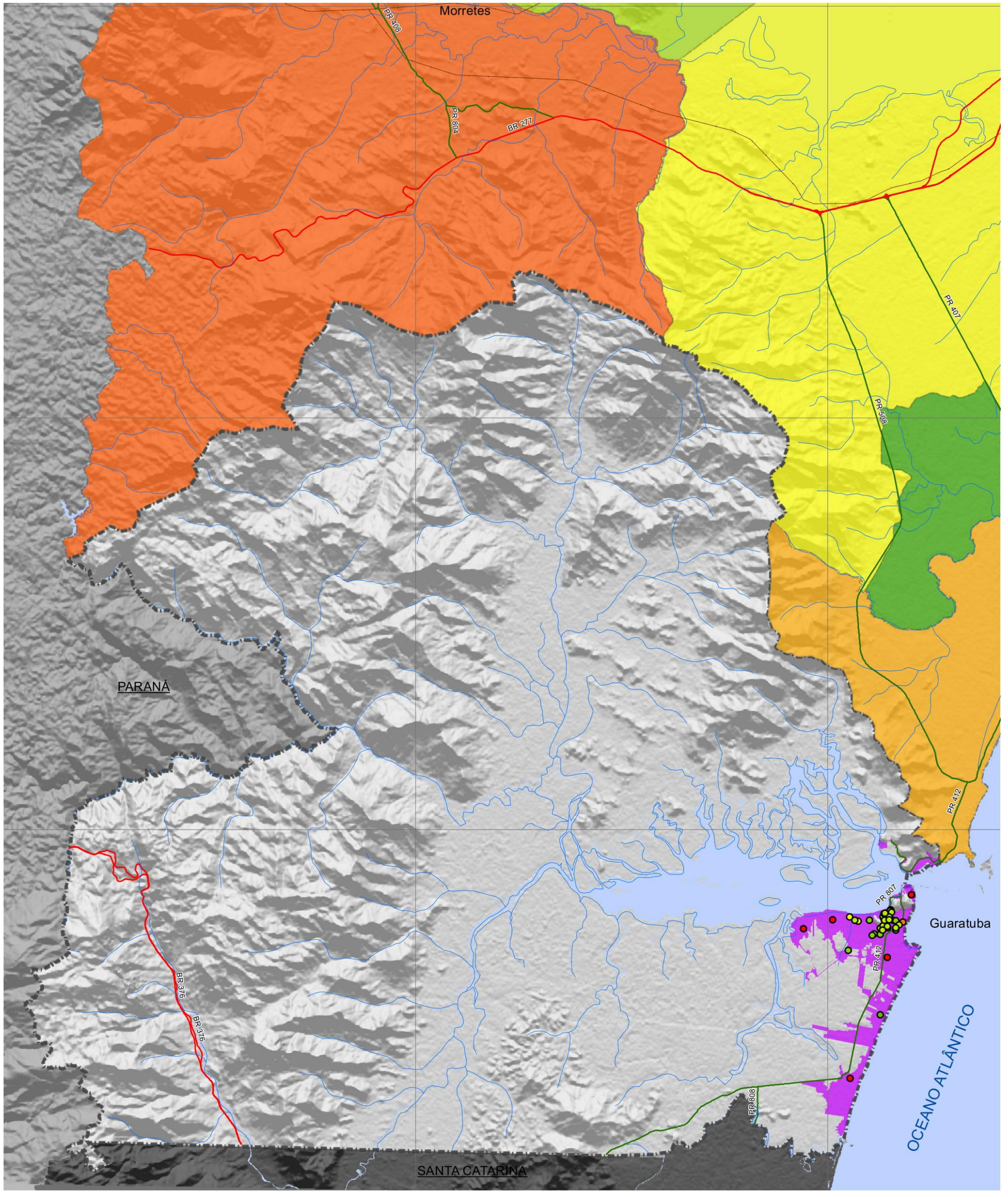
MERIDIANO CENTRAL: 51° WGr
DATUM HORIZONTAL: SIRGAS 2000 - 22S
DATUM VERTICAL: IMBITUBA-SC

FONTE DOS DADOS: RODOVIAS, FERROVIAS: PNLT (2017);
LIMITES MUNICIPAIS, MASSA DE ÁGUA: ITCG (2015, 2018);
NOME MUNICIPIOS, LIMITES ESTADUAIS: IBGE (2015, 2016);
RELEVO SOMBREADO, INPE (2011).

DATA: MAIO - 18 ESC.: 1:250.000

PARANÁ THE WORLD BANK BARCELONABRASILGROUP Mcrit hidria Quanta

Unidades de Saúde de Guaratuba



Legenda

- Rodovias Estaduais
- Rodovias Federais
- Hidrografia
- Malha Ferroviária
- Massa de Água
- Área Urbana de Guaratuba

Municípios

- Antonina
- Guaratuba
- Matinhos
- Morretes
- Paranaguá
- Pontal do Paraná

Limite de Estados

- Paraná
- Santa Catarina

Unidades de Saúde - Gestão

- Unidade Basica de Saude
- Secretaria Municipal de Saúde
- Posto de Saude

- Hospital
- Equipamento Sem Fins Lucrativos
- Consultorio
- Clinica
- Centro de Especialialidades
- Centro de Atencao Pssicosocial

PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

PDS_LITORAL

N

4 2 0 4 Km

DADOS TÉCNICOS:

MERIDIANO CENTRAL: 51° WGr
DATUM HORIZONTAL: SIRGAS 2000 - 22S
DATUM VERTICAL: IMBITUBA-SC

FONTE DOS DADOS: RODOVIAS, FERROVIAS: PNLT (2017);
LIMITES MUNICIPAIS, MASSA DE ÁGUA: ITCG (2015, 2018);
NOME MUNICIPIOS, LIMITES ESTADUAIS: IBGE (2015, 2016);
RELEVO SOMBREADO, INPE (2011).

DATA: MAIO - 18 ESC.: 1:180.000

PARANÁ THE WORLD BANK BARCELONABRASILGROUP Mcrit hidria Quanta

736000 740000 744000 748000 752000

7156000 7152000 7148000 7144000 7140000

PR 407 PR 412 PR 508 PR 412 PR 412 PR 807 PR 412

Matinhos

OCEANO ATLÂNTICO

PARANÁ

Unidades de Saúde de Matinhos

Legenda

- Hidrografia
- Rodovias Estaduais
- Massa de Água
- Área Urbana de Matinhos

Limite de Estados

- Paraná

Municípios

- Matinhos
- Guaratuba
- Paranaguá
- Pontal do Paraná

Unidades de Saúde - Gestão

- Centro de Atencao Pssicosocial
- Clinica
- Consultorio
- Equipamento Sem Fins Lucrativos
- Hospital
- Posto de Saude
- Secretaria Municipal de Saúde
- Vigilancia Sanitaria

PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

PDS_LITORAL

N

2 1 0 2 Km

DADOS TÉCNICOS:

MERIDIANO CENTRAL: 51° WGr
DATUM HORIZONTAL: SIRGAS 2000 - 22S
DATUM VERTICAL: IMBITUBA-SC

FONTE DOS DADOS: RODOVIAS, FERROVIAS: PNLT (2017);
LIMITES MUNICIPAIS, MASSA DE ÁGUA: ITCG (2015, 2018);
NOME MUNICIPIOS, LIMITES ESTADUAIS: IBGE (2015, 2016);
RELEVO SOMBREADO, INPE (2011).

DATA: MAIO - 18 ESC.: 1:70.000

PARANÁ THE WORLD BANK BARCELONABRASILGROUP Mcrit hidria Quanta

704000 712000 720000 728000 736000

7200000 7192000 7184000 7176000 7168000 7160000

PR 405
PR 340
PR 410
PR 410
PR 411
PR 411
PR 408
PR 804
BR 277
Antonina
Morretes
PARANÁ

704000 712000 720000 728000 736000

Unidades de Saúde de Morretes

Legenda

- Hidrografia
- Rodovias Estaduais
- Rodovias Federais
- Malha Ferroviária
- Massa de Água
- Área Urbana de Morretes

Limite de Estados

- Paraná

Municípios

- Morretes
- Antonina
- Guaraqueçaba
- Guaratuba
- Matinhos
- Paranaguá

Unidades de Saúde - Gestão

- Clinica
- Consultorio
- Equipamento Sem Fins Lucrativos
- Hospital
- Nucleo Integrado de Saude
- Posto de Saude
- Secretaria Municipal de Saúde
- Unidade Basica de Saude

PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

PDS_LITORAL

N

4 2 0 4 Km

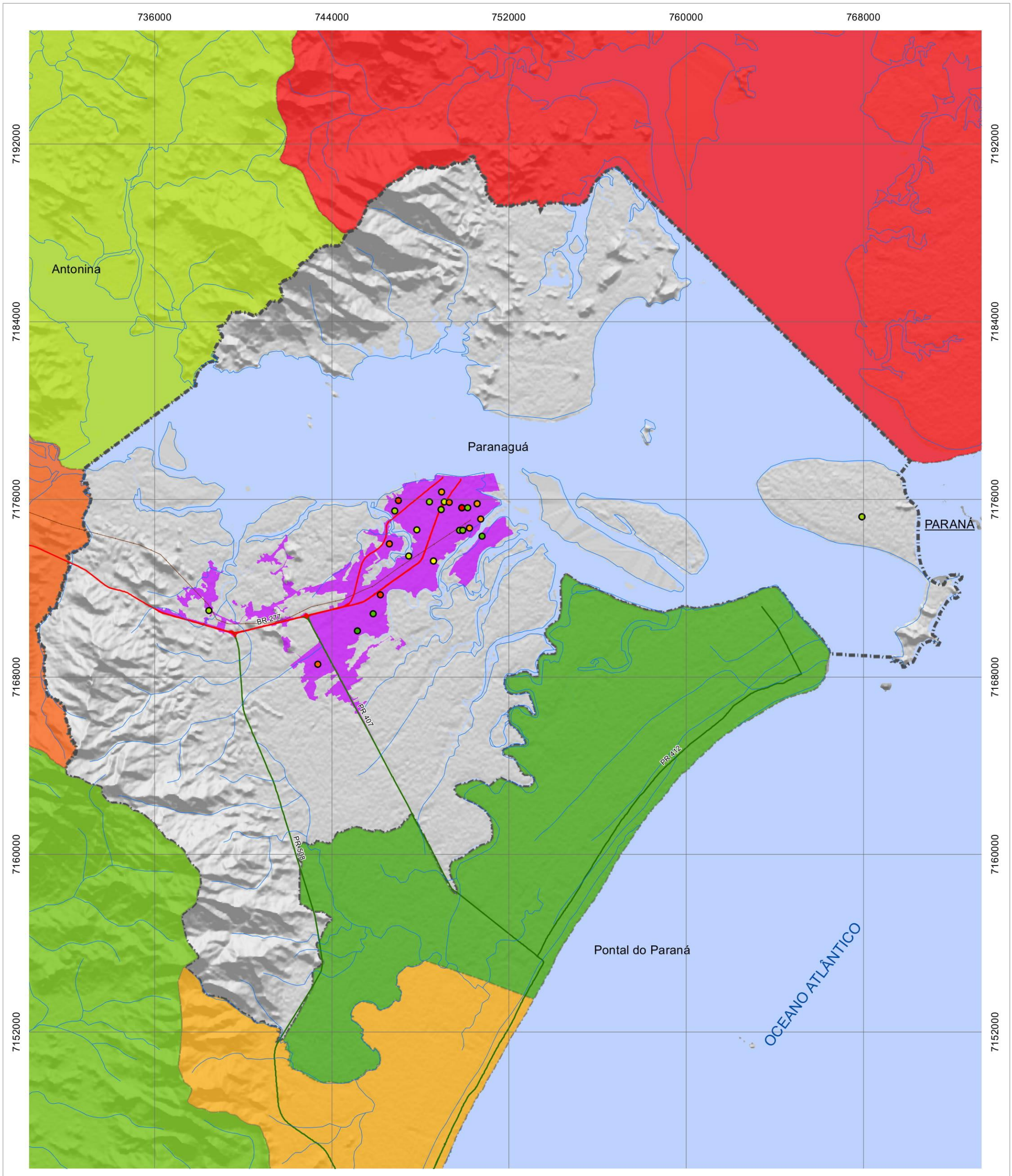
DADOS TÉCNICOS:

MERIDIANO CENTRAL: 51° WGr
DATUM HORIZONTAL: SIRGAS 2000 - 22S
DATUM VERTICAL: IMBITUBA-SC

FONTE DOS DADOS: RODOVIAS, FERROVIAS: PNLT (2017);
LIMITES MUNICIPAIS, MASSA DE ÁGUA: ITCG (2015, 2018);
NOME MUNICIPIOS, LIMITES ESTADUAIS: IBGE (2015, 2016);
RELEVO SOMBREADO, INPE (2011).

DATA: MAIO - 18 ESC.: 1:154.580

PARANÁ THE WORLD BANK BARCELONABRASILGROUP Mcrit hidria Quanta



Unidades de Saúde de Paranaguá

Legenda

- Hidrografia
- Rodovias Estaduais
- Rodovias Federais
- Malha Ferroviária
- Área Urbana de Paranaguá
- Massa de Água

Limite de Estados

- Paraná

Municipios

- Paranaguá
- Antonina
- Guaraqueçaba
- Guaratuba
- Matinhos
- Morretes
- Pontal do Paraná

Unidades de Saúde - Gestão

- Centro de Atencao Pssicosocial
- Centro de Especialialidades
- Hospital
- Posto de Saude
- Posto de Saude da Familia
- SAMU
- Secretaria Municipal de Saúde
- Sem identificação
- Unidade Basica de Saude
- Unidade Central de Saude
- Vigilancia Sanitaria

PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

PDS_LITORAL

N

4 2 0 4 Km

DADOS TÉCNICOS:

MERIDIANO CENTRAL: 51° WGr
DATUM HORIZONTAL: SIRGAS 2000 - 22S
DATUM VERTICAL: IMBITUBA-SC

FONTE DOS DADOS: RODOVIAS, FERROVIAS: PNLT (2017);
LIMITES MUNICIPAIS, MASSA DE ÁGUA: ITCG (2015, 2018);
NOME MUNICIPIOS, LIMITES ESTADUAIS: IBGE (2015, 2016);
RELEVO SOMBREADO, INPE (2011).

DATA: MAIO - 18 ESC.: 1:160.000

PARANÁ THE WORLD BANK BARCELONABRASILGROUP Mcrit hidria Quanta

744000 752000 760000

7176000 7168000 7160000 7152000

BR 277

PR 407

PR 508

PR 412

PARANÁ

Pontal do Paraná

OCEANO ATLÂNTICO

Unidades de Saúde de Pontal do Paraná

Legenda

- Hidrografia
- Rodovias Estaduais
- Rodovias Federais
- Malha Ferroviária
- Área Urbana de Pontal do Paraná
- Massa de Água

Limite de Estados

- Paraná

Municípios

- Pontal do Paraná
- Guaratuba
- Matinhos
- Paranaguá

Unidades de Saúde - Gestão

- Clinica
- Consultorio
- Posto de Saude
- SAMU
- Secretaria Municipal de Saúde

PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

PDS_LITORAL

N

2 1 0 2 Km

DADOS TÉCNICOS:

MERIDIANO CENTRAL: 51° WGr
DATUM HORIZONTAL: SIRGAS 2000 - 22S
DATUM VERTICAL: IMBITUBA-SC

FONTE DOS DADOS: RODOVIAS, FERROVIAS: PNLT (2017);
LIMITES MUNICIPAIS, MASSA DE ÁGUA: ITCG (2015, 2018);
NOME MUNICIPIOS, LIMITES ESTADUAIS: IBGE (2015, 2016);
RELEVO SOMBREADO, INPE (2011).

DATA: MAIO - 18 ESC.: 1:100.000

PARANÁ THE WORLD BANK BARCELONABRASILGROUP Mcrit hidria Quanta

3.4.3 Segurança

O litoral do Paraná tem diversos fatores que demandam a atenção na área de segurança pública mais do que em outros lugares: (i) 98 km de extensão/acesso pela água (mar aberto e baía); (ii) divisa com dois outros estados (São Paulo e Santa Catarina); (iii) dois portos - Paranaguá e Antonina, sendo um de grande porte; (iv) área de atração turística litorânea oceânica; (v) grande número de segundas moradias; (vi) vasto território protegido ambientalmente; e (vii) proximidade e facilidade de acesso a Curitiba, entre outros.

Esses fatos fazem com que a região possua um grande número de equipamentos ligados ao setor de segurança pública - federais, estaduais e municipais - de modo a atender as diferentes demandas decorrentes, seja das questões portuárias e aduaneiras, seja do fluxo sazonal turístico, ou mesmo das questões ligadas à proteção do meio ambiente.

Quadro 44: Equipamentos de Segurança Pública

Equipamentos	Antonina	Guaraqueçaba	Guaratuba	Matinhos	Morretes	Paranaguá	Pontal do Paraná	TOTAL
Delegacia Política Civil	1	1	1	1	1	2	1	**8**
Postos de Serviços Polícia Civil	1	1	1	1	1	2	2	**9**
Força Verde	1	1	1			2		**5**
Unidades Polícia Militar	1	1	1	1	1	3	1	**9**
Polícia Militar Rodoviária			2			1	1	**4**
Corpo de Bombeiros	1		3	1	1	1	1	**8**
Polícia Federal						1		**1**
Polícia Rodoviária Federal						1		**1**
Guarda Municipal				1		1	1	**3**
Patronato Municipal						1	1	**2**
Total	**5**	**4**	**9**	**5**	**4**	**15**	**8**	**50**

Fonte: Sites dos órgãos de governo responsáveis[27]

Dos sete municípios do litoral paranaense, três possuem Guarda Municipal (GM), sendo que apenas Paranaguá e Pontal possuem sedes próprias. Em Matinhos eles ficam alocados nos próprios municipais. Morretes não possui GM, mas possui vigia nos bens públicos, assim como Guaratuba, que possui técnicos de monitoramento sem poder de

[27] Visitados em abril de 2018.

polícia, além de uma central de monitoramento da cidade por câmeras. Antonina e Guaraqueçaba não responderam as solicitações de informação.

Todos os municípios do litoral paranaense possuem delegacia e postos da Polícia Civil, além de contarem com unidades da Polícia Militar. O efetivo de atendimento em todos esses equipamentos é reforçado durante a Operação Verão[28], assim como do Corpo de Bombeiros, responsável pelos postos de guarda-vidas.

O litoral ainda possui unidades especiais, como a Base Náutica de Busca e Salvamento e o Centro de Treinamento Aquático do Paraná, ambos em Guaratuba, e o Centro Integrado de Operações Marítimas (CIOM), localizado em Paranaguá. No CIOM, o Corpo de Bombeiros atua em parceria com a Polícia Federal e demais forças de segurança para dar uma resposta mais adequada e efetiva às emergências, bem como gerenciar ocorrências de maior porte por meio de uma sala de gerenciamento de crises. Paranaguá ainda abriga o Instituto de Criminalística e o Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Crimes.

Além disso, vale a pena destacar a adesão dos municípios de Paranaguá e Pontal do Paraná ao programa de patronato, dando apoio aos condenados em regime aberto (albergados) e aos liberados definitivos, pelo prazo de um ano a contar da saída do estabelecimento, e aos liberados condicional, durante o período de prova.

A área de segurança demanda necessariamente integração com demais órgãos governamentais, especialmente os da área social e assistência, pois fatores como baixa escolaridade, pobreza e emprego colaboram para a piora dos índices de criminalidade na região, que é rota do tráfico de drogas de Santa Catarina e tem o Porto de Paranaguá como uma das principais portas de entrada. Apesar disso, não há registros de grupo de

[28] Operação de ampliação dos serviços do Governo do Estado durante as férias de verão (até o final do Carnaval), nas áreas de segurança, saúde, energia, saneamento, meio ambiente, esporte e turismo.

crime organizado no litoral, ainda que os dados recentes apontem para um aumento maior nos crimes ligados ao tráfico de drogas na região, em especial ao consumo.

Ademais, a integração também se faz necessária entre as diferenças áreas da própria segurança. No Paraná, existem as Áreas Integradas de Segurança Pública (Aisp), onde comandantes da Polícia Militar e delegados da Polícia Civil trabalham em conjunto para reduzir os índices de criminalidade. Já com os municípios, a Secretaria do Estado de Segurança Pública e Administração Penitenciária (SESP/PR) vem trabalhando na incorporação das guardas municipais com as tecnologias existentes no Governo do Estado e com conexão via telefone celular para monitoramento e fiscalização do espaço público.

Apesar da estrutura existente e da diversidade de equipamentos e equipes distribuídas em todo o litoral, durante as escutas com as comunidades locais, foram vários os exemplos que apontaram que só há mesmo efetivo durante as temporadas de férias, em especial no verão, e que as equipes, em especial da Polícia Civil, são despreparadas para atendimento à população ou para solucionar problemas. O policial sempre é visto como aquele que resolve problemas, quando na verdade, em sua formação ele é treinado para ser um mediador de conflitos.

Conforme mencionado anteriormente, a região possui características próprias vinculadas de alguma forma a diferentes tipos de delito, em especial por conta da existência do Porto de Paranaguá, que devido à população flutuante tem em seu entorno problemas vinculados a prostituição, consumo de álcool e drogas, lesões corporais e furtos. Isso sem falar nas questões de contrabando e tráfico de drogas.

Os municípios turísticos oceânicos também são atrativos para delitos: durante a alta temporada com o aumento da população, muitos furtos e roubos, lesões corporais e perturbação em espaços públicos e destruição de patrimônio público; já fora da temporada, muitas casas vazias e aumento no desemprego favorecendo os roubos das residências e o aumento na venda e no consumo de drogas pela população local.

Quadro 45: Dados estatísticos criminais do litoral do Paraná

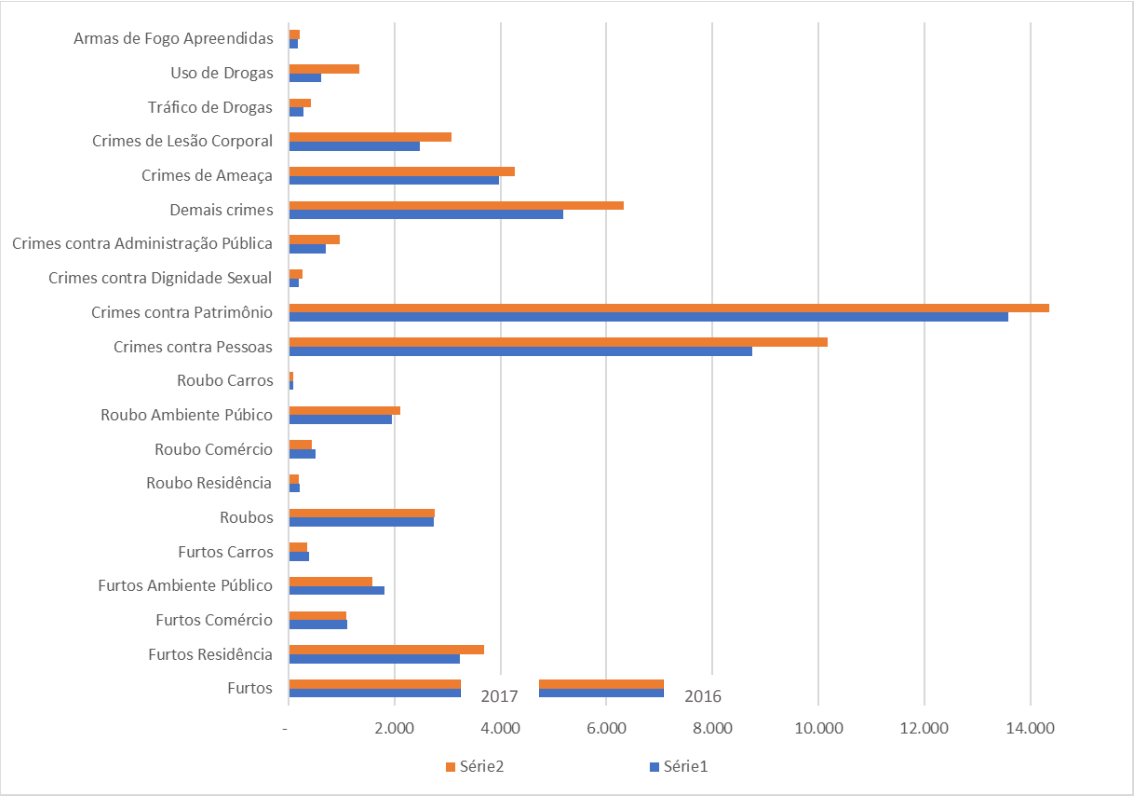
Natureza	2016	2017	Variação	2017 (1º sem)	2018 (1º sem)	Variação
Furtos	7.970	8.467	6,24%	2.671	1.975	-26,06%
Furtos Residência	3.241	3.689	13,82%	1.068	761	-28,75%
Furtos Comércio	1.099	1.082	-1,55%	95	96	1,05%
Furtos Ambiente Público	1.814	1.586	-12,57%	589	438	-25,64%
Furtos Carros	393	344	-12,47%	104	84	-19,23%
Roubos	2.733	2.750	0,62%	717	595	-17,02%
Roubo Residência	202	192	-4,95%	43	43	0,00%
Roubo Comércio	505	442	-12,48%	363	249	-31,40%
Roubo Ambiente Púbico	1.956	2.103	7,52%	576	443	-23,09%
Roubo Carros	94	92	-2,13%	23	22	-4,35%
Crimes contra Pessoas	8.760	10.185	16,27%	2.805	2.724	-2,89%
Crimes contra Patrimônio	13.581	14.363	5,76%	4.226	3.393	-19,71%
Crimes contra Dignidade Sexual	198	256	29,29%	64	69	7,81%
Crimes contra Administração Pública	699	966	38,20%	306	356	16,34%
Demais crimes	5.182	6.323	22,02%	1.733	2.161	24,70%
Crimes de Ameaça	3.977	4.262	7,17%	1.184	1.187	0,25%
Crimes de Lesão Corporal	2.470	3.075	24,49%	845	809	-4,26%
Tráfico de Drogas	280	429	**53,21%**	131	166	**26,72%**
Uso de Drogas	606	1.343	**121,62%**	314	610	**94,27%**
Armas de Fogo Apreendidas	175	202	15,43%	69	37	-46,38%

Fonte: Secretaria do Estado de Segurança Pública e Administração Penitenciária (SESP/PR)

Dos vinte itens do levantamento da SESP/PR, no litoral paranaense apenas seis tiveram alguma redução no período 2016-2017, e não muito grande, e cinco foram os piores para todo o Estado do Paraná, com variações de um ano para o outro que chegaram a ultrapassar os 50%: crime contra pessoas (16,27%), crimes contra a administração pública (38,2 %), demais crimes (22,02%), crimes de lesão corporal (24,49%), e como já mencionado, ocorrências envolvendo tráfico de drogas (53,21%).

Parte do aumento, em especial das ocorrências envolvendo o uso de drogas, se deve a uma mudança na cultura da prestação de queixa por parte da população, que tem sido menos tolerante com o aumento de usuários de drogas e com as perturbações em locais públicos, e tem procurado mais as autoridades. O mesmo pode ser dito para lesões corporais, em especial no que diz respeito à violência contra a mulher.

Figura 48: Dados estatísticos criminais do litoral do Paraná – Variação % (2016-2017)



Fonte: Secretaria do Estado de Segurança Pública e Administração Penitenciária (SESP/PR)

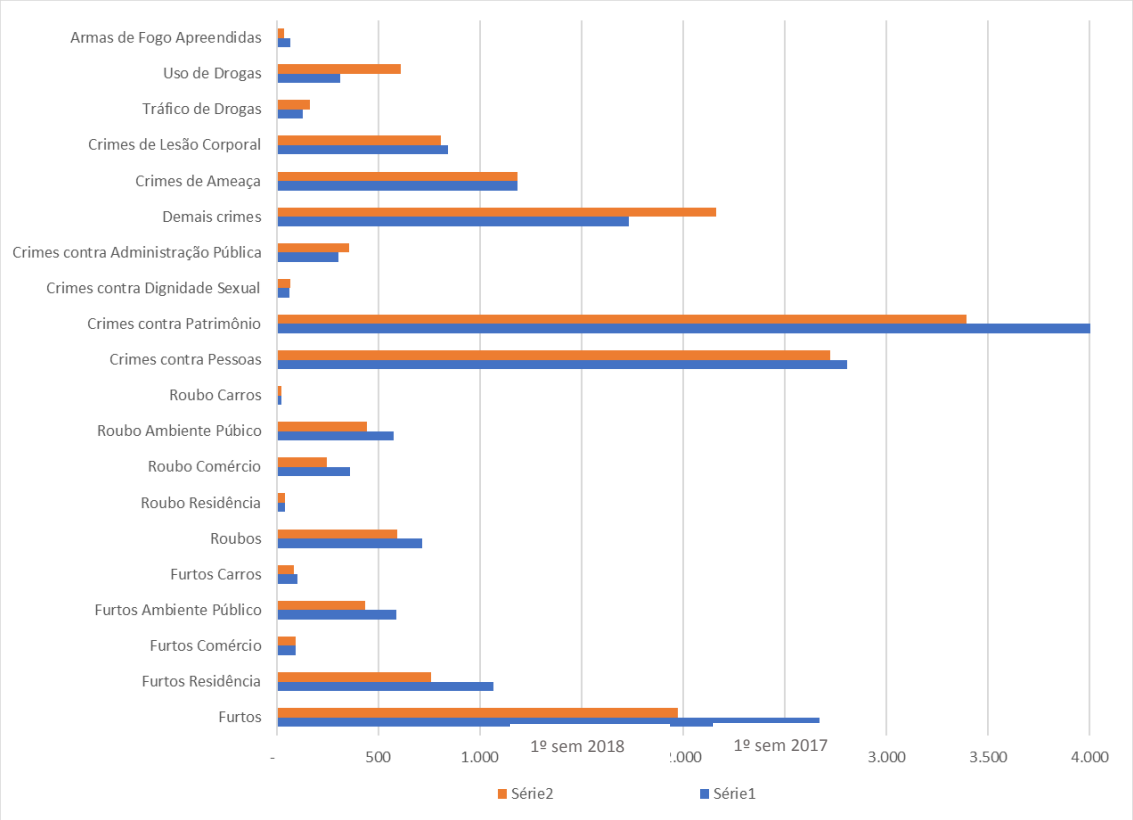
Alguns desses delitos poderiam ter sido evitados se os governos locais garantissem algo simples como iluminação pública nas ruas e sua devida manutenção, além de espaços e equipamentos públicos que levem em consideração preceitos específicos, como da metodologia de espaço urbano seguro (CPTED)[29], garantindo que a população se faça presente nesses espaços e aumentando a sensação de segurança, como há mais de 60 anos Jane Jacobs nos brindou em seu famoso livro.

[29] CPTED (*Crime Prevention Through Environmental Design*) é a sigla americana para a Prevenção de Crimes através do Design Ambiental. Metodologia apresentada no livro "*Crime prevention through environmental design (CPTED): applications of architectural design and space management concepts*" de Tim Crowe. São quatro os princípios do CPTED: vigilância natural, fomento e reforço dos laços de identidade, controle social dos acessos e manutenção do espaço público. Existe uma publicação em português de autoria do Tenente-Coronel da Polícia Militar do Paraná, Roberson Luiz Bondaruk, intitulada "A Prevenção do Crime Através do Desenho Urbano".

Já os dados recentemente disponibilizados sobre o primeiro semestre de 2018, em comparação com o mesmo período do ano passado, mostram uma tendência de redução em vários itens analisados, com exceção dos relativos às drogas. Importante destacar, que o primeiro semestre agrega os meses da alta temporada de verão e o Carnaval, quando geralmente costuma acontecer um aumento em roubos, furtos, crimes de lesão corporal, entre outros. Claro que esses também são os momentos onde a capacidade de reação por parte das autoridades pertinentes é ampliada, com a Operação Verão. Porém, apesar desse fato, não foi possível evitar o aumento das ocorrências relativas às drogas (tráfico e consumo).

Umas das preocupações nessa última temporada de verão, especialmente nos municípios litorâneos oceânicos era o avanço de 12,7% em relação a 2016 no número de assaltos (furtos e roubos) a residências, alcançando um número recorde para a série histórica iniciada pela SESP em 2011. Em 2018, até o presente momento, houve redução nos números de assaltos, não apenas para residências, mas também para comércios e carros.

Figura 49: Dados estatísticos criminais do litoral do Paraná – Variação % (1º sem 2017- 1ª sem 2018)

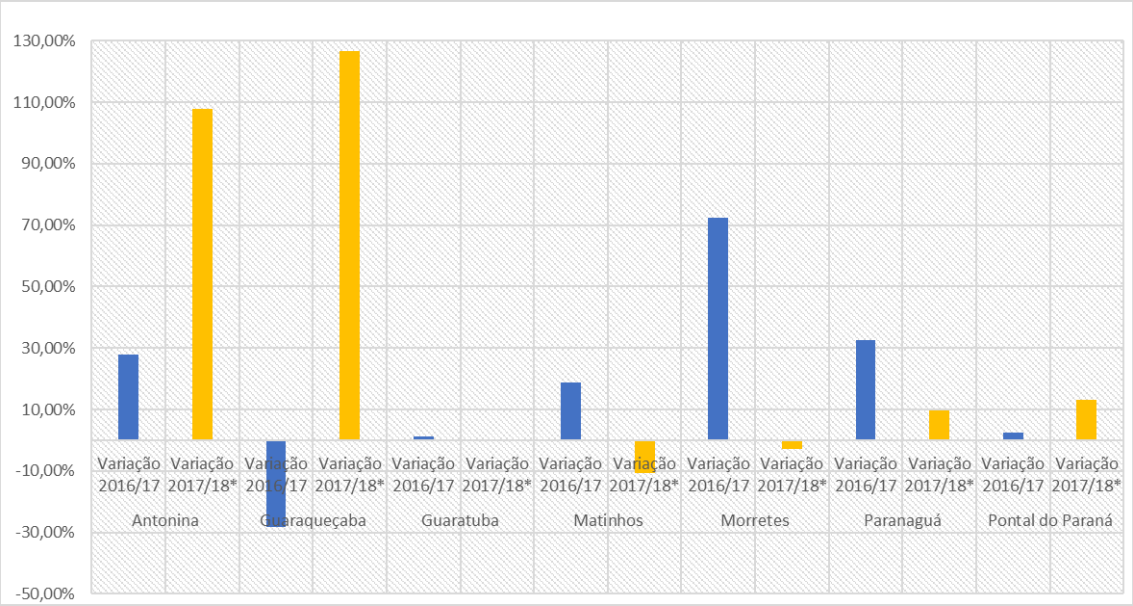


Fonte: Secretaria do Estado de Segurança Pública e Administração Penitenciária (SESP/PR)

Porém, quando analisados individualmente, os números apontam realidades muito diferentes no que se refere aos distintos delitos, mas o que chama mesmo muita atenção são as variações médias. No período 2016-2017, com exceção de Guaraqueçaba, todos os municípios tiveram acréscimo nos índices médios de criminalidade[30], sendo Morretes o que apresentou maior variação (72,33%). Já nos dados comparativos dos primeiros semestres de 2017 e 2018, municípios como Antonina e Guaraqueçaba apresentam variações médias superiores à 100%, enquanto alguns municípios tiveram redução (Guaratuba, Matinhos e Morretes) ou acréscimos da ordem de apenas 10% (Paranaguá e Pontal do Paraná).

[30] Excluídos os dados de homicídio doloso que serão tratados em separado.

Figura 50: Variação média por município (%): dados estatísticos criminais (2016/17- 1ª sem 2017/18)



*Período referente ao primeiro semestre de cada um dos anos

Fonte: Secretaria do Estado de Segurança Pública e Administração Penitenciária (SESP/PR)

Um dos números que mais contribuiu para essa alta nas médias de Antonina e Guaraqueçaba foi o de delitos referentes a drogas para consumo pessoal, que aumentou extraordinariamente no primeiro semestre de 2018 em comparação ao mesmo período de 2017, reforçando o fato de que o único delito cuja variação média cresceu em todos os munícipios, mesmo na análise 2016-2017, foi o referente a drogas para consumo pessoal.

O que chama atenção é que os dois municípios não integram a zona turística oceânica, que costuma concentrar delitos durante a temporada. Por outro lado, são dois municípios muito próximos ao Porto de Paranaguá, sendo que Antonina tem porto próprio e Guaraqueçaba diversas áreas de difícil acesso, tornando-se atrativos para o tráfico de drogas.

Quadro 46: Variação média por município (%): dados estatísticos criminais (2016/17- 1ª sem 2017/18)

Natureza	Antonina		Guaraqueçaba		Guaratuba		Matinhos		Morretes		Paranaguá		Pontal do Paraná	
	Variação 2016/17	Variação 2017/18*	Variação 2016/17	Variação 2017/18*	Variação 2016/17	Variação 2017/18*	Variação 2016/17	Variação 2017/18*	Variação 2016/17	Variação 2017/18*	Variação 2016/17	Variação 2017/18*	Variação 2016/17	Variação 2017/18*
Adquirir, vender, fornecer e ou produzir drogas	-23,81%	122,22%	-33,33%	-	65,67%	16,88%	62,50%	20,51%	112,50%	22,22%	68,09%	40,30%	27,66%	5,56%
Ameaça	-22,74%	-21,66%	0,00%	42,86%	8,05%	16,19%	4,80%	-7,30%	13,91%	-9,86%	10,37%	11,57%	15,35%	-18,83%
Drogas para o consumo pessoal	**200,00%**	**378,26%**	**25,00%**	**550,00%**	**110,00%**	**133,93%**	**94,44%**	**42,94%**	**210,00%**	**94,44%**	**155,50%**	**100,00%**	**85,29%**	**26,67%**
Furto	85,57%	-10,90%	-22,61%	-20,00%	7,26%	-28,41%	-6,77%	-18,18%	22,34%	8,23%	-1,83%	-20,59%	18,32%	-16,04%
Furto de veiculo	-40,00%	500,00%	-100,00%	-	-7,84%	-28,57%	20,51%	-17,86%	58,33%	-50,00%	-21,14%	-9,62%	-5,56%	0,00%
Lesão corporal	18,23%	-21,55%	-2,86%	-15,38%	15,32%	-2,75%	18,77%	-7,31%	26,22%	-9,18%	37,52%	2,96%	14,63%	0,53%
Perturbação da tranquilidade	82,61%	-16,67%	-30,00%	100,00%	-33,77%	55,00%	-14,44%	-21,43%	29,03%	-23,53%	11,62%	-39,44%	-27,63%	0,00%
Perturbação do trabalho ou sossego alheio	28,57%	185,71%	-20,00%	280,00%	-20,18%	4,88%	-4,96%	-22,31%	7,32%	66,67%	31,90%	4,76%	0,31%	4,90%
Recuperação de veiculo	-52,38%	200,00%			-43,06%	-0,55882	2,38%	4,00%	-11,11%	-91,67%	1,31%	2,50%	-44,00%	-33,33%
Roubo	29,49%	-28,30%	0,00%	-50,00%	-19,39%	-16,43%	10,34%	-25,73%	27,08%	-38,46%	0,36%	-13,23%	-1,51%	23,29%
Roubo de veiculo	0,00%	-100,00%	-100,00%	-	-68,57%	-100,00%	20,00%	-66,67%	300,00%	0,00%	64,29%	27,78%	-56,25%	150,00%
Média	**27,78%**	**107,92%**	**-28,38%**	**126,78%**	**1,23%**	**-0,47%**	**18,87%**	**-10,85%**	**72,33%**	**-2,83%**	**32,54%**	**9,73%**	**2,42%**	**12,98%**

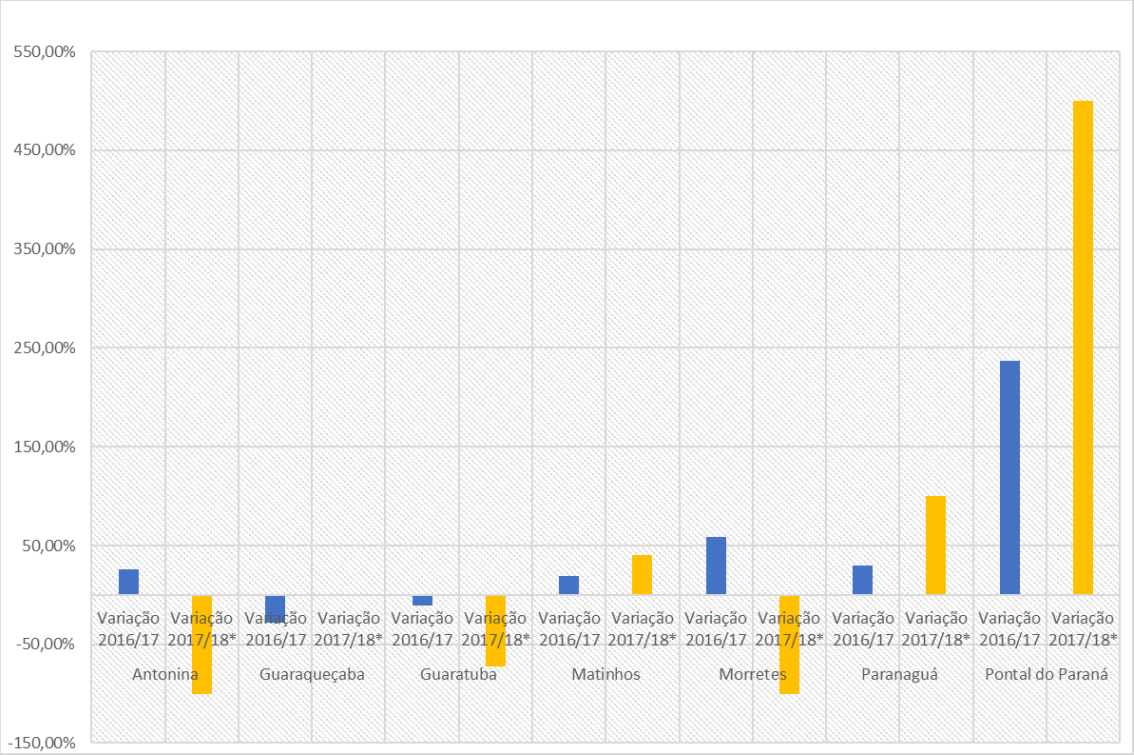
*Período referente ao primeiro semestre de cada um dos anos

Fonte: Secretaria do Estado de Segurança Pública e Administração Penitenciária (SESP/PR)

Outro fato que chama a atenção nos dados é que após uma queda no número de homicídios dolosos em 2017 em comparação com o ano anterior, o primeiro trimestre de 2018 traz um aumento surpreendente de quase 30%. Em 2017, houve três homicídios dolosos em Antonina, nenhum em Guaraqueçaba, 24 em Guaratuba, 22 em Matinhos, um em Morretes, 44 em Paranaguá e 12 em Pontal do Paraná, totalizando 106 casos. Em 2016, esse número foi de 120 homicídios. No primeiro trimestre de 2018, o total no litoral paranaense já está em 38 registros, contra 30 do ano anterior. Destaque para os municípios de Matinhos, Paranaguá e Pontal de Paraná, que além de contínuos e limítrofes, apresentaram crescimento nas taxas de homicídios dolosos.

Paranaguá apresentou em 2016 taxa de 28,8 homicídios para cada 100 mil habitantes, dado superior à média paranaense e pouco abaixo da média nacional, que foram de 30,3 e 27,4 para cada 100 mil habitantes respectivamente. Uma vez mais, o entorno imediato do município de Paranaguá é destaque na região do litoral pelos piores índices.

Figura 51: Variação média (%): dados referentes à homicídios dolosos (1º sem 2017- 1ª sem 2018)



*Período referente ao primeiro trimestre de cada um dos anos

Fonte: Secretaria do Estado de Segurança Pública e Administração Penitenciária (SESP/PR)

A crise econômica e institucional pela qual o Brasil vem passando nos últimos anos teve como resultado uma piora nos índices socioeconômicos em geral, mas também nos índices de violência no país. No litoral do Paraná isso não foi diferente e os dados aqui apresentados apontam que, apesar da estrutura e das equipes existente, temas como tráfico e consumo de drogas, lesões corporais e homicídios vem crescendo na região como um todo, especialmente no eixo norte do litoral paranaense, que tem Paranaguá como centralidade principal.

Programas de prevenção da violência associados a ações de geração de emprego e renda, bem como de incentivo a educação de jovens e adultos, são alguns dos pontos para tentar reverter o quadro que vem se estruturando na região. Tudo isso deverá ser associado a ações do serviço de inteligência da SESP/PR em parceria com a Polícia Federal e as autoridades portuárias para combate ao tráfico de drogas no litoral do Paraná, de modo a reverter a tendência que os números recentes apontaram.

720000

740000

7220000

7200000

7180000

PARANÁ

SÃO PAULO

BR 116

PR 405

PR 340

PR 410

PR 410

PR 411

PR 408

Antonina

Morretes

Paranaguá

BR 277

Unidades de Segurança Pública de Antonina

Legenda

- Rodovias Estaduais
- Rodovias Federais
- Malha Ferroviária
- Massa de Água
- Malha Urbana de Antonina

Municípios

- Antonina
- Guaraqueçaba
- Morretes
- Paranaguá

Limite de Estados

- Paraná
- São Paulo

Unidades de Segurança Pública

- Corpo de Bombeiro
- Policia Ambiental
- Policial Civil
- Policia Militar

PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

PDS_LITORAL

N

4 2 0 4 Km

DADOS TÉCNICOS:

MERIDIANO CENTRAL: 51° WGr
DATUM HORIZONTAL: SIRGAS 2000 - 22S
DATUM VERTICAL: IMBITUBA-SC

FONTE DOS DADOS: RODOVIAS, FERROVIAS: PNLT (2017);
LIMITES MUNICIPAIS, MASSA DE ÁGUA: ITCG (2015, 2018);
NOME MUNICIPIOS, LIMITES ESTADUAIS: IBGE (2015, 2016);
RELEVO SOMBREADO, INPE (2011).

DATA: MAIO - 18 ESC.: 1:150.000

740000 760000 780000 800000

7240000 7220000 7200000 7180000

PARANÁ

SÃO PAULO

PR 405

Guaraqueçaba

Paranaguá

BR 277

BR 277

OCEANO ATLÂNTICO

740000 760000 780000 800000

Unidades de Segurança Pública de Guaraqueçaba

Legenda

- Rodovias Estaduais
- Rodovias Federais
- Malha Ferroviária
- Massa de Água
- Área Urbana de Guaraqueçaba

Municípios

- Antonina
- Guaraqueçaba
- Paranaguá
- Pontal do Paraná

Limite de Estados

- Paraná
- São Paulo

Unidade de Segurança Pública

- Policia Militar
- Policia Civil

PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

PDS_LITORAL

N

6 3 0 6 Km

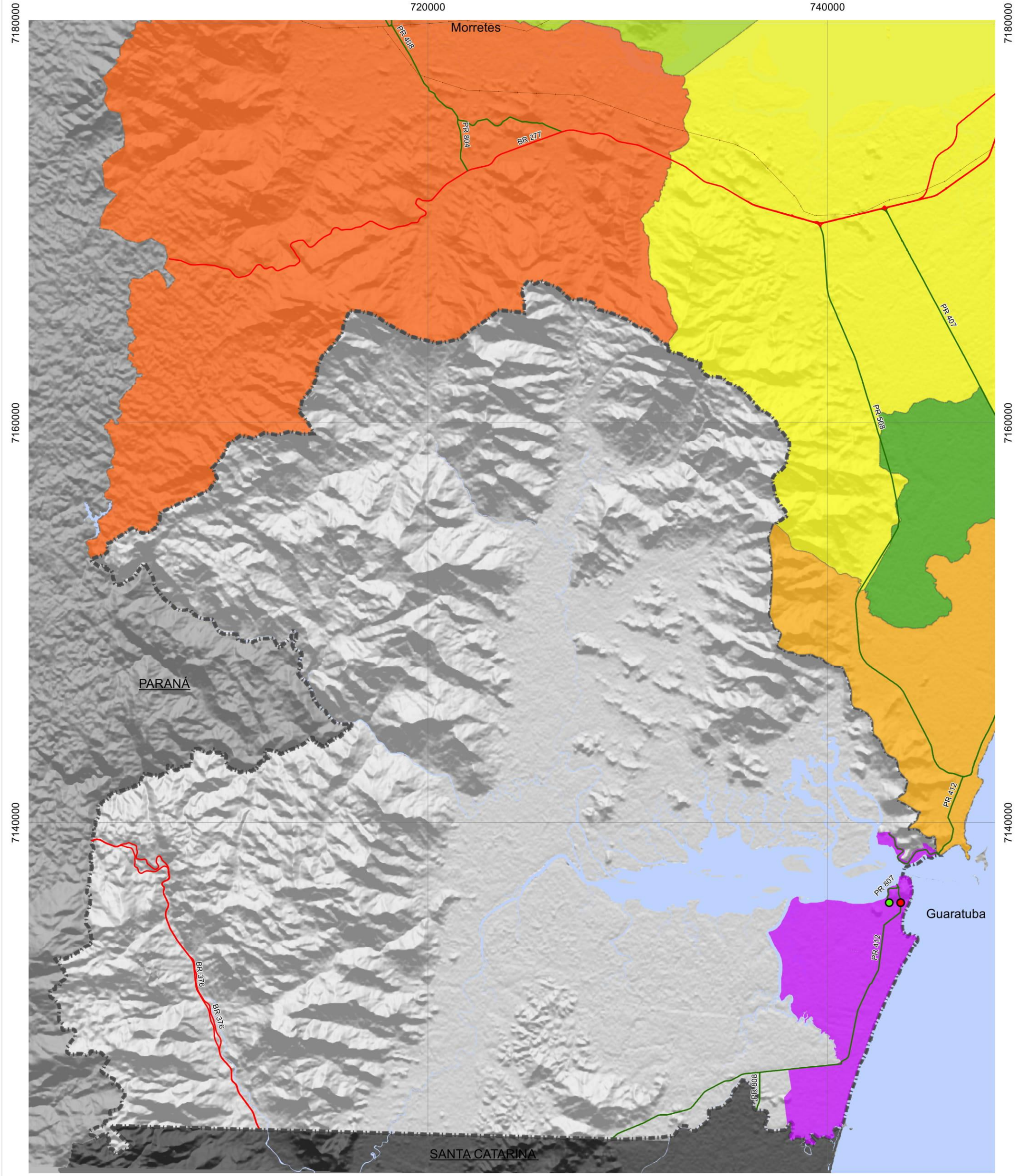
DADOS TÉCNICOS:

MERIDIANO CENTRAL: 51° WGr
DATUM HORIZONTAL: SIRGAS 2000 - 22S
DATUM VERTICAL: IMBITUBA-SC

FONTE DOS DADOS: RODOVIAS, FERROVIAS: PNLT (2017);
LIMITES MUNICIPAIS, MASSA DE ÁGUA: ITCG (2015, 2018);
NOME MUNICIPIOS, LIMITES ESTADUAIS: IBGE (2015, 2016);
RELEVO SOMBREADO, INPE (2011).

DATA: MAIO - 18 ESC.: 1:250.000

PARANÁ THE WORLD BANK BARCELONABRASILGROUP Mcrit hidria Quanta



Unidades de Segurança Pública de Guaratuba

Legenda

- Rodovias Estaduais
- Rodovias Federais
- Malha Ferroviária
- Massa de Água
- Área Urbana de Guaratuba

Municípios

- Antonina
- Guaratuba
- Matinhos
- Morretes
- Paranaguá
- Pontal do Paraná

Limite de Estados

- Paraná
- Santa Catarina

Unidades de Segurança Pública

- Corpo de Bombeiro
- Policia Civil

PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

PDS_LITORAL

N

4 2 0 4 Km

DADOS TÉCNICOS:

MERIDIANO CENTRAL: 51° WGr
DATUM HORIZONTAL: SIRGAS 2000 - 22S
DATUM VERTICAL: IMBITUBA-SC

FONTE DOS DADOS: RODOVIAS, FERROVIAS: PNLT (2017);
LIMITES MUNICIPAIS, MASSA DE ÁGUA: ITCG (2015, 2018);
NOME MUNICIPIOS, LIMITES ESTADUAIS: IBGE (2015, 2016);
RELEVO SOMBREADO, INPE (2011).

DATA: MAIO - 18 ESC.: 1:180.000

PARANÁ THE WORLD BANK BARCELONABRASILGROUP Mcrit hidria Quanta

Unidades de Segurança Pública de Matinhos

Legenda

- Rodovias Estaduais
- Massa de Água
- Área Urbana de Matinhos

Municípios

- Matinhos
- Guaratuba
- Paranaguá
- Pontal do Paraná

Limite de Estados

- Paraná

Unidades de Segurança Pública

- Corpo de Bombeiro
- Guarda Municipal
- Policia Civil

PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

PDS_LITORAL

N

2 1 0 2 Km

DADOS TÉCNICOS:

MERIDIANO CENTRAL: 51° WGr
DATUM HORIZONTAL: SIRGAS 2000 - 22S
DATUM VERTICAL: IMBITUBA-SC

FONTE DOS DADOS: RODOVIAS, FERROVIAS: PNLT (2017);
LIMITES MUNICIPAIS, MASSA DE ÁGUA: ITCG (2015, 2018);
NOME MUNICIPIOS, LIMITES ESTADUAIS: IBGE (2015, 2016);
RELEVO SOMBREADO, INPE (2011).

DATA: MAIO - 18 ESC.: 1:70.000

PARANÁ THE WORLD BANK BARCELONABRASIL.GROUP Mcrit hidria Quanta

Unidades de Segurança Pública de Morretes

Legenda

- Rodovias Estaduais
- Rodovias Federais
- Malha Ferroviária
- Área Urbana de Morretes
- Massa de Água

Limite de Estados

- Paraná

MUNICIPIO

- Morretes
- Antonina
- Guaraqueçaba
- Guaratuba
- Matinhos
- Paranaguá

Unidades de Segurança Pública

- Corpo de Bombeiro
- Policia Civil

PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

PDS_LITORAL

N

4 2 0 4 Km

DADOS TÉCNICOS:

MERIDIANO CENTRAL: 51° WGr
DATUM HORIZONTAL: SIRGAS 2000 - 22S
DATUM VERTICAL: IMBITUBA-SC

FONTE DOS DADOS: RODOVIAS, FERROVIAS: PNLT (2017);
LIMITES MUNICIPAIS, MASSA DE ÁGUA: ITCG (2015, 2018);
NOME MUNICIPIOS, LIMITES ESTADUAIS: IBGE (2015, 2016);
RELEVO SOMBREADO, INPE (2011).

DATA: MAIO - 18 ESC.: 1:154.580

736000 744000 752000 760000 768000

7192000 7184000 7176000 7168000 7160000 7152000

Antonina

Paranaguá

PARANÁ

BR 277

PR 407

PR 412

PR 508

Pontal do Paraná

OCEANO ATLÂNTICO

Unidades de Segurança Pública de Paranaguá

Legenda

- Rodovias Estaduais
- Rodovias Federais
- Malha Ferroviária

NmMunicipi

- Área Urbana de Paranaguá
- Massa de Água

Limite de Estados

- Paraná

Municipios

- Paranaguá
- Antonina
- Guaraqueçaba
- Guaratuba
- Matinhos
- Morretes
- Pontal do Paraná

Unidades de Segurança Pública

- Corpo de Bombeiro
- Guada Municipal
- Patronato
- Policia Ambiental
- Policia Civil
- Policia Federal
- Policia Militar
- Policia Rod. Federal
- Posto Policia Milita Rod.
- Receita Federal

PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

PDS_LITORAL

N

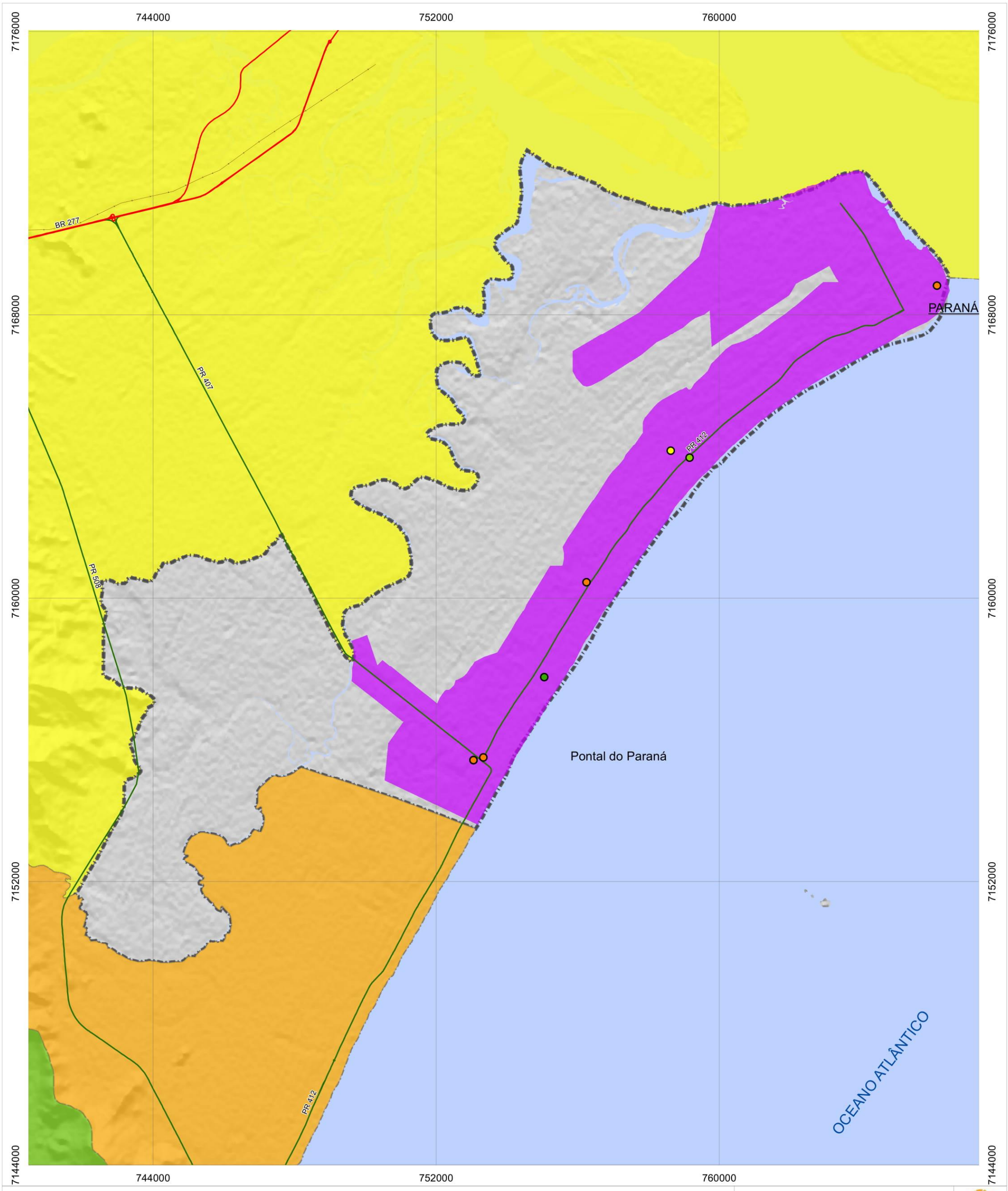
4 2 0 4 Km

DADOS TÉCNICOS:

MERIDIANO CENTRAL: 51° WGr
DATUM HORIZONTAL: SIRGAS 2000 - 22S
DATUM VERTICAL: IMBITUBA-SC

FONTE DOS DADOS: RODOVIAS, FERROVIAS: PNLT (2017);
LIMITES MUNICIPAIS, MASSA DE ÁGUA: ITCG (2015, 2018);
NOME MUNICIPIOS, LIMITES ESTADUAIS: IBGE (2015, 2016);
RELEVO SOMBREADO, INPE (2011).

DATA: MAIO - 18 ESC.: 1:160.000



Unidades de Segurança Pública de Paranaguá

Legenda

- Rodovias Estaduais
- Rodovias Federais
- Malha Ferroviária
- Área Urbana de Pontal do Paraná
- Massa de Água

Limite de Estados

- Paraná

MUNICIPIO

- Pontal do Paraná
- Guaratuba
- Matinhos
- Paranaguá

Unidades de Segurança Pública

- Corpo de Bombeiro
- Guarda Municipal
- Patronato
- Policia Civil
- Posto Policia Militar Rodoviária

PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

PDS_LITORAL

N

2 1 0 2 Km

DADOS TÉCNICOS:

MERIDIANO CENTRAL: 51° WGr
DATUM HORIZONTAL: SIRGAS 2000 - 22S
DATUM VERTICAL: IMBITUBA-SC

FONTE DOS DADOS: RODOVIAS, FERROVIAS: PNLT (2017);
LIMITES MUNICIPAIS, MASSA DE ÁGUA: ITCG (2015, 2018);
NOME MUNICIPIOS, LIMITES ESTADUAIS: IBGE (2015, 2016);
RELEVO SOMBREADO, INPE (2011).

DATA: MAIO - 18

ESC.: 1:100.000

PARANÁ · THE WORLD BANK · BARCELONABRASILGROUP · Mcrit · hidria · Quanta

3.4.4 Esporte, Entretenimento e Lazer

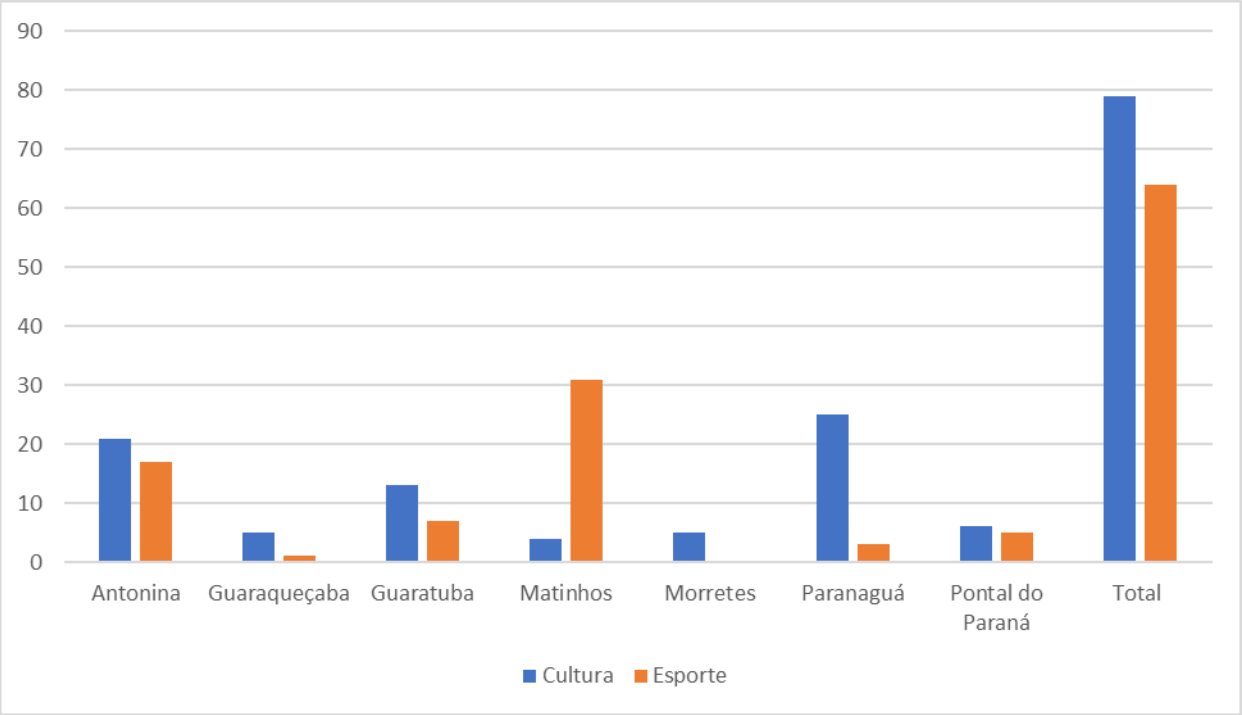
Região repleta de atrativos naturais e históricos, o litoral paranaense tem grande potencial para o desenvolvimento de atividades esportivas e culturais, especialmente por ser um dos principais destinos turísticos do Estado do Paraná. Esse aspecto, entretanto, não necessariamente se traduz numa grande diversidade, em números e atividades, de equipamentos esportivos, de entretenimento e lazer distribuídos de maneira equilibrada pelos sete municípios.

Importante destacar que estão sendo considerados aqui como equipamentos de entretenimento, os equipamentos culturais, públicos e privados, existentes nos sete municípios. Os equipamentos de lazer abrangem os dois temas – esporte e cultura – uma vez que suas atividades estão vinculadas ao tempo de folga, de passatempo, de ócio, de descanso ou simplesmente de distração das pessoas.

Ainda que a pesquisa realizada junto aos municípios não tenha permitido o levantamento completo dos equipamentos de esporte[31], fica evidente que há um desiquilíbrio no número de equipamentos dos dois setores no litoral, onde há municípios que possuem vários de esporte e nenhum de cultura e vice-versa. As informações referentes aos equipamentos de cultura tiveram por base os Sistemas de Informação da Cultura (SIC) da Secretaria de Estado de Cultura, complementadas por dados fornecidos pelos próprios municípios.

[31] Apenas os municípios de Antonina e Matinhos responderam a solicitação de informações. Os demais dados são decorrentes de informação fornecida pela Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo – SEET, e da Munic 2016.

Figura 52: Equipamentos de Esporte, Entretenimento e Lazer



Fonte: Sistemas de Informação da Cultura (SEC); SEET; MUNIC 2016, sites dos órgãos de governo responsáveis[32]

Somados os dois setores, o litoral do Paraná possui 154 equipamentos de esporte e cultura, sendo o número de equipamentos culturais (79) um pouco superior aos esportivos (75), especialmente se levarmos em consideração, a ausência do fornecimento de informação e que no levantamento de alguns municípios no SIC, bibliotecas de escolas e universidades foram registradas como equipamentos culturais. O fato não é o registro das bibliotecas, que realmente são equipamentos de cultura, mas a ausência desse tipo de registro em outros municípios que obviamente possuem o mesmo tipo de serviço, mas por se tratarem de bibliotecas em equipamentos educacionais, provavelmente não as consideraram isoladamente como de cultura. Esse é um dos fatos que faz com que Paranaguá apresente oito bibliotecas e Morretes apenas uma, ainda que 62% das escolas do município tenham uma biblioteca.

[32] Visitados entre os meses de julho e agosto de 2018.

Quadro 47: Equipamentos de Cultura

Equipamento	Antonina	Guaraqueçaba	Guaratuba	Matinhos	Morretes	Paranaguá	Pontal do Paraná	Total
Anfiteatro	1					1		**2**
Auditório	5					4	1	**10**
Biblioteca	5	2	4	2	1	8	2	**24**
Centro Comunitário e Associações			4			2		**6**
Centro Cultural / Casa de Cultura	3		3	2	1	4		**13**
Cine Teatro						1		**1**
Cinema						2		**2**
Concha Acústica	1							**1**
Coreto	1							**1**
Museu		3	2		1	2	2	**10**
Sala de Exposição	2				1	1		**4**
Teatro	1				1		1	**3**
Videolocadora	2							**2**
Total	**21**	**5**	**13**	**4**	**5**	**25**	**6**	**79**

Fonte: Sistemas de Informação da Cultura (SEC); sites dos órgãos de governo responsáveis

Como esperado, Paranaguá desponta como o município com o maior número de equipamentos culturais, com destaque para as bibliotecas, conforme mencionado anteriormente, seguido pelos centros culturais/casas de cultura. Destaque para Antonina, que apesar da pouca população, aparece como o segundo município com o maior número de equipamentos culturais, apresentando uma diversidade que abrange salas de exposição, anfiteatro e até mesmo uma concha acústica. Do outro lado vem Matinhos, que possui apenas duas bibliotecas e dois espaços de cultura, e nenhum outro equipamento, apesar de ser um dos principais destinos dos turistas na região. Na mesma situação está Morretes, com a diferença de ter uma diversidade maior de equipamentos.

Quadro 48: Gestão dos Equipamentos de Cultura

Município	Municipal	Estadual	Federal	Privada	Total
Antonina	12	4		5	**21**
Guaraqueçaba	2	1	1	1	**5**
Guaratuba	3			10	**13**
Matinhos	3		1		**4**
Morretes	4			1	**5**
Paranaguá	14	4	1	6	**25**
Pontal do Paraná	5	1			**6**
Total	**43**	**10**	**3**	**23**	**79**

Fonte: Sistemas de Informação da Cultura (SEC); sites dos órgãos de governo responsáveis

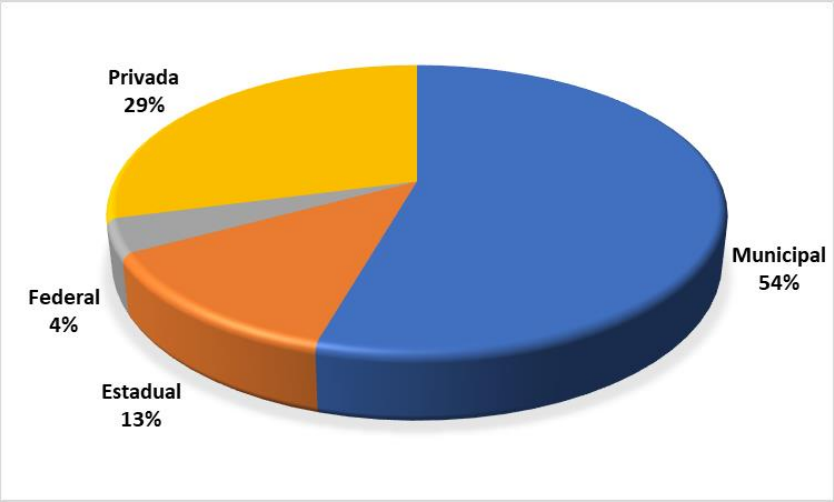
Grande parte desses equipamentos são de gestão municipal (55%), fato que não se traduz na existência de secretarias próprias ou fundações capazes de realizar uma adequada manutenção dos próprios públicos. A manutenção e o custeio dos equipamentos de cultura costumam demandar investimentos contínuos e muitas vezes altos - especialmente se há patrimônio histórico com tombamento envolvido - pois há uma gama mais diversa de atividades, que vão desde salas de exposição a teatros e museus, necessitando além de aportes financeiros diretos, investimentos em programação (shows, peças de teatro, exposições, festivais, etc.) e capacitação (cursos de música, teatro, dança, artes, etc.).

A presença de equipamentos cuja administração está a cargo das demais esferas de governo é baixa. No caso do levantamento do SIC aparecem equipamentos vinculados à Universidade Federal do Paraná (Museu e Centro Cultural) e ao IBAMA (Museu), por conta do Parque Nacional de Superagüi. No caso específico do Governo do Estado, apesar dos percentuais serem maiores, na verdade há apenas um único equipamento desvinculado de uma escola, que é a Biblioteca Mario Lobo, localizada em Paranaguá.

No caso dos equipamentos privados, há uma diversidade maior, com destaque para centros comunitários e culturais administrados por grupos da sociedade civil. Um dos equipamentos culturais privado de maior destaque na região é o Instituto Mirtillo

Trombini[33], em Morretes, que infelizmente, após o falecimento de seu fundador, vem reduzindo gradativamente suas atividades.

Figura 53: Gestão dos Equipamentos de Cultura



Fonte: Sistemas de Informação da Cultura (SEC); sites dos órgãos de governo responsáveis

Infelizmente fazer tudo isso demanda muita captação de recursos e parcerias, além de equipes capacitadas e dedicadas para essas atividades, fato que não acontece com frequência nos municípios, cujos equipamentos, no geral, sofrem com questões de baixo orçamento que impactam fortemente em sua manutenção e custeio, chegando a casos onde os equipamentos encontram-se fechados. Esse é o caso dos teatros, por exemplo. A região possui três, porém o de Morretes encontra-se fechado. O mesmo acontece com equipamentos federais na região, como no caso do Centro Cultural da UFPR em Matinhos, que apresentava algumas peças de teatro, porém ele também não está em funcionamento por falta de recursos.

No caso específico dos equipamentos de esporte, houve aporte recente de recursos por parte do Governo do Estado na região, com o Programa Paraná Mais Esporte, onde cinco dos sete municípios (Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Paranaguá e Pontal do

[33] Empresário e artista plástico nascido em Morretes. Faleceu em junho de 2018, aos 98 anos.

Paraná) receberam ou receberão equipamentos - Academias ao Ar Livre e Arenas Multiuso.

Quadro 49: Equipamentos de Esporte

Equipamento	Antonina	Guaraqueçaba	Guaratuba	Matinhos	Morretes	Paranaguá	Pontal do Paraná	Total
Academia ao ar livre/Academia 3ª Idade	5		2*	8		2*	1	**18**
Academia de boxe						1		**1**
Campo de futsal				3				**3**
Campo de futebol	4	1	1	3		1	1*	**12**
Cancha de bocha				2				**2**
Centro poliesportivo/Arena Multiuso				1			1*	**2**
Ginásio		1		2	1	2		**6**
Miniarena				2				**2**
Piscina				1		1		**2**
Pista de caminhada	1		1					**2**
Pista de ciclismo				2				**2**
Pista de cross				1				**1**
Pista de skate	1		1			1	1	**4**
Praça esportiva/Parque esportivo	2		2				1	**5**
Quadra de volei de praia				2				**2**
Quadra esportiva de areia	2							**2**
Quadra poliesportiva	2	1		2	3			**8**
Streetball				1				**1**
Trave de volei/futvolei de praia				1				**1**
Total	**17**	**3**	**7**	**31**	**4**	**8**	**5**	**75**

* equipamentos com recursos da SEET ainda em fase de contratação ou construção

em vermelho: dados da Munic 2016

Fonte: SEET; Munic 2016; sites dos órgãos de governo responsáveis

Assim como no setor cultural, o setor de esportes também demanda investimentos em programação e especialmente em capacitação, uma vez que a solicitação por cursos de diversas modalidades e trabalho físico assistido é muito grande por parte da população. Merece destaque o município de Matinhos, que além do grande número de equipamentos, vem investindo há muitos anos no setor de eventos esportivos, que servem de grande atrativo turístico durante todo o ano, como é o caso das competições de Triátlon. Elas atraem muitos turistas e movimentam toda a região[34], mesmo fora da

[34] Está em discussão a formação de uma "rota de cicloturismo" na região, a partir do trabalho que vem sendo desenvolvido em Matinhos há muitos anos, que consolidou o município como a capital do Triatlon, realizando uma competição por mês. Essa parceria envolve não somente os municípios do litoral paranaense, mas também outros como Quatro Barros, Pinhais e Piraquara, que já formaram um consórcio público sobre o tema.

temporada de veraneio. Além disso, Matinhos investe em cursos gratuitos de surf, que também é um dos atrativos dos municípios oceânicos da região.

Destaque mais uma vez para Antonina, que apesar de ser um dos municípios com menor população no litoral, apresenta quantidade e diversidade de equipamentos, além de investir em projetos esportivos que atendem de crianças à idosos, em locais de parcerias público privada.

Do ponto de vista da gestão, há apenas equipamentos municipais e privados, ficando a atuação dos governos federal e estadual restrita ao repasse de recursos para a construção ou programação.

Quadro 50: Gestão dos Equipamentos de Cultura

Município	Municipal	Privada	Total
Antonina	16	1	**17**
Guaraqueçaba	3		**3**
Guaratuba	7		**7**
Matinhos	26	5	**31**
Morretes	4		**4**
Paranaguá	8		**8**
Pontal do Paraná	5		**5**
Total	**69**	**6**	**75**

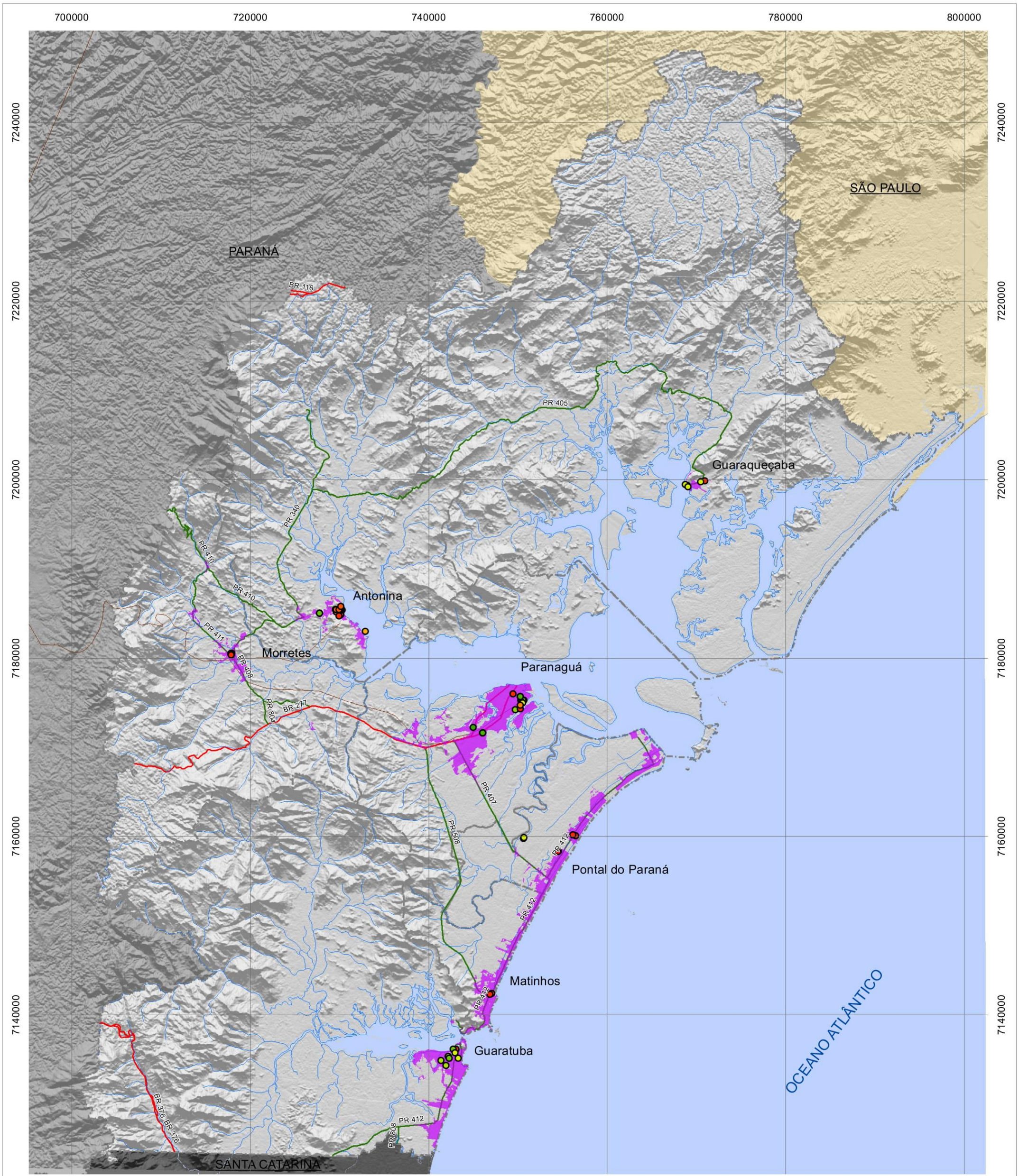
Fonte: SEET; Munic 2016; sites dos órgãos de governo responsáveis

Os dados aqui apresentados para a área de esporte, apesar de incipientes pela ausência de dados atualizados, demonstram um panorama de maior investimento no setor esportivo do que no setor cultural. Conforme mencionado anteriormente, o setor cultural é mais caro, porém esse fato não justifica algumas disparidades, como em Matinhos, capital do Triátlon, cidade turística de veraneio, que possui apenas um centro cultural funcionando e duas bibliotecas[35].

Assim como está sendo discutido para as ciclorotas, os municípios deveriam se unir para discutir roteiros culturais, explorando seu patrimônio histórico e cultural, dividindo

[35] O município vem negociando a instalação de um centro comercial privado, onde haveria salas de cinema, mas vem enfrentando dificuldades junto aos órgãos de licenciamento.

custos e ampliando a oferta por meio de festivais distribuídos pelos equipamentos culturais dos diversos municípios. Desse modo, peças de teatro, concertos musicais, festivais de filmes e exposições poderiam ser atraídos durante todo o ano, beneficiando não somente a população local, mas também aqueles que possuem segunda moradia na região, seja ela urbana ou rural. Isso tudo pode ser vinculado também aos eventos de esporte ou mesmo de outros setores, com a gastronomia. A utilização de leis de incentivo, para engajar o setor privado, também é uma alternativa, porém, como já mencionado, demanda pessoal dedicado e especializado para a elaboração de projetos adequados e atrativos, que sejam de fácil e rápida aprovação e execução.



Unidades Culturais

Legenda

- Hidrografia
- Rodovias Estaduais
- Rodovias Federais
- Malha Ferroviária
- Massa de Água
- Malha Urbana
- Limite dos Municípios da Área de Estudo

Limite de Estados

- Paraná
- Santa Catarina
- São Paulo

Equipamentos de Cultura

- Anfiteatro
- Auditório
- Biblioteca
- Centro Comunitário e Associações
- Centro Cultural / Casa de Cultura
- Cine Teatro
- Cinema
- Concha Acústica
- Coreto
- Museu
- Sala de Exposição
- Teatro
- Videolocadora

PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

PDS_LITORAL

N

10 5 0 10 Km

DADOS TÉCNICOS:

MERIDIANO CENTRAL: 51° WGr
DATUM HORIZONTAL: SIRGAS 2000 - 22S
DATUM VERTICAL: IMBITUBA-SC

FONTE DOS DADOS: RODOVIAS, FERROVIAS: PNLT (2017);
LIMITES MUNICIPAIS, MASSA DE ÁGUA: ITCG (2015, 2018);
NOME MUNICIPIOS, LIMITES ESTADUAIS: IBGE (2015, 2016);
RELEVO SOMBREADO, INPE (2011).

DATA: MAIO - 18 ESC.: 1:400.000

720000

740000

7220000

7200000

7180000

SÃO PAULO

PARANÁ

BR 116

PR 405

PR 340

PR 410

PR 410

PR 408

PR 411

Antonina

Morretes

Paranaguá

BR 277

Unidades Culturais de Antonina

Legenda

- Hidrografia
- Rodovias Estaduais
- Rodovias Federais
- Malha Ferroviária
- Massa de Água
- Área Urbana de Antonina

Municípios

- Antonina
- Guaraqueçaba
- Morretes
- Paranaguá

Limite de Estados

- Paraná
- São Paulo

Equipamentos de Cultura

- Anfiteatro
- Auditório
- Biblioteca
- Centro Cultural / Casa de Cultura
- Concha Acústica
- Coreto
- Sala de Exposição
- Teatro
- Videolocadora

PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

PDS_LITORAL

N

4 2 0 4 Km

DADOS TÉCNICOS:

MERIDIANO CENTRAL: 51° WGr
DATUM HORIZONTAL: SIRGAS 2000 - 22S
DATUM VERTICAL: IMBITUBA-SC

FONTE DOS DADOS: RODOVIAS, FERROVIAS: PNLT (2017);
LIMITES MUNICIPAIS, MASSA DE ÁGUA: ITCG (2015, 2018);
NOME MUNICIPIOS, LIMITES ESTADUAIS: IBGE (2015, 2016);
RELEVO SOMBREADO, INPE (2011).

DATA: MAIO - 18

ESC.: 1:150.000

PARANÁ THE WORLD BANK BARCELONABRASILGROUP Mcrit hidria Quanta

740000 760000 780000 800000

7240000 7220000 7200000 7180000

PARANÁ

SÃO PAULO

PR 405

Guaraqueçaba

Paranaguá

BR 277

BR 277

OCEANO ATLÂNTICO

740000 760000 780000 800000

Unidades Culturais de Guaraqueçaba

Legenda

- Hidrografia
- Rodovias Estaduais
- Rodovias Federais
- Malha Ferroviária
- Massa de Água
- Área Urbana de Guaraqueçaba
- Paraná
- São Paulo

Municípios

- Antonina
- Guaraqueçaba
- Paranaguá
- Pontal do Paraná

Equipamentos de Cultura

- Auditório
- Biblioteca
- Centro Comunitário e Associações
- Centro Cultural / Casa de Cultura
- Cine Teatro
- Cinema
- Museu
- Sala de Exposição

PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

PDS_LITORAL

N

6 3 0 6 Km

DADOS TÉCNICOS:

MERIDIANO CENTRAL: 51° WGr
DATUM HORIZONTAL: SIRGAS 2000 - 22S
DATUM VERTICAL: IMBITUBA-SC

FONTE DOS DADOS: RODOVIAS, FERROVIAS: PNLT (2017);
LIMITES MUNICIPAIS, MASSA DE ÁGUA: ITCG (2015, 2018);
NOME MUNICIPIOS, LIMITES ESTADUAIS: IBGE (2015, 2016);
RELEVO SOMBREADO, INPE (2011).

DATA: MAIO - 18 ESC.: 1:250.000

PARANÁ THE WORLD BANK BARCELONABRASILGROUP Mcrit hidria Quanta

720000

740000

7180000

7160000

7140000

Morretes

PR 408

PR 804

BR 277

PR 407

PR 508

PR 412

PARANÁ

PR 807

Guaratuba

BR 376

BR 376

PR 808

OCEANO ATLÂNTICO

SANTA CATARINA

720000

740000

Unidades Culturais de Guaratuba

Legenda

- Hidrografia
- Rodovias Estaduais
- Rodovias Federais
- Malha Ferroviária
- Massa de Água
- Área Urbana de Guaratuba

Municípios

- Antonina
- Guaratuba
- Matinhos
- Morretes
- Paranaguá
- Pontal do Paraná

Limite de Estados

- Paraná
- Santa Catarina

Equipamentos de Cultura

- Biblioteca
- Centro Comunitário e Associações
- Centro Cultural / Casa de Cultura
- Museu

PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

PDS_LITORAL

N

4 2 0 4 Km

DADOS TÉCNICOS:

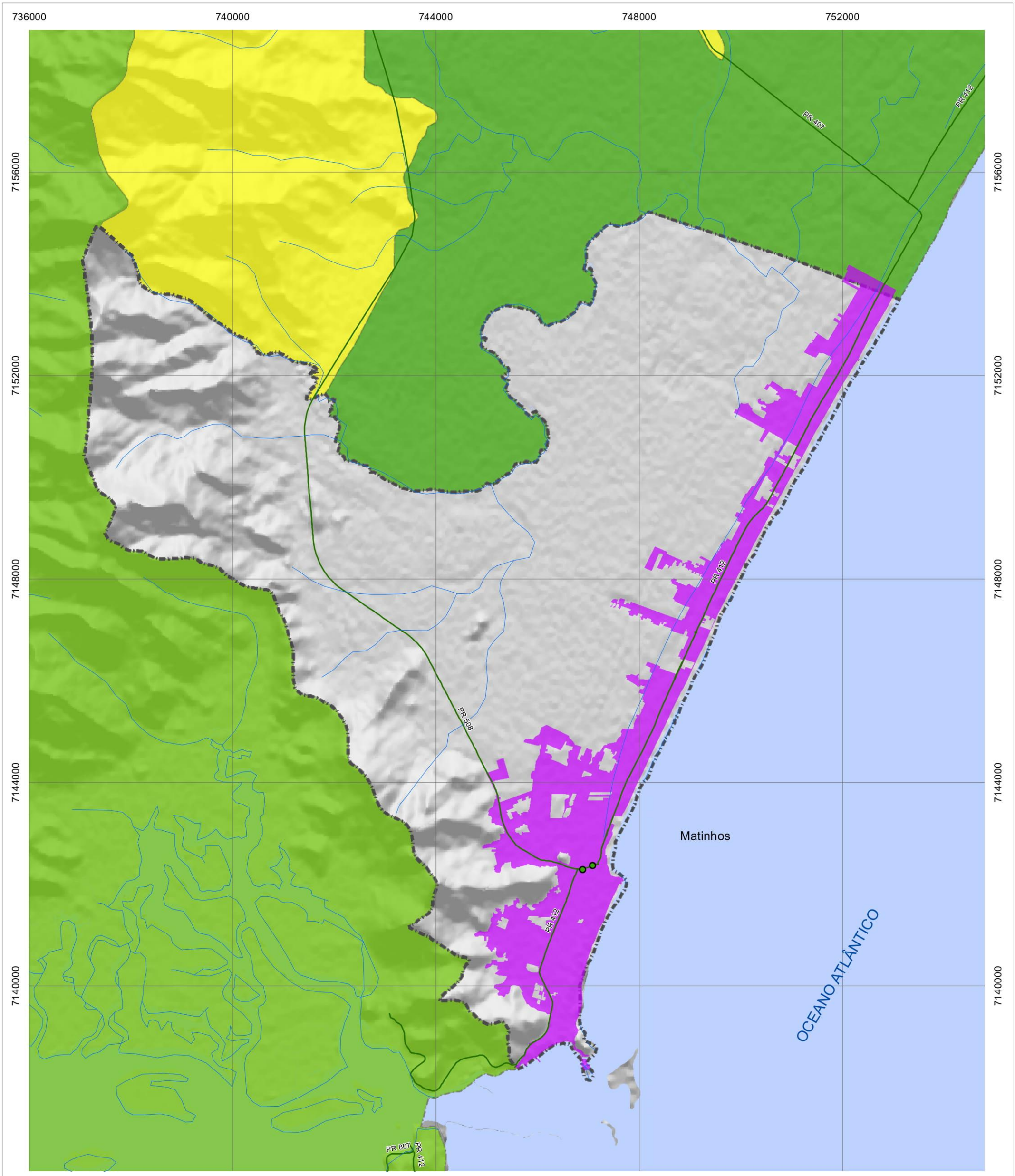
MERIDIANO CENTRAL: 51° WGr
DATUM HORIZONTAL: SIRGAS 2000 - 22S
DATUM VERTICAL: IMBITUBA-SC

FONTE DOS DADOS: RODOVIAS, FERROVIAS: PNLT (2017);
LIMITES MUNICIPAIS, MASSA DE ÁGUA: ITCG (2015, 2018);
NOME MUNICIPIOS, LIMITES ESTADUAIS: IBGE (2015, 2016);
RELEVO SOMBREADO, INPE (2011).

DATA: MAIO - 18

ESC.: 1:180.000

PARANÁ THE WORLD BANK BARCELONABRASILGROUP Mcrit hidria Quanta



Unidades Culturais de Matinhos

Legenda

- Hidrografia
- Rodovias Estaduais
- Área Urbana de Matinhos
- Massa de Água

Limite de Estados

- Paraná

Municípios

- Matinhos
- Guaratuba
- Paranaguá
- Pontal do Paraná

Equipamentos Culturais

- Biblioteca

PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

PDS_LITORAL

N

2 1 0 2 Km

DADOS TÉCNICOS:

MERIDIANO CENTRAL: 51° WGr
DATUM HORIZONTAL: SIRGAS 2000 - 22S
DATUM VERTICAL: IMBITUBA-SC

FONTE DOS DADOS: RODOVIAS, FERROVIAS: PNLT (2017);
LIMITES MUNICIPAIS, MASSA DE ÁGUA: ITCG (2015, 2018);
NOME MUNICIPIOS, LIMITES ESTADUAIS: IBGE (2015, 2016);
RELEVO SOMBREADO, INPE (2011).

DATA: MAIO - 18 ESC.: 1:70.000

PARANÁ THE WORLD BANK BARCELONABRASILGROUP Mcrit hidria Quanta

704000 712000 720000 728000 736000

7200000 7192000 7184000 7176000 7168000 7160000

PR 405
PR 340
PR 410
PR 410
PR 411
PR 411
PR 408
PR 804
BR 277

Antonina
Morretes
PARANÁ

Unidades Culturais de Morretes

Legenda

- Hidrografia
- Rodovias Estaduais
- Rodovias Federais
- Malha Ferroviária
- Área Urbana de Morretes
- Massa de Água

Limite de Estados

- Paraná

Municípios

- Morretes
- Antonina
- Guaraqueçaba
- Guaratuba
- Matinhos
- Paranaguá

Equipamentos Culturais

- Biblioteca
- Museu
- Sala de Exposição
- Teatro

PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

PDS_LITORAL

N

4 2 0 4 Km

DADOS TÉCNICOS:

MERIDIANO CENTRAL: 51° WGr
DATUM HORIZONTAL: SIRGAS 2000 - 22S
DATUM VERTICAL: IMBITUBA-SC

FONTE DOS DADOS: RODOVIAS, FERROVIAS: PNLT (2017);
LIMITES MUNICIPAIS, MASSA DE ÁGUA: ITCG (2015, 2018);
NOME MUNICIPIOS, LIMITES ESTADUAIS: IBGE (2015, 2016);
RELEVO SOMBREADO, INPE (2011).

DATA: MAIO - 18 ESC.: 1:154.580

PARANÁ THE WORLD BANK BARCELONABRASILGROUP Mcrit hidria Quanta

Unidades Culturais de Paranaguá

Legenda

- Hidrografia
- Rodovias Estaduais
- Rodovias Federais
- Malha Ferroviária
- Área Urbana de Paranaguá
- Massa de Água

Limite de Estados

- Paraná

Municipios

- Paranaguá
- Antonina
- Guaraqueçaba
- Guaratuba
- Matinhos
- Morretes
- Pontal do Paraná

Equipamentos de Cultura

- Auditório
- Biblioteca
- Centro Comunitário e Associações
- Centro Cultural / Casa de Cultura
- Cine Teatro
- Cinema
- Museu
- Sala de Exposição

PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

PDS_LITORAL

N

Km 4 2 0 4

DADOS TÉCNICOS:

MERIDIANO CENTRAL: 51° WGr
DATUM HORIZONTAL: SIRGAS 2000 - 22S
DATUM VERTICAL: IMBITUBA-SC

FONTE DOS DADOS: RODOVIAS, FERROVIAS: PNLT (2017);
LIMITES MUNICIPAIS, MASSA DE ÁGUA: ITCG (2015, 2018);
NOME MUNICIPIOS, LIMITES ESTADUAIS: IBGE (2015, 2016);
RELEVO SOMBREADO, INPE (2011).

DATA: MAIO - 18 ESC.: 1:160.000

PARANÁ THE WORLD BANK BARCELONABRASILGROUP Mcrit hidria Quanta

744000 752000 760000

7176000 7168000 7160000 7152000

BR 277

PR 407

PR 508

PR 412

PARANÁ

Pontal do Paraná

OCEANO ATLÂNTICO

Unidades Culturais de Pontal do Paraná

Legenda

- Hidrografia
- Rodovias Estaduais
- Rodovias Federais
- Malha Ferroviária
- Área Urbana de Pontal do Paraná
- Massa de Água

Municípios

- Pontal do Paraná
- Guaratuba
- Matinhos
- Paranaguá

Limite de Estados

- Paraná

Equipamentos de Cultura

- Auditório
- Biblioteca
- Museu
- Teatro

PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

PDS_LITORAL

N

2 1 0 2 Km

DADOS TÉCNICOS:

MERIDIANO CENTRAL: 51° WGr
DATUM HORIZONTAL: SIRGAS 2000 - 22S
DATUM VERTICAL: IMBITUBA-SC

FONTE DOS DADOS: RODOVIAS, FERROVIAS: PNLT (2017);
LIMITES MUNICIPAIS, MASSA DE ÁGUA: ITCG (2015, 2018);
NOME MUNICIPIOS, LIMITES ESTADUAIS: IBGE (2015, 2016);
RELEVO SOMBREADO, INPE (2011).

DATA: MAIO - 18 ESC.: 1:100.000

PARANÁ THE WORLD BANK BARCELONABRASILGROUP Mcrit hidria Quanta

3.5 HABITAÇÃO

Antes de se fazer qualquer análise sobre o tema habitação nos municípios do litoral do Paraná, é importante destacar que os municípios ao norte (Antonina, Guaraqueçaba, Morretes e Paranaguá) possuem características físicas e de ocupação do território, não somente ambientais, muito distintas dos municípios do sul do litoral (Guaratuba, Matinhos e Pontal do Paraná) e que esse fato causa desdobramentos importantes na análise do tema, como por exemplo: (i) há municípios no norte cuja população rural é maior que a urbana; (i) há municípios no sul cuja maioria dos domicílios são de veraneio (segunda moradia); e (iii) o crescimento demográfico se deu de forma completamente desigual entre os municípios da região.

Quadro 51: Situação dos domicílios do Litoral do Paraná

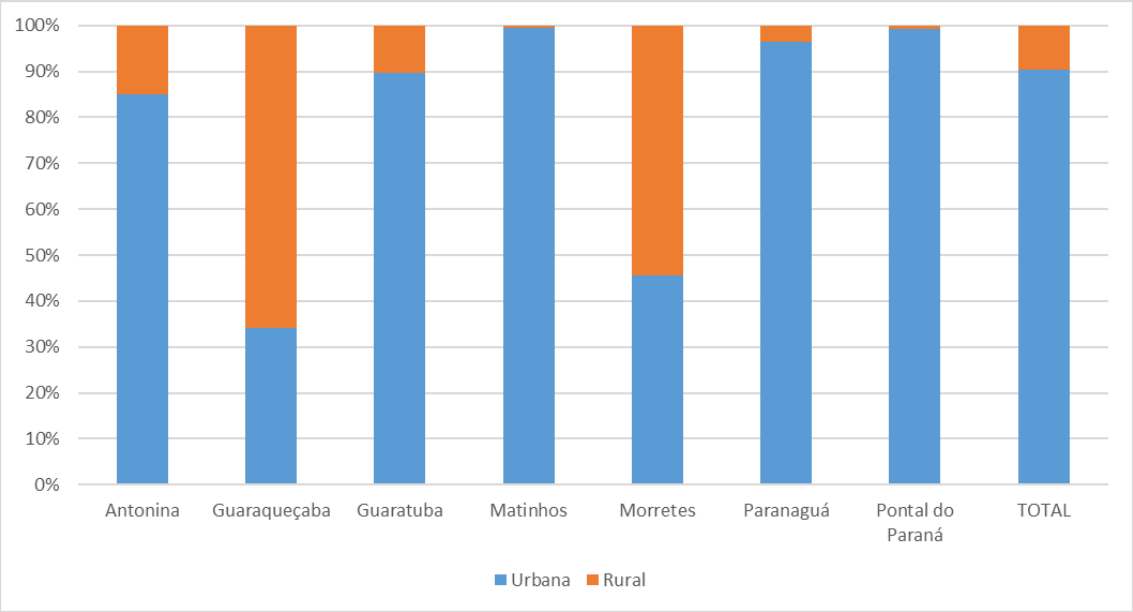
Domicílios	Antonina	Guaraqueçaba	Guaratuba	Matinhos	Morretes	Paranaguá	Pontal do Paraná	Total
Particulares	8.095	3.413	23.973	33.100	7.120	46.370	27.264	**149.335**
Urbanos	6.556	1.053	22.264	33.022	3.160	43.727	27.180	**136.962**
Ocupados	4.957	794	9.106	9.720	2.169	39.024	7.050	**72.820**
Vazios	843	148	1.598	1.917	569	3.928	2.458	**11.461**
Uso Ocasional	766	111	11.560	21.385	422	775	17.672	**52.691**
Coletivos	12	13	68	64	10	68	72	**307**
Rurais	1.529	2.360	1.709	78	3.960	2.643	84	**12.363**
Ocupados	868	1.509	955	41	2.578	1.537	49	**7.537**
Vazios	216	292	136	11	352	171	12	**1.190**
Uso Ocasional	445	559	618	26	1.030	935	23	**3.636**
Coletivos	2	34	6	1	19	140	0	**202**
Permanentes	5.814	2.299	9.994	9.685	4.733	40.492	7.075	**80.092**

Fonte: Censo IBGE 2010

Os dados do último Censo do IBGE 2010 apontam que dois dos municípios do norte do litoral do Paraná - Guaraqueçaba e Morretes - possuem mais da metade de sua população morando em área rural, fator que se reflete automaticamente no número de domicílios, especialmente em Guaraqueçaba, cujo total de domicílios rurais é mais do que o dobro de domicílios urbanos. Um dos impactos dessa característica é a baixa receita corrente desses municípios, devido à reduzida arrecadação do Imposto Predial e

Territorial Urbano (IPTU), como será apresentado no capítulo referente ao tema mais adiante.

Figura 54: População Urbana e Rural no Litoral do Paraná



Fonte: Censo IBGE 2010

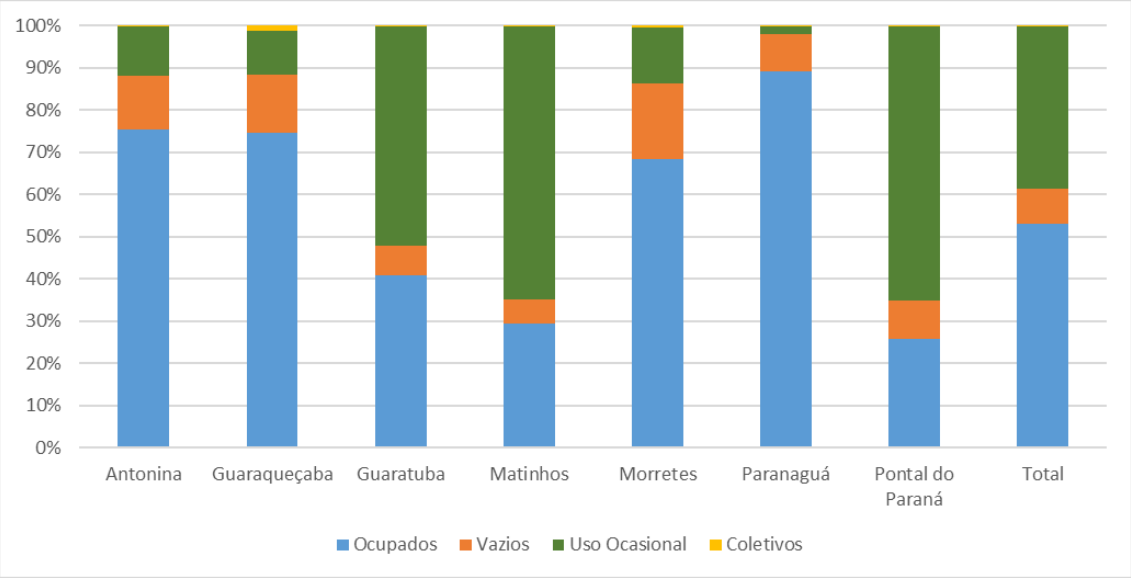
Importante destacar que os dados da Estimativa Populacional do IBGE para o ano de 2017 apontam que exatamente os mesmos dois municípios, junto com Antonina – também situado na porção norte – foram os que tiveram as menores taxas de crescimento[36], quase que apenas mantendo a população existente, tendência que não se repetiu nos demais municípios da região.

Por outro lado, quando analisados os três municípios do sul do litoral paranaense, considerados balneários e de forte atrativo e potencial turísticos, quase a totalidade de sua população é urbana. Entretanto, se considerado apenas o número de domicílios

[36] No período 2000-2010, Antonina e Guaraqueçaba tiveram taxas de crescimento geométrico negativos, sendo -0,15 e -0,51 os respectivos valores os municípios citados. Dentre os demais, Morretes foi o único com taxa inferior a 1,0, tendo alcançado apenas 0,29.

permanentes, os mesmos representam em média apenas 32% do total de domicílios dos municípios.

Figura 55: Situação dos Domicílios no Litoral do Paraná



Fonte: Censo IBGE 2010

O processo de ocupação da orla do litoral paranaense, em especial nos municípios de Matinhos e Guaratuba, com segundas moradias, em sua grande maioria verticais, teve início a partir dos anos 1970 com a oferta de produtos imobiliários voltados para as classes média e alta da Região Metropolitana de Curitiba e do interior do Estado. Os números dos últimos três Censos mostram o crescimento de domicílios vazios, ou seja, de temporada/sazonais, nos municípios do sul do litoral do Paraná[37]. Acredita-se que o próximo Censo trará números ainda superiores em decorrência da grande produção imobiliária ocorrida na primeira metade dessa década, impulsionada pelo fácil acesso a fontes de crédito tanto para as empresas da construção civil, como para a população.

[37] Os dados do município de Pontal do Paraná ficam prejudicados, uma vez que o município foi criado apenas em 1995, desmembrado de Paranaguá. Entretanto é visível sua contribuição ao se notar a redução dos números de Paranaguá de 1991 para 2000.

Quadro 52: Domicílios com Uso Ocasional no Litoral do Paraná

Municípios	Domicílios Uso Ocasional		
	1991	2000	2010
Antonina	871	1.172	1.211
Guaraqueçaba	364	702	670
Guaratuba	6.655	10.389	12.178
Matinhos	11.676	17.828	21.411
Morretes	579	888	1.452
Paranaguá	10.019	1.410	1.710
Pontal do Paraná	-	16.275	17.695
Total	**30.164**	**48.664**	**56.327**

Fonte: Censo IBGE 1991, 2000 e 2010

Merecem destaque também os números do município de Morretes, cujo crescimento chegou a ser superior ao dos municípios da orla marítima. No caso específico de Morretes, 70,93% das segundas moradias estão localizadas na área rural, comprovando a tendência recente de que pessoas têm buscado opções mais tranquilas para períodos de descanso e lazer (POLIDORO e DESCHAMPS, 2013).

Quando analisados os dados do déficit habitacional dos municípios, os percentuais de famílias vivendo em condições de moradias precárias em todos os sete municípios são inferiores a 10% do total de domicílios. Destaque para os municípios balneários de Matinhos e Pontal do Paraná, que possuem os menores índices, e para Paranaguá, município de maior população e também maior déficit, provavelmente graças a suas atividades portuárias que atraem um grande número de migrantes em busca de oportunidades[38].

[38] Apesar de ser um dos principais atrativos econômicos da região, há sinais de saturação do Porto de Paranaguá nos últimos anos, atribuídos a exigências burocráticas e dificuldades de acesso rodoviário, causando dentre outros problemas, degradação do patrimônio histórico e cultural, empobrecimento da população, especialmente do migrante que não consegue trabalho, além de problemas de saúde pública, causados pela má qualidade das condições de habitação.

Quadro 53: Percentual do Déficit Habitacional em Relação ao Total de Domicílios Particulares

Domicílios	Antonina	Guaraqueçaba	Guaratuba	Matinhos	Morretes	Paranaguá	Pontal do Paraná	Total
Particulares	8.095	3.413	23.973	33.100	7.120	46.370	27.264	**149.335**
Déficit	525	134	1.194	931	418	4.169	659	**8.030**
Percentual	6,5%	3,9%	5,0%	2,8%	5,9%	9,0%	2,4%	5,4%

Fonte: Déficit Habitacional 2010 - Fundação João Pinheiro

A coabitação é uma das principais características do déficit habitacional nas áreas urbanas dos municípios do litoral paranaense. Ter mais de um núcleo familiar convivendo na mesma moradia, com altas densidades e precariedade das condições de salubridade e higiene, é o principal fator do déficit habitacional em seis, dos sete municípios, com destaque para Antonina, Guaraqueçaba e Paranaguá. A precariedade das construções (rústicos ou improvisados) em virtude dos materiais construtivos ou por desgaste da estrutura física é a principal característica do déficit habitacional de Guaratuba.

Já o ônus excessivo com aluguel é destaque nos municípios balneários de Matinhos e Pontal do Paraná, e também em Paranaguá, sendo inclusive o fator principal do déficit de Pontal do Paraná, destoando de todos os demais municípios da região. A forte presença de um mercado imobiliário de moradias de temporada em Matinhos e Pontal do Paraná faz com que o mercado de aluguel regular, com contratos anuais ou de tempo superior, seja restrito e impacte no valor dos poucos imóveis disponíveis. Os dois municípios do litoral marítimo também são os únicos dos sete da região que não apresentam déficit habitacional rural, cujos números ganham destaque especialmente na composição do déficit dos municípios de Guaraqueçaba e Morretes, cuja população rural é superior à urbana, conforme mencionado anteriormente.

Quadro 54: Quadro 5: Déficit Habitacional dos Municípios do Litoral do Paraná

Déficit Habitacional	Antonina	Guaraqueçaba	Guaratuba	Matinhos	Morretes	Paranaguá	Pontal do Paraná	Total
Total	525	134	1.194	931	418	4.169	659	**8.030**
Urbano	490	48	1.120	931	227	4.126	659	**7.601**
Rural	34	85	74	0	191	42	0	**426**
Domicílios precários	87	25	598	223	107	779	88	**1.907**
Coabitação total	304	96	343	386	239	2.350	242	**3.960**
Ônus excessivo com aluguel	108	12	254	283	51	896	312	**1.916**
Adensamento excessivo (aluguel)	26	0	0	39	21	144	16	**246**

Fonte: Déficit Habitacional 2010 - Fundação João Pinheiro

As más condições de moradia são geralmente associadas aos materiais construtivos, mas também ao local aonde se encontra a moradia e seu entorno, e nesse sentido, em muitos casos, se relaciona esse fato a habitações localizadas em assentamentos subnormais – favelas, loteamentos irregulares e/ou clandestinos – conforme nomenclatura do IBGE[39]. Os dados do Censo do IBGE 2010 trazem domicílios subnormais apenas para Paranaguá, totalizando 4.088 domicílios.

Nos municípios do litoral do Paraná, os dados oficiais (IBGE, Ipardes e COHAPAR) [40] apontam algumas divergências, pois mudam no decorrer dos anos, como o fato de em algumas pesquisas os municípios declararem possuir favelas, em outras não. A existência de loteamentos irregulares e/ou clandestinos é comum aos setes municípios, assumindo diferentes significados, pois vão desde ocupações ilegais de terras públicas e privadas até empreendimentos públicos que não tiverem o processo de regularização fundiária finalizado.

[39] O Censo 2010 classifica como aglomerado subnormal cada conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais carentes, em sua maioria, de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) com urbanização fora dos padrões vigentes (refletido por vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas desiguais e construções não regularizadas por órgãos públicos) ou precariedade na oferta de serviços públicos essenciais (abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo e fornecimento de energia elétrica).

[40] Dados do Censo Demográfico de 2010 e da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic) de 2017, ambos do IBGE; dos Cadernos Estatísticos do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - Ipardes (2018); e do Sistema de Informações sobre Necessidades Habitacionais do Paraná (SISPEHIS) do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social do Paraná (PEHIS/PR) da Companhia de Habitação do Paraná (Cohapar).

Conforme mencionado anteriormente, no capítulo referente ao Uso e Ocupação do Solo, os sete municípios do litoral do Paraná, à exceção de Guaraqueçaba, possuem algum tipo de mapeamento de suas ocupações irregulares realizado quando da elaboração dos Planos Diretores. Levantamentos mais atualizados foram realizados para quase todos os municípios pelo Sistema de Informações sobre Necessidades Habitacionais do Paraná (SISPEHIS) do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social do Paraná (PEHIS/PR), com pesquisas nos anos de 2010, 2015 e 2016, com exceção de Matinhos e Pontal do Paraná. Mais recentemente, o IBGE lançou sua Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic) com dados de 2017, atualizando parte desses dados e divergindo em alguns casos[41].

Quadro 55: Favelas e Loteamentos Clandestinos/Irregulares

Habitação	Antonina	Guaraqueçaba	Guaratuba	Matinhos	Morretes	Paranaguá	Pontal do Paraná
Favela	não	não	sim	não	não	não	sim
Cortiço	não	não	sim	não	não	sim	não
Loteamento clandestino/irregular	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim
Ocupações de edifícios	sim	não	não	não	não	sim	não
Total de favelas		2			7		
Domicílios em favelas		282			671		
Total de loteamentos clandestinos/irregulares	3		5	79	5	41	17
Total de edificações	267		13.714		177	18.863	
Total de lotes vazios	107				26	258	
Total de unidades/lotes	374		13.714	10.509	203	19.121	3.833

Fonte: SISPEHIS/Cohapar (2010, 2015, 2016); Censo IBGE 2010; Munic 2017; Ipardes (2018); PMM (2006); PMPP (2004)

Apesar das divergências nas informações, é evidente que o problema de moradias na área urbana do litoral do Paraná está concentrado nos loteamentos clandestinos e/ou irregulares, pois os mesmos chegam a equivaler quase a 50% do número de domicílios formais em municípios como Guaratuba e Paranaguá. Apenas dois municípios possuem favelas, que não chegam a totalizar 1.000 moradias. Os dados apontam também que é muito mais uma questão de loteamentos irregulares, do que clandestinos, pois muitos possuem toda a infraestrutura, sendo apenas desprovidos de titulação ou aprovação

[41] Guaraqueçaba e Morretes declararam possuir favelas no estudo da Cohapar e depois apareceram sem favelas na Munic 2017.

legal por parte dos órgãos municipais ou estaduais, geralmente com pendências ligadas a temas ambientais ou a propriedade da terra (terra públicas). A regularização fundiária e urbanística desses loteamentos não irá melhorar apenas as condições de habitabilidade da população, mas também permitirá a melhoria da arrecadação municipal, já que após legalizados, os imóveis passarão a pagar IPTU, dentre outros impostos e serviços.

Entretanto, nem todos os loteamentos ou favelas podem ser regularizados nos locais onde se encontram, já que muitas vezes se tratam de áreas de risco (encostas, beiras de rios e córregos, linhas de alta tensão) ou estão inseridos em áreas ambientalmente sensíveis e protegidas. Nesses casos, o reassentamento parcial ou total se faz necessário e para tanto além de recursos financeiros, terra infraestruturada inserida no tecido urbano é imprescindível. Nos últimos anos, a principal fonte de recurso do Governo Federal para habitação de interesse social tem sido para construção de novas unidades habitacionais por meio do Programa Minha Casa Minha Vida, coordenado pelo Ministério das Cidades e executado pela Caixa Econômica Federal[42].

[42] O Minha Casa, Minha Vida (MCMV) foi lançado em março de 2009 pelo Governo Federal. O MCMV subsidia a aquisição da casa ou apartamento próprio para famílias com renda até R$ 1,8 mil e facilita as condições de acesso ao imóvel para famílias com renda até de R$ 7 mil. O programa tem cinco modalidades para a Faixa 1 de renda (famílias com renda de até R$ 1,8 mil): empresas, entidades, FGTS, municípios com até 50 mil habitantes e rural. Cada modalidade atende um público específico.

Quadro 56: Unidades Habitacionais Produzidas com Recursos Públicos (2009-2018)

Recursos	Antonina	Guaraqueçaba	Guaratuba	Matinhos	Morretes	Paranaguá	Pontal do Paraná	TOTAL
Federal	17	24	257	491	52	1.612	430	**2.883**
Estadual	88				85	282		**455**
Municipal								**0**
Total de UH	**105**	**24**	**257**	**491**	**137**	**1.894**	**430**	**3.338**

Fonte: Portal da Transparência Cohapar; Ministério das Cidades[43]

O MCMV, em parceria com os governos municipais e o Estado, contratou quase 3.400 unidades habitacionais na região nos últimos anos, nas áreas urbana e rural. No mesmo período também foram construídas 223 unidades habitacionais com recursos próprios do Governo do Estado, por meio da Companhia de Habitação do Paraná (Cohapar) com o Programa Morar Bem Paraná[44], em especial para reassentamento de famílias em áreas de risco.

[43] Portal da Transparência da Cohapar visitado em junho de 2018. Posição do Ministério das Cidades de 31 de dezembro de 2017.

[44] O Programa Morar Bem Paraná é desenvolvido e executado pela Cohapar e objetiva viabilizar moradias para famílias com renda mensal de até 10 salários mínimos, priorizando as que têm renda de até 6 salários. O programa visa fomentar a produção e aquisição de unidades habitacionais nos meios urbano e rural, titular propriedades, urbanizar áreas e reassentar famílias de menor renda. A Cohapar atua em parceria com o Governo Federal e conta com o apoio dos municípios, entidades públicas e privadas, associações e organizações, Sanepar, Copel, Seab, Emater e empresas do ramo da construção civil.

Quadro 57: Unidades Habitacionais Produzidas com Recursos do MCMV (2009-2018)

Faixa	Município	UH Contratadas	UH Concluídas	UH Entregues	Valor Contratado (R$)
1	Antonina	40	-	-	1.000.000
2	Antonina	12	12	**12**	1.144.839
3	Antonina	6	6	**6**	486.133
1	Guaraqueçaba	33	33	**33**	923.100
1	Guaratuba	41	32	**31**	1.029.000
2	Guaratuba	219	219	**215**	19.646.413
3	Guaratuba	17	17	**17**	1.349.428
1	Matinhos	207	-	-	12.275.311
2	Matinhos	534	534	**471**	46.650.868
3	Matinhos	42	42	**41**	3.683.328
2	Morretes	48	48	**48**	4.234.084
3	Morretes	4	4	**4**	302.332
1	Paranaguá	451	451	**451**	21.239.700
2	Paranaguá	1.123	1.123	**1.118**	120.120.472
3	Paranaguá	157	157	**156**	17.239.260
2	Pontal do Paraná	413	413	**410**	38.718.751
3	Pontal do Paraná	44	44	**40**	3.645.037
Total		**3.391**	**3.135**	**3.053**	**293.688.057**

Fonte: Ministério das Cidades (posição em 31/05/2018)

Quando analisados os empreendimentos do MCMV realizados por faixa de renda em cada um dos municípios do litoral paranaense, um dos pontos que mais chama atenção é que dois dos municípios que tiveram o maior crescimento no número de domicílios de temporada (vazios), não possuem empreendimento para a faixa de mais baixa renda. Pode ser uma simples coincidência, mas também um sinal de que as construtoras – um dos principais parceiros do MCVM – focaram apenas em garantir produtos imobiliários para faixa de renda mais altas, dado o atrativo turístico dos municípios.

Quadro 58: Unidades Habitacionais Produzidas pela Cohapar[45]

Município	Área	UH	Linha de Financiamento	Situação
Antonina	Urbano	**53**	SOS - Recursos próprios	Concluído
Antonina	Urbano	**35**	SOS - Recursos próprios	Concluído
Guaraqueçaba	Rural	9	PNHR	Obra
Guaraqueçaba	Urbano	24	SUB 50	Concluído
Guaratuba	Rural	4	PNHR	Concluído
Guaratuba	Urbano	31	SUB 50	Concluí
Guaratuba	Rural	16	PNHR	Em análise
Matinhos	Urbano	207	FAR - Construtora	Obra
Morretes	Urbano	**33**	SOS - Recursos próprios	Concluído
Morretes	Urbano	**52**	SOS - Recursos próprios	Concluído
Paranaguá	Urbano	67	FAR	Concluído
Paranaguá	Urbano	**173**	APPA	Concluído
Paranaguá	Urbano	**59**	APPA	Concluído
Paranaguá	Urbano	**50**	SOS - Recursos próprios	Concluído
Paranaguá	Urbano	**17**	Recursos próprios	Em licitação
Total		**830**		

Fonte: Portal da Transparência Cohapar (visitado em junho/2018)

Os números recentes de produção de habitação de interesse social nos municípios do litoral paranaense são muito bons, porém ainda longe de equacionar o déficit habitacional existente. Importante destacar que menos de 24% da produção de novas unidades pelo MCMV foram destinados à faixa 1 (renda mensal até R$ 1,8 mil), que concentra a parcela da população que possui as piores condições de moradia (precariedade e coabitação). As demais faixas beneficiadas acabam concentrando as camadas mais impactadas pelo ônus excessivo do aluguel na renda familiar, sendo que

[45] PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural; SUB 50 – Modalidade do MCMV para municípios com menos de 50 mil habitantes; FAR – Fundo de Arrendamento Residencial, modalidade do MCMV; APPA - Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina.

as faixas 2 (R$ 2,6 mil até R$ 4 mil) e 3 (R$ 4 mil até R$ 9 mil) foram beneficiadas com 60% e 7% respectivamente da produção do programa[46].

Esses números se tornam ainda mais distantes de serem alcançados se levarmos em consideração a demanda natural por novas moradias nos municípios, seja por renovação do estoque existente ou mesmo aumento da população. No caso específico do Paraná, assim como nos demais estados do Sul do Brasil, as taxas de fecundidade têm sido inferiores à média nacional, de modo que num futuro próximo haverá um incremento na população idosa e uma redução gradativa no número de crianças e jovens[47]. Ainda assim, os números da demanda futura por moradia na região são altos, conforme estudo recente realizado pelo Ministério das Cidades (2018), totalizando que no período 2018-2030 seriam necessárias cerca de 19 mil novas unidades habitacionais (GIVISIESZ e OLIVEIRA, 2018). Desse total, 56,7% da demanda total será apenas para os três municípios litorâneos marítimos e 37,4% para Paranaguá, deixando 6% para os demais municípios da região.

O mesmo estudo ainda mostra que a demanda para o período 2010-2017 era de um pouco mais de 15 mil novas unidades. A produção habitacional com recursos federais e estaduais no período somou cerca de 3.700 unidades, deixando para o mercado o atendimento do restante da demanda. Conforme mencionado anteriormente, a produção recente com recursos públicos não focou nas camadas mais pobres, deixando assim, sem alternativa de acesso, uma parcela considerável da população do litoral, já que o mercado imobiliário formal não produz para as faixas de renda mais baixas.

Importante destacar também o levantamento realizado pela Cohapar para o PEHIS/PR sobre a necessidade habitacional das comunidades rurais e tradicionais (indígenas, quilombolas e pescadores) da região, que em muitos casos acabam sendo

[46] A faixa 3 do MCMV não recebe subsídios do Governo Federal, apenas tem como benefício, taxas de juros abaixo dos praticados pelo mercado.

[47] Estudo recente do Ipardes (2017) aponta tendência de redução da população até 2040 para os municípios do norte do litoral do Paraná (com exceção de Paranaguá) e incrementos superiores a 25% nos municípios do litoral marítimo.

subdimensionadas quando de levantamentos oficiais do Censo. Os dados apontam a presença de comunidades tradicionais nos quatro municípios do norte do litoral paranaense e uma demanda maior por moradias no grupo dos pescadores. Ademais, a Cohapar também mantém um cadastro de pretendentes para acesso a uma unidade habitacional produzida pelo Governo do Estado, que hoje totaliza 1.826 inscritos na região.

Quadro 59: Necessidades Habitacionais das Comunidades Tradicionais

Comunidades tradicionais	Antonina	Guaraqueçaba	Guaratuba	Matinhos	Morretes	Paranaguá	Pontal do Paraná
Assentamentos rurais	sim	não	não		sim	sim	
Necessidade habitacional	30						
Áreas quilombolas	não	sim	não		não	não	
Necessidade habitacional		22					
Áreas indígenas	não	sim	não		não	sim	
Necessidade habitacional		10					
Comunidades de pescadores	sim	sim	não		não	sim	
Necessidade habitacional	100	500					

Fonte: Cohapar (2010, 2015, 2016)

Sobre as gestões locais, os novos dados da Munic apontam que, com exceção de Antonina e Guaratuba, todos os demais possuem Conselho Municipal de Habitação, e que Paranaguá se junta a esses dois municípios quando o assunto é a ausência de Fundo Municipal de Habitação.

Em suma, o território do litoral do Paraná vem sofrendo grandes transformações em sua ocupação nos últimos anos, com a diminuição do crescimento demográfico nos municípios ao norte, com exceção de Paranaguá, e um boom imobiliário nos municípios litorâneos marítimos do sul da região. Entretanto, essas transformações ocorreram junto com a ocupação desordenada do território e a existência de loteamentos irregulares e/ou clandestinos é o principal problema de moradia dos sete municípios, que perdem anualmente receita pela ausência de regularização fundiária e urbanística desses loteamentos. Além disso, o déficit habitacional da região tem como característica mais marcante a coabitação, seguida do ônus excessivo de aluguel e da precariedade das moradias. Apesar dos números da produção pública de habitações recente ter sido

considerável, as novas moradias focaram na faixa de renda que ganha acima de três salários mínimos, deixando de fora a parcela mais pobre da população, sem acesso ao mercado formal de habitação. Para o futuro próximo, a projeção aponta para as mesmas tendências atuais, onde os municípios litorâneos do sul e Paranaguá demandarão uma grande produção de novas unidades, enquanto os municípios do norte, de características mais rurais e ambientalmente protegidos, necessitarão de um número muito menor de novas habitações, já que suas populações tendem a envelhecer e diminuir com o passar dos anos.

3.6 QUESTÕES FUNDIÁRIAS

Segundo a Constituição brasileira, os municípios são os responsáveis pela política de desenvolvimento urbano. São deles o dever de ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade, garantindo o bem-estar de seus habitantes. Nesse sentido, os municípios são os principais promotores de todas as ações de regularização fundiária urbana que devam ocorrer em seus territórios, não obstante possam permitir, e até mesmo incentivar, outros atores legitimados a assumirem tal ônus.

As competências relativas aos municípios são:

- dispor sobre o procedimento de regularização fundiária em seu território, por meio de norma municipal;
- definir os procedimentos para a elaboração e aprovação do projeto de regularização fundiária urbana, no que se refere aos desenhos, memorial descritivo e ao cronograma físico de eventuais obras e serviços a serem realizados;
- analisar e aprovar o projeto de regularização fundiária, de acordo a Lei Federal nº 11.977/2009 e com a legislação municipal, se houver;
- promover o licenciamento ambiental de intervenções caracterizadas como regularização fundiária de interesse social, num ato único correspondente à análise e aprovação do projeto de regularização fundiária urbana, desde que o Município possua conselho de meio ambiente e órgão ambiental capacitado[48].

A Lei nº 11.977/2009, citada acima, definiu dois tipos de regularização fundiária: a de Interesse Social e a de Interesse Específico. Entretanto, por meio da Medida Provisória 759 de 22 de dezembro de 2016, que culminou com a promulgação da Lei nº 13.465, em 12 de julho de 2017, esse quadro foi alterado. A nova legislação estabeleceu tratamento diferenciada entre as classes sociais, extinguindo os critérios que asseguravam o

[48] MINISTÉRIO DAS CIDADES. Regularização Fundiária Urbana: como aplicar a Lei Federal nº 11.977/2009 - Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos e Secretaria Nacional de Habitação. Brasília, 2013.

interesse social e flexibilizando a regularização de loteamentos e condomínios fechados de alto padrão.

A nova lei rompeu com regimes jurídicos de acesso à terra, de regularização fundiária de assentamentos urbanos – tais como ocupações e favelas -, alterando as regras de venda de terras e imóveis da União e da Política Nacional de Reforma Agrária. Ademais, ela revogou os mecanismos para obrigar os loteadores irregulares e grileiros de terras públicas a promoverem a adoção de medidas corretivas, repassando ao Poder Público o encargo dos investimentos e o impedindo de ser ressarcido[49].

A ocupação irregular e/ou clandestina do solo no litoral paranaense tem as mesmas características observadas amplamente na realidade brasileira: a população de baixa renda é excluída do mercado formal da terra urbana e ocupa áreas inadequadas à urbanização, sujeitas a riscos ambientais ou em localidades distantes dos centros com oportunidades de emprego. A consequência desse modelo de antropização do território é observada na degradação dos recursos naturais, nos desastres naturais que assolam populações em áreas vulneráveis, na dificuldade de acesso ao mercado de trabalho, no constante comprometimento dos recursos municipais em execução de infraestrutura, implantação de equipamentos urbanos e prestação de serviços públicos em áreas urbanas espraiadas.

Além desse padrão normal de ocupação, há um número considerável de loteamentos a princípio formais, em especial nos municípios oceânicos – alguns anteriores à Constituição de 1988, cuja regularização não foi possível, já que no momento da aprovação final, o loteador havia infringido alguma legislação ambiental ou ocupado

[49] RIBEIRO, T.F. Da MP 759 a Lei 13.465/17 - os novos rumos da regularização fundiária no Brasil. Rio de Janeiro, outubro de 2017. Disponível em http://observatoriodasmetropoles.net.br/wp/da-mp-759-lei-13-465-17-os-novos-rumos-da-regularizacao-fundiaria-no-brasil/. Visitado em 05/09/2018.

Carta ao Brasil: MP 759/2016 – A desconstrução da Regularização Fundiária no Brasil. Disponível em https://www.unmp.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=702:carta-ao-brasil-mp-7592016-a-desconstrucao-da-regularizacao-fundiaria-no-brasil&catid=41:campanhas&Itemid=69. Visitado em 05/09/2018.

terra ambientalmente protegida, de modo que seus compradores/habitantes, nunca obtiveram o habite-se e a posse real.

As ocupações irregulares e/ou clandestinas são contextualizadas aqui a partir de dados secundários, tendo em vista a abrangência e foco do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Litoral do Paraná. O aprofundamento do tema poderá ocorrer, tão-somente, na oportunidade de elaboração de Planos Setoriais de Regularização Fundiária e Planos de Habitação de Interesse Social, em escala capaz de contemplar a complexidade e especificidades locais.

Os sete municípios do litoral do Paraná, à exceção de Guaraqueçaba, possuem mapeamento de ocupações irregulares/clandestinas elaborado concomitantemente aos Planos Diretores. Os estudos apresentam-se bastante heterogêneos em termos do nível de detalhe atingido, sendo Matinhos o município que possui o estudo mais extenso.

Ao mapeamento existente nos Planos Diretores, soma-se, aqui, o trabalho elaborado pela Companhia de Habitação do Paraná (Cohapar) para o Plano Estadual de Habitação de Interesse Social do Paraná (PEHIS/PR), incluindo pesquisas realizadas nos anos de 2010 e 2015, que integram o Sistema de Informações sobre Necessidades Habitacionais do Paraná – SISPEHIS.

Os números apontam um total de 150 loteamentos clandestinos/irregulares identificados em seis dos setes municípios do litoral paranaense. Em alguns municípios, algumas dessas áreas já foram decretadas Zonas de Especial Interesse Social (ZEIS) e é grande, em especial em Paranaguá, o número de loteamentos localizados em terras da União. As ocupações em terrenos federais, geralmente “terrenos de Marinha”[50], fazem necessária a articulação e a atuação conjunta dos municípios com os respectivos órgãos

[50] Os "terrenos de marinha" são imóveis de propriedade da União – em alguns casos a propriedade pertence aos Estados e aos Municípios – que são medidos a partir da linha do preamar médio de 1831 até 33 metros para o continente ou para o interior das ilhas costeiras com sede de município. Além das áreas ao longo da costa, também são considerados terrenos de marinha as margens de rios e lagoas que sofrem influência de marés - Decreto-Lei nº 9.760, de 1946.

federais responsáveis pelo patrimônio da União, uma vez que geralmente demandam reassentamento total ou parcial das famílias da ocupação (caráter *non aedificandi*).

Existem iniciativas em curso para reverter esse quadro em diversos municípios, seja por meio de ações próprias das prefeituras, do Governo do Estado - por meio da Cohapar e do ITCG[51] – ou da União. As ações dos municípios serão descritas mais adiante, quando apresentado o mapeamento das ocupações por município.

A Cohapar realiza ações de regularização fundiária por meio de dois programas: Escrituração Direta e Morar Legal Paraná, o último em parceria com os municípios. O Escrituração Direta objetiva a emissão de escrituras das habitações financiadas pela própria Cohapar, enquanto o Morar Legal Paraná visa a regularização de áreas públicas ou privadas indicadas pelos municípios, por meio de processo licitatório para contratação de empresas especializadas para realizarem os serviços, com recursos oriundos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza.

No presente momento, estão em fase de contratação 47 mil titulações em ocupações irregulares de 105 municípios paranaenses, totalizando um investimento de cerca de R$ 42 milhões. Cada titulação tem custo médio de R$ 1.600,00, que serão devolvidos pelos beneficiários aos cofres públicos por meio do pagamento de R$ 20,00 mensais em 40 parcelas, para que sejam investidos em outros programas habitacionais no Estado do Paraná. No litoral do Paraná, há ações em Guaratuba, onde 1.000 famílias dos bairros Mirim, Piçarras e Carvoeiro receberão títulos.

Já o ITCG, em parceria com a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) do Governo Federal e com o apoio do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), vem realizando ações de geocadastro e regularização fundiária de 1.450 imóveis rurais em terras devolutas ou públicas e privadas, em dez municípios do Estado, sendo quatro deles no litoral:

[51] Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná – ITCG, responsável por ações de regularização fundiária em áreas rurais.

Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba e Morretes. O investimento total é de R$ 1,5 milhão e o projeto, iniciado em 2017, tem previsão de duração de três anos. As atividades de geocadastro deverão ser iniciadas em breve nos quatro municípios.

Quadro 60: Ocupação irregular e/ou clandestina no litoral do Paraná

Habitação	Antonina	Guaraqueçaba	Guaratuba	Matinhos	Morretes	Paranaguá	Pontal do Paraná	Total
Total de loteamentos clandestinos/irregulares	3		5	79	5	41	17	**150**
Total de edificações	267		13.714		177	18.863		**33.021**
Total de lotes vazios	107				26	258		**391**
Total de unidades/lotes	374		13.714	10.509	203	19.121	3.833	**47.754**
ZEIS ocupadas	4		3			11		**18**
Tamanho (em m²)	1.050.000		388.904			6.483.455		**7.922.359**
ZEIS vazias			1		1	3	3	**8**
Tamanho (em m²)			428.995		110.000	2.830.914		**3.369.909**
Terra pública municipal para habitação (em m²)	5.544					306.559		**312.103**
Terra privada para habitação (em m²)	100.000					2.830.914		**2.930.914**
Terra da União ocupada (número de áreas)		1	4			24		**29**

Fonte: SISPEHIS/Cohapar (2010, 2015, 2016); PMM (2006); PMPP (2004)

3.6.1 Litoral Norte

Antonina é o município com maior complexidade em relação às áreas urbanas. O Plano Diretor do Município (2006) traz uma caracterização da situação das ocupações antigas por famílias de pescadores em frentes de orla e em áreas de mangue, que *"ocorreram em decorrência de um decréscimo do poder aquisitivo da população, no caso de Antonina, da população pesqueira, que não se vê em condições de adquirir um lote regularizado e construir a residência de acordo com padrões de segurança e salubridade adequados"* (PMA, 2006, p.189). O mesmo ocorre em algumas áreas do município com edificações de maior padrão de renda que se encontram localizadas junto à orla. A ausência de infraestrutura adequada nessas ocupações tem reflexo direto na degradação ambiental da baía de Antonina, em prejuízo à saúde da população e ao desenvolvimento da própria atividade pesqueira e turística.

As ocupações irregulares de baixa renda estão localizadas nos bairros Caixa d'Água, Tucunduva, Portinho, Areião e Praia dos Polacos, localizada na região da Ponta da Pita As ocupações irregulares em áreas de maior renda estão nos bairros Itapema, ao longo das avenidas Conde Matarazzo e Thiago Peixoto. Quando da realização do Plano Diretor, já se observava que ocupações irregulares estavam avançando sobre manguezais, morros e encostas, fenômeno que se consolidou no decorrer dos anos subsequentes. (PMA, 2006).

Morretes apresenta um levantamento simplificado de áreas de ocupação irregular em seu Plano Diretor (2008), apontando para a necessidade de um diagnóstico específico e criação de uma comissão especial dedicada a promover ações de regularização fundiária. Esse levantamento foi complementado pelos estudos realizados pela Cohapar para o Plano Estadual de Habitação de Interesse Social do Paraná – PEHIS/PR (2012), que apontaram a existência de sete favelas e cinco loteamentos clandestinos no município, totalizando mais de 870 domicílios irregulares em Morretes.

As características do município quanto às irregularidades fundiárias são: parcelamentos de chácaras de lazer na zona rural, ocupações irregulares em área de preservação

ambiental ao longo do Rio Nhundiaquara e presença significativa de imóveis sem titulação sobre os quais não incide o IPTU (PMM, 2008). Outro problema no município são os loteamentos que foram realizados em terras originárias de reforma agrária, que hoje se encontram em área urbana, e que foram irregularmente loteadas. A Prefeitura de Morretes vem conversando com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para que o domínio dessas terras seja transferido para o município, de modo que ele possa vir a realizar a regularização desses loteamentos no futuro.

Guaraqueçaba não possui levantamento de ocupações irregulares em seu Plano Diretor, porém o estudo mais recente realizado pela Cohapar (SISPEHIS) apresenta o registro da existência de duas favelas no município, a Favela Costão – localizada em baixo da rede alta tensão, e a Favela Cerquinho, situada em área de mangue e, portanto, em terra da União.

Não há nenhum programa especificamente criado pelo município para regularização fundiária, porém, conforme apresentado anteriormente, Guaraqueçaba é participante do programa de regularização fundiária rural do ITCG, com 66 propriedades sendo beneficiadas. Segundo informações da Prefeitura, encontra-se em fase de estudo pelo município um programa de regularização fundiária urbana para pessoas de baixa renda.

O diagnóstico do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Paranaguá (2007) apresenta uma caracterização preliminar das ocupações irregulares no município, porém destaca que é fundamental a realização de um cadastro completo dessas áreas e da situação habitacional.

Segundo dados estimados pela Prefeitura de Paranaguá, as áreas irregulares do município concentram quase metade da população urbana e ocupam uma extensão de 7 Km², o equivalente a 26% da área urbana. A expansão da área urbana de Paranaguá nas proximidades da área central é limitada por barreiras naturais como a baía e a forma afunilada da cidade. Essa configuração do território, somada às restrições ambientais impostas pela fragilidade de áreas como mangues e fundos de vale, a pressão exercida sobre a cidade pelas atividades do porto e a ausência de oferta de lotes expulsaram a

população para áreas de proteção ambiental ao longo dos rios Emboguaçu e Itiberê nos anos 1980 e 1990.

Ademais, se verifica o descumprimento da legislação municipal de uso e ocupação do solo, que determina a porção sul da cidade (marginal esquerda da BR-277) como área de uso residencial e a porção norte (marginal direita da BR-277) como área de uso industrial e de serviços. Entretanto, a ocupação desses territórios encontra-se invertida, onde a população ocupa as áreas ao norte e as atividades de indústrias e serviços, a porção sul, processo que contribuiu com a ocupação irregular em Áreas de Proteção Permanente e de terrenos cada vez mais distantes do núcleo central de Paranaguá.

Do total de 41 loteamentos identificados como clandestinos ou irregulares no levantamento realizado pela Cohapar (2016), 24 loteamentos (58,5% do total) estão localizados em terrenos de Marinha: Oceania; Estradinha; Vila Itiberê; Santos Dumont; Jardim América; Vila São Vicente; Jardim Guaraituba; Labra; Vila dos Comerciários; Emboguaçu; Vila do Povo; Morro da Cocada; Jardim Araçá; Padre Jackson; Porto dos Padres; Beira Rio/Canal do Anhaia; Vila Portuária e Vila Guarani; Rocio; Jardim Figueira; Jardim Santa Helena; Jardim Iguacú; Vila Marinho; Vila São Jorge; e Jardim Nova Primavera.

A Prefeitura vem trabalhando o tema da regularização fundiária nos últimos anos, em especial o processo da Ilha dos Valadares, em parceria com a Secretaria do Patrimônio da União (SPU). Entretanto, assim como em outros municípios do litoral, em conversa com o Secretário Municipal de Urbanismo, o mesmo relatou dificuldades em dar prosseguimento aos processos de regularização no município após a promulgação da Lei Federal 13.465/2017, resultante da MP 759/2016, pois há opiniões e compreensões divergentes entre os envolvidos no processo sobre o que a nova legislação estabelece, apesar de várias ZEIS já estabelecidas no município.

724000 726000 728000 730000 732000 734000

7190000 7188000 7186000 7184000 7182000 7180000 7178000

PR 340

PR 408

Antonina

Densidade Demográfica da Malha Urbana - Censo 2010 e Ocupações Irregulares de Antonina

Legenda

- Rodovias Estaduais
- Rodovias Federais
- Malha Ferroviária
- Massa de Água
- Limite da Área de Estudo

Limite de Estados

- Paraná
- Santa Catarina
- São Paulo

Ocupações Irregulares

- Irregulares
- Irregulares não ocupados

Densidade Demográfica (Hab. / Hectare)

- Até 10
- 10 - 20
- 20 - 30
- 30 - 40
- 40 - 50
- 50 - 60
- 60 -70
- 70 - 80
- 80 - 90
- > 90

PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

PDS_LITORAL

N

1 0,5 0 1 Km

DADOS TÉCNICOS:

MERIDIANO CENTRAL: 51° WGr
DATUM HORIZONTAL: SIRGAS 2000 - 22S
DATUM VERTICAL: IMBITUBA-SC

FONTE DOS DADOS: RODOVIAS, FERROVIAS: PNLT (2017);
LIMITES MUNICIPAIS, MASSA DE ÁGUA: ITCG (2015, 2018);
CENSO, NOME MUNICIPIOS, LIMITES ESTADUAIS: IBGE (2010, 2015, 2016);
REL. SOMB., INPE (2011); IRREGULAR, PLANO DIRETOR (2004, 2006, 2008).

DATA: MAIO - 18 ESC.: 1:40.000

PARANÁ THE WORLD BANK BARCELONABRASILGROUP Mcrit hidria Quanta

712000 714000 716000 718000 720000 722000

7188000 7186000 7184000 7182000 7180000 7178000 7176000

PR 410

PR 411

PR 411

PR 408

Morretes

712000 714000 716000 718000 720000 722000

Densidade Demográfica da Malha Urbana - Censo 2010 e Ocupações Irregulares de Morretes

Legenda

- Rodovias Estaduais
- Rodovias Federais
- Malha Ferroviária
- Massa de Água
- Limite da Área de Estudo

Limite de Estados

- Paraná
- Santa Catarina
- São Paulo

Ocupações Irregulares

- Irregulares
- Irregulares não ocupados

Densidade Demográfica (Hab. / Hectare)

- Até 10
- 10 - 20
- 20 - 30
- 30 - 40
- 40 - 50
- 50 - 60
- 60 -70
- 70 - 80
- 80 - 90
- > 90

PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

PDS_LITORAL

N

1 0,5 0 1 Km

DADOS TÉCNICOS:

MERIDIANO CENTRAL: 51° WGr
DATUM HORIZONTAL: SIRGAS 2000 - 22S
DATUM VERTICAL: IMBITUBA-SC

FONTE DOS DADOS: RODOVIAS, FERROVIAS: PNLT (2017);
LIMITES MUNICIPAIS, MASSA DE ÁGUA: ITCG (2015, 2018);
CENSO, NOME MUNICIPIOS, LIMITES ESTADUAIS: IBGE (2010, 2015, 2016);
REL. SOMB., INPE (2011); IRREGULAR, PLANO DIRETOR (2004, 2006, 2008).

DATA: MAIO - 18 ESC.: 1:40.000

PARANÁ THE WORLD BANK BARCELONABRASILGROUP Mcrit hidria Quanta

768000 770000 772000

7202000 7202000

7200000 7200000

7198000 7198000

PR 405

Guaraqueçaba

768000 770000 772000

Densidade Demográfica da Malha Urbana - Censo 2010 e Ocupações Irregulares de Guaraqueçaba

Legenda

- Rodovias Estaduais
- Rodovias Federais
- Malha Ferroviária
- Massa de Água
- Limite da Área de Estudo

Limite de Estados

- Paraná
- Santa Catarina
- São Paulo

Ocupações Irregulares

- Irregulares
- Irregulares não ocupados
- Loteamento
- Outros

Densidade Demográfica (Hab. / Hectare)

- Até 10
- 10 - 20
- 20 - 30
- 30 - 40
- 40 - 50
- 50 - 60
- 60 -70
- 70 - 80
- 80 - 90
- > 90

PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

PDS_LITORAL

N

0,5 0,25 0 0,5 Km

DADOS TÉCNICOS:

MERIDIANO CENTRAL: 51° WGr
DATUM HORIZONTAL: SIRGAS 2000 - 22S
DATUM VERTICAL: IMBITUBA-SC

FONTE DOS DADOS: RODOVIAS, FERROVIAS: PNLT (2017);
LIMITES MUNICIPAIS, MASSA DE ÁGUA: ITCG (2015, 2018);
CENSO, NOME MUNICIPIOS, LIMITES ESTADUAIS: IBGE (2010, 2015, 2016);
REL. SOMB., INPE (2011); IRREGULAR, PLANO DIRETOR (2004, 2006, 2008).

DATA: MAIO - 18 ESC.: 1:20.000

PARANÁ THE WORLD BANK BARCELONABRASILGROUP Mcrit hidria Quanta

735000 740000 745000 750000

7180000 7175000 7170000 7165000 7160000

Paranaguá

BR-277

PR-407

PR 508

OCEANO ATLÂNTICO

Densidade Demográfica da Malha Urbana - Censo 2010 e Ocupações Irregulares de Paranaguá

Legenda

- Rodovias Estaduais
- Rodovias Federais
- Malha Ferroviária
- Massa de Água
- Limite da Área de Estudo

Limite de Estados

- Paraná
- Santa Catarina
- São Paulo

Ocupações Irregulares

- Irregulares
- Irregulares não ocupados
- Loteamento
- Outros

Densidade Demográfica (Hab. / Hectare)

- Até 10
- 10 - 20
- 20 - 30
- 30 - 40
- 40 - 50
- 50 - 60
- 60 -70
- 70 - 80
- 80 - 90
- > 90

PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

PDS_LITORAL

N

2 1 0 2 Km

DADOS TÉCNICOS:

MERIDIANO CENTRAL: 51° WGr
DATUM HORIZONTAL: SIRGAS 2000 - 22S
DATUM VERTICAL: IMBITUBA-SC

FONTE DOS DADOS: RODOVIAS, FERROVIAS: PNLT (2017);
LIMITES MUNICIPAIS, MASSA DE ÁGUA: ITCG (2015, 2018);
CENSO, NOME MUNICIPIOS, LIMITES ESTADUAIS: IBGE (2010, 2015, 2016);
REL. SOMB., INPE (2011); IRREGULAR, PLANO DIRETOR (2004, 2006, 2008).

DATA: MAIO - 18 ESC.: 1:80.000

PARANÁ THE WORLD BANK BARCELONABRASIL.GROUP Mcrit hidria Quanta

3.6.3 Litoral Sul

No litoral sul, as áreas de ocupação irregular são reflexo da dinâmica imobiliária estabelecida com base na valorização das áreas junto à orla marítima onde se concentram domicílios de uso eventual (moradias de veraneio), com efeito: (i) na segregação da população residente para as áreas interiorizadas onde a expansão ocorre sobre áreas de Mata Atlântica, e (ii) na transformação de algumas áreas ocupadas tradicionalmente por comunidades de pescadores em áreas urbanizadas com moradias de veraneio e marinas.

Pontal do Paraná possui um estudo sobre ocupações irregulares no seu Plano Diretor de desenvolvimento integrado de 2004. O Plano Diretor mais recente não conta com diagnóstico de ocupações irregulares e não há levantamento da Cohapar para o município. Foram analisadas as informações sobre loteamentos aprovados na prefeitura municipal, assim como a situação da vegetação da Floresta Ombrófila Densa sobre bases cartográficas georreferenciadas. As seguintes conclusões foram traçadas a respeito das ocupações irregulares no município:

Em 2004 existiam 3.833 ocupações irregulares, com uma população estimada de aproximadamente 11 mil pessoas. Essas ocupações correspondiam a 40% do total de construções do município de Pontal do Paraná. Entretanto, segundo o cadastro da Prefeitura, desse total de ocupações, apenas 179 residências eram de moradores locais, ou seja, a grande maioria das irregularidades era de veranistas. Sendo assim, essas ocupações se caracterizam por habitações com bom padrão construtivo e grandes áreas construídas, bem diferente da realidade dos demais municípios do litoral paranaense ou mesmo de grande parte do país. Além disso, construções com usos diferenciados – comércio, serviços, pequenas industrias – também foram encontradas em situações de irregularidade.

As ocupações irregulares identificadas são: Andaraí II, Antonio Vicente Silva, Barrancos, Borba, Carmery II, Chácara São Pedro, Guapê, Guapê II, Guarapari, Ipanema IV, Itatiaia, Jardim Jacarandá, Jardim Paraíso, Mangue Seco, Marissol, Olho D´água, Vila Nova. Áreas

como Chácara São Pedro e Marisol são loteamentos particulares que tiveram parte de seus terrenos ocupados de maneira irregular. A regularização dessas áreas tem sido dificultada desde a promulgação da Lei Federal 13.465/2017, pois o ofício de imóveis está bloqueando o fracionamento de solo de glebas irregulares, segundo informações dadas pelo setor responsável na Prefeitura de Pontal do Paraná.

Em conversa recente com o Secretário Municipal de Habitação e Assuntos Fundiários, o mesmo informou da existência de conjuntos habitacionais produzidos pelo município que ainda se encontram sem regularização fundiária, totalizando 145 unidades habitacionais (Morar Melhor – 25 UH, Bela e Justa – 120 UH). Nesses conjuntos vem sendo trabalhada a Concessão do Direito Real de Uso (CDRU), em alguns casos onerosa, em outras gratuita, porém desde a aprovação da nova legislação federal, eles também têm encontrado problemas para viabilizar o processo.

Um dos principais problemas enfrentado é a titulação em áreas públicas, fato que vinha ocorrendo tranquilamente desde a publicação da Lei Ordinária nº 1.439/2014, que dispõe sobre a regularização de ocupação de imóveis urbanos de domínio do município de Pontal do Paraná. A existência de casas de veraneio, de famílias de maior poder aquisitivo, e o alto valor dos terrenos, vem dificultando a regularização após a aprovação da nova legislação federal, devido aos diferentes entendimentos da lei por parte dos diferentes atores que participam do processo – promotoria, cartórios, moradores - mesmo em terrenos com matrículas já abertas e definição da CDRU.

Guaratuba possui um levantamento de loteamentos implantados e não implantados, e sua situação de regularidade fundiária, porém o próprio Plano Diretor (2004) apontou para a necessidade de elaboração de plano de regularização fundiária para o município – indicativo da necessidade de aprofundamento do estudo.

Há registro de diversos loteamentos não implantados, aprovados na Prefeitura Municipal de Guaratuba entre os anos de 1975 e 1992, cuja situação é irregular devido à sua sobreposição ao Parque do Boguaçu e à área de APP.

É comum aos loteamentos registrados junto à prefeitura municipal apresentarem sobreposições entre si, assim como divergências entre a situação legal apresentada em planta e a situação real de implantação. Grandes porções territoriais ao norte e ao sul do município são demarcadas como ocupações irregulares por esse motivo (PMG, 2004).

O levantamento feito pela Cohapar para o SISPEHIS, em 2016, apontou a existência de cinco loteamentos clandestinos, com mais de 13,5 mil edificações, sendo quatro deles embaixo de rede de alta tensão – terras da União: Coroados, Jiçara, Piçarras e Vila Esperança.

Matinhos é o município do litoral do Paraná que possui estudo mais extenso sobre as ocupações urbanas, com o cadastro georreferenciado de todos os loteamentos regulares, irregulares e clandestinos, realizado em 2006. O Plano Diretor Participativo e de Desenvolvimento Integrado contemplou inclusive a sobreposição de loteamentos entre si, bem como em conflito com APPs e com o Parque Saint-Hilaire/Lange.

Pelo estudo citado, Matinhos possuía 144 loteamentos, sendo que, apenas 45,1% deles tinham situação regular, ou seja, cumpriram os trâmites legais. Do total de loteamentos, 65 deles apresentavam sobreposição de área sobre os loteamentos adjacentes e nove tinham sobreposição com unidades de conservação – Parque Nacional Saint-Hilaire/Lange ou Parque Florestal Rio da Onça. O estudo revelou ainda que, dos 144 loteamentos levantados, 53 deles (36,8%) possuíam situação irregular. Esses loteamentos irregulares, na sua maioria, não possuem exame e anuência prévia do órgão estadual, refletindo o descumprimento da legislação vigente e impedindo a finalização do processo de regularização urbanística e fundiária. Além disso, seis loteamentos (4,2%) foram considerados clandestinos e outros vinte foram definidos como não classificados (13,9%), totalizando 79 ocupações irregulares e/ou clandestinas com cerca de 10,5 mil unidades/lotes em Matinhos (PNM, 2006).

No presente momento, a Prefeitura de Matinhos não possui nenhuma ação de regularização fundiária em andamento, apesar dos problemas de ocupação serem constantes, como é o caso do conjunto de 250 unidades habitacionais do Programa

Minha Casa Minha Vida que foi embargado e as obras foram abandonadas pela construtora. Por outro lado, a revisão do Plano Diretor terá início em breve, possibilitando um novo levantamento sobre as ocupações irregulares e/ou clandestinas e a definição de instrumentos urbanísticos capazes de colaborar no processo de regularização fundiária e urbanística desses loteamentos.

735000 740000 745000

7140000 7135000 7130000 7125000

PARANÁ

PR 412

PR 807

Guaratuba

PR 412

PR 808

SANTA CATARINA

OCEANO ATLÂNTICO

Densidade Demográfica da Malha Urbana - Censo 2010 e Ocupações Irregulares de Guaratuba

Legenda

- Rodovias Estaduais
- Rodovias Federais
- Malha Ferroviária
- Massa de Água
- Limite da Área de Estudo

Limite de Estados

- Paraná
- Santa Catarina
- São Paulo

Ocupações Irregulares

- Irregulares
- Irregulares não ocupados
- Loteamento
- Outros

Densidade Demográfica (Hab. / Hectare)

- Até 10
- 10 - 20
- 20 - 30
- 30 - 40
- 40 - 50
- 50 - 60
- 60 -70
- 70 - 80
- 80 - 90
- > 90

PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

PDS_LITORAL

N

1 0,5 0 1 Km

DADOS TÉCNICOS:

MERIDIANO CENTRAL: 51° WGr
DATUM HORIZONTAL: SIRGAS 2000 - 22S
DATUM VERTICAL: IMBITUBA-SC

FONTE DOS DADOS: RODOVIAS, FERROVIAS: PNLT (2017);
LIMITES MUNICIPAIS, MASSA DE ÁGUA: ITCG (2015, 2018);
CENSO, NOME MUNICIPIOS, LIMITES ESTADUAIS: IBGE (2010, 2015, 2016);
REL. SOMB., INPE (2011); IRREGULAR, PLANO DIRETOR (2004, 2006, 2008).

DATA: MAIO - 18 ESC.: 1:50.000

PARANÁ THE WORLD BANK BARCELONABRASILGROUP Mcrit hidria Quanta

740000 745000 750000 755000

7155000 7150000 7145000 7140000

PR 508 PR 407 PR 412

PARANÁ

Pontal do Paraná

Matinhos

OCEANO ATLÂNTICO

Densidade Demográfica da Malha Urbana - Censo 2010 e Ocupações Irregulares de Matinhos

Legenda

- Rodovias Estaduais
- Rodovias Federais
- Malha Ferroviária
- Massa de Água
- Limite da Área de Estudo

Limite de Estados

- Paraná
- Santa Catarina
- São Paulo

Ocupações Irregulares

- Irregulares
- Irregulares não ocupados

Densidade Demográfica (Hab. / Hectare)

- Até 10
- 10 - 20
- 20 - 30
- 30 - 40
- 40 - 50
- 50 - 60
- 60 -70
- 70 - 80
- 80 - 90
- > 90

PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

PDS_LITORAL

N

2 1 0 2

DADOS TÉCNICOS:

MERIDIANO CENTRAL: 51° WGr
DATUM HORIZONTAL: SIRGAS 2000 - 22S
DATUM VERTICAL: IMBITUBA-SC

FONTE DOS DADOS: RODOVIAS, FERROVIAS: PNLT (2017);
LIMITES MUNICIPAIS, MASSA DE ÁGUA: ITCG (2015, 2018);
CENSO, NOME MUNICIPIOS, LIMITES ESTADUAIS: IBGE (2010, 2015, 2016);
REL. SOMB., INPE (2011); IRREGULAR, PLANO DIRETOR (2004, 2006, 2008).

DATA: MAIO - 18 **ESC.: 1:60.000**

PARANÁ THE WORLD BANK BARCELONABRASILGROUP Mcrit hidria Quanta

750000 755000 760000 765000

7170000 7165000 7160000 7155000

PARANÁ

PR 412

PR 407

PR 412

Pontal do Paraná

OCEANO ATLÂNTICO

Densidade Demográfica da Malha Urbana - Censo 2010 e Ocupações Irregulares de Pontal do Paraná

Legenda

- Rodovias Estaduais
- Rodovias Federais
- Malha Ferroviária
- Massa de Água
- Limite da Área de Estudo

Limite de Estados

- Paraná
- Santa Catarina
- São Paulo

Ocupações Irregulares

- Irregulares
- Irregulares não ocupados

Densidade Demográfica (Hab. / Hectare)

- Até 10
- 10 - 20
- 20 - 30
- 30 - 40
- 40 - 50
- 50 - 60
- 60 -70
- 70 - 80
- 80 - 90
- > 90

PLANO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL DO PARANÁ

PDS_LITORAL

N

2 1 0 2 Km

DADOS TÉCNICOS:

MERIDIANO CENTRAL: 51° WGr
DATUM HORIZONTAL: SIRGAS 2000 - 22S
DATUM VERTICAL: IMBITUBA-SC

FONTE DOS DADOS: RODOVIAS, FERROVIAS: PNLT (2017);
LIMITES MUNICIPAIS, MASSA DE ÁGUA: ITCG (2015, 2018);
CENSO, NOME MUNICIPIOS, LIMITES ESTADUAIS: IBGE (2010, 2015, 2016);
REL. SOMB., INPE (2011); IRREGULAR, PLANO DIRETOR (2004, 2006, 2008).

DATA: MAIO - 18 ESC.: 1:70.000

PARANÁ THE WORLD BANK BARCELONABRASILGROUP Mcrit hidria Quanta

3.7 FUNÇÕES PÚBLICAS DE INTERESSE COMUM (FPICs)

De acordo com a Constituição Federal, em seu Artigo 25, §3º:

> *"Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum. "*

Já o Estatuto da Metrópole (Lei Federal n. º 13.089, de 12 de janeiro de 2015), que estabeleceu diretrizes gerais para o planejamento, a gestão e a execução das funções públicas de interesse comum em regiões metropolitanas e em aglomerações urbanas instituídas pelos Estados, apresenta as FPICs da seguinte forma em seu Art. 2º:

> *"II – **Função pública de interesse comum**: política pública ou ação nela inserida cuja realização por parte de um Município, isoladamente, seja inviável ou cause impacto em municípios limítrofes. "*

O principal objetivo da gestão das funções públicas de interesse comum é o desenvolvimento econômico e social de uma região, a partilha equilibrada dos seus benefícios e a definição de políticas compensatórias dos efeitos da sua polarização. Isso se faz necessário porque, no geral, em áreas conurbadas, a prestação de um serviço público por um município pode e geralmente causa impactos nos municípios limítrofes.

Azevedo e Mares Guia (2007) rebatem o mito criado pela Constituição de 1988 de que os municípios brasileiros conseguiriam trabalhar de forma independente das demais esferas de governo, bastando que para isso mais recursos e poder fossem dados aos governos locais. A descentralização de recursos financeiros, organizacionais e políticos para os municípios produziu benefícios importantes, porém também resultou em efeitos perversos, como o aumento da competição fiscal e as dificuldades adicionais de coordenação interinstitucional.

No decorrer dos anos, a deficiência de um único município tratar isoladamente uma função pública de interesse comum ficou clara, graças ao surgimento de inúmeras

formas de pactuação intermunicipal, como é o caso dos consórcios públicos, dos convênios, dos termos de cooperação e das parcerias, sejam elas públicas ou mesmo privadas, como ocorre nas Parcerias Público-Privadas – PPPs.

A partir desses enunciados, consideraremos como **função pública de interesse comum** atividades ou serviços públicos cuja realização por parte de um município, isoladamente, não seja possível ou cause impacto nos outros municípios integrantes de uma determinada região. A região em questão aqui é o Litoral do Paraná, ocupação contínua litorânea que tem Paranaguá como principal centralidade.

A proposta original para definição das FPICs para o Litoral do Paraná previa a realização de uma reunião com representantes dos sete municípios para debater quais assuntos eles acreditavam ser de interesse comum. Entretanto, apesar das confirmações, apenas dois dos sete municípios compareceram e a proposta e a análise a ser apresentada a seguir se baseou nos estudos realizados até o presente momento, tanto na área de gestão pública, como de equipamentos sociais, além da reunião realizada com a presença de Paranaguá e Pontal do Paraná.

Conforme já mencionado anteriormente, o litoral paranaense é claramente dividido em duas partes: os quatro municípios ao norte e os três municípios litorâneos marítimos ao sul. Ainda que não integrem uma área conurbada contínua, as características físicas e a proximidade fazem desse território, uma região com especificidades, necessidades e desafios comuns, cujas propostas e soluções também podem ser comuns.

As FPICs mais comuns e conhecidas nos arranjos intermunicipais brasileiros são: transporte público, sistema viário, Defesa Civil, saneamento básico, uso do solo, aproveitamento dos recursos hídricos, distribuição de gás canalizado, cartografia, preservação ambiental, habitação, saúde e desenvolvimento socioeconômico.

No caso do litoral do Paraná, o tema da saúde já vem sendo tratado parcialmente há quase dez anos de forma conjunta pelos sete municípios, por meio do Cislipa, conforme apresentado no capítulo referente aos equipamentos sociais. O mesmo capítulo

destacou outros problemas no setor da saúde, como o número de leitos e médicos, e as deficiências existentes em algumas fases do ciclo educacional, como a divisão de edifícios escolares por municípios e o Estado pela ausência de equipamentos em determinados bairros ou por problemas de manutenção predial.

O enfrentamento coletivo dos problemas comuns dos municípios de uma região, além de otimizar recursos, oficializa a utilização de equipamentos públicos de um município por habitantes de outros (que não são contribuintes), uma vez que o financiamento desse equipamento passa a ser compartilhado, permitindo em muitos casos, a realização de melhorias físicas e a ampliação do atendimento. Nesse sentido, **saúde** e **educação** são claramente funções públicas de interesse comum aos setes municípios, uma vez que seus equipamentos são utilizados de forma regionalizada e sua gestão partilhada entre os próprios municípios e entre eles e o Governo do Estado.

Um tema importante vinculado a esses dois serviços públicos é o acesso a seus equipamentos. As dificuldades existentes de transporte público, especialmente nos setores rurais dos municípios do norte do litoral, pioram quando o tema é o transporte intermunicipal. A intermitência ou ausência total de transporte público de qualidade entre os sete municípios dificulta não somente o acesso a serviços públicos, mas também a oportunidade de trabalho, já que é comum na região as pessoas morarem num município e trabalharem em outro. A discussão de soluções comuns de **transporte público** interligando os setes municípios também poderia melhorar as relações econômicas e a busca por novas alternativas para a região, seja por meio de integração tarifária ou mesmo da criação de algum tipo de circular conectando os diferentes municípios.

Uma melhor conexão por meio de transporte público entre os municípios pressupõe também melhores acessos viários, em especial se um dos objetivos é o desenvolvimento econômico regional, com ampliação do acesso aos atrativos turísticos, especialmente os localizados nas regiões rurais ou ambientalmente protegidas. Essas melhorias também pressupõem o debate e a construção de um planejamento conjunto em relação ao setor

turístico, onde ao invés de disputar, os municípios se complementarão e oferecerão o litoral do Paraná como um todo como destino turístico, destacando as especificidades ambientais, culturais e históricas de cada município. O **turismo** como estratégia de desenvolvimento regional, com a ampliação da oferta de serviços e a melhoria da arrecadação pública, é com certeza uma função pública de interesse comum que desdobra o debate e o planejamento de diversos setores da administração local e regional.

A questão do turismo rural e ecológico traz também um dos pontos mais comuns aos sete municípios: a gestão ambiental. A análise dos temas de licenciamento e fiscalização ambientais na região, mostra que, para além da fiscalização realizada pelos órgãos federais (Ibama e ICMBio) e estadual (IAP), os municípios desenvolvem essa função de maneira muito diferenciada, onde há municípios bem equipados e presentes, e outros que não fazem nada.

Por se tratar de um ecossistema único e contínuo e de extrema importância, mas que impacta de distintas maneiras na ocupação e no desenvolvimento de cada município, a **gestão ambiental** da região deveria ser tratada de maneira compartilhada entre os municípios, inclusive com a discussão sobre políticas de compensação ambiental para os que possuem classificação mais restritiva, se constituindo também numa FPIC.

Uma das maiores preocupações quando da gestão ambiental municipal é a destinação final dos resíduos sólidos, problema em grande parte das cidades brasileiras. A Política Nacional dos Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/10) determinou o fechamento de todos os lixões no país e utilização de aterros sanitários[52] para a destinação final. No litoral do Paraná, apesar de todas as restrições decorrentes de mais de 80% do território ser protegido ambientalmente, o único município que não está atendendo a legislação no

[52] Espécie de depósito no qual são descartados resíduos sólidos, prioritariamente materiais não recicláveis. Devem estar fora de áreas de influência direta em manancial de abastecimento público, distante 200 metros de rios, nascentes e demais corpos hídricos, a 1.500 metros de núcleos populacionais e 300 metros de residências isoladas.

presente momento é Pontal do Paraná, cuja destinação final se dá num aterro controlado[53]. Pontal do Paraná e Matinhos inclusive se uniram desde 1999, por meio do Consórcio Intermunicipal de Aterro Sanitário (CIAS), e estão dividindo o mesmo aterro sanitário, apontando que a questão dos **resíduos sólidos** também é uma função pública de interesse comum na região.

Ainda que não constituam uma região metropolitana ou uma aglomeração urbana, os municípios do litoral do Paraná conformam uma região (microrregião de Paranaguá) e podem adotar o princípio das funções públicas de interesse comum para melhorar a gestão pública de determinados serviços e atividades, seja por meio de consórcios públicos ou quaisquer outros instrumentos de cooperação interfederativa. A partir do diagnóstico desenvolvido no âmbito do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Litoral do Paraná foram identificadas as seguintes FPICS e suas respectivas atividades, conforme o quadro a seguir:

Quadro 61: Funções Públicas de Interesse Comum

FPIC	Atividade a ser compartilhada
Saúde	Atendimento hospitalar
Educação	Equipamentos públicos (manutenção e gestão)
Transporte Público Intermunicipal	Integração tarifária/ serviço de transporte
Turismo	Planejamento e gestão regionais
Gestão Ambiental	Licenciamento e fiscalização
Resíduos Sólidos	Aterros sanitários

Fonte: Os autores

[53] Local onde os resíduos são dispostos com algum tipo de controle, mas ainda assim contra as normas ambientais brasileiras. Geralmente, têm o mínimo de gestão ambiental, como isolamento, acesso restrito, cobertura dos resíduos com terra e controle de entrada de resíduos, mas não atendem às recomendações da Política Nacional de Resíduos Sólidos.